



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

**IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

**VOZES INSTITUCIONAIS E OS DISCURSOS DE DOMINAÇÃO:  
ANÁLISE DOS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA  
AMAZÔNIA**

BELÉM/PA  
2018

**IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

**VOZES INSTITUCIONAIS E OS DISCURSOS DE DOMINAÇÃO:  
ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE OS GRANDES PROJETOS  
HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA), como parte dos requisitos à obtenção do título de Doutor.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Nírvia Ravena.

BELÉM/PA  
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

C615v Cláudia Guimarães de Oliveira, Ivana  
VOZES INSTITUCIONAIS E OS DISCURSOS DE DOMINAÇÃO: ANÁLISE DOS GRANDES  
PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA AMAZÔNIA/ Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira. – 2018  
223f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido  
(PPGDSTU), Núcleo de Altos estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
Orientação: Profa. Nirvia Ravena

1. Amazônia. 2. Grandes Projetos. 3. Hidrelétricas. 4. Análise Crítica do Discurso. 5. Mensagens  
Presidenciais. I. Ravena, Nirvia, orient. II Título

---

CDD 621.312134

**IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA**

**VOZES INSTITUCIONAIS E OS DISCURSOS DE DOMINAÇÃO: ANÁLISE  
DO DISCURSO SOBRE OS GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS NA  
AMAZÔNIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Núcleo de Altos  
Estudos Amazônicos (Universidade Federal do Pará)  
para obtenção do título de Doutor em Ciências  
Socioambientais.

**Data da aprovação: 20/06/2018**

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nírvia Ravena  
Orientadora NAEA/UFPA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mirleide Chaar Bahia  
Examinadora Interna - NAEA/ UFPA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Examinadora Interna - NAEA/UFPA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Alda Cristina Costa  
Examinadora Externa - PPGCOM/UFPA

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marilena Loureiro da Silva  
Examinadora Externa - PPGEDAM/Núcleo de Meio Ambiente/UFPA

## DEDICATÓRIA

À memória da minha amiga Neusa Pressler, elegância de uma vida,  
que valorizou sempre o melhor das pessoas,  
por me carregar com seu otimismo até esse momento.

À todas às mulheres que trabalham/estudam  
e educam seus filhos sozinhas.  
Pelo desafio diário de enfrentar a solidão  
e lutar as batalhas cotidianas  
acreditando que vale a pena!

## AGRADECIMENTOS

A produção de uma tese é uma montanha russa de emoções absolutamente díspares em fração de segundos. Com isso, sobreviver, mentalmente capaz está relacionado diretamente ao apoio que recebemos ao longo dessa jornada. Então, essa a página adquire uma importância extrema no final da pesquisa.

Com exceção das orações de agradecimento diárias e recorrentes a Deus e Nazica (sim, estarei no Círio pagando minha promessa), que já sabem o quanto sou agradecida, preciso descrever aqui meu afeto ao apoio recebido. Assim, segue a lista de pessoas que vou levar no meu coração, e torno público meu agradecimento:

À minha orientadora, imprescindível no reinício desta jornada, apoiando, direcionando e base deste trabalho, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Nirvia Ravena, meu ponto de referência no caminhar, o sorriso fácil que tornou simples muitas leituras e percursos metodológicos. Definitivamente um sonho precisa mais que uma orientação acadêmica e científica, e ela foi minha companheira de jornada que demonstrou a confiança no fim deste trabalho que, às vezes, nem eu tinha.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alda Costa, apoio incontestado na produção dos artigos, na metodologia e na redação final deste trabalho. O melhor? As palavras que considerava combustível do meu estudo. A cada: “Escreve!”, “Não pensa nisso agora”, “Você já está conseguindo”, eu me sentia revigorava e corria pro computador. Foram essas palavras que muitas vezes evitaram as crises de asma de fundo nervoso e me colocaram no prumo.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosa Acevedo, pelas críticas, sugestões e bibliografias, totalmente pertinentes a esse trabalho examinado, permitindo o repensar, refazer, e ainda pela tolerância às limitações apresentadas. Um exemplo que me guia como aluna desde o início da minha jornada no NAEA.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilena Loureiro, companheira do meu primeiro e inconcluso doutorado, mentora do meu caminhar na educação ambiental, com quem aprendo o valor da serenidade do sorriso e da construção de uma amizade sólida.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mirleide Char Bahia, gratidão por compartilhar seu olhar crítico imprescindível na construção desta pesquisa e pelas palavras carinhosas de incentivo no final da jornada, quando as forças se fragilizam e a ansiedade nos atropela.

Aos professores do Doutorado do NAEA, direção nos novos caminhos que suas disciplinas revelaram e fundamentais pro meu amadurecimento acadêmico.

À minha Mãe, com M maiúsculo de Marca. Meu DNA traz a essência de tudo que vivemos. E à minha família em Manaus, distantes fisicamente, mas presentes em meu cotidiano.

À minha irmã Patrícia, que rezei muito para que existisse e se não tem o mesmo sangue que eu, tem a cumplicidade e o amor que a consanguinidade nem sempre nos dá. Agradeço o amor, a parceria que não mudou nada quando a vida adulta chegou. Ela sempre será minha irmãzinha caçula.

À minha confidente, comadre e irmã Adelaide Oliveira e suas sacudidas fundamentais. Mais do que isso, por saber que posso contar com ela. Nunca vou conseguir agradecer pela família que me deu e o abrigo especial pro meu coração que é a Pratinha. Ter conquistado essa irmã é um presente!

À minha irmã de alma, Cláudia Valente, que me emprestou essa valentia do sobrenome e da vida. Nos dias tristes foram longos telefonemas. Nos dias alegres, mais tempo por telefone. Ainda bem que ela não desistiu de mim.

À Naeth, minha amizade mais antiga. Permanece ao meu lado desde o tempo de escola. Além de eu ganhar mimos lindos, cuidou dos meus olhos ressecados por longas madrugadas de leitura, me fazia rir e me estimulou sempre que as operadoras telefônicas permitiam.

Aos amigos doutorandos e ombros de muitas horas, minhas panteras, Ana Cláudia Silva e Tadeu Costa. Vocês foram as vitaminas pra essa corrida. Amigo a gente escolhe pra ficar próximo, e não me arrependo nem um minuto de ter escolhido vocês.

À Erika, minha amiga/guru espiritual, meus mantras e recados especiais. Toda calma nem sempre atingida eu busquei através da leitura zen que me indicou. Sobrevivi graças a alguns segundos de meditação. Mas agora me acalmo!

Ao Profº Drº Rodolfo Marques, amizade que tenho orgulho de ter conquistado. Obrigada por me amparar nos momentos difíceis da reta final.

À Profª Danuta, minha amiga que tem cor. É rosa e coloriu muitas tardes de conversas em tempos conturbados!

Ao melhor grupo de wpp: Ju, Bea, Paula, Elson, Ana Paula e Robson. Só vocês pra me fazerem rir e relaxar várias vezes e aliviando a minha tensão. Se vazarem nossas conversas temos que fugir pro Himalaia.

Ao meu Coordenador da Unama, Mário Camarão, pelo carinho e estímulo constante.

A minha “Coordenatriz” da Estácio, Arcângela Sena, grande amiga que tem a voz com a serenidade que precisei nos momentos mais difíceis e improváveis. Até novena de Perpétuo Socorro me ajudou a fazer pra colocar no lugar minha fé e reorientar o fim da pesquisa.

Aos meus alunos, um estímulo diário em sala de aula. Informação é nosso ouro!

Galera do Portal Cultura, amizade e apoio inesquecíveis, viu? Sempre vou agradecer as gargalhadas, as confraternizações cheias de atrasos, as feijoadas... vocês são únicos!

À minha turma de doutorado: Myriam, Ana Cláudia, Renata, Raifran, Josimar, David, Wando e Aline. A sala de aula foi incrível, melhor ainda que continuamos rindo de nós mesmos. Obrigada, Doutores, com letra maiúscula, todos!

À Luiz Fernando Souza. Não chegaria aqui sem uma TI eficiente rodeada de vários conselhos que nunca segui como descansar, dormir e parar de escrever umas madrugadas. Que bom sentir essa preocupação. Existe carinho no mundo dos bits!

À Mara Albarado, meu anteparo no cotidiano doméstico. Me cercou de comidas gostosas (as vezes um pouco salgadas) e da alegria dos nossos pequenos Letícia, Lorena, Pedro, o menino chato mais legal do planeta.

À Cândido Neto, meu Guardião das Galáxias, amor transparente e cercado de confiança. Legal a receita que a gente encontrou nestes últimos meses pra driblar a falta de tempo e o stress. #AmoTu !

Aos meus filhos. Maria Fernanda, o feijão; e Manoel, o sonho. Perfeitos em suas diferenças e imperfeições. A vida nos tornou um trio tão forte e unido (mesmo no stress que essa tese provocou) que temos que assinar essa pesquisa juntos. Esqueçam o período que eu não tirava a cara do computador e estava exausta, varando madrugada estudando. Eu prometo férias pra gente e juro que vamos dar um tempo das comidas improvisadas.



Vozes a mais  
Vozes a menos  
A máquina em nós que gera provérbios  
É a mesma que faz poemas,  
Somos com vida própria  
Que podem mais que podemos  
(Paulo Leminski, 1989)

## RESUMO

A Amazônia está configurada como um ativo estratégico do país neste século, projetando o interesse pela região de acordo com a conjuntura geopolítica e econômica. Ao mesmo tempo em que consegue despertar a imagem de uma emergente preocupação ambiental comum, fortalece o estigma do colonialismo, do subdesenvolvimento e da necessidade de que seja adequada a interesses nacionais e estrangeiros. Esta pesquisa analisa os discursos oficiais do Executivo (1970-2010), que detém o poder comunicativo do debate sobre a Amazônia, numa encruzilhada entre o Estado e a exploração dos recursos hídricos na região. O estudo é feito a partir do campo de comunicação do Poder Executivo, com 37 mensagens de seis Presidentes da República, enviadas ao Congresso Nacional em períodos determinantes da política brasileira – analisando como configuram os grandes projetos hidrelétricos para a Amazônia e como enunciam as representações política, econômica e social sobre a região, utilizando uma metodologia híbrida que soma a análise crítica do discurso, a análise do conteúdo e a mineração de textos.

A pesquisa demonstra que, em diferentes períodos políticos, a Amazônia é igualmente um instrumento discursivo estratégico de poder, subjugada a decisões exógenas a sua realidade, em discursos com sentidos ora expressos claramente ora silenciados ou apagados. A análise materializa vozes institucionais reducionistas que situam a região como um vazio que precisa ser ocupado e desbravado em nome de um projeto integrador e desenvolvimentista, ou ainda, em uma roupagem de sustentabilidade, silenciando para não suscitar questionamentos.

**Palavras-chave:** Amazônia, Grandes Projetos, Hidrelétricas, Análise Crítica do Discurso, Mineração de Texto, Mensagens Presidenciais.

## ABSTRACT

The Amazon is configured as a strategic asset of the country in this century, projecting interest in the region according to the geopolitical and economic conjuncture. At the same time that it can awaken the image of an emerging common environmental concern, it strengthens the stigma of colonialism, underdevelopment, and the need to adapt it to national and foreign interests. This research analyzes the official speeches of the Executive (1970-2010), which holds the communicative power of the debate on the Amazon, at a crossroads between the State and the exploitation of water resources in the region. The study is based on the Executive Branch's communication field, with 37 messages from six Presidents of the Republic, sent to the National Congress in determinant periods of Brazilian politics - analyzing how they shape the great hydroelectric projects for the Amazon and how the political representations, economic and social over the region, using a hybrid methodology that adds critical discourse analysis, content analysis and text mining.

The research shows that, in different political periods, the Amazon is also a strategic discursive instrument of power, subjugated to decisions exogenous to its reality in discourses with meanings sometimes expressed clearly now silenced or erased. The analysis materializes reductionist institutional voices that situate the region as an emptiness that needs to be occupied and unfolded in the name of an integrative and developmentalist project, or, in a clothing of sustainability, silencing not to raise questions

**Keywords:** Amazon, Major Projects, hydroelectric, critical analysis of discourse, text mining, presidential messages.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistema de comunicação de Jakobson.....	59
Figura 2 - Esquema de comunicação de Pecheux .....	59
Figura 3 - Etapas de um processamento de mineração de texto .....	107
Figura 4 - Destaque na sumarização da palavra mais frequente e palavras relacionadas/Mandato Médici .....	116
Figura 5 - Destaque na sumarização da palavra mais frequente e palavras relacionadas/Mandato Geisel .....	133
Figura 6 - Destaque na sumarização da palavra mais frequentes e palavras relacionadas/Mandato Figueiredo .....	149
Figura 7 - Destaque na sumarização das palavras mais frequentes e palavras relacionadas/Mandato Sarney .....	162
Figura 8 - Destaque na sumarização das palavras mais frequentes e palavras relacionadas/Mandatos FHC.....	176
Figura 9 - Destaque na sumarização das palavras mais frequentes e palavras relacionadas/Mandatos LULA .....	194

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Comparação entre as Tradições em Análise do Discurso .....	62
Quadro 2 - Gêneros de discurso e poder em van Dijk.....	96
Quadro 3 - Níveis de discurso e poder em van Dijk .....	97
Quadro 4 - Dimensões de poder no discurso em van Dijk.....	98
Quadro 5 - Análise de Expressões selecionadas nas Mensagens Presidenciais (1970 – 1974)/Van Dijk .....	125
Quadro 6 - Análise de Expressões selecionadas nas Mensagens Presidenciais (1975 – 1979)/Van Dijk .....	141
Quadro 7 - Análise de Expressões selecionadas nas Mensagens Presidenciais (1980 – 1985)/Van Dijk .....	156
Quadro 8 - Análise de Tipos de discursos Frequentes nas Mensagens Presidenciais (1986 – 1990)/Van Dijk .....	168
Quadro 9 - Análise de Tipos de discursos Frequentes nas Mensagens Presidenciais (1995 – 2002)/Van Dijk .....	185
Quadro 10 - Análise de Tipos de discursos Frequentes nas Mensagens Presidenciais (2003 – 2010)/Van Dijk .....	204

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de Mensagens Presidenciais/Páginas por Mandato .....	26
Tabela 2 - Superfície da Amazônia/Critérios: Hidrográfico/Ecológico/Administrativo .....	32
Tabela 3 - Resultados macroeconômicos do período do Milagre Econômico .....	113
Tabela 4 - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Médici.....	116
Tabela 5 - Palavras mais citadas por Presidente/ MEDICI .....	117
Tabela 6 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - MÉDICI .....	118
Tabela 7 - Resultados macroeconômicos do período Geisel.....	130
Tabela 8 - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Geisel.....	132
Tabela 9 - Palavras mais citadas por Presidente/ Geisel.....	134
Tabela 10 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - Geisel .....	134
Tabela 11 - Resultados macroeconômicos do período Figueiredo .....	147
Tabela 12 - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Figueiredo .....	148
Tabela 13: Palavras mais citadas por Presidente/ FIGUEIREDO .....	150
Tabela 14 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - Figueiredo.....	153
Tabela 15 - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1985-1989 (médias anuais por período).....	160
Tabela 16 - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente SARNEY .....	161
Tabela 17 - Palavras mais citadas por Presidente/ SARNEY.....	163
Tabela 18 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - Sarney .....	165
Tabela 19 - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1995-2002 (médias anuais por período).....	172
Tabela 20 - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Fernando Henrique.....	175
Tabela 21 - Palavras mais citadas por Presidente/ FHC – 2 Mandatos .....	177
Tabela 22 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - FHC 1 Mandato.....	179
Tabela 23 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - FHC 2 Mandato.....	180
Tabela 24 - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 2003-2010 (médias anuais por período).....	188
Tabela 25 - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente LULA .....	192
Tabela 26 - Palavras mais citadas por Presidente/ Lula – 2 Mandatos.....	193
Tabela 27 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - LULA 1 Mandato .....	195
Tabela 28 - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - LULA 2 Mandato.....	195

## LISTA DE ABREVIATURAS

AD - Análise do Discurso  
ACD - Análise Crítica do Discurso  
AGU - Advocacia-Geral da União  
ALBRAS Alumínio Brasileiro  
ALUMAR Consórcio de Alumínio do Maranhão  
ALUNORTE Alumina do Norte do Brasil  
ANA Agência Nacional de Águas  
ALN -Ação Libertadora Nacional  
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras  
ANA Agência Nacional das Águas  
AHE Aproveitamento Hidrelétrico  
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
APA Área de Proteção Ambiental  
BASA - Banco da Amazônia S/A  
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CENIMAR - Centro de Informações da Marinha  
CIEEX - Centro de Informações do Exército  
CISA. - Centro de Informações da Aeronáutica  
CMB Comissão Mundial de Barragem  
CNPE Conselho Nacional de Política Energética  
CNS - Conselho de Segurança Nacional  
CNV - Comissão Nacional da Verdade  
CODI - Centro de Operações para a Defesa Interna  
CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente  
DOI - Destacamento de Operações de Informação  
DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação/Centro de Operações de Defesa Interna  
EIA- Estudo de Impacto Ambiental  
ELETROBRAS/ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A  
EPE - Empresa de Pesquisa Energética  
ESAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GWh - Gigawatts-hora

IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INESC Instituto de Estudos Socioeconômicos

ISA - Instituto Socioambiental

KDD - Kdd Knowledge Discovery in Database

KDT - Knowledge Discovery from Text

MBAG - Metas e Bases para a Ação do Governo

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MME- Ministério de Minas e Energia do Brasil

MPF Ministério Público Federal

NAEA- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

NESA Norte Energia S/A

OBAN - Operação Bandeirantes

ONG Organização Não Governamental

PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

PAS - Plano Amazônia Sustentável

PBA - Plano Básico Ambiental

PDE Planos Decenais de Expansão de Energia

PDF - Portable Document Format (Formato Portátil de Documento)

PIN - Programa de Integração Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RIMA - Relatório de Impacto Ambiental

SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

TD - Teoria do Discurso

TCU – Tribunal de Contas da União

UFPA Universidade Federal do Pará

UHE Usina Hidrelétrica

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

VAR-Palmares - Vanguarda Armada Revolucionária Palmares



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 OBJETIVOS .....</b>	<b>27</b>
1.2.1 Objetivo Principal .....	27
1.2.2. Objetivos Específicos .....	28
<b>1.3 ESTRUTURA DA TESE .....</b>	<b>28</b>
<b>2 AMAZÔNIA: TERRITÓRIO POLISSÊMICO .....</b>	<b>30</b>
2.1 QUANTAS AMAZÔNIAS CABEM EM UMA AMAZÔNIA?.....	30
2.2 GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS: AS MANCHAS DE UMA ENERGIA BATIZADA DE “LIMPA” .....	38
2.3 A ENERGIA DA AMAZÔNIA PARA O BRASIL .....	41
2.4 BALBINA: A USINA NATIMORTA .....	42
2.5 TUCURUÍ: A USINA-MODELO CONDENADA .....	44
2.6 BELO MONTE: A USINA – CABO-DE-GUERRA JURÍDICO .....	47
2.7 O DISCURSO .....	51
2.8 A TEORIA DO DISCURSO .....	55
2.9 PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	57
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>63</b>
3.1 INTERDISCIPLINARIDADE DO TEMA .....	65
3.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO .....	69
3.2 O CONTEXTO.....	74
3.4 O JÁ-DITO, O NÃO-DITO E O POR DIZER .....	80
3.5 A INTERTEXTUALIDADE E O INTERDISCURSO.....	87
3.6 O DISCURSO POLÍTICO .....	91
3.4 DISCURSO E PODER.....	94
3.4 ANÁLISE DOCUMENTAL.....	100
3.6 MENSAGENS PRESIDENCIAIS .....	100
3.5 METODOLOGIA DA MINERAÇÃO DE TEXTO .....	104
3.7 <i>SOFTWARES</i> DE MINERAÇÃO DE TEXTO: TEXT MINING E SOBEK .....	108

<b>4 AS VOZES INSTITUCIONAIS E A AMAZÔNIA.....</b>	<b>110</b>
4.1 EMILIO GARRASTAZU MEDICI (1970 – 1974) .....	110
4.1.1 Mensagens Presidenciais de 1970-1974 .....	115
4.2 ERNESTO GEISEL (1974-1979) .....	127
4.2.1 Mensagens Presidenciais de 1974-1979 .....	132
4.3 JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO.....	143
4.3.1 Mensagens Presidenciais de 1979-1985 .....	148
4.4 JOSÉ SARNEY (1985-1990).....	158
4.4.1 Mensagens Presidenciais de 1986-1990 .....	161
4.5 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	170
4.5.1 Mensagens Presidenciais de 1995-2002 .....	174
4.6 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010).....	187
4.6.1 Mensagens Presidenciais de 2003-2010 .....	192
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>206</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>210</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As relações de poder e domínio na sociedade são sustentadas, reproduzidas mantidas através de discursos em todas suas formas, tornando-os indispensáveis quando queremos compreender a relação entre linguagem e sociedade, como são processadas as representações e construção de identidades sociais concebidas através dos discursos. O enunciador, mais que um sujeito individualizado, empírico, é um sujeito discursivo, cujo discurso retrata sua história social, ideologicamente marcada. Como explica Fernandes (2008), esse sujeito é atravessado pela polifonia e heterogeneidade que o constituem, já que participa de diversas produções discursivas que se entrecruzam.

Sendo a Amazônia um tema recorrente na cobertura midiática local, a região foi parte das pautas do meu cotidiano por mais de 25 anos como jornalista. E viver em uma região que apresenta vários sentidos discursivos foi determinante no interesse em construir essa tese. Especialmente em relação à temática dos grandes projetos, que se revelaram para mim com um escopo diferente: a análise do discurso político de quem planejava a sua implantação. A intenção desde início foi compreender como o discurso do Estado, por trás de um grande projeto, está além das questões meramente econômicas.

A minha chegada em Belém foi pouco depois do episódio<sup>1</sup> da índia Tuíra e o seu facão, a imagem de resistência contra as hidrelétricas na região que correu o mundo e se somou aos relatos que já tinha acompanhado como jornalista no Amazonas, com críticas à UHE Balbina. Mas o interesse por esse tema foi construído por três vertentes e se fortifica depois de visitas a Altamira, como repórter, para cobrir os desdobramentos do ainda projeto da UHE de Belo Monte.

A primeira remonta as audiências públicas, em Altamira<sup>2</sup>, que acompanhei também como jornalista, em 2009. Os representantes do Estado, em discurso uniforme, se pronunciaram para legitimar o processo de construção da usina com o caráter democrático, com argumentos que construíam a imagem de iniciativa partidária (PT) a audição das comunidades atingidas e não uma exigência normativa da legislação ambiental. Em Altamira, o deputado Paulo Rocha (Partido dos Trabalhadores) teve que rebater críticas de agricultores que acusavam o governo

---

<sup>1</sup> I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em 1989 em Altamira, quando Tuíra, índia kayapó, encostou a lâmina do seu facão no rosto de Antonio Carlos Muniz Lopes, da Eletronorte, para expressar sua indignação contra o projeto de Belo Monte, naquela época chamado de Kararaô.

<sup>2</sup> DVD – Audiência pública – Aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte, gravação realizada em 13/09/2009.

federal de agir como os ditadores militares dos anos 70, usando como defesa o argumento de que o modelo de desenvolvimento da ditadura baseado no autoritarismo se diferenciava do atual porque havia as audiências públicas. O deputado disse que a plateia deveria perceber uma vez que o governo estava ali para consultá-los, saber o que pensavam.

A esse discurso somou-se a segunda vertente do interesse sobre o tema que remonta 2010, acompanhando a cobertura jornalística do leilão de Belo Monte, quando o presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, irritado a partir da desistência de empresas privadas, declarou em entrevista coletiva que “a única coisa que eu digo é o seguinte: nós, sozinhos, enquanto Estado brasileiro, enquanto empresa pública, faremos sozinho se for necessário fazer”, referindo-se a obra da hidrelétrica<sup>3</sup>.

Finalizando, o terceiro motivo que ativou interesse pelo tema enfocado nesta pesquisa veio a partir da divulgação do vídeo da Campanha Gota D’água<sup>4</sup> que utilizei como objeto de uma pesquisa acadêmica com alunos da graduação, estudando os significados em torno da construção da Usina Belo Monte, no confronto de discursos, que construíam – naquele momento – uma imagem social sobre a implantação através de argumentos que as pessoas faziam questão de expor, legitimando suas posições.

A atração pela temática cresceu e passei a investigar como os discursos sobre a UHE Belo Monte eram analisados. Todos os levantamentos iniciais demarcavam um espaço maior para a investigação das vozes atingidas pelas barragens da Hidrelétrica. A partir daí, a busca foi pelo que até então era pontuado antagonicamente nos cenários discursivos que encontrava: a voz do Estado, porque os estudos normalmente se concentravam no discurso do oprimido. A interpelação em relação a esse outro olhar sobre o discurso que envolvia a Amazônia buscava um questionamento que problematizasse a voz do opressor, em meio às interpretações de representação sobre a região.

Na vivência jornalística e posteriormente, na docência do ensino superior, foi possível acompanhar/estudar o processo de ocupação da Amazônia, privilegiando projetos de infraestrutura e relegando o capital social; e posicionando a floresta como um personagem-

---

<sup>3</sup> Entrevista coletiva concedida em 08/04/2010. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=V\\_TEHF30\\_W4](https://www.youtube.com/watch?v=V_TEHF30_W4) . Acesso: abril/2015.

<sup>4</sup> Campanha lançada em 2011, de autoria do ator Sérgio Marone e realizada em parceria com vários atores da TV Globo, que gravaram depoimentos contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, alegando ser um projeto inviável. Os vídeos viralizaram nas redes sociais após exibição em tv aberta e provocar a resposta, também em vídeo, de estudantes paulistas (Unicamp) que defendiam a construção da hidrelétrica. ([www.movimentogotadagua.com.br/](http://www.movimentogotadagua.com.br/)).

obstáculo, uma barreira ao desenvolvimento e ao “progresso”. Neste cenário se determina a ausência do Estado e a concentração de renda; os conflitos sociais são potencializados, se concretiza a lógica da ocupação onde o investimento público nas obras chega antes do serviço básico para a população local. Elementos chave para um espetáculo com roteiro já conhecido da dinâmica conflituosa da infraestrutura contra o meio ambiente. E o Estado só se faz presente nas áreas cobiçadas ou já exploradas pelo capital econômico, quando as áreas de floresta já foram danificadas e a população atingida drasticamente com a degradação.

Este ciclo se repete teimosamente desfavorecendo as estratégias de desenvolvimento sustentável, apesar de todo um processo legislativo que retoricamente pretende minimizar o impacto de grandes projetos que se instalam na região. A tensão em torno do lançamento do projeto e da construção do empreendimento gigantesco é apresentada pelo discurso oficial geralmente encobrendo/ignorando os conflitos com uma linguagem burocrata ou publicitária. E a dúvida que fez nascer o problema desta pesquisa é se havia uma diferença entre esse discurso nos períodos políticos por que tinha passado o país nos últimos anos, refletindo políticas públicas para a região amazônica. A possibilidade de pesquisar como a história pode ser contada a partir de qualquer ângulo, demonstrar a pluridiscursividade social sobre os grandes projetos hidrelétricos instalados.

A Amazônia convive historicamente com interesses que variam conforme o status que lhe é conferido no cenário econômico e geopolítico. No passado recente, é possível dividir esse interesse em dois períodos distintos: o do regime autoritário, onde foi palco de estratégias de desenvolvimento visando maximização de resultados em curto prazo, e por isso com grandes impactos socioambientais. E num segundo momento, a partir da década de 1990, surgindo um reconhecimento do modelo caráter predatório anterior, e exigindo ações mais cuidadosas por parte do Estado, transparecendo uma preocupação em conciliar produção e conservação ambiental. Imagem fundamental para a intenção de integrar a Amazônia às exigências do mercado interno e do mercado mundial.

A região acumula projetos estatais que foram planejados em diferentes fases políticas que criaram ou reforçaram representações simbólicas, concretizando no senso comum visões obtusas que foram corroboradas também pela mídia. Os significados multifacetados reúnem desde a salvação para o equilíbrio do meio ambiente até o pertencimento mundial como patrimônio da humanidade, conforme indica Ianni:

São muitos os que percorrem a Amazônia, tanto literal como metaforicamente. Em diferentes épocas, sob perspectivas diversas e em distintas linguagens, percorrem a floresta e o rio, a realidade e o mito, em busca do desconhecido, do inextricável. Em suas narrações, científicas, filosóficas e literárias, empenham-se em classificar o que é, o que teria sido e o que poderá ser essa região, uma espécie de reserva ecológica de todo o mundo, uma invenção poética de todo o mundo. (IANNI, 2001, p. XIX)

A abordagem, ressaltada pelo autor, enfoca a perspectiva que aguçou o refletir em como se arquitetava esse discurso institucional: se fugiria desse arcabouço mítico/imaginário, e como se materializou nos projetos políticos sobre a Amazônia, ponto inicial da inquietação na escolha dessa linha de pesquisa, um lugar cercado de designações metafóricas, como destaca o autor:

A Amazônia está no imaginário de todo o mundo, como a vastidão das águas, matas e ares; o emblema primordial da vida vegetal, animal e humana; o emaranhado de lutas entre o nativo e o conquistador; o colonialismo, o imperialismo e o globalismo; o nativismo e o nacionalismo; a ideia de um país imaginário; o paraíso perdido; o eldorado escondido; a realidade prosaica, promissora, brutal; uma interrogação perdida em uma floresta de mitos. São geógrafos e historiadores, naturalistas e biólogos, sociólogos e antropólogos, romancistas e poetas os que percorrem os meandros e as lonjuras, o presente e o passado, o visível e o invisível, de modo a alcançar a resposta, o esclarecimento, o exorcismo ou o encantamento (IANNI, 2001, p. XVIII).

A região desperta diferentes sentidos sobre significantes que regem um espaço de diversidade única, como aponta Ianni, e que é reduzida em discursos que a traduzem de forma reducionista.

Na ótica da Análise Crítica do Discurso, base metodológica desta pesquisa, o texto institucional revela posições ideológicas e culturais que definem os pressupostos econômicos, filosóficos e políticos que orientam o contexto de produção de todo discurso, indicando para o que é válido, possível e admissível num determinado momento histórico institucionalizado. É factível através dele, analisar o movimento ideológico e as imposições do poder que o cerca. A escolha dos tipos de discursos para corpus de análise foi o passo seguinte.

O ponto de partida de uma análise discursiva é o trajeto temático e não somente a seleção de discursos que sejam interessantes por si mesmos de serem analisados, como afirma Guilhaumou (2002), associado à representatividade dos discursos, em uma relação direta com a homogeneidade de ocorrência no espaço e no tempo, e pelo suporte ideológico que a ampara. O autor ratifica ainda que não há uma desconexão entre o discurso e a realidade. Assim, o discurso é portador dos recursos interpretativos, sendo desnecessário deixar o texto para compreender seu sentido. Tudo está nele: as contradições e complementariedades. Optou-se pelas mensagens dos presidentes da República ao Congresso Nacional, comunicação oficial,

parte de um rito protocolar, que além de apresentar um relato do planejamento para Amazônia, indica o percurso desta voz hegemônica durante todo mandato em vigor. Definiu-se que os mandatos atravessariam a ditadura militar implantada, a transição para democracia, e a democracia consolidada em dois presidentes reeleitos pelo voto direto.

Assim foi definido o escopo documental pesquisado<sup>5</sup>, que faz parte do catálogo da Biblioteca da Presidência República<sup>6</sup>, no acervos dos ex-presidentes. O material foi digitalizado e disponibilizado a partir de 2013, mas alguns documentos são fotografias e não permitem classificação digital fora de sua base. O que necessitou a busca dos originais para que fossem novamente escaneados/digitalizados para que se tornassem passíveis de integrar um banco de mineração de dados.

A análise de repertório, discursos e interesses, exigiu uma metodologia que incluísse um software com ferramentas específicas. A Análise de Conteúdo contribui metodologicamente com um conjunto de mecanismos que se aplicam aos diversos tipos de discursos, baseados na dedução e inferência, incluindo extração de estruturas traduzíveis em modelos e calculando frequências que fornecem dados cifrados, revelando os repertórios, interesses, direcionando a análise pretendida.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A complexidade do processo histórico de formação social e a dimensão territorial, ao mesmo tempo em que despertam o interesse dos que quiseram conhecer e explicar a Amazônia, ampliaram a dimensão de exotismo que cerca até hoje os discursos sobre ela. A oscilação da perspectiva do imaginário desde o período colonial está entre o infernal e o fantasioso como referenda Magali Franco Bueno (2002, p. 6) definindo em noções-chave das múltiplas narrativas que se construíram sobre a imagem da região: Paraíso Terrestre, Inferno, Oriente, Gênese e Eldorado, consolidando as representações polissêmicas e polifônicas da região.

---

<sup>5</sup> A pesquisa incluiu inicialmente as audiências públicas necessárias para que o projeto de construção da UHE seja aprovado. Mas o volume de documentos já selecionados, reunindo mais de 8 mil páginas, a dificuldade para obtenção de registros completos e passíveis de codificação para análise foram concentrando os estudos nas Mensagens Presidenciais enviadas ao Congresso Nacional, por ocasião das aberturas de sessões legislativas.

<sup>6</sup> Fundada no governo do presidente Wenceslau Brás (1914-1918), a Biblioteca da Presidência da República foi reorganizada a partir de 1951, no governo do presidente Getúlio Vargas, passando a ser especializada nas áreas de legislação, direito administrativo, direito constitucional e ciência política. É sediada no Palácio do Planalto, está ligada ao Gabinete Civil, o que levou a incorporação de parte do acervo bibliográfico da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Hoje tem um acervo com mais de 42 mil itens, sendo mais de 3 mil discursos. Disponível em [www.biblioteca.presidencia.gov.br](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br) Acesso: maio /2015.

Erguem-se cenários repetitivos de estereótipos padronizando conceitos na tentativa de entender e explicar a região.

Esta pesquisa centra-se na Amazônia, região que tem papel proeminente na matriz energética nacional. A inserção do Brasil na crise que atingiu estruturalmente o capital no início do século XXI determinou o chamado “novo desenvolvimentismo”, um processo de reorganização do capitalismo no território definindo novas estratégias do Estado, o que incluiu a retomada do planejamento tendo o Programa de Aceleração do Crescimento<sup>7</sup> como proposta articuladora que define a política de infraestrutura energética nacional. Nesse cenário, a Amazônia emerge numa dinâmica já vivida em governos anteriores ao período democrático: retoma o papel de eldorado e nova fronteira hidroenergética a partir da mercantilização da natureza. O processo de planejamento prevê não apenas o apoio em esferas de decisão do capital e da política, mas também de referendo popular, com discursos articulados de convencimento de que o país vive um novo momento e necessita da região no desafio de atender a um projeto único de desenvolvimento nacional.

As usinas hidrelétricas são responsáveis pela geração de mais de 75% da eletricidade do Brasil<sup>8</sup> e são propagadas como soluções limpas e sustentáveis mas se mostram historicamente predatórias. No planejamento do Estado<sup>9</sup> que aponta um potencial hidrelétrico estimado em cerca de 260 GW, 40,5% estão concentrados na Bacia Hidrográfica do Amazonas. Assim, a Amazônia se torna protagonista e palco de embates que emergem da decisão estatizante e autoritária de implantar nela grandes projetos hidrelétricos que consagradamente trazem a reboque pressão sobre comunidades ribeirinhas, conflitos fundiários, desestruturação de territórios indígenas e quilombolas, porque estas intervenções infra-estruturais desprezam a sua configuração social.

Há, portanto, um subdimensionamento dos impactos ambientais resultantes da geração de energia hidrelétrica na Amazônia, principalmente no processo de planejamento para permissão da construção de hidrelétricas na região, documentado nos Estudos de Impactos

---

<sup>7</sup> PAC – o Programa de Aceleração do Crescimento criado em 27 de janeiro de 2007, através do Decreto 6.025. O governo Lula (2003 – 2011) o criou sob o conceito de “um novo modelo de planejamento, gestão e execução do investimento público”, articulando projetos de infraestrutura públicos e privados e medidas institucionais com o objetivo de aumentar o ritmo de crescimento da economia. O Programa pretendia “modernizar a infraestrutura, melhorar o ambiente de negócios, estimular o crédito e o financiamento, aperfeiçoar a gestão pública e elevar a qualidade de vida da população”. Disponível em: [www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/](http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/pac-programa-de-aceleracao-do-crescimento/visao-geral/). Acesso: junho/2015.

<sup>8</sup> Dado disponível em: [www.brasil.gov.br/meio-ambiente](http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente) Acesso em 05/12/2016.

<sup>9</sup> Dado disponível em: [www.brasil.gov.br/infraestrutura](http://www.brasil.gov.br/infraestrutura) Acesso em 05/12/2016.



Ambientais (EIA) e nos Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). Porém o conteúdo discursivo estratégico (e publicitário) legitima e agenda midiaticamente a opinião pública. Reforça desta maneira a imagem da exploração hídrica na região como essencial para o desenvolvimento nacional; e das hidrelétricas como uma opção exemplar de energia renovável, limpa e sustentável.

Portanto, esta PESQUISA referencia-se em compreender as seguintes **questões**:

- 1. Como em distintos períodos históricos/ideológicos as mensagens oficiais de seis presidentes da República do Brasil (1969-2010), enviadas ao Congresso Nacional, tomadas aqui como formas discursivas de dominação, configuram os grandes projetos hidrelétricos para a Amazônia?**
- 2. Como essas mensagens enunciam as representações política, econômica e social sobre a região amazônica?**

Foucault (2010) ressalta que o discurso é uma prática que se constitui de um jogo estratégico entre dizeres e fazeres construindo saberes regidos por determinadas regras discursivas. Já Orlandi (2003, p. 16) atribuiu ao discurso um “sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística”. Assim, o processo discursivo é elemento relevante para compreender a produção social de sentidos sobre a Amazônia, a partir de sujeitos históricos, e da materialidade registrada das linguagens nos documentos selecionados.

Na pesquisa aqui desenvolvida buscou-se a compreensão dos discursos institucionais do Estado, construídos no/para o jogo estratégico das relações de poder na região, na polêmica exploração dos recursos hídricos que dispõe. Enumeram-se, a partir disto, as hipóteses que norteiam esta pesquisa:

- 1) Independente do recorte temporal/ideológico há uma permanência da forma discursiva oficial na implantação de grandes projetos hidrelétricos na região, se materializando de forma uníssona e apresentando a ausência do conflito, enunciando decisões políticas e administrativas, destacando ações do Estado que permitem a execução da obra nos prazos e custos previstos nos contratos acordados entre o governo federal e o concessionário, bem como contemplem em alguma medida as demandas dos atingidos, das comunidades, das organizações da sociedade civil, das prefeituras, do mercado local e dos demais atores envolvidos.**

- 2) **Esta forma discursiva análoga demonstra, em períodos políticos distintos, estratégias semelhantes para reduzir a intensidade dos conflitos e danos à imagem institucional, buscando um grau de consenso nas disputas entre os atores do Estado, do mercado e da sociedade civil.**

O sistema político da república brasileira está assentado em um regime do tipo presidencialista, que demarca de forma rígida a separação dos poderes, definindo a independência entre as três esferas do poder político. Assim, os Estados que adotam o sistema presidencialista se cercam de cautelas para que um poder se abstenha da prática de atos que se interfiram no âmbito da competência de outro. (GOULART, 1995, p. 120). O papel do Presidente da República é emblemático em termos de representação nacional, e se propõe como essencial na estabilidade democrática.

Essa pesquisa documental tem como corpus de análise 37 mensagens enviadas ao Congresso Nacional por seis presidentes: Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979), João Baptista Figueiredo (1979-1985), José Sarney (1985-1990), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), totalizando cerca de 8 (oito) mil páginas de documentos analisados (Ver Tabela 1). A exclusão do período de 1990 a 1994 (Presidentes Fernando Collor de Melo / Itamar A. C. Franco) deu-se após a leitura inicial das Mensagens dos mandatos, em que o impeachment domina o relato das ações governamentais, discursos centrados na justificativa política em permanecer na presidência. Os mandatos ilustram períodos históricos diferentes: a ditadura, a redemocratização e a eleição de um partido de esquerda.

**Tabela 1** - Quantidade de Mensagens Presidenciais/Páginas por Mandato

PRESIDENTES	PERÍODO	MENSAGENS	PAGINAS
Emilio Garrastazu Médici	1969-1974	05	682
Ernesto Geisel	1974-1979	04	1063
João Baptista Figueiredo	<b>1979 - 1985</b>	06	1.038
José Sarney	1985-1990	05	1.133
Fernando Henrique Cardoso	1995 – 1999 1999 – 2003	08	1.997
Luiz Inácio Lula da Silva	2003-2006 2007-2010	09	2.297
TOTAL		37	8.210

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2015

Este corpus de análise composto pela comunicação protocolar do Estado brasileiro, é significativo do ponto de vista comunicacional e em termos políticos, por apresentar representações simbólicas das políticas públicas para a região. Em sua natureza valorativa e representativa, o conteúdo destes discursos revela potencial para um levantamento quantitativo e qualitativo; e se adequa na aplicação metodológica da análise crítica de discurso e análise de conteúdo, com uma complexidade essencial para um levantamento de natureza categorial e inferencial.

O problema inicial de investigação científica é a escolha de um método para um problema e justificar a definição dos procedimentos metodológicos de constituição dos dados de análise das informações como ressaltam Bauer e Gaskell (2012). Nesta pesquisa, propõe-se a análise do conteúdo como a base para tratamento dos dados de acordo com os objetivos propostos, na busca por resposta à questão investigada.

A abordagem metodológica desta pesquisa desenvolve-se na perspectiva da Teoria do Discurso, Análise Crítica do Discurso, e Análise de Contexto, no esforço de inferir o rigor da objetividade e a subjetividade interpretativa, utilizando procedimentos sistemáticos para o levantamento de indicadores para delinear o conhecimento proposto, com autores base como: Teun van Dijk, Eni Orlandi e Ruth Wodak . A intenção é não se restringir à funções heurísticas e verificativas , mas reunir múltiplas técnicas, na busca de uma a descrição minuciosa de um "documento-objeto", e também na descrição da ordem do discurso de uma instituição, sobressaindo as formas ideológico-discursivas impostas e as relações de dominação que se determinam em relação à região Amazônica.

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Principal**

Assim, a percepção sobre a região é fruto de um campo que reúne estratégias e ações dos envolvidos, e de conteúdos que estão em um hiato dispondo transversalmente o silêncio e a imposição – por vezes distorcida - dos temas conflituosos. Entende-se que o discurso pode revelar o papel da comunicação, desde que a análise não se restrinja à dimensão textual e considere, entre outros pontos, as condições de produção e inter-relação e as circunstâncias sociais que os pré-estruturam.

Propõe-se assim, como objetivo principal **analisar a natureza dos discursos oficiais sobre os grandes projetos hidrelétricos na Amazônia– através das mensagens anuais do Executivo de seis (06) presidentes, enviadas no início de cada ano ao Legislativo num período de oito (08) mandatos presidenciais, em diferentes recortes temporal/ideológico – identificando elementos simbólicos e estratégicos na voz hegemônica do poder.**

### 1.2.2. Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral proposto, definiram-se os seguintes objetivos específicos: **identificar a classificação da presença/ausência de referência a grandes projetos hidrelétricos na região em mensagens presidenciais ao Congresso Nacional; categorizar, através de modelagem de KDD, quantitativa das menções semânticas sobre o tema; discriminar convergências e divergências encontradas entre o discurso oficial nos diferentes contextos políticos; contextualizar os discursos com os períodos históricos; analisar quantitativa e qualitativa os conteúdos discursivos relacionados ao contexto político em que estão inseridos.**

## 1.3 ESTRUTURA DA TESE

Esta pesquisa está organizada em cinco capítulos que se subdividem para melhor disposição do objeto pesquisado. O Capítulo 1 apresenta a introdução, o problema, os objetivos e a estrutura desta pesquisa. No Capítulo 2 estão relacionadas as diversas imagens construídas sobre a região Amazônica e as tramas do sentido discursivo construídas sobre ela; os grandes projetos para ela planejados, os consequentes danos na região com a mercantilização da natureza e os projetos hidrelétricos de interesse nesta pesquisa; e ainda se apresentam os conceitos gerais sobre o discurso, a análise do discurso e seu percurso histórico, numa revisão da literatura essencial na compreensão do problema definido.

No Capítulo 3 são abordadas as principais características do processo metodológico desta pesquisa, o embasamento metodológico desta pesquisa, incluindo o estado da arte do silêncio discursivo, da intertextualidade, o campo político e os discursos produzidos nesse espaço. Discute-se a interdisciplinaridade proposta para o tema, e a construção da pesquisa quantitativa e qualitativa, a metodologia de mineração de texto. Estão apresentados os softwares usados para obtenção de conhecimento a partir da investigação sobre os documentos,

e relaciona-se com a base teórica a partir das análises propostas por Van Dijk, Eni Orlandi e Maingueneau; e definem-se as mensagens analisadas.

No capítulo 4 estão relacionados os mandatos presidenciais e seus contextos históricos, fazendo a apresentação das inferências e análises do corpus delimitado por contextualização dos períodos presidenciais.

No capítulo 5 apresentam-se as considerações finais sobre a pesquisa realizada, com as respostas às questões apresentadas inicialmente e os objetivos da tese; listam-se ainda as referências bibliográficas.

## 2. AMAZÔNIA: TERRITÓRIO POLISSÊMICO

Este capítulo especifica conceitos onde o corpus da pesquisa se situa, salientando a multiplicidade de sentidos sobre a região Amazônica – dos mitos e a escolha da matriz energética que colocam em cheque a sobrevivência da biodiversidade e do homem amazônida. Apresentam-se elementos teóricos que norteiam a pesquisa, desde a conceituação do discurso até a seu emprego no campo político, composto de uma semântica global com várias dimensões sob a qual se apoia, destacando como critica Derrida (2002) que o olhar sobre esse discurso não pode se prender apenas a "forma", "sentido", e relevar a "força", "da energia viva do sentido" que compõem essas dimensões. Ou ainda que, como destaca Maingueneau (2008), o interdiscurso precede o discurso. Assim, nesta parte da pesquisa, apresentam-se elementos fundamentais para compreensão do discurso multidimensional, sem esquecer que "os textos assinados por pessoas que sem dúvida viram, observaram, analisaram, refletiram o animal mas nunca se viram vistas pelo animal" (DERRIDA, 2002, p.32) .

Além disso, relaciona-se a posição do modelo hidrelétrico dentro da matriz energética brasileira como justificativa para o eixo dessa investigação. Para contextualização da análise posterior, expõe-se a seguir uma síntese dos três grandes empreendimentos hidrelétricos existentes na Amazônia: Balbina Tucuruí e Belo Monte.

### 2.1 QUANTAS AMAZÔNIAS CABEM EM UMA AMAZÔNIA?

A Amazônia pode ser tratada a partir de diferentes conceitos que a demarcam. A região delimitada pelo viés econômico refere-se a Amazônia Legal, estabelecida para o planejamento de integração territorial proposto para a região. A delimitação pela visão político-administrativa se define como referência à Região Norte. O conceito de Pan-Amazônia refere-se à Amazônia Sul-Americana, parte do território dos países limítrofes da Amazônia brasileira, destacando o potencial geopolítico e econômico.

A definição de Amazônia Legal fruto de um conceito político e não de uma imposição geográfica, foi atribuída à região pelo governo brasileiro em 1953, através da Lei 1.806, de 06.01.1953, (criação da SPVEA<sup>10</sup>). A referência era a então à extensão da Floresta Amazônica

---

<sup>10</sup> Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) criada em janeiro de 1953 para elaborar e conduzir um plano de desenvolvimento para a região, hoje equivale a atuação a Sudam, momento em que foram incorporados à Amazônia Brasileira o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°),

no território brasileiro, foi criada com a intenção de facilitar e fomentar projetos de desenvolvimento no norte florestal do país, antes a Hileia Amazônica, oficializado durante o último governo de Getúlio Vargas, nos anos 50. Compreendia os seis estados da Região Norte<sup>11</sup> (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), Mato Grosso, Tocantins e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo representa 53% do território do país (5.020.000 km<sup>2</sup>).

Em 1966, a Lei 5.173 de 27.10.1966 extinguiu SPVEA e criou a SUDAM o conceito de Amazônia Legal foi redefinido para um novo projeto de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31, de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. A Constituição Federal de 05.10.1988 criou o Estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá foram transformados em Estados Federados (Disposições Transitórias art. 13 e 14). Os limites dessa definição foram alterados várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. Em 2015 com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o governo federal passou a considerar integralmente o Estado do Maranhão como parte da Amazônia Brasileira.

Complexidade e heterogeneidade são adjetivos mais apropriados para relacionar a representação do enunciado “Amazônia”. Sinônimo atual de biodiversidade, ecossistema amazônico é resultado de processos geológicos, geomorfológicos, climatológicos, hidrográficos e biológicos que ocorreram na América do Sul, e a interação deste com a população humana moldou os padrões ambientais presentes na região (OTCA, 2008, p.32).

Internacionalmente tem seu espaço espalhado por nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Os integrantes da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), oito, empregam critérios próprios na definição de Amazônia, estabelecendo três métodos alternativos para delinear a região: o Ecológico (ou biogeográfico), o Hidrográfico, e o político-administrativo. O primeiro apresenta como indicador a extensão do bioma floresta tropical úmida e subtropical sul-americano; o segundo aponta a extensão total da bacia amazônica e de outras bacias ou microbacias ligadas à amazônica. E a último critério definidor, compreende limites político-administrativos de

---

o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16° latitude Sul). Fonte: IBGE

<sup>11</sup> Fonte: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/informacoes-ambientais/geomorfologia/15819-amazonia-legal.html> . Acesso: janeiro/2017.

diferente hierarquia estabelecidos para cada país e definidos como parte da sua Amazônia (OTCA, 2008, p.39). Conforme a tabela a seguir:

**Tabela 2** - Superfície da Amazônia/Critérios: Hidrográfico/Ecológico/Administrativo <sup>12</sup>

País	Área por País (km <sup>2</sup> )	Superfície da área amazônica Critério Hidrográfico* (km <sup>2</sup> )	Superfície da área amazônica Critério Ecológico** (km <sup>2</sup> )	Superfície da área amazônica Critério político-administrativo*** (km <sup>2</sup> )	Importância regional da Amazônia nacional (%)	Importância nacional da Amazônia (%)
Bolívia	1.098.581	724.000	567.303	724.000	9,8	65,9
Brasil	8.514.876	3.869.953	4.196.943	5.034.740	67,9.	59,1
Colômbia	1.141.748	345.293	452.572	477.274	6,4	41,8
Equador	238.561	146.688	76.761	115.613	1,6	40,8
Guiana	214.960	12.224	214.960	214.960	2,9	100,0
Peru	1.285.216	967.176	782.786	651.440	8,8	50,7
Suriname	142.800	-	142.800	142.800	1,9	100,0
Venezuela	916.445	53.000	391.296	53.000	0,7	5,8
TOTAL	13.598.187	-	-	7.413.827	100	-

Fonte: PNUMA/OTCA (2008, p. 41)

\* Ecológico (ou biogeográfico): usa como indicador a extensão correspondente ao bioma floresta tropical úmida e subtropical sul-americano, localizado ao leste da cordilheira dos Andes.

\*\* Hidrográfico: considera a extensão total da bacia amazônica. No entanto, é preciso destacar que, quando este critério é empregado na análise, faz-se também referência a outras bacias ou micro bacias que têm uma estreita ligação com a amazônica.

\*\*\*Político-administrativo: refere-se à área compreendida pelos limites político-administrativos de diferente hierarquia estabelecidos para cada país e definidos como parte da sua Amazônia.

Fonte: PNUMA/OTCA (2008, p. 41)

Assim, de acordo com o critério político-administrativo, a região amazônica ocupa uma superfície de 7.413.827 km<sup>2</sup>, equivalente a 54% do território dos oito países-membros da OTCA. Em cinco dos oito países (Bolívia, Brasil, Guiana, Peru e Suriname), a área amazônica

<sup>12</sup>Dados para composição do critério ecológico ou biogeográfico com base em arquivos e informação proporcionados por: Conservation International/WWF, Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi) – Colombia, Programa de Ordenamento Ambiental do Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana (IIAP), Centro de Pesquisa Agrícola Tropical – Bolivia (CIAT-Bolivia) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O critério hidrográfico ou de bacia foi elaborado mediante arquivos e informação obtidos de: HydroShed (USGS/WWF) Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi) – Colombia, Programa de Ordenamento Ambiental do Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana (IIAP), Centro de Pesquisa Agrícola Tropical – Bolivia (CIAT-Bolivia) , Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Geográfico da Venezuela Simón Bolívar. O critério político-administrativo foi elaborado com base em arquivos e informação da Colômbia: Ministério do Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Territorial e Instituto Amazônico de Pesquisas Científicas (Sinchi); Peru: Conselho Nacional do Ambiente; Programa de Ordenamento Ambiental do Instituto de Pesquisas da Amazônia Peruana (IIAP); Bolívia: Vice-Ministério de Biodiversidade, Recursos Florestais e Meio Ambiente; Centro de Pesquisa Agrícola Tropical (CIAT-Bolívia); Brasil: Ministério do Meio Ambiente do Brasil; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Venezuela: Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais da Venezuela; Instituto Venezuelano de Pesquisas Científicas (IVIC); Instituto Geográfico da Venezuela Simón Bolívar; Equador: Ministério do Ambiente; Centro de Levantamentos Integrados de Recursos Naturais por Sensores Remotos (Clisen) do Equador; Guiana: Agência de Proteção Ambiental; e Suriname: e Ministério do Trabalho, Desenvolvimento Tecnológico e Meio Ambiente. (PNUMA/OTCA, 2008, p. 39)



representa mais da metade do respectivo território nacional. Por esse critério, a Amazônia representa 3,5 vezes a soma dos territórios da Espanha, França, Alemanha, Itália e do Reino Unido, 3,6 vezes o do México e 75% o da China (OTCA, 2008). Quanto à ocupação, no Brasil concentram-se 68% de toda a população amazônica, seguido do Peru, com 9%.

Solidificadas no senso comum, estes números colossais, que se mostram imprecisos com tantos critérios definidores, são base que reforçam a diversidade de imagens criadas sobre uma região plural, dificilmente resumida em um conceito singular. As Amazônia, como destaca Gonçalves (2008), estão espalhadas na diversidade das paisagens distintas que a formam:

Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de águas brancas e dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra dos Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas. (GONÇALVES, 2008, p. 9).

Desde as ocupações pré-colombianas até os colonizadores europeus, a região coleciona conceitos revelando discursos intencionais que a apresentam hora tendo a natureza exótica como referência central hora como terra desocupada com atributos ideais para exploração, ou como santuário que deve se manter intocável.

Uma enunciação que revela sua estratégia por regularidades através das mudanças discursivas ao longo do tempo: a natureza alçada à condição de atributo máximo de classificação, a paisagem como enquadramento central, espetacularizada por um discurso de caráter mítico, presente de formas mais ou menos semelhantes, ainda que com finalidades diversas, nos vários momentos e nos diferentes campos discursivos. (STEINBRENNER, 2007, p. 02)

A autora destaca a disputa pela produção de sentido sobre a Amazônia, tendo o mito como ferramenta que simplifica e se revela estratégica do discurso exógeno para exploração de seus recursos naturais, que normalmente invisibilizam sua população.

Como ressalta Aragón, está exposto um desconhecimento sobre a região, que em oposição, é assunto dos mais altos foros políticos e científicos mundiais, mas ainda hoje não se apresentam respostas satisfatórias sobre as perguntas formuladas sobre/para a região; “[...] será que se sabe, hoje, com certeza, onde é essa Amazônia que tanto se fala? Ou numa dimensão maior, qual é a sua realidade atual e qual será seu futuro?” (ARAGÓN, 2013, p. 27). A Amazônia tem um conceito polissêmico, conclui o autor, sendo criada e recriada ao sabor circunstancial de interesses.

Os discursos construídos sobre a Amazônia estão impregnados de significados que trazem a marca da colonização europeia, confinados aos discursos ideológicos e políticos dominantes, como destacam os estudos de Ana Pizarro e Neide Gondim. Desta maneira foi produzida uma identidade discursiva que o próprio nativo não consegue identificar e passa apenas a se ver através do olhar do outro. O jogo simbólico do poder acabou definindo a outorga de características e estigmas simbólicos e morais, como destaca Pizarro (2013, p 31): “A Amazônia é uma região cujo traço mais geral é ter sido construída por um pensamento externo a ela”.

Pizarro acrescenta que a construção do discurso sobre o espaço amazônico recebe a uma identidade que impede a região de ser vista em sua complexidade, originalidade, diversidade étnica e cultural. E assim se produz um discurso fixo e homogêneo:

Trata-se de uma área que é vista como a mais distante do desenvolvimento, apesar de ter sido uma das primeiras da América Latina a se modernizar, durante o período da borracha; hoje é um centro de pesquisa científica e tecnológica de ponta, com relação à diversidade, recursos hídricos, indústria farmacêutica e outros (PIZARRO, 2012, p.19) .

A região, como construção discursiva, acumula imagens construídas a partir de discursos externos em diferentes momentos históricos, onde o espaço físico e humano dispõem de elementos que se tornaram, como ressalta Pizarro (2012, p.19), “dispositivos simbólicos no ocupante, desencadeando conexões semióticas do imaginário, permitindo-lhe construir com o que vi um universo mítico, que respondeu a suas deficiências, expectativas, necessidades físicas e espirituais”. O que determinou a criação de representações expressas em discursos uníssonos, fruto da interação entre ocupantes nativos e novos ocupantes deste espaço.

Dutra (2005, p. 11) caracteriza “Amazônia” como “uma palavra caleidoscópica”, um conceito distinto de outros espaços, campo de embates por sentidos que possam explicitar a ação de sujeitos produtores das polaridades que se estabelecem e fabricam novos sentidos; contextos, o imaginário de discursos constituídos e posicionados ideologicamente, que buscam definir o que consideram como o real significado da região. Sendo assim a Amazônia é um:

enunciado catalisador de múltiplos discursos, mantém e realça fragmentos daqueles sentidos que podemos considerar como fundadores dos relatos das descobertas, produtos e produtores de uma polarização instituída por práticas discursivas que estabelecem uma lógica dicotômica que dá visibilidade aos recursos naturais e, no mesmo processo, promove a invisibilidade humana. (DUTRA, 2005, p. 11)

A construção do imaginário amazônico é contínua e influencia a formação de visões que possam ser produzidas sobre a Amazônia. Relembrando a expressão publicada em 1974 por Armando Mendes, a “Invenção da Amazônia”, que demarca a visão desenvolvimentista dos governos da ditadura militar, conjunto de ideias que está na raiz do pensamento econômico regional; e configuração do sentido histórico modernizador “alienígena”, como definiu o autor posteriormente.

Ao descrever a Amazônia de forma plural e múltipla, complexa, e desafiando o planejamento das políticas de desenvolvimento regional, Mendes (2001, p. 11) impõe como resultado futuro uma encruzilhada em que os caminhos apontam em diferentes direções: a do “ferrete<sup>13</sup> exógeno” ou do “sinete<sup>14</sup> endógeno” de afirmação amazônica. Sendo a primeira, a visão exógena da submissão passiva ao que vem de fora, que marca a ferro em brasa a propriedade que será explorada: “[...] para solução de problemas estranhos a ela: espaço para excedentes populacionais de outras regiões, nações ou continentes, ou investimentos tipo enclave, ou transposição de sua bacia hidrográfica [...] transformação da sua natureza em santuário intocável e coisas semelhantes. (MENDES, 2001, p 11). De outrossim, a chancela amazônica seria opção contrária do selo “[...] ou carimbo amazônico significando trabalhar naquilo que a região sugere (ou impõe), a partir das suas notórias singularidades naturais - as amazonidades”. (ibidem , p.11).

A mesma expressão “Invenção da Amazônia” foi ampliada por Gondim (2007), que pesquisa no exotismo da literatura sobre a região o imaginário do colonizador em contraste com a realidade dos nativos. A fundação do processo discursivo que imprimiu as primeiras representações do mito clássico do Eldorado, berço do imaginário fantasioso e superlativo de um paraíso terrestre com riquezas misteriosas, protegido por mulheres guerreiras. Um discurso de validação à exploração das áreas do rio Amazonas.

Sá (2000) relaciona os vários enunciados discursivos sobre a Amazônia, dentre os imaginários produzidos: “Hylaea encantadora”, “celeiro do mundo”, do cientista Alexander Von Humboldt; “A Selva”, do escritor Ferreira de Castro; “a margem”, “sem história”, “paraíso perdido” do geólogo/escritor Euclides da Cunha; “Inferno Verde”, do romancista Alberto Rangel; a que acrescenta o vazio demográfico dos militares; pulmão do mundo da ecologia

---

<sup>13</sup> Instrumento de ferro posto em brasa e destinado a marcar escravos, criminosos e animais.

<sup>14</sup> Utensílio com assinatura, monograma ou divisa gravada em alto ou baixo-relevo e que se usa para imprimir em lacre, cera, papel, chancela.

contemporânea; a fronteira vulnerável; o risco para a segurança nacional, e a biodiversidade que não pode ser colocada em perigo, dos discursos atuais da sustentabilidade.

Na mídia, Costa conclui que a Amazônia é apresentada por formações discursivas e ideológicas que reforçam a imagem de colonialidade quando optam por textos permeados de estereótipos: “As representações são originárias do distanciamento geográfico e político no qual se encontra a região e se inserem em uma ideologia nacionalista que privilegia a delimitação formal da existência, ao invés de interagir com novas interpretações da história e da cultura”. (COSTA, 2011, p. 22)

Quando a narrativa jornalística não negligencia ou invisibiliza o homem, confirma a submissão do povo amazônico.

Os homens são interpretados como indiferentes à reação, impotentes diante da ilegalidade e da impunidade e incapazes de autodeterminação na economia da nação. Ao relacionar o jeito de ser dos amazônidas com as paisagens naturais, o jornalista extermina a produção de subjetividade cultural, social e política, apagando a ação desses homens no mundo, enquanto seres históricos. Perpetua-se assim uma relação de colonialismo interno entre o Brasil e a Amazônia, que potencializa a cultura oficial nacional civilizada e descarta o saber local. (COSTA, 2011, p.275)

A visão exógena da mídia, produtora de sentido, reproduz e reforça a visão hegemônica da Amazônia, retratada como o exótico, abundante de recursos naturais, mas habitada por um povo representado no discurso “como grupos humanos congelados no tempo, espécie de seres estranhos ao mundo contemporâneo” (DUTRA, 2009, p. 23).

É por isso que a produção e a circulação dos discursos sobre a natureza, que petrificam a Amazônia no tempo, ao exaltar os recursos e produzir um recorrente vazio humano ao desfocar os “povos da floresta” aí sobreviventes, não significa que tais realidades – as realidades não midiáticas – sejam eternas. Elas são, sim, discursivamente eternizadas na mídia, na medida em que a recepção, ou, em sentido lato, a sociedade, assim o aceitam, pois essa cristalização não é uma invenção da mídia. Esta apenas recupera e reelabora sentidos socialmente estabelecidos, a partir de suas próprias estratégias produtivas. (DUTRA, 2009, p. 239)

De outro lado o enunciado “Amazônia” adquire um valor simbólico diferente quando atende ao capital. É marca mercadológica e institucional, com imagem harmônica e pacífica, como referencia Amaral Filho (2010), explorada pelos grandes veículos de comunicação de massa:

Esta garantia se dá em função de que a marca Amazônia atingiu um status globalizado que permitiu que ela se incorporasse a um imaginário planetário, muito além do que prediz o enunciado, ou seja, uma marca que carrega consigo sentidos outros, que envolvem possibilidades concretas de proteção

do meio ambiente, da biodiversidade, do desenvolvimento sustentável, dos bichos e das populações amazônicas, e um valor simbólico advindo destas mesmas concretitudes, por isso mesmo, como um valor muito mais afetivo, portanto, um sentido que expressa essa perspectiva de uma cultura global que se apropria de valores culturais para transformá-los em mercadorias, tomada aqui no seu “carácter fetichista” a partir do imaginário. (AMARAL FILHO, 2010, p. 21).

A imagem percorre significados para além do espaço físico, atribuindo significantes comerciais. A Amazônia das campanhas institucionais evidencia o discurso imagético do verde, fauna e flora diversas, como aponta Gonçalves (2008), enunciados que encobrem os reais nuances que a posicionam como submissa. São as mensagens em que as empresas utilizam as imagens do homem local e seu habita como construto da responsabilidade do capital com o meio ambiente.

De um lado, a região é transformada em produtos em que a estratégia mercadológica está associada a percepções de preservação. De outro, capitaliza-se tudo que possa ser positivo em relação a esta imagem, e assim possa somar valor agregado aos produtos:

As dimensões discursivas que a Amazônia alcançou como marca, ou seja, como um conceito que se realiza enquanto imagem, refletindo principalmente conotações afetivas, ressonâncias que, ao mesmo tempo em que o individualiza, visa a dar-lhe o máximo de significações que possam suscitar fidelidade na recepção, esta, por sua vez, orientada via publicidade, por um intenso processo de massificação que objetiva a naturalização desse conceito em um espaço público formado por descontinuidades próprias da modernidade. (AMARAL FILHO, 2010, p. 22).

Tudo pode ser comercializável: os tons das cores da floresta, animais, paisagens, sabores, aromas, tradição, até os radicais da palavra Amazônia, são transformados em produtos – de cosméticos a ofertas alimentícias e de vestuário. Na publicidade, a Amazônia é “uma idéia que se desdobra em conceitos de produtos a que se agregam valores estéticos que, por sua vez, têm sua origem em componentes do imaginário saídos da floresta” (AMARAL FILHO, 2008, p. 84).

Não há inocência na produção discursiva sobre a Amazônia. Os discursos produzem efeitos determinantes sobre as decisões que se sucedem na região.

## 2.2 GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS: AS MANCHAS DE UMA ENERGIA BATIZADA DE “LIMPA”

É necessário esclarecer o uso de um dos termos de interesse desta pesquisa: a expressão “grandes projetos”. Nos últimos 40 anos, a palavra “projeto” foi associada a esse contexto de problemática do desenvolvimento, principalmente nas regiões consideradas economicamente e socialmente subdesenvolvidas. A associação depois foi com a expressão “pacote”, em um período de inflação e dívida externa (Hébette, 1995). Palavras que sugeriam a recuperação da economia e a solução dos problemas como num encantamento, desconsiderando a presença do homem amazônida.

Eram [termos] para alguns, parece, verbos sibilinos e palavras mágicas capazes de revelar os arcanos do crescimento e abrir ao país os portões do Primeiro Mundo; os “Projetos” então deveriam ser “grandes”, à altura deste “país continental”, de seu complexo de subdesenvolvido e de sua ambição de possuidor dos maiores recursos do planeta: os maiores rios, a maior floresta virgem com a mais elevada biodiversidade.” (HÉBETTE, 1995:361)

Os Grandes Projetos são personagens determinantes de um cenário de montagem de estruturas político-produtivas para atender essa integração ao mercado mundial (Castro e Acevedo Marin, 1989:32), sob a égide de um discurso continuamente reatualizado de que essas ações seriam parte de um planejamento de estratégias de modernização para desenvolvimento regional (Castro, 1995), ao mesmo tempo sem audição para as reivindicações locais e regionais contrárias a esse modelo de modernização que privilegia o capital em detrimento as condições sociais e ambientais da região.

Definidos pela magnitude dos investimentos aplicados na extração de recursos naturais, infraestrutura ou indústria de transformação (Pinguelli Rosa, 1988), os grandes projetos foram instalados na esteira dos programas de colonização, reorientando os fluxos migratórios e de mercadorias, convertendo a região em um eixo de colônias de exploração e de colônias demográficas do sudeste brasileiro (Martins 1986).

Na acepção de Bortoleto (2001) Grandes Projetos de Investimento são:

apresentados à sociedade como essenciais ao desenvolvimento da nação. Mas esse desenvolvimento fica em grande parte restrito ao centro hegemônico da economia nacional, não chegando a atingir regiões receptoras e, conseqüentemente, não vindo a amenizar os impactos causados com a implantação desses empreendimentos. (BORTOLETO, 2001, p. 55)

Martins (1993, p.61) conceitua como "projetos econômicos de envergadura", que incluem as rodovias, os planos de colonização e as hidrelétricas. Esse conceito passou a ser difundido enquadrando os projetos por suas dimensões técnicas e financeiras muito acima dos empreendimentos até então existentes e com processo de implantação determinados por "uma ausência de análises sobre as alterações socioeconômicas, culturais e ambientais que causariam às regiões" (BORTOLETO, 2001, p. 54); terminando por não contribuir para a redução das disparidades e desigualdades existentes entre as regiões do país.

Os grandes projetos são "geradores de novas regiões" (VAINER E ARAÚJO, 1992, p.31). São assim considerados porque atraem investimentos, necessitam de mão-de-obra, mas também provocam deslocamentos para estas regiões. De um modo geral, esses grandes projetos acarretam certo "desenvolvimento", se pensarmos em termos puramente econômicos. Como ressaltam os autores, os grandes projetos podem ser caracterizados como modo de produção do espaço, porque concretizam o processo de apropriação tanto de recursos naturais quanto humanos, em distintos pontos do território, obedecendo a uma lógica estritamente econômica.

A ocupação econômica da Amazônia é parte de uma história com vários ciclos de organização, produção e integração econômica exógenos, que atendem a demandas mundiais por recursos naturais, a partir de acesso à sua natureza. Assim, na segunda metade do século XX, a região amazônica adquire o status de região-programa, com uma política territorial planejada pelo Estado para a ocupação a partir de implantação de mega empreendimentos apoiados em uma política de incentivos fiscais.

A exploração dos recursos hídricos e geração de energia elétrica na região tem sido justificada para atender as demandas dos grandes centros industriais localizados no Sudeste do País. Os governos militares a partir do golpe de 1964 estabeleceram os projetos macroeconômicos como base da estratégia de integração nacional, definindo a construção de uma série de projetos na Amazônia dessa natureza.

O discurso do "vazio demográfico", como destaca Aragón (2013, p. 54): "é a visão do conquistador que vê a região como terra de ninguém e sem ninguém, pronta pra ser ocupada e apropriada. Daí os termos colonização, conquista, ocupação e – por que não? – avanço do progresso, como se um novo mundo viesse a cobrir esse enorme vazio". O nacional desenvolvimentismo se estabelece como um planejamento exógeno, revelando seu caráter intervencionista:

a abertura de espaços econômicos em regiões onde a acumulação ainda estava subordinada ao capital mercantil apoiado em formas de produção pré ou não capitalistas – como na Amazônia – os instrumentos à disposição do governo foram largamente utilizados como meios de intervenção para impor uma nova política de desenvolvimento. (BRITO, 2001, p. 148)

O objetivo era converter o País em uma potência econômica, e ampliar as fronteiras do mercado nacional. Considerada pelo Estado como um “vazio”, a região se apresentava como solução para a carência do Nordeste, criando uma rota migratória e forneceria insumos para incrementar a industrialização do Sudeste. Torna-se palco das ações de planejamento regional, com obras, redistribuição de terras, apoio à agroindústria, investimento nas áreas de energia, financiamentos bancários e ampliação da rede de comunicação (BRITO, 2001).

O Programa de Integração Nacional<sup>15</sup> foi instituído como base para conduzir e disciplinar o planejamento, com ações estratégicas que identificavam as obras a serem realizadas por região. Posteriormente, foram criadas vertentes: Plano Decenal<sup>16</sup>, Plano de Metas e Base<sup>17</sup>, Proterra<sup>18</sup>, PND I<sup>19</sup>, PND II<sup>20</sup> e PND III<sup>21</sup>, todos criados a partir de uma linha nacional/desenvolvimentista, originada da Escola Superior de Guerra, formador de militares brasileiros a partir de 1964.

É neste período que se consolidam na região os grandes projetos de construção das usinas hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, confirmando que historicamente a produção de energia elétrica na Amazônia brasileira está ligada diretamente aos interesses inter-regionais e a política de integração energética definida pelo Governo Federal (BECKER, 2005).

---

<sup>15</sup>Criado pelo Decreto-lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176090/000472932.pdf?sequence=3> . Acesso: Janeiro/2017.

<sup>16</sup>. O Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social foi formulado para o período de 1967-76. Coleção de relatórios, estudos e recomendações, não sendo, portanto, instituído pelo governo Costa e Silva. Contudo, ele serviu de base para o PED (Plano Estratégico de Desenvolvimento), elaborado para o período de 1968-70.

<sup>17</sup> Plano elaborado para o período de 1970-72.

<sup>18</sup> Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste.

<sup>19</sup> I Plano Nacional de Desenvolvimento instituído de 1972 a 1974, no governo Médici, manteve os mesmos objetivos de planos anteriores: ocupação da Amazônia, aceleração do crescimento e integração nacional.

<sup>20</sup> Segunda versão do Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado no governo Geisel, de 1974 a 1979, estabelecia quinze polos de desenvolvimento em áreas selecionadas, para onde os investimentos seriam canalizados para a infraestrutura. Propôs transformar o Brasil em uma “potência emergente”, enfatizando a indústria de bens de capital. A partir dele, foi instituído o Polamazônia.

<sup>21</sup> Projetado para vigorar de 1980 a 1985, no governo Figueiredo e foi interrompido no segundo semestre de 1980. Apontou como setores prioritários da economia a agricultura e o investimento em novas fontes de energia.



### 2.3 A ENERGIA DA AMAZÔNIA PARA O BRASIL

O governo federal iniciou o ano de 2018 reinserindo na pauta da mídia a retomada da construção das hidrelétricas de grande porte<sup>22</sup>. A determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) é, até o final de 2018, decidir definitivamente sobre cinco grandes projetos<sup>23</sup> paralisados na região Amazônia, garantindo a viabilidade de construção futura. Somados, as usinas têm 17.508 MW de potencial de geração, quatro vezes a energia assegurada pela UHE de Belo Monte. O Tribunal ainda aguarda posicionamento de avaliações do IBAMA e Ministério do Meio Ambiente sobre unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas que devem ser preservadas. O Tribunal divulgou que pretende criar um Sistema de Avaliação Ambiental Estratégica para dimensionar os danos em comunidades tradicionais e no meio ambiente e considere outros usos dos recursos hídricos e ocupação do solo.

Este Acórdão<sup>24</sup> do Tribunal pode modificar, em médio prazo, as decisões do governo sobre as hidrelétricas na região, uma vez que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) retirou os projetos de novas hidrelétricas do Plano Decenal de Expansão de Energia, delineado até o ano de 2026. O documento é categórico “(...) não é razoável que os interesses dos povos tradicionais prevaleçam, a qualquer custo, sobre os da coletividade” (TCU, 2017, p.77). E destaca que o ICMBio<sup>25</sup> avalia 162 propostas para criação de novas unidades de conservação no âmbito federal e a FUNAI tem 2,786 comunidades aguardando certificação fundiária, só 139 áreas foram reconhecidas pelo Incra.

A necessidade de expansão do setor elétrico retoma a instalação dos grandes empreendimentos hidrelétricos na região sob o discurso de priorizar o projeto de desenvolvimento nacional, a despeito da histórica herança de danos ambientais e desestruturação social nos municípios e áreas do entorno dos projetos. As condicionantes sócio ambientais se submetem ao discurso que privilegia o espaço urbano, que justifica e legitima a

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/estruturacao-de-grandes-hidreletricas-demanda-maior-integracao.htm> . Acesso : fevereiro / 2018

<sup>23</sup> A revisão do TCU relaciona a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Rio Tapajós (PA), com licenciamento arquivado pelo Ibama em agosto de 2016, onde houve o reconhecimento da inviabilidade ambiental da obra, que deve a terra indígena Sawré Muybu, do povo Munduruku, em processo de demarcação. E ainda: a hidrelétrica de Marabá, no Rio Tocantins (PA), com a viabilidade aceita pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel); as usinas de Jatobá, no Rio Tapajós (PA); São Simão Alto e Salto Augusto Baixo, ambas no Rio Juruena, entre os estados de Mato Grosso e Amazonas, em fase de estudos.

<sup>24</sup> Acórdão 2.723/2017, referente ao processo 029.192/2016-1, sessão do dia 6/12/2017.

<sup>25</sup> Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, autarquia em regime especial, fundada em 2007, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e integrada ao Sistema Nacional do Meio Ambiente.

implantação dos grandes projetos sob a égide da ampliação do mercado de trabalho e desenvolvimento local. E ainda se assenta sob a imagem positiva de ser uma energia limpa, expressão que encobre a ausência de participação popular no processo de tomada de decisão sobre a instalação dos empreendimentos, os danos da intervenção na biodiversidade e no microclima local, os danos com as remoções de povos tradicionais (FEARNSIDE, 2015).

Entender as projeções deste setor se torna mais relevante no caso brasileiro, porque as hidrelétricas assumem o papel de regularizadoras do sistema elétrico. A geração hidrelétrica<sup>26</sup> no país representa 62,4% da matriz energética brasileira, seguida pela biomassa (9,1%), gás natural (8,5%), óleo (5,9%), eólica e solar (5,2%), carvão mineral (2,3%), nuclear (1,4%), gás industrial (1,2%) e importação (4,0%). E este modelo faz projeções de expansão, segundo estimativa da Empresa de Pesquisa Energética<sup>27</sup>, do incremento da demanda de energia elétrica até o final desta década em uma taxa média 4,8% ao ano, deslocando o consumo de 456,5 mil GWh em 2010 para 730,1 mil GWh em 2020, só a diferença (274 mil GWh) corresponde a um volume superior ao consumo atual da cidade do México e próximo da quantidade de energia consumida em toda a Espanha.

## 2.4 BALBINA: A USINA NATIMORTA

O projeto de construção da UHE de Balbina foi divulgado em 1975 pela Eletrobrás, mas a construção só iniciou seis anos depois. Localizada na bacia do rio Uatumã, município de Presidente Figueiredo, distante de Manaus cerca de 140 Km em linha reta e 176 Km por rodovia, com acesso pela Rodovia BR 174, que liga Manaus (AM) a Caracará (Venezuela), teve sua implantação cercada de anúncios prevendo problemas ambientais e estruturais, desconsiderados pelo governo em sua efetivação. Oliveira (2000) relata que durante o levantamento estrutural, foram necessárias alterações no prazo de construção reprogramando as metas a partir de 1982 e reposicionando o prazo de conclusão, depois de vários ajustes, para 1989.

Surgida como solução de geração de energia para fixação do Polo Industrial de Manaus (PIM), com o investimento na Zona Franca de Manaus, e atendimento a expansão da área

---

<sup>26</sup> Disponível em <http://www.mma.gov.br/> . Acesso: fevereiro/ 2018.

<sup>27</sup> Disponível em : <http://epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADstico%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%202011.pdf> . Acesso: fevereiro/ 2018.

urbana e o movimento de populações em função do projeto de desenvolvimento econômico da capital amazonense, a usina foi declarada inviável ainda no projeto. O maior alerta foi sobre os danos e conflitos com os Waimiri-Atroari<sup>28</sup>, iniciados em 1967 com a construção da BR 174, cortando a área indígena que estava sob uma área com potencial mineral, o que rendeu vários decretos-leis promulgados para reduzir a posse da terra e afastar o domínio da etnia no local. Rodrigues (2013) assinala que o relatório do Programa Eletronorte/FUNAI de 1991, contabilizava até 1974 uma população Waimiri-Atroari estimada em 1500 indivíduos em 12 aldeias, reduzida 13 anos para 374 distribuídos em 8 aldeamentos.

Os danos sociais previsíveis relacionaram troca de habita com a perda terra, supressão das áreas de caça, aldeias e mananciais, doenças e desnutrição. A etnia viu seu território ser alagado em 234.600 hectares num controvertido programa público-privado de tutela aos índios, que pretendia mitigar efeitos do lago surgido a partir da usina (RODRIGUES e FEARNSSIDE, 2014).

Além disso, o projeto estrutural apresentava problemas na estimativa do aproveitamento hidrelétrico do rio Uatumã. Oliveira (2000) aponta que o planejamento de Balbina previa um abastecimento de 80% da demanda energética de Manaus, entre os anos de 1985 e 1994, utilizando potência instalada de 250MW. O percentual terminou reduzido inicialmente para 65,5% no período de 1987 a 1993, e atingiu 55% depois do desvio do rio Uatumã, declinando progressivamente com o crescimento urbano da capital. O autor destaca que o motivo da incapacidade da usina atingir o potencial projetado era a baixa vazão do rio, inviabilizando a potência pretendida.

O exemplo de Balbina nos fornece várias diretrizes de como o processo decisório pode ser melhorado no Brasil e nas agências internacionais que contribuíram, direta ou indiretamente, para o projeto. As análises de impacto ambiental precisam ser completadas antes da tomada de decisões globais sobre a implementação dos projetos. O sistema atual de avaliação de impactos ambientais, no Brasil, assim como em muitos outros países, tem uma influência indesejável sobre a política científica, além de não enfrentar as causas subjacentes aos processos de desenvolvimento perniciosas ao meio ambiente, como também de não ser capaz de sustar projetos “irreversíveis” como a Balbina. (FEARNSSIDE, 2015, p.98)

---

<sup>28</sup> Depois de muitos conflitos, foi criada a Reserva Biológica do Rio Uatumã, através do Decreto Federal nº 99.277, de 06/06/1990, na área de influência da UHE Balbina, precisamente na margem esquerda do reservatório, totalizando 560 mil ha e ampliada para 943 mil há, em setembro de 2002. Área que inclui os municípios de Presidente Figueiredo, São Sebastião do Uatumã e Urucará. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=521917&tipoDocumento=DEC-n&tipoTexto=PUB> . Acesso: janeiro / 2017.

O autor enumera vários problemas da obra faraônica: perda da floresta; o alto custo de manutenção com o aumento da vegetação que provoca acidez no lago represado e a produção de gás sulfídrico (H<sub>2</sub>S) alterando o ambiente. O autor aponta ainda problemas com a capacidade nominal pequena (250 MW) para uma hidrelétrica que tem uma represa de 2.996 km<sup>2</sup>, quase a mesma dimensão do reservatório de Tucuruí-II (com 2.850 km<sup>2</sup> proporcionando capacidade nominal de 8.370 MW), e a proporção com os danos ambientais provocados: “Balbina sacrifica 35 vezes mais floresta por megawatt de capacidade de geração instalada do que Tucuruí”, conclui (FEARNSIDE, 2015, p. 103)

Fearnside (2015) assinala ainda que o custo da construção da barragem quase dobrou da estimativa inicial de US\$ 383 milhões, com A ELETRONORTE admitindo um custo de US\$ 750 milhões, sem a inclusão do custo da linha de transmissão. Assim, Balbina concluída representa o custo de US\$ 3.000 por quilowatt de capacidade instalada, enquanto Tucuruí custou quase cinco vezes menos: US\$ 675/quilowatt.

O maior benefício de Balbina pode ser a lição que ela ensina sobre como não deve ser feita a política pública. Se esta lição fosse bem aprendida, muitas desventuras poderiam, sem dúvida, ser evitadas no processo de decisão de quantas barragens devem ser construídas da lista de 80 hidrelétricas da ELETRONORTE. Estas lições não podem ser consideradas como já aprendidas. Repetidamente, grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia têm sido propostos com o reconhecimento explícito dos fracassos anteriores, após o que os mesmos erros são repetidos. (FEARNSIDE, 2015, p. 120)

Apesar do reconhecimento da própria Eletrobrás na mídia no final da década de 80, que a construção de Balbina foi um “pecado” ou um “erro irreparável”, a usina é um símbolo de como as decisões não devem ser tomadas ou, como condena Fearnside: é uma pirâmide à loucura.

## 2.5 TUCURUÍ: A USINA-MODELO CONDENADA

A Usina de Tucuruí está localizada no sudeste do Pará, a 310 km de Belém, represando o 25º rio mais extenso do planeta, o Tocantins, cuja área de drenagem ocupa 8% do território brasileiro, entre o Planalto Central e o litoral norte (PINTO, 2012). Construída em duas etapas, Tucuruí inundou 2.430 km<sup>2</sup>, para um capacidade instalada de 8.370 MW<sup>29</sup>. As obras da primeira casa de força - com 12 unidades geradoras de 350 MW, duas auxiliares de 22,5 MW e

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.eletronorte.gov.br/opencms/opencms/pilares/geracao/estados/tucuruui/> . Acesso: janeiro/2017.

potência instalada de 4.245 MW - foram concluídas em dezembro de 1992. Em junho de 1998, foi iniciada a construção da segunda casa de força, com 11 unidades geradoras de 375 MW e potência instalada total de 4.125 MW, concluída em abril de 2007.

Planejada no governo Médici, em 1973, durante o primeiro choque do petróleo, foi inaugurada durante o governo Figueiredo, projetada para atender a base minero-siderúrgica no estado do Pará, além de municípios do Pará e Maranhão e parte da região norte e nordeste do País. A usina se tornou modelo proclamado pelo governo de desenvolvimento hidrelétrico pela quantidade substancial de energia que gera, mas como destaca Fearnside (2015), com impactos sociais e ambientais igualmente substanciais. Tucuruí apresenta, de acordo com o autor, uma sobre-estimativa sistemática dos benefícios e uma sub-estimativa dos impactos pelas autoridades, e “(...) oferece muitas lições ainda não aprendidas para o desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia”. (FEARNSIDE, 2015, p.38).

Quando foi construída, teve o projeto inicial modificado e a área represada foi aumentada, para ampliar a capacidade de geração. Não havia exigência legal do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), cuja obrigatoriedade foi definida depois, pela Constituição Federal de 1988. De acordo com Fearnside (2015), houve somente a emissão de um relatório de viabilidade sobre a usina pela Eletronorte, empresa estatal responsável pelo empreendimento, enumerando os aspectos socioambientais do projeto e dispondo as possibilidades de usos na alternativa estudada.

A construção da barragem, e conseqüente formação do reservatório, promoveram problemas em cadeia na região. Primeiramente, problemas sociais com programa de reassentamento de moradores da área de inundação como indicou Castro (1989). Sem estudos antes do enchimento do reservatório, estimativas imprecisas da quantidade de famílias deslocadas impossibilitou o pagamento de indenizações a todos. Houve uma sub-estimativa de moradores atingidos pelas barragens, uma vez que a ELETRONORTE considerou somente moradores de dentro da área de inundação, a população que morava adjacente a esta área e usava a várzea sazonalmente inundada para a sua subsistência, foi excluída. Os pagamentos foram em dinheiro para as famílias selecionadas.

O objetivo da ELETRONORTE em se livrar de responsabilidades legais subseqüentes pode ter sido realizado, mas o resultado social foi que a maioria da população deslocada foi reduzida à indigência, e efetivamente tinha que se virar por conta própria. Os valores de indenização eram pequenos, e o pagamento foi sujeito a demoras repetidas (que, no contexto de correção monetária inadequada para a inflação no Brasil naquela época, implicava em

perdas substanciais de valor). Mais importante é o fato que, independente do valor monetário pago, o dinheiro evapora rapidamente nas mãos de pessoas inexperientes em lidar com finanças, deixando a maioria das famílias sem nada poucos meses depois. (FEARNSIDE, 2015, p.40).

O autor destaca que os problema sociais não se restringiram às famílias diretamente atingidas pela barragem, a migração atraída por trabalho nas obras era previsível, mas A ELETRONORTE classificou este tipo de migrantes como sendo fora da responsabilidade que tinha com os danos causados pela usina.

Outro aspecto polêmico da instalação de Tucuruí foi a inundação três áreas indígenas (Parakanã, Pucurui e Montanha), e as linhas de transmissão da usina cruzaram quatro outras áreas (Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava). Houve ainda uma mudança do percurso da rodovia Transamazônica para acompanhar a margem ocidental do reservatório o que provocou a passagem pela Área Indígena Parakanã, que foi cortada para ocupar apenas um lado da rodovia. Os índios Asurini do Tocantins, fica 24 km a jusante da barragem, também foram atingidos pelos danos da barragem com a poluição da água da área ‘Trocará’, onde viviam, afetada pela perda do poder de pesca a jusante de Tucuruí (FEARNSIDE, 2015).

Com o alagamento da área de represa, a estimativa é que 13,4 milhões de m<sup>3</sup> de madeira de valor comercial e várias espécies de animais e vegetais tenham sido perdidas. O reservatório provocou ainda alteração no regime do rio, e a água encobriu sítios arqueológicos, provocou a emissão de gases, afetando a qualidade da água, desencadeando uma superpopulação de insetos.

Depois da construção da barragem de Tucuruí, Pinto (2012) relata o surgimento de 1.100 ilhas na bacia do Tocantins, onde moram 6.500 pessoas desapropriadas com o enchimento do lago, segundo maior reservatório do país somando três mil quilômetros quadrados. O autor aponta que na região, apesar da hidrelétrica, várias comunidades não têm acesso à energia elétrica.

Fearnside (2015) conta que o Tribunal Internacional das Águas condenou o governo brasileiro pelos impactos de Tucuruí, em 1991 em Amsterdã. Mesmo sendo uma autoridade apenas moral, atraiu atenção para as consequências sociais e ambientais de mega projetos hidrelétricos como o que represou o rio Tocantins.

A usina de Tucuruí é, hoje, um mundo onde velhos elementos que definem a fronteira se apresentam associados a novas configurações de mando, de procrastinação dos deveres públicos dos entes federativos e de comportamento de atores oportunistas que se valem de seus recursos de poder para subjugar

comunidades inteiras em cadeias de exploração e expropriação, configurando um mundo Hobbesiano. (RAVENA; CANETE; e SOUZA, 2008, p.16)

Somando custos sociais e ambientais altíssimos, tendo sido direcionada à indústria do alumínio e não à população local; e exposta ao julgamento público, as consequências de Tucuruí ainda não foram totalmente esclarecidas.

A influência de empresas de construção e de financiadores estrangeiros e provedores de equipamentos contribua à consideração mínima dada aos impactos ambientais e sociais dos projetos. A cortina de sigilo que a ELETRONORTE manteve sobre muitos aspectos do projeto de Tucuruí, impediu o entendimento de seus impactos. (FEARNSIDE, 2015, P. 70)

A usina se tornou modelo que comprova a necessidade de planejamento e um amplo processo de avaliação de danos ambientais, para que se possa oferecer uma perspectiva proativa e não reativa às consequências da barragem hidrelétrica.

## 2.6 BELO MONTE: A USINA – CABO-DE-GUERRA JURÍDICO

O projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte nasceu após o mapeamento da bacia do rio Xingu em 1975 pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., do grupo Camargo Corrêa. O inventário elaborado nesse período apresentou o projeto de cinco usinas hidrelétricas na bacia do Xingu: Iriri, Jarina, Kokraimoro, Ipixuna e Babaquara. A hidrelétrica se situa em uma área de reservatório de 516 km<sup>2</sup>, mas com capacidade instalada de 11.233 MW<sup>30</sup>. O projeto prevê a represa de Babaquara que regularizaria a vazão do rio Xingu, possibilitando o aumento da geração de energia de Belo Monte, inundando uma área de 6.140 km<sup>2</sup>. “O impacto de represas provê uma razão poderosa para o Brasil reavaliar as suas atuais políticas, que alocam grandes quantidades de energia na rede nacional para o beneficiamento de alumínio, uma indústria de exportação subsidiada” (FEARNSIDE, 2015, p. 232).

O discurso não institucional é bem diferente. Os ingredientes da receita para a polêmica se espalham ao longo da cronologia do projeto da usina. O Ministério de Minas e Energia divulga<sup>31</sup> que Belo Monte: “é o projeto hidrelétrico mais estudado da história do sistema elétrico brasileiro” e “vai gerar energia sem provocar alterações na hidrologia do rio”, “(...) em regime de fio d'água, tecnologia pela qual a geração de energia depende das vazões naturais do

<sup>30</sup> Disponível em: [http://www.mme.gov.br/documents/10584/1590364/BELO\\_MONTE\\_-\\_Fatos\\_e\\_Dados.pdf/94303fc2-d171-45be-a2d3-1029d7ae5aad](http://www.mme.gov.br/documents/10584/1590364/BELO_MONTE_-_Fatos_e_Dados.pdf/94303fc2-d171-45be-a2d3-1029d7ae5aad) . Acesso: janeiro/ 2017.

<sup>31</sup> Disponível em <http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte> . Acesso: janeiro/ 2017.

rio, o que permitiu uma redução expressiva no tamanho do reservatório e conseqüentemente a área a ser inundada, propiciando a manutenção das condições de vida das etnias e das comunidades que habitam a região do entorno da usina, notadamente a Volta Grande do Xingu”. Mas, desde as primeiras notícias da construção de barragens no rio Xingu, que abriga o primeiro Parque Indígena do Brasil, suscitou a reação de ambientalistas nacionais e internacionais e da comunidade local.

A construção coleciona idas e vindas de ações judiciais por problemas de danos ao meio ambiente ou a comunidades indígenas na área de influência do empreendimento que abrange a cidade de Altamira, reunindo os municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio, Anapú, Pacajá, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Porto Moz. Pelo menos 25 ações podem ser listadas no histórico de Belo Monte, contestando desde a falta de avaliação do impacto ambiental na Bacia do Rio Xingu, até a indenização das famílias moradoras das áreas atingidas pela barragem.

A história do projeto de aproveitamento energético da bacia do Xingu, com um dos maiores potenciais de geração do país, tem sido de desvios e zigzagues, ainda mais do que a de Tucuruí. Depois de 35 anos de estudos e levantamentos de campo, pode-se perceber que a trajetória irregular de Belo Monte se deve tanto à resistência dos seus críticos e adversários quanto às inconsistências e inseguranças dos idealizadores da obra. (Pinto, 2012, p. 4)

Em novembro de 2017<sup>32</sup>, a usina estava com mais de 96% das obras concluídas e 12 de suas 24 turbinas produzindo energia em operação comercial. Belo Monte havia exigido, até o momento, R\$ 38,6 bilhões de investimentos públicos e privados. Em fevereiro de 2018 começou a operação Comercial da Unidade Geradora 18, da Casa de Força Principal, alcançando mais de 5,1 mil MW de potência instalada. A última turbina está prevista para entrar em operação em julho de 2020, anunciando capacidade energética para atender 60 milhões de consumidores de 17 estados.

O Estado publiciza como a UHE Belo Monte desempenha um papel exemplar de modelo de hidrelétrica para o mundo, com a minimização dos danos socioambientais característicos desse tipo de empreendimento, em mais de 40 anos de discussões e disputas jurídicas para sua instalação. O movimento ambientalista<sup>33</sup> critica as informações sobre os impactos socioambientais apresentados no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de

---

<sup>32</sup>Disponível em <http://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico> . Acesso: fevereiro / 2018.

<sup>33</sup> Disponível em <http://www.xinguvivo.org.br/> . Acesso: fevereiro/2018



Impacto Ambiental <sup>34</sup> (EIA-RIMA) do projeto e denuncia a insustentabilidade do empreendimento, da falta de clareza dos critérios e parâmetros que podem avaliar sustentabilidade dessa política pública.

O Instituto Socioambiental <sup>35</sup> (Isa) publicou um dossiê criticando a implantação da usina, denunciando que o Plano Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, composto por 14 planos, 54 programas e 86 projetos que replica os itens da condicionante da licença de instalação, não foi cumprido. Assim, o processo de remoção promovido pela empresa, foi desordenado, sem critérios de ilegitimidade das famílias que tinham o direito a serem reassentadas nos novos bairros. No geral, há um descompasso entre as obrigações socioambientais do licenciamento e o cronograma de construção da usina.

Se a hidrelétrica de Belo Monte, a maior obra de infraestrutura em andamento no Brasil, é inviável, por que o governo a aprovou? Por que há empresas privadas interessadas nela e tantos técnicos - e mesmo cientistas - se manifestam em defesa do projeto? As respostas a essas perguntas fundamentais servem de prova dos nove da operação. Muitos reagem com aprovação imediata à iniciativa. Afinal, ela não passou pelo teste dos engenheiros e matemáticos? Logo, tem consistência. Como o filósofo já disse que tudo o que é sólido se dissolve no ar, Belo Monte pode se enquadrar nesse truísmo. Mas, para que a sua equação funcione, é preciso que a incógnita permaneça oculta até o fim, fim esse que corresponde ao fato consumado. (PINTO, 2012, p. 5)

Fearnside (2015) alerta sobre o inacreditável custo de Belo Monte, com estimativas incomparáveis do investimento para a implementação da usina com uma variação entre R\$7 bilhões (estimativa do governo) a R\$20-30 bilhões (estimativa de CPFL Energia) e R\$30 bilhões (estimativa de Alstom<sup>36</sup>), e assinala um estudo do Fundo de Estratégia de Conservação provando a inviabilidade de Belo Monte sozinha, com apenas 2,8% de chance de compensar o investimento se forem consideradas as estimativas dos vários riscos, e um máximo de apenas 35,5% de chance de ser financeiramente viável com base em cálculo de uma série de presunções otimistas. O autor conclui que o projeto está propenso a viver uma “crise planejada”,

---

<sup>34</sup>Em: <https://www.eletronbras.com/ELB/data/Pages/LUMIS46763BB8PTBRIE.htm> estão disponíveis os seguintes documentos sobre Belo Monte: Relatório de Impacto Ambiental – Rima; os dois volumes da Avaliação Ambiental Integrada Bacia do Rio Xingu; e os três volumes e os seis apêndices da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Xingu. Acesso em fevereiro/2018.

<sup>35</sup> Disponível em <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>. Acesso: fevereiro/2018.

<sup>36</sup> Empresa francesa com fábrica em Taubaté (SP), líder de um consórcio formado pela alemã Voith e a austríaca Andritz, escolhida em 2012 para fornecimento de 14 conjuntos turbina-gerador Francis de 611 MW e seis conjuntos turbina-gerador Bulbo para Belo Monte, fornecerá ainda fornecerá sete conjuntos turbina-gerador Francis, equipamentos hidromecânicos, barramentos blindados e subestações isoladas a gás (GIS) para as dezoito unidades geradoras da usina.

onde, uma vez construída Belo Monte, será apontada a necessidade da construção de Babaquara/Altamira.

Os custos da obra estão divididos no Consórcio Norte Energia, administrador da usina, que reúne sócios privados e a Eletronorte (19,98%), Eletrobrás (15%), Chesf (15%), que juntos detem a maior parte das ações. os fundos de pensão Petros (10%) e Funcef (10%), as Sociedades de Propósito Específico Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A., 10%), Amazônia Energia S.A. (Cemig e Light, 9,77%), Aliança Norte Energia S.A. (Vale e Cemig, 9%), a Siderúrgica Norte Brasil S.A. – Sinobras (1%) e J. Malucelli Energia S.A. (0,25%). De acordo com o relatório da empresa, os custos de Belo Monte foram divididos e os sócios pagaram 12 bilhões – o equivalente a 31,1% do investimento total. O Banco Nacional de Desenvolvimento financiou o restante, 68,9 %. E esse tem sido apontado pelo ISA como o grande problema de Belo Monte: superar o conflito de interesses e as contradições por ser um projeto do governo federal, simultaneamente executada, financiada e fiscalizada por ele próprio, tendo a Advocacia-Geral da União (AGU) como defensora judicial das posições da empresa concessionária, até mesmo em nos casos sobre reclamação de direitos das populações atingidas ou questionamentos de descumprimento de obrigações socioambientais do consórcio.

## 2.7 O DISCURSO

Nas Ciências Sociais, Discurso e Análise de Discurso ocupam nos últimos anos designações centrais de um vasto conjunto de abordagens. Habitualmente a interpretação do substantivo discurso tem se concentrado em um pronunciamento formal, excluindo muitas vezes o discurso dos gestos, do vestir, do silêncio, enfim os significados, os sentidos que estão além dos pronunciamentos. Uma área de preservação ambiental, por exemplo, pode significar um obstáculo a um projeto econômico; ou um comportamento, mesmo sendo direito de uma minoria, pode significar um desrespeito por um outro público. Empreender a análise do discurso pressupõe um entendimento anterior do discurso, que na perspectiva de Foucault (1980) aconselha que se recuse as explicações uníssonas, as interpretações fáceis e desprender-se de um olhar que define os discursos como um conjunto de signos que se referem a determinado conteúdo, atribuindo-se um significado:

(...) gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p.56)

Sublinha, assim, a ideia de que o discurso sempre se produz em face de relações de poder, nada se esconde por trás de cortinas, ou estão ocultos e dissimulados em expressões distorcidas. O que há são enunciados e relações que o discurso coloca em funcionamento.

Assim, como explica Orlandi (2007, p. 19), a noção de discurso está distante do modo como se apresentou o esquema inicial da comunicação:

– EMISSOR → MENSAGEM → RECEPTOR.

Alguém que transmite uma mensagem formulada, com base em um código, a um receptor. A definição de discurso envolve um processo de significação que pode ser compartimentado em uma sequência linear, serializado em que alguém diz algo, refere alguma coisa, baseado em um código, o receptor capta a mensagem e faz a decodificação. “A língua não é só um código entre outros”, alerta Orlandi (2015, p. 17). O funcionamento da linguagem estabelece relação entre

sujeitos, sentidos que são afetados pela língua e pela história, num complexo de identificação do sujeito, de subjetivação, argumento e construção de realidade que produz sentidos. O discurso põe em funcionamento enunciados e relações.

“A linguagem serve para comunicar e para não comunicar”, alerta Orlandi (2015, p. 20), que conceitua discurso a partir de relações de linguagem como “relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos múltiplos e variados”. O discurso é, então, de acordo com a autora, “efeito de sentido entre locutores”. O discurso apresenta regularidade e funcionamento, que torna possível apreender se não opusermos “o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2007, p. 21). Seria assim o efeito de sentido entre interlocutores:

Desse modo, diremos que [o discurso] não se trata da transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela História, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2007, p.21)

Maingueneau (2008, p. 16) apresenta uma caracterização geral do que são discursos, definindo-os "como integralmente linguísticos e integralmente históricos". Assim os discursos são constituições que se estabelecem sob uma dupla restrição: a do que é dizível na língua e a do dizível num determinado tempo-espaço histórico. “As unidades do discurso constituem, com efeito, sistemas, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles têm a ver com a história que fornece a razão para as estruturas de sentido que elas manifestam” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16).

Para ele o discurso é “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 15). Portanto, o discurso não age sobre a realidade, mas sobre outros discursos, assim todo enunciado se estabelece na relação polêmica com outro. O sujeito é um espaço subdividido por discursos e a língua é um processo semântico e histórico.

As estruturas narrativas se transformam em discurso quando são assumidas pelo sujeito enunciator num processo de escolhas: de espaço, de tempo e de figuras, contando a história a partir de uma determinada perspectiva. Pêcheux (1990, p. 18) explica que o discurso é um dos aspectos da materialidade ideológica. Assim o sentido discursivo vai ser gerado para o sujeito quando o reconhece como parte de uma determinada formação discursiva. “Os valores ideológicos de uma formação social estão representados no discurso por uma série de

formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente” (PÊCHEUX, 1990, p.18).

O autor reforça que:

O discurso deve ser visto como um objeto linguístico e como objeto histórico. Nem se pode descartar a pesquisa sobre os mecanismos responsáveis pela produção do sentido e pela estruturação do discurso nem sobre os elementos pulsionais e sociais que o atravessam. Esses dois pontos de vista não são excludentes nem metodologicamente heterogêneos. A pesquisa hoje precisa aprofundar o conhecimento dos mecanismos sintáticos e semânticos geradores de sentido; de outro, necessita compreender o discurso como objeto cultural, produzido a partir de certas condicionantes históricas, em relação dialógica com outros textos (FIORIN, 1990, p. 177).

Já Bakhtin (2003) define o discurso como objeto da linguagem constituído pela mediação. Conclui que o ser humano só pode ser compreendido na sua relação que estabelece com o outro e o discurso, como “produto” desta interação. Sustenta que as palavras não são monológicas, mas dialógicas, incorporando em seus significados, lógicas de diferentes campos, não se restringindo ao campo linguístico. Essa é a condição apontada por ele para a constituição dos sentidos dos enunciados, noção que baseia a sua teoria da polifonia, gerada a partir da pluralidade que cerca as trocas discursivas e demonstram a intertextualidade dos discursos, uma vez que todos os enunciados tem a marca das diferentes vozes, dos diversos falantes em diferentes contextos, isso decorre da natureza ideológica e dialógica conceituada pelo autor.

O termo “voz” refere-se a consciência que se faz presente nos enunciados e possui um juízo de valor. “A emoção, o juízo de valor, a expressão são coisas alheias à palavra dentro da língua, e só nascem graças ao processo de sua utilização ativa no enunciado concreto” (BAKHTIN, 2000, p. 311). É a tensão entre essas vozes que constroem a complexidade social:

"Ao lado da consciência da personagem, que personifica todo o mundo material, só pode coexistir no mesmo plano outra consciência; ao lado do seu campo de visão, O outro campo de visão; ao lado de sua concepção de mundo, outra concepção de mundo. A consciência todo absorvente do personagem, o autor pode contrapor apenas um mundo objetivo — o mundo de outras consciências legitimamente iguais a ela" (BAKHTIN, 1981, p. 42)

O autor define a palavra como o signo ideológico: “o signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (BAKHTIN, 2009, p. 49). Assim, as ideologias em um discurso estão determinadas pelo contexto político-social em que vive o autor, considerando que todo enunciado se configura como uma resposta a todos os demais enunciados pronunciados anteriormente. Bakhtin/ Voloshinov (2006, p.135).

A vertente socio-cognitiva nos estudos discursivos de Van Dijk (2011) define o discurso como ferramenta de controle da realidade social. Ele aponta que é indispensável reconhecer quais as práticas discursivas institucionalizam a sociedade e quais as cognições sociais transpassam essas práticas: “embora as ideologias sejam evidentemente, sociais e políticas e estejam relacionadas com grupos e estruturas sociais (...), possuem também uma dimensão cognitiva crucial. Em termos intuitivos incorporam objetos mentais, tais como ideias, pensamentos, crenças, apreciações e valores” (DIJK, 2011, p. 23).

As relações de poder determinam o controle do discurso, no exercício deste poder no/pelo discurso que é fruto de um controle do contexto. De acordo com Van Dijk (2008), o poder que o grupo social dominante exerce sobre o grupo social dominado se dá pelo controle do discurso, porque assim controla a mente e esta, por conseguinte, controla as ações. “O poder dos grupos dominantes pode estar integrado a leis, regras, normas, hábitos e mesmo a um consenso geral e, assim, assume a forma do que Gramsci denominou “hegemonia” (DIJK , 2008, p. 118).

O discurso não é um objeto autônomo, portanto, enunciados discursivos não se caracterizam mais por textos orais e escritos somente, mas são também delimitados a partir do contexto, estabelecido em categorias como a definição da situação, o tempo e espaço, as ações em curso (incluindo os discursos e os gêneros discursivos), os participantes em vários papéis comunicativos, sociais ou institucionais, assim como suas representações mentais: metas, conhecimento, opiniões, atitudes e ideologias (VAN DIJK, 2008, p. 119-120).

O controle do discurso vai ser assegurado pelo controle do contexto. A partir da determinação da situação do evento comunicativo, o cenário e os participantes, inclusive, definindo de que forma podem ou devem atuar por meio do discurso. Para Van Dijk (2008, p. 120), “na representação ou no exercício do poder grupal, também é crucial o controle não apenas sobre o conteúdo, mas também sobre as estruturas dos textos orais e escritos”. Percebe-se, então que são os grupos que detém o poder que decidem sobre os atos de fala e sobre a escolha dos gêneros discursivos.

O discurso concebe objetos de conhecimento, sujeitos, relações sociais e estruturas conceituais. Foucault (2000) interdependência das práticas interdiscursivas de uma sociedade: os textos recorrem a outros textos contemporâneos ou anteriores e os transformam. Assim, a prática discursiva é gerada a partir de combinações de outras práticas e também é definida pelas

relações instituídas com outras práticas discursivas. E o discurso não é um elemento transparente e neutro:

(...) em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos números de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p.8).

Assim, as práticas discursivas se constroem como processos de dominação, de construção de realidades, de identificação de sujeitos, de subjetivação, uma vez que estabelece relações de sujeitos e de sentidos, produzindo efeitos múltiplos.

## **2.8 A TEORIA DO DISCURSO**

Para o enquadramento teórico do discurso, evoca-se inicialmente Morin (2005) que afirma que uma teoria não é o conhecimento; mas permite o conhecimento; não é o fim mas a possibilidade de uma partida; e nem uma solução; é a possibilidade de tratamento de um problema. Desta forma, uma teoria apenas realiza um papel cognitivo, e só surge com o total emprego da atividade mental do sujeito.

A Teoria do Discurso, (TD) busca a compreensão e interpretação dos significados socialmente produzidos, isto é, “delinear as regras e as convenções historicamente específicas que estruturam a produção de significados em contextos históricos específicos” (HOWARTH, 2000, p. 128). Essa produção de significados a partir de regras e convenções de sua inclusão em um contexto sócio-histórico centraliza os atores, a transformação e a explicação deste contexto social, as relações, as práticas e a sua constituição. Dessa forma, procura fornecer novas formas de explicar os significados, não através da recuperação e reconstrução pelos atores sociais, mas “através do exame das estruturas particulares em que os agentes sociais articulam projetos hegemônicos e formações discursivas” (Ibidem, p. 129), incumbindo os teóricos do discurso de responder: “como, sob que condições, e por que razões, os discursos são construídos, contestados e mudados” (Ibidem, p. 131).

A linha que divide a Teoria do Discurso e a Análise do Discurso explica Burity (2007) que “não se trata de estabelecer uma demarcação categórica”, pois se “compartilha uma noção de textualidade que vai além do escrito e do falado. Interroga-se, ao lidar com a linguagem,

sobre a sua opacidade enquanto medium do ideológico e do político (através do conceito de discurso)” (p. 74). A proposta da Teoria do Discurso, além de explicar as condições que estabelecem as estruturas discursivas, demonstra o hiato que compõe sua natureza, esclarece os conflitos que o cercam, manifesta as separações detectadas em um determinado campo discursivo, dispõe a categoria de campo como ambiente de luta e de articulação (HOWARTH, 2000).

Na perspectiva de Laclau e Chantal Mouffe (2010), numa linha pós-estruturalista, essa teoria presume a pluralidade de posições sociais que o sujeito pode ocupar contemporaneamente. O discurso é o terreno primário no qual a realidade se constitui, a priori a linguagem é a constituidora da realidade e, portanto, ela só existe dentro de um discurso que a torna possível. Fora do discurso, há existência, mas não existe a significação.

Laclau (2005) conceitua o discurso como um complexo de elementos definidos a partir de um conjunto de relações. Quando um discurso não consegue apresentar-se isento diante das contestações exteriorizadas, isso demonstra o seu caráter contingente e temporário; também implanta-se uma crise de sentido. Assim podemos perceber com mais clareza o que o autor define como o deslocamento<sup>37</sup>, que pode ser mais bem compreendido pelas possibilidades de polissemia dos significantes. Um discurso é representativo de uma série de demandas particulares, que quando são diversas, são identificadas num mesmo significante, o seu sentido deixa de ser literal e assume status de uma metáfora. Como aqui, nesta pesquisa o significante de “Amazônia” ou da expressão “grandes projetos” termina por apresentar-se nos discursos aqui estudados.

Nesta perspectiva, na TD toda configuração social é uma configuração significativa e todo ser se constitui de discurso (LACLAU; MOUFFE, 1990), e análise dos discursos não se circunscreve à fala e à escrita, nem busca autenticidade latente e encoberta dos discursos. Estabelece-se na análise de um sistema relacional, onde sujeitos atuam de forma significada na construção/produção histórica e social, considerando a “maneira pela qual as forças políticas e atores sociais constroem sentidos no interior de uma estrutura social incompleta e indecível” (HOWARTH, 2000, p. 129).

---

<sup>37</sup> Laclau (2005) explica que o deslocamento são situações que criam uma desestrutura. Os elementos de amarração são afrouxados precisando de um restabelecimento: o senso de identidade, a crise estruturada.



As significações estão referenciadas anteriormente, elaborando sentido e compreensão sobre objetos/coisas através de relações, sistemas classificatórios, condições de produção do conhecimento que são gerados pelos sujeitos num campo discursivo, de forma contingente e temporária (historicamente), independente do sujeito, mas “o sentido dos objetos físicos deve ser entendido pela apreensão de seu lugar num sistema (discurso) de normas socialmente construídas” (BARRETT, 2007; p. 258).

Assim, segundo Foucault (2006, p. 148) o discurso concebe o critério “de verdade”, ou “vontade de verdade”, que se sustenta em um suporte institucional. Portanto, o sentido não está assentado na ação, objeto ou no processo, ele é construído de forma relacional dentro de uma determinada formação discursiva. Algo só “é” se for parte de um sistema de relações com outros objetos, sendo essas relações socialmente construídas, e não dadas nem “autocontidas”.

## **2.9 PERCURSO HISTÓRICO DA ANÁLISE DO DISCURSO**

A análise de texto se consolidou como um método das Ciências Sociais e um componente fundamental no ato de ler ou no exercício da crítica. Antes de nos debruçarmos sobre a Análise Crítica do Discurso, que define a orientação teórica desta tese, se faz necessário um percurso anterior sobre como o estudo sobre o discurso se estrutura, de acordo com a linha francesa – adotada como base teórica neste estudo, considerando a relação de exterioridade da linguagem, sendo percebida como as condições em que esse discurso foi produzido e que intervém diretamente na textualidade em forma de interdiscurso Pêcheux (1969).

A Análise do Discurso (AD) surge marcando um período em que a observação do social considera o papel da linguagem e a influência determinante da ideologia sobre ela. O surgimento em meados do século XX foi a partir do rompimento com a linguística tradicional, eram os denominados pré-estruturalistas, segundo Eagleton (2006), que consideravam a linguagem como um instrumento usado por cada indivíduo, essencialmente isolados, para trocar experiências pré-linguísticas. Esses indivíduos estabeleciam significados que deveriam ser trocados, fazendo predominar a ideia de que as intenções do enunciador é que predominariam na interpretação dos significados em um ato discursivo. O estudo da língua centrava-se na literatura, vista como um universo livre e utópico, um sistema fechado e auto referenciado.

No estruturalismo, a interpretação fechada para os sentidos inerentes que as palavras poderiam apresentar determina como o formalismo das estruturas dominava a forma de compreensão dos elementos textuais, examinando as relações funcionais definidas com os demais elementos do texto. Trata-se de uma interpretação fechada em relação aos sentidos intrínsecos presentes no conteúdo das palavras, que se encontram esvaziados de sentido próprio, adquirindo apenas sentido relacional quando analisadas estruturalmente.

De modo geral, o estruturalismo contentou-se em separar em um texto as oposições binárias (alto/baixo, claro/escuro, Natureza/Cultura, e assim por diante) e expor a lógica dessa análise. A desconstrução tenta mostrar como tais oposições, para se manterem como tais, por vezes traem-se a si mesmas, invertendo-se ou desaparecendo, ou precisam colocar à margem do texto certos detalhes insignificantes que podem voltar e perturbá-las. (EAGLETON, 2006, p. 200 e 201)

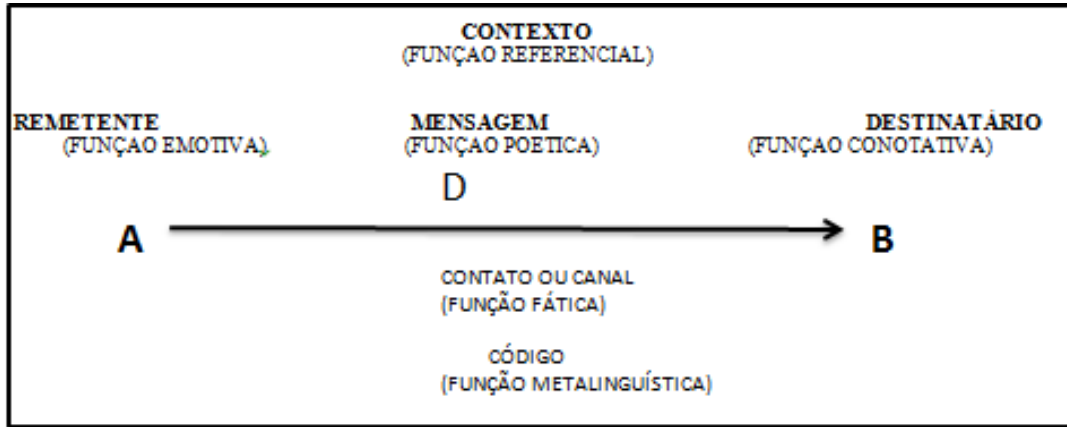
Saussure (1995) em sua *Linguística Estrutural* conceitua a linguagem como um sistema de signos simultâneos sem incorporar a dimensão histórico-temporal. Para o autor, todo signo é composto por som, imagem ou equivalente gráfico (significante) e por um conceito (significado) cuja inter-relação é arbitrária e determinada por convenção cultural, então, para a palavra existir e cumprir a tarefa de comunicar, deve haver anteriormente uma determinada convenção social. A existência do significado depende da convenção de um grupo social que relacione a palavra com a idéia ou um sentimento sobre um objeto.

Diante deste cenário, Courtine (1999, p. 8) aponta que a AD “pretendeu ser o momento inaugural de uma revolução epistemológica, visto que a lingüística pressupunha a emergência súbita, no trabalho de Saussure, de uma ‘ciência da língua’ rompendo com um passado de erros gramaticais e filológicos”. Propõe, portanto, articulação entre sujeito, linguagem e história interrogando a periferia dessa centralidade proposta até então pela linguística, investiga as delimitações, crítica os princípios saussureanos.

O percurso histórico da AD a caracteriza como uma disciplina interdisciplinar, como define Orlandi (1996), condicionada por diferentes regiões do conhecimento. Na França dos anos 60 Pêcheux (1969) inaugura essa proposta epistemológica articulando Ciências Sociais - História, Sociologia e Filosofia, a Lingüística, a Teoria do Discurso e a Psicanálise, e estabelece o discurso como um objeto próprio, em oposição a Análise de Conteúdo, que o considerava projeção da realidade extradiscursiva, desconsiderando as articulações lingüísticas e textuais.

Roman Jakobson (1960, p 123) apresenta um sistema de comunicação (Figura 1) que é revisitado por a obra que Pêcheux (1969) na obra que inaugura a base teórica da AD (Figura 2):

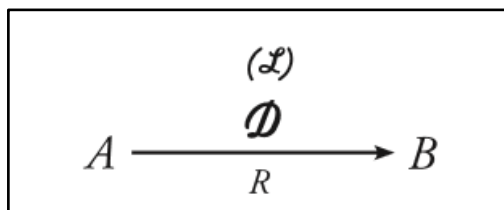
**Figura 1** - Sistema de comunicação de Jakobson



**Fonte:** Jakobson (1960)

Para Pêcheux (1997, p. 82) a teoria da informação sobre a qual desenvolveu o esquema apresentado na Figura 2, o que acontece é mais que uma comunicação, é um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B (destinador e destinatário) necessitam de um contato, um canal físico, uma conexão psicológica (a seta no esquema) que vai estabelecer e manter a comunicação. A mensagem transmitida entre eles está inserida em um contexto (R) a que se refere e é imprescindível um código comum entre A e B (L na Figura 2).

**Figura 2** - Esquema de comunicação de Pecheux



**Fonte:** Pêcheux (1969)

Assim, refuta a premissa de que, na perspectiva comunicativa, um sentido seria comunicado, transmitido entre destinador e destinatário. O autor explica que A (destinador) codifica os sentidos na mensagem e B (destinatário) decodifica a mensagem para captar o sentido. A Análise do Discurso vai destacar, portanto, não um sentido incutido no que se refere à mensagem a ser captada, mas sentidos que perpassam a palavra que é endereçada ao outro.

Com as reconsiderações e mudanças propostas pela AD, Pêcheux assume uma divisão em períodos marcantes para evolução dos estudos. A percepção estruturalista pós-saussureana

marca a 1ª fase (AD-1) e a análise se forma como disciplina, dedicando-se a estudos de discursos menos polêmicos, mais estabilizados e com menor possibilidade de variação de sentido. Neste período, o filósofo se refere ao discurso como uma máquina discursiva constituída por unidades sobrepostas, resultante de produções estáveis e homogêneas, tornando o discurso homogêneo e por consequência, fechado. O sujeito passa a ser assujeitado, já que o destinador (falante) se considera a fonte, o criador de seu discurso e não aceita o seu atrelamento à exterioridade.

Na segunda fase (AD-2) é abandonado o conceito de máquina discursiva fechada, e se utiliza a partir de então o conceito de Formação Discursiva de autoria de Foucault (1986 [1969], p 42), considerada medular para construção da teoria do discurso, conceituando como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. O sujeito passa a se “assujeitar” ideologicamente já que a Formação Discursiva tem o poder de estabelecer o que pode ser dito a partir do lugar social em que ele se encontra (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004), e é atravessada por elementos de outras formações discursivas, determinando o conceito do interdiscurso, elementos pré-construídos e que constroem, por sua vez, formações discursivas.

Foucault (1986) reavalia a questão do sujeito e do sentido, desloca o conceito de formação discursiva a partir da construção de um quadro materialista de (de) subjetivação da linguagem. Ele indica que as máquinas discursiva-estruturais se relacionam com forças desiguais. O autor reputa a dispersão do sujeito, no que diz respeito às posições que ocupa em seu discurso, mas não admite que tenha um caráter livre, pois está perante uma formação ideológica e também carrega em si, conscientemente ou não, discursos ideológicos.

Articulam-se três regiões do conhecimento no quadro epistemológico deste momento da AD, perpassadas por uma teoria da subjetividade e de natureza psicanalítica: o materialismo histórico; a linguística; e a teoria do discurso. Nesta fase amplia-se o conjunto de discursos que são passíveis de análise:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 1986 [1969], p. 43).

Na última fase (AD-3), a partir de 1975, começam as reflexões sobre o sujeito do discurso, o espaço da memória e a própria forma de análise do discurso, é quando Pêcheux passa a considerar a singularidade do fato discursivo. A heterogeneidade passa a ser considerada como categoria conceitual e também relacionada ao corpus: “tomando a formação discursiva no interior da heterogeneidade, ela deixa de referir-se a um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos do sujeito” (GREGOLIN, 2004, p. 155). Isso é uma consequência da expansão da mídia e do seu papel na configuração política.

Passa a incorporar a análise da fluência enunciativa midiática, o discurso ordinário, a materialização do mundo que se instaura nos discursos pós-moderno, como destaca Gregolin (2004), e Pêcheux deixa de lado os discursos que classificava como legítimos, passa a contemplar em seus trabalhos a memória sobre a história e os vários enunciadores, que constroem arquivos dos discursos ordinários. Assim, se aproxima de Foucault considerando heterogeneidade e o acontecimento discursivo e solidifica-se a análise das condições de produção discursiva, um conceito básico da análise do discurso francesa, que inclui a observação dos elementos sociais, grupais, contextuais, culturais e políticos que determinam o que é dito e conformam o que é silenciado. O contexto, especialmente a ideologia, são destacadas nesta fase por formar uma rede de representações que constroem uma forma de pensamento social, que formula o dito e impede também de dizer, para que não conflite com a coerência da representação construída.

Portanto, um discurso contém uma exterioridade que necessita de compreensão para ilustrar o sentido nele produzido, isto é, uma relação que intervém materialmente na textualidade como interdiscurso, uma memória do dizer que incorpora o universo do que é dito. Nesta perspectiva, a AD propõe ao pesquisador um viés interpretativo e construtivista, a partir do pressuposto que o mundo é construído historicamente por práticas discursivas, embasadas em relações de poder e que as reproduzem, atribuindo significados simbólicos à sociedade.

Para compreensão das distinções entre as abordagens das escolas de estudos do discurso nas linhas francesa e anglo-saxã, Maingueneau (1993) faz a comparação conforme o quadro abaixo:

**Quadro 1** - Comparação entre as Tradições em Análise do Discurso

Categorias	AD Francesa	AD Anglo-Saxã
Tipo de Discurso	Escrito Quadro institucional doutrinário	Oral Conversa�o cotidiana comum
Objetivos determinados	Prop�sitos textuais Explicac�o – forma Construc�o do Objeto	Prop�sitos comunicacionais Descri�o – uso Iman�ncia do objeto
M�todo	“Estruturalismo” Ling�stica e Hist�ria	Interacionismo Psicologia e Sociologia
Origem	Ling�stica	Antropologia

Fonte: MAINGUENEAU, 1993, p. 16

Em suas várias metodologias, os estudos da Análise do Discurso de linha francesa, como demonstra o Quadro 1, acima, instrumentaliza a revela o de regularidades e mecanismos de produ o e interpreta o da fala (escrita ou oral) em situa es de comunica o, e tem proporcionado rela es hegemônicas que não estão aparentes processos comunicativos, mas possíveis de se apreender na dimensão discursiva. A linha francesa, acatada como linha metodológica nesta pesquisa,   sintetizada por Maingueneau (1993) como um trabalho analítico sob a perspectiva de uma semântica global que não privilegia um plano em detrimento a outros, mas propõe uma integra o, ao mesmo tempo, na ordem do enunciado e da enuncia o, trabalhando para alcançar a “compreensão do todo unificado que uma língua forma”, o “esquema construtor” do discurso.

Portanto, não   estabelecida uma ordem ou definido um modelo da textualidade nesta perspectiva francesa com foco na investiga o da coesão e das dimensões de um discurso, incluindo a significa o ling stica e a rede semântica.

O vocabulário, aqui   investigado quantitativamente e contextualizado, porque como Maingueneau (1993, p. 81), ressalta “a restric o do universo lexical   inseparável da constitui o de um território de convivência”, já que os enunciadores escolhem termos que marcam sua posi o no campo discursivo. Assim, para o autor, o discurso não   apenas um cont do atrelado a uma d ixis e a um estatuto de enunciator e de destinatário, e sim a um modo de enuncia o que “se apoia sobre uma dupla figura do enunciator, a de um caráter e a de uma corporalidade, estreitamente associadas” (1993, p. 92).

### 3 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentam-se as questões epistemológicas e metodológicas que basearam esta investigação, fase mais desafiadora na produção de uma pesquisa científica: buscar uma metodologia que abrangesse caminhos que pudessem chegar à busca das respostas para o problema exposto. É na análise de dados a fase de analisar os dados é um dos momentos mais nevrálgicos, uma vez que escolher o método corresponde a definir uma resposta adequada para proporcionar a exploração dos dados e extrair todas as possibilidades do objeto de estudo.

Para van Dijk (2008) a realização da análise do discurso como análise social exige o envolvimento com estruturas complexas de organização, controle e poder, das quais o discurso falado e o escrito são apenas algumas das práticas sociais que podem ser examinadas, destacando que é possível ter acesso a publicações mas dificilmente é possibilitado o acesso ao tipo de interação que produziu o discurso: reuniões de cúpula de um governo, ou editorial de uma empresa jornalística. Por isso as análises têm um campo restrito de investigação.

Nos estudos discursivos em geral e mais especificamente nos estudos críticos do discurso é frequente a interação entre teoria e métodos de observação, descrição ou análise e suas possíveis aplicações. Constata-se assim a existência de métodos que irão variar de acordo com o objetivo da pesquisa, a origem dos dados analisados, dos vários parâmetros da investigação, sem qualificar de forma restrita uma definição de estrutura analítica a ACD. Como reforça a abordagem vandikniana: “[...] não existe ‘uma’ análise do discurso como método, como também não há ‘uma’ análise social nem ‘uma’ análise cognitiva” (DIJK, 2008, p. 11).

Para as pesquisas de estratégias e estruturas de escrita e fala, sugere sete linhas de análise que podem se combinar e se sobrepor, ajustando abordagens, somando métodos com descrições qualitativas detalhadas e quantificações de dados, tal qual se apresenta nesta tese, definindo e cruzando parâmetros que possam fornecer as informações desejadas para compreensão do processo discursivo, tal qual propõem os estudos críticos do discurso, onde:

O discurso não é analisado apenas como objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação social, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política. Assim em vez de simplesmente analisar uma conversação entre vizinhos, seja necessário fazer o trabalho de campo em uma vizinhança, observar como as pessoas falam em bares ou em outros lugares públicos e descrever muitos outros aspectos relevantes desses eventos comunicativos, tais como a situação temporal ou espacial, circunstâncias especiais, os participantes e seus papéis

comunicativos e as outras atividades que se realizam ao mesmo tempo, e assim por diante (DIJK, 2017. p.12).

Entre os diferentes tipos de análise para o estudo das estruturas estratégicas, a ACD enumera: a análise gramatical, a análise pragmática dos atos de fala e dos atos comunicativos; análise retórica; análise estilística; análises de estruturas específicas; análise conversacional da fala em interação; análise semiótica de sons, imagens e de outras propriedades multimodais do discurso e da interação.

Mesmo com este pluralismo metodológico, fez-se necessário definir escolhas sobre a forma de examinar os dados, a metodologia de observação e análise, enfim, estratégias para adquirir conhecimento e testar as hipóteses dessa pesquisa. A interdisciplinaridade que o tema exige – exposta a seguir – inicia a explanação sobre as definições metodológicas deste trabalho de pesquisa, enquadrado como análise pragmática dos atos de fala e dos atos comunicativos, a partir de observações de dados quantitativos e qualitativos para análise estrutural das mensagens presidenciais já referidas.

Aqui, seguindo o que van Dijk sugere, a análise nos estudos críticos do discurso inicia pelas macroestruturas semânticas, os significados globais do que são identificados como tópicos dos discursos.

[...] eles são geralmente intencionais e conscientemente controlados pelo falante; eles incorporam as informações (subjetivamente) mais importante de um discurso, expressam o conteúdo geral dos modelos mentais dos eventos e, talvez o mais importante, representam o significado ou a informação que a maioria dos leitores memorizarão melhor de um discurso. Discursivamente, tópicos ou temas são caracteristicamente expressos nos títulos, resumos e sumários (VAN DIJK, 2009, p. 68).

Assim estão descritos os contextos de construção dos documentos, que apresentam o processo de composição do poder simbólico presente nos discursos. Na sequência, foram observadas as microestruturas semânticas, ou significados locais, reforçados em escolhas lexicais e sintáticas.

[...] os significados locais são uma função da seleção feita pelos falantes/escritores nos seus modelos mentais dos eventos ou suas ideologias e conhecimentos mais gerais. Ao mesmo tempo eles são um tipo de informação que (sob o controle geral dos tópicos globais) mais diretamente influenciam os modelos mentais e, por isso, as opiniões e atitudes dos receptores textuais. Juntamente com os tópicos, esses significados locais são mais bem lembrados e reproduzidos pelos receptores e, por isso, podem ter as consequências sociais mais óbvias” (VAN DIJK, 2009. p. 69-71).



Estão descritos, por período político, o contexto em que a produção textual foi elaborada, as relações proposicionais que estabelecem e os recursos imagéticos selecionados pela autoria. Para isso foram definidos filtros das expressões utilizadas no discurso político em evidência, das relações que estabelecem no discurso e de palavras buscadas especificamente na construção de um banco de dados para análise quantitativa que resulte na indicação da relevância nos documentos dos temas que norteiam esse estudo.

### 3.1 INTERDISCIPLINARIDADE DO TEMA

Inicialmente, expõe-se aqui o conceito do método como atividade pensante e consciente e, citando Descartes, Morin (2001, p. 335) destacou ser “a arte de guiar a razão nas ciências”, acrescentando que “é a arte de guiar a ciência na razão”. Assim:

é a atividade reorganizadora necessária à teoria: essa, como todo sistema, tende naturalmente a degradar-se, a sofrer o princípio de entropia crescente, e, como todo sistema vivo, deve regenerar-se em duas fontes de negentropia aqui, a fonte paradigmática/teórica; a fonte dos fenômenos examinados. Em todo pensamento, em toda investigação, há sempre o perigo de simplificação, de nivelamento, de rigidez, de moleza, de enclausuramento, de esclerose, de não retroação; há sempre a necessidade, reciprocamente, de estratégia, reflexão, arte (MORIN, 2001, p. 339).

Assim, referenciar análise da comunicação enredada em uma teia socioeconômica exigiu uma estratégia reflexiva num diálogo com um campo teórico interdisciplinar. A comunicação, disciplina base desta análise, se apresenta nesta investigação em uma relação interdisciplinar, já que “nenhuma ciência se constitui mais em universo isolado de conhecimento” (NUNES, 2011, p. 23), uma prática que propõe:

O confronto dialogal, crítico e interpretativo, [...], entre disciplinas, cujas fronteiras moveáveis, instáveis, convidam ao debate de conceitos, no esforço de entrosá-los teoricamente para melhor compreendê-las e para melhor aproveitar-lhes os benefícios da aplicação prática que geram (NUNES, 2011, p. 23).

A pesquisa que aqui se propõe na interface comunicação e política estabelece o interdisciplinar, compreendendo produzir um conhecimento que ultrapassa a especialidade do saber, que Braga (2004) salienta não ser um espaço de dispersão, mas construtivo do conhecimento comunicacional.

Para construção da pesquisa, as ferramentas da análise crítica do discurso, da análise de conteúdo e o *Knowledge Discovery in Database* (KDD) foram somadas num

conjunto metodológico que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) diversificados, oferecendo desde o enquadramento contextual até cálculo de frequências, extração de estruturas traduzíveis em modelos, análise temática dos discursos, análise lexical e sintática, incluindo assim um estudo sistemático dos vocabulários para revelar repertórios de base. (BARDIN, 2011, p. 198).

Diversificação de ferramentas necessária uma vez que: “quanto mais diversificadas forem as técnicas, mais finos serão os resultados obtidos e todos representam diferentes dimensões das práticas sociais e todos têm a sua validade própria” (FERREIRA, 1986, p. 190); e a análise do discurso e do conteúdo impelem um esforço da interpretação que se posiciona ora no rigor da objetividade ora na riqueza da subjetividade, sem a imposição de delinear rigidamente os elementos da análise qualitativa entre os procedimentos metodológicos.

Como ressalta Wodak:

Apenas a investigação interdisciplinar poderá lograr que relações tão complexas pareçam mais transparentes. Em uma investigação desse tipo, a análise de discurso, e mais concretamente a Análise de Discurso Crítica (ADC), não é mais que um dentre os elementos de múltiplos enfoques de que necessitamos. Não apenas devemos concentrar-nos nas práticas discursivas, mas também devemos nos ocupar de uma ampla gama de práticas materiais e semióticas. Desse modo, a investigação em ADC deve ser multiteórica e multimetodológica, crítica e autocrítica (WODAK, 2003, p. 103).

Para realizar a análise das informações foi delineada uma análise categorial que Bardin (2011, p. 199) explica funcionar “por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos”. Na base de dados, os documentos foram divididos em textos individuais, por mandato, classificados por ano para análise por presidente e, posterior análise comparativa..

Três processos foram incluídos no plano metodológico para concretizar a pesquisa. Primeiramente, a realização da análise quantitativa onde foram separadas as mensagens presidenciais por ano, como recorte de unidade de análise, todas foram digitalizadas para codificação e processo de categorização, compondo um banco de dados de mineração de texto. A inferência inicial incluiu sete (07) expressões - palavras-chave: Amazônia, Hidrelétrica, Grandes Projetos, Belo Monte, Tucuruí, Balbina. Centralizou-se a busca em palavras e tema para verificar inferência no corpus de análise. O tratamento neste processo de codificação fixou-se numa regra de enumeração de natureza quantitativa, para busca da redundância dos termos nas mensagens, expressos nos indicadores e unidades de análise.

Na busca por um panorama a respeito dos discursos dos ex-presidentes sobre o objetivo desta pesquisa, essa seleção inicial foi de indicadores de expressões que pudessem ser significativas no plano do discurso político oficial. Também houve a preocupação em identificar as relações que estabelecem os termos-chave com outras expressões no discurso do Executivo para compreender o diálogo que este pretendia com a sociedade, apontando referentes simbólicos que, do ponto de vista valorativo, transformam-se em indicadores basilares da mensagem política.

Foram utilizados os softwares TMS e Sobek como ferramentas para análise quantitativa do conteúdo dos discursos, quantificando as palavras, identificando as frequências com que se propagam nos discursos e como se relacionam textualmente. Para Vilela e Neiva (2011), os programas de codificação de texto, somados a abordagem qualitativa e quantitativa de modo sinérgico, certificam as hipóteses, obtêm percepções novas que simplesmente uma análise qualitativa não conseguiria realizar. Essa mensuração é, portanto, uma ferramenta facilitadora da análise porque permite avaliar a intensidade e ainda o significado das palavras em determinado contexto de discurso, que definem o horizonte da ênfase discursiva.

A segunda parte metodológica é onde se situa a análise de conteúdo, ideal para descrição e interpretação de toda classe de conteúdo documental e de textos. Método que conduz a descrições sistemáticas, qualitativas e quantitativas, na busca da interpretação de mensagens. O objetivo é a compreensão dos significados, especialmente no campo das investigações sociais. Bardin (2000, p. 09) classifica a análise de conteúdo não com um método, mas como um “conjunto de instrumentos metodológicos”, úteis para a compreensão do significados explícitos nos textos. Para ela, a análise de conteúdo tem duas funções que podem ou não se separar: a função heurística, para explorar descobertas; e a função de prova, para comprovar/verificar hipóteses.

Para Kolbe e Burnett:

a análise de conteúdo é um método de pesquisa observacional que é usado para avaliar sistematicamente o conteúdo simbólico de todas as formas de comunicação registrada. Essa comunicação pode ser analisada em vários níveis (imagens, palavras, papéis etc.), criando assim uma ampla gama de oportunidades de pesquisa (1991, p. 243).

Bardin complementa que a análise de conteúdo se apresenta como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (2000, p. 42).

Para o autor, o método de analisar o conteúdo pode ser conceituado como parte de uma abordagem investigativa e descritiva, sem encobrir as influências sócio espaciais e o contexto econômico, social, cultural e político em que estão inseridos os discursos. Considerando ainda a subjetividades do pesquisador, que se relaciona no processo ao realizar a interpretação de dados, incluindo deduções lógicas na análise qualitativa.

Essa fase da pesquisa é, portanto, de natureza qualitativa, secundária, fundamental no plano inferencial, para interpretação das tendências de conteúdo percebidas no objeto de pesquisa. Um enfoque analítico que considera a presença ou ausência de ocorrências significativas para alinhar a análise aos objetivos e hipóteses descritos na tese.

O corpus da pesquisa nesse momento passa por três fases: a pré-análise, com a organização do material, que inclui a seleção dos documentos e do objetivo; quando se enumeram as características do texto; a exploração do material com a classificação e codificação das fontes, que é a etapa descritiva onde se concentram as operações lógicas; e o tratamento dos resultados, através da dedução e da interpretação dos dados.

A terceira fase da metodologia está inserida o uso da análise crítica do discurso. O sentido do termo crítico, nos estudos da linguagem, expõe as conexões entre os textos e os fatores que os permeiam, como o contexto histórico e social de produção e compreensão textual. É o ponto da análise em que “a crítica [...] torna transparente o que previamente estava oculto, e, ao fazer isso, inicia um processo de reflexão própria, nos indivíduos ou em grupos” (CONNERTON, 1976, p. 20). Para esta análise foram descritas as trajetórias políticas de cada presidente, contexto político/econômico dos mandatos para posterior descrição dos discursos. Primeiro foram analisadas as frequências léxicas e suas relações nos documentos, posteriormente os documentos foram aplicados, determinaram as citações sobre Amazônia, Hidrelétricas, Belo Monte, Tucuruí e Balbina, quantificando as menções, correlacionando no texto com o contexto, qualificando os discursos de acordo com van Dijk e analisando criticamente os textos.

É o estágio da pesquisa em que observa as informações – aparentes ou não - que se revelam, ou que silenciam, na análise sobre elementos que amparam e ajudam a construir os textos. Podendo, assim, reconhecer os posicionamentos a partir dos discursos, ou seja,

compreender o que circunda o óbvio, o promove, o silencia. É fase que fornece ferramentas perceptivas para avaliação do discurso.

### 3.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A metodologia deste trabalho fundamenta-se na Análise Crítica do Discurso (ACD) por apresentar como uma de suas potencialidades as análises que podem expor relações de poder que estão constituídas no discurso de forma turva, apresentando o momento discursivo como mecanismo poderoso de prática social, um modo de ação, com ênfase na percepção da linguagem como prática social, justamente por se configurar como um tipo de investigação discursiva e analítica com enfoque no abuso do poder, na dominação e desigualdade que estão representados, combatidos e reproduzidos por textos orais e escritos no contexto social e político (DIJK, 2010, p.113) .

A investigação relacionando discurso e os fatores de ordem sociocultural e política tem obtido destaque nos estudos contemporâneos, atenta aos processos de produção e interpretação discursivas sublinhadas por tensões sociais ou envolvidas na dimensão da mudança social. Neste âmbito, o termo crítico adquire o sentido de demonstrar conexões entre a compreensão textual e os contextos histórico e social em que foram produzidos, revelando informações não aparentes que estão na construção dos textos: “a crítica [...] torna transparente o que previamente estava oculto, e, ao fazer isso, inicia um processo de reflexão própria, nos indivíduos ou em grupos” (CONNERTON, 1976, p. 20).

Ao se referir à ciência crítica, Van Dijk (1986, p.4) levanta questões sobre interesses e ideologia, não sendo, portanto, apenas para – em cada campo do conhecimento – descrever ou ser aplicada superficialmente, não se detendo somente em problemas teóricos ou academicistas, mas aferindo como ponto de partida problemas sociais e analisando de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis e os que dispõem de meios e possibilidades de resolver essas questões.

É comum encontrar diferentes nomenclaturas para essa expressão: Estudos Críticos do Discurso (ECD), Análise Crítica do Discurso (ACD), Análise do Discurso Crítica (ADC), mas como van Dijk(2009) e Fairclough (2008) , são terminologias distintas para uma mesma teoria. A Análise Crítica do Discurso (ACD) teve o termo cunhado inicialmente pelo linguista

britânico Norman Fairclough<sup>38</sup>. Para determinar o início desse percurso histórico volta-se à década de 70, quando uma forma de análise de discurso ressalta a linguagem como estrutura das relações de poder na sociedade. De acordo com Fairclough (2003) este surgimento da linguística crítica em oposição às teorias linguísticas dominantes pode ser apontado como o primeiro momento que determinam uso da ACD. Na metade da década de 80 o autor publica *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis* determinando uma nova etapa, que marca um afastamento da linguística crítica. No início dos anos 90, a ACD passa a ser considerada uma área de investigação acadêmica quando a revista é lançada a revista “*Discourse and Society*”, em 1990, dirigida por Teun Van Dijk. A consolidação é apontada seis anos depois com a publicação da coleção de livros intitulada *Critical Discourse Analysis*, dirigida por Norman Fairclough, onde participa com pesquisadores de diferentes enfoques da ACD: Teun van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak<sup>39</sup>.

Delimitando conceitualmente, a Análise Crítica do Discurso (ACD) se apresenta como uma abordagem de aspecto teórico e metodológico para a descrição, interpretação e explicação das práticas de poder que se manifestam linguisticamente na sociedade contemporânea (VAN DIJK, 1998). Considera-se o contexto em que a linguagem está inserida como um elemento crucial (WOKAK, 2000c; BENKE, 2000), componente da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos sociais.

Rodrigues (2005) conceitua a disciplina epistemologicamente se fundamentando nos seguintes preceitos:

(i) a linguagem é um tipo de prática social; (ii) os textos resultam de práticas sociais de seus produtores; (iii) os textos traduzem a desigualdade social em que se situam seus produtores; (iv) os significados textuais expressam-se por meio das interações entre produtores dos textos e seus leitores/ouvintes; (v) os traços linguísticos não são um conjunto arbitrário de formas e significados; (vi) esses mesmos traços linguísticos apresentam discursos ideologicamente camuflados; (vii) os usuários da língua adotam posicionamentos particulares frente ao discurso que produzem; (viii) por fim, a ideologia e as relações de poder, mormente presentes no discurso, tornam-se visíveis por meio de análise textual precisa e acurada. (RODRIGUES, 2005, p. 100-101)

<sup>38</sup> Professor Emérito do Departamento de Linguística e Língua Inglesa da Universidade de Lancaster, Lancaster, Reino Unido. Disponível em <http://www.lancaster.ac.uk/linguistics/about-us/people/norman-fairclough> . Acesso: julho/2017.

<sup>39</sup> Teun van Dijk, professor catedrático, no Departamento de Estudos do Discurso da Universidade de Amsterdam, Norman Fairclough, professor de Língua e Vida Social, na Universidade de Lancaster, Reino Unido, Gunter Kress, professor catedrático da Universidad de Londres desde 1991, Theo van Leeuwen, professor de teoria da Comunicação, na School of Media of London College of Printin and Dstrubutive Trades, da Universidade de Londres e Ruth Wodak, professora de Linguística Aplicada (LA) e da Análise do Discurso (AD), no Departamento de Linguística da Universidade de Viena.

O objetivo é o mapeamento das relações entre os recursos linguísticos de sujeitos sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva está inserida. É uma abordagem teórico-metodológica com o objetivo de investigar a maneira como as formas linguísticas funcionam na reprodução, manutenção e transformação social.

Expõe-se a imprescindibilidade do estudo interdisciplinar para compreensão satisfatória como funciona a linguagem na constituição e na transmissão de conhecimento, na organização das instituições sociais e no exercício do poder, esclarecendo como a dimensão do poder é incorporada ao social. “A ACD se interessa pelos modos em que se utilizam as formas linguísticas em diversas expressões e manipulações do poder” (WODAK, 2003, p. 31). Situa-se o linguístico como social, o discurso como forma de ação e representação. Desta maneira, o sujeito age discursivamente e representa discursivamente o mundo, e análises discursivas críticas não consideram textos como objetos de investigação isolados, como explica Wodak (2003):

Uma explicação plenamente ‘crítica’ do discurso requer uma teorização e uma descrição tanto dos processos e das estruturas sociais que dão lugar à produção de um texto como das estruturas e processos sociais nos quais os indivíduos ou grupos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos (Wodak, 2003, p. 19)

A abordagem posiciona o sujeito da ação discursiva como intermediário entre uma determinação inconsciente e uma determinação estrutural. O sujeito não é a fonte absoluta do significado, do sentido, não é a origem, pois ele se constitui por falas de outros sujeitos. Assim, o sujeito é resultante da interação de várias vozes, da relação com o socio-ideológico, portanto tem caráter heterogêneo, numa contraposição à filosofia idealista da linguagem, que circunscreve o sujeito como fonte e origem de tudo o que diz e o sentido como pré-existente. Nesta abordagem, o sujeito está dividido em uma conformação com as formações discursivas/sociais que o compõem, ou é resistente a elas, ressignificando-as, reconfigurando-as.

Para Wodak (2003):

[...] a ACD trata de evitar o postulado de uma simples relação determinista entre os textos e o social. Tendo em consideração as intuições de que o discurso se estrutura por dominação, de que todo discurso é um objeto historicamente produzido e interpretado, isto é, que se acha situado no tempo e no espaço, e de que as estruturas de dominação estão legitimadas pela ideologia de grupos poderosos, o complexo enfoque que defendem os proponentes [...] da ACD permiti analisar as pressões provenientes de cima e

as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais (WODAK, 2003: p. 19-20).

São, portanto, indispensáveis descrições das estruturas e processos sociais que são o enquadramento da produção de um texto, mas não de forma determinista, e sim “como uma descrição das estruturas sociais e os processos nos quais os grupos ou indivíduos, como sujeitos históricos, criam sentidos em sua interação com textos” (WODAK, 2003: 19), apresentam a representação da realidade na reafirmação de hegemonias ou contestando-as, na construção de relações e identidades.

Os elementos que compõem a prática social se articulam com a produção discursiva e não podem ser reduzidos um em relação ao outro. A análise da prática social é feita pela produção textual, onde se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais (Resende & Ramalho, 2004, p. 189). Sob essa perspectiva de análise da produção do discurso, a ACD se apresenta como uma proposta capaz de mapear relações entre os recursos lingüísticos utilizados por atores sociais, como ressalta Fairclough (2000, p. 167) com foco “teoricamente coerente e metodologicamente efetivo” conectando as estruturas sociais à (inter)ação na análise discursiva que situa de forma histórica a internalização de outros momentos da prática no discurso. A busca é pela interpretação da complexidade das relações entre discurso e estruturas sociais para tornar visíveis as relações de poder que estão imersas nos discursos institucionais, oficiais e, amplamente, nas práticas de estruturas sociais, para analisar a interpretação de quem emite o discurso, construindo significados e reforçando estruturas ideológicas.

Para van Dijk (1998) a qualificação da ACD é feita em premissas que a definem como uma linha de pesquisa crítica: inicialmente posicionando a pesquisa neste método de forma "melhor" em relação a outras para que tenha aceitabilidade; legitimando-se através da “comunidade científica” sendo adequada às especificações do “campo científico”; nessa linha, o processo de pesquisa deve ser multidisciplinar; e não restrito a apenas estruturas discursivas; o foco inicial deve ser centrado em problemas sociais e questões políticas; buscar por explicações deve ser priorizada, relacionando o discurso a propriedades da interação social e da estrutura social. Outro requisito indispensável é discorrer na pesquisa sobre a criação dos discursos, revelando como se confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e dominação na sociedade, demonstrando como os "discursos e práticas sociais, em situações concretas, apresentam combinações mais complexas, conflitos, e até inconsistências" (VAN DIJK, 1998, p. 72).



Esta metodologia está desenhada ainda a partir da sociocognição discursiva, tal qual a proposição de van Dijk (1998), com a orientação contextual situa a enunciação como externa à língua. Ducrot (1997) define a “pragmática integrada” compondo a concepção polifônica do discurso onde o enunciado tem um sentido cristalizado e atravessado por muitas vozes, distinguindo o enunciado do sujeito e construindo uma singularidade interna. Assim, o sentido de um enunciado descreve a enunciação como uma espécie de diálogo cristalizado, em que várias vozes se entrecrocaram (DUCROT, 1997).

Na pragmática de van Dijk (1998) a análise estabelece uma relação entre atos de fala e o discurso, de modo a interpretar as expressões pragmaticamente, convertendo o discurso em atos, contemplando o contexto comunicativo com a estrutura dos falantes, os atos ilocucionários e a informação no discurso, construindo uma base em que o processo discursivo se apóia em uma determinada situação empírica de interação. A proposta, basilar na construção desta metodologia, compreende o contexto comunicativo a partir de um modelo mental, como forma de interpretação das intenções do ato de fala, conduzidas pelo conhecimento e pelas crenças do sujeito da enunciação. O discurso sofre a interferência do sujeito agente, a partir de seu conhecimento e de suas crenças, como demonstra van Dijk (1998, p. 257) ao relacionar estes modelos mentais com os atos:

A proposta do autor não é delimitar uma linha oclusa de investigação ou propor uma nova ‘escola’ determinando matrizes únicas para os estudos do discurso quando apresenta a ACD, mas preocupa-se em ampliar o quadro teórico da análise crítica discursiva com levantamento de problemas e questões teóricas de natureza cognitiva para ressaltar a relação entre a cognição e as práticas linguísticas, como fruto da complexidade da prática discursiva, que envolve performances cognitivas e conhecimentos linguísticos de agentes escritores/falantes socialmente situados, em um contínuo processo histórico em constante formação.

A linha metodológica da ACD aqui adotada se baseia na premissa de que uma investigação discursiva não se desenvolve sem considerar os aspectos históricos, ideológicos e de relações de poder. Como ressaltava Wodak (2003, p. 30): “não se trata só de descrever, explicar, mas de arrancar a raiz do problema”; se estabelece uma relação entre os atos de fala e o discurso, tendo a interpretação convertendo o discurso em atos (VAN DIJK, 1980), o contexto comunicativo fundamentando o discurso em uma determinada situação empírica de interação, processado a partir de um modelo mental, ou especificamente, um modelo de

atividade. Assim, o discurso sofre a interferência do sujeito, a partir de seu conhecimento e de suas crenças, como demonstra van Dijk (1980, p. 257) ao relacionar estes modelos mentais com os atos.

Para ACD a linguagem concretiza as práticas sociais, sendo o caminho para reconhecer como as práticas discursivas constroem representações sociais, apontando as cognições que permeiam estas práticas. Para van Dijk (1998, p. 21), ideologia envolve essa tríade cognição, sociedade e discurso: “embora as ideologias sejam evidentemente, sociais e políticas e estejam relacionadas com grupos e estruturas societais (...), possuem também uma dimensão cognitiva crucial. Em termos intuitivos incorporam objetos mentais, tais como ideias, pensamentos, crenças, apreciações e valores”. As ideologias estão, para o autor, em um “campo simbólico do pensamento” e das crenças, estão relacionadas a interesse, lutas e conflitos, são de caráter social e são indissociáveis das práticas discursivas.

Van Dijk (1998) delinea ideologia sob enfoques diferentes, mas sempre relaciona a formas de poder e dominação: [...] são construídas, utilizadas e trocadas pelos atores sociais como membros de um grupo, em práticas sociais específicas e, frequentemente, discursivas. São construtos sociais compartilhados por um grupo, e não individuais, idealistas (VAN DIJK, 1998, p. 23). Para entender este viés, na perspectiva socio-cognitiva do autor, é necessário posicionar a memória como construto teórico e cognitivo encarregado de armazenar e processar as informações recebidas, diferenciando a memória episódica da memória social. A primeira sendo o armazenamento de experiências pessoais e específicas; a segunda como a que se relaciona com crenças compartilhadas pelo grupo social.

Assim, as ideologias estão no campo da memória social, das “crenças sociais que podem estar pressupostas pelo falante e não se necessita afirmá-las explicitamente como informação nova” porque são representações mentais (básicas), sedimentadas no contexto social (VAN DIJK, 1998, p. 49-50).

### **3.2 O CONTEXTO**

A abordagem sócio cognitiva de van Dijk (1992) situa a teoria social do discurso relacionando as estruturas do discurso às situações sociais e à estrutura da sociedade. Assim, torna-se necessária a presença de componentes cognitivos gerais e únicos. Os primeiros são

conhecimentos, normas, valores, ideologias, elaborados em condições sociais compartilhadas; e os seguintes são os modelos mentais dos membros sociais, em particular. O autor define a identificação do contexto em que os discursos estão como uma fala que “não é apenas uma prática social, mas também uma prática mental – a fala é, ao mesmo tempo, pensamento e ação” (VAN DIJK, 1992, p. 75).

O refinamento desta categoria suscita não apenas a referência à cognição, mas à sociedade, à cultura, à língua, conceituando o contexto como construtos subjetivos dos interlocutores do discurso, ou ainda, modelos esquemáticos a partir de experiências subjetivas e objetivas, que são “esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e dotadas de uma base cultural que facultam uma interpretação rápida de eventos comunicativos únicos em curso” (VAN DIJK, 2012, p. 35). As palavras e textos não tem significado inerente que possa ser calculado com regras desvinculadas de sua origem, mas tem sentido situado histórica e socialmente, estabelecendo uma negociação em todos os níveis de linguagem para que possa existir. O discurso se dá a partir da linguagem que não traz os objetos do mundo para dentro do discurso e sim trata esses objetos de diversas maneiras, a fim de atender a diversos propósitos comunicativos: passa-se a falar, então, em objetos-de-discurso (KOCH & CUNHA-LIMA, 2004, p.295).

Para tanto, Van Dijk (1992) qualifica a elaboração de uma análise contextual com base pragmática, uma vez que o contexto da comunicação fornece informações sobre o falante/ouvinte que serão organizadas em “frame”<sup>40</sup>.

O linguista afirma que existem elementos num esquema para que um discurso possa ser compreendido a partir de uma interação dialógica, reunindo em uma conexão a compreensão dos atos de fala e os frames de conhecimento. O contexto de comunicação fornece informações

---

<sup>40</sup> Frame é uma expressão em inglês, sua tradução designa quadro ou moldura. Para Snow e Benford (1988), pioneiros na identificação de funções de um quadro da ação coletiva, ao criticar a "visão estática da participação" nas teorias sobre os movimentos sociais, conceituaram frame como um esquema interpretativo desenvolvido por coletividades para compreensão do seu universo, definiram uma análise em que elementos para identificar os fatores (frames) que contribuem para o sucesso dos movimentos. A forma com um movimento social enquadra um problema é um dos indicadores da sua tendência para formar a opinião pública. Os quadros (*frames*) servem como "andaimes conceituais" para a construção de novas ideologias ou para modificar as atualmente existentes. Esses frames não estão fixados em padrões de conversação culturalmente assimilados. Já a teoria do *frame de Goffman* (1974) influenciou a metodologia de pesquisa sobre os movimentos sociais, a partir dos anos 1980. O quadro (*frame*) é um artifício que seleciona, de acordo com as intenções e perspectivas de um sujeito individual ou coletivo, aquilo que percebemos. Frame é ainda um dispositivo metacomunicativo que dá ao receptor instruções e auxilia a compreender as mensagens incluídas dentro de si próprio. A interação envolve sempre enquadramentos interpretativos pelos quais os participantes definem o modo como as ações e palavras devem ser entendidas (GOFFMAN, 1974).

fundamentais sobre os interlocutores e essas informações devem ser organizadas em forma de frames, que revelam os objetivos, as consequências práticas dos aspectos da linguagem, o contexto do enunciado e os aspectos socioculturais. A interação dos atos de fala envolve um conjunto de crenças, desejos, preferências, normas e valores, que o autor caracteriza como contexto, definindo como:

“colocar” estes atos em uma situação e formular as condições que estipula quais expressões são satisfatórias e em que situações. Ou seja, precisamos de uma caracterização abstrata desta “situação de interação da fala”. O termo técnico que usaremos para tal situação será o de contexto. Igualmente precisamos de um termo específico para assinalar a “satisfatoriedade pragmática sistemática” de uma expressão, por que há muitos outros aspectos de satisfação (gramatical, também psicológico e sociológico). Para a satisfação pragmática será usado o termo adequação. Agora as condições de adequação devem ser dadas as propriedades abstratas de contextos, indicadas nos exemplos de estruturas pragmáticas (VAN DIJK, 1980, p. 272).

A interação estabelece condições pragmáticas ou de adequação indispensáveis para elaboração da compreensão do papel social e das relações de polidez, autoridade, poder. Regras que, segundo o autor, atuam sobre as bases cognitivas e são “relevantes na medida em que os participantes têm conhecimento dessas regras, podem usá-las e são capazes de relacionar suas interpretações sobre o que está ocorrendo na comunicação às características sociais do contexto” (VAN DIJK, 1992, p. 76). Assim,

sugere que cada usuário da língua deveria levar em consideração as seguintes informações sobre esse contexto geral: seu tipo específico, o frame do contexto posto em relevância, as propriedades/relações das posições sociais, as funções e os membros envolvidos. Note-se que análise de um contexto particular em termos dos conceitos mencionados acima só é possível em relação ao conhecimento geral da estrutura social (VAN DIJK, 1992, p. 84).

A interpretação de uma situação comunicativa considerando fatos e/ou características do contexto social, se processa mutuamente no porque no contexto também está a interação comunicacional ou discursiva: “[...] a estrutura do contexto social, se verá na estrutura do discurso e que reciprocamente, a estrutura do discurso se verá no contexto social” (VAN DIJK, 1992, p. 110).

Ou ainda:

- i. O falante sabe que P.
  - ii. O falante acredita que P.
  - iii. O falante quer que P.
  - iv. O falante considera bom que P.
- (VAN DIJK, 1992, p. 75).

O autor qualifica esta compreensão pragmática como “uma série de processos, através dos quais os usuários da língua, reciprocamente, atribuem aos seus enunciados atos convencionais particulares, isto é, forças ilocucionárias” (VAN DIJK, 1992, p. 76).

o ouvinte para entender que um determinado ato de fala lhe é apropriado, ele deve estar consciente das suas próprias atitudes (prévias) e dos conhecimentos, desejos, atitudes e emoções subjacentes. Portanto, se em um determinado contexto alguém me oferece ajuda, eu devo estar consciente do fato de estar agindo de tal forma que tal oferecimento faça sentido, e que a oferta diga respeito a um objetivo que é provavelmente (parcialmente) idêntico ao meu próprio objetivo (VAN DIJK, 1992, p. 85).

Atribui-se ao ouvinte a capacidade de determinada força ilocucionária a um ato de fala, o que significa que ele poderá diferenciar os tipos de enunciados, a partir das propriedades das estruturas dos enunciados, das propriedades paralinguísticas (no caso da fala: como: velocidade, ênfase, entoação, tom, etc., além de gestos, expressões faciais, movimentos corporais); observações/percepções reais do contexto comunicativo; e conhecimentos/crenças já armazenados na memória sobre o falante e suas peculiaridades ou ainda sobre as características da situação social em que está envolvido o discurso (VAN DIJK, 1992, p. 77), podendo distinguir promessas ou ameaças em atos de fala. Essa força ilocucionária se definirá pelo contexto comunicativo, quando as informações são geradas pelo ouvinte através de complexos “processos de compreensão de atos precedentes, enunciados, observações e suposições já armazenadas ou inferidas, etc.” (VAN DIJK, 1992, p. 77).

O contexto também estará presente na abordagem de Bakhtin (1988) sobre o discurso, quando estabelece a linguagem como uma prática social que tem na língua a sua realidade material, sendo a língua um processo de evolução ininterrupto, constituído pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação, que é a sua verdadeira substância (BAKHTIN, 1929/2012, p. 127) e não apenas um sistema abstrato de formas linguísticas excludentes sobre as atividades do falante. É entendida, assim, como uma interação dialógica, onde o enunciado pode ser considerado como uma resposta a enunciados anteriores.

Van Dijk (1992) destaca que os contextos, mesmo únicos, não se constituem aleatoriamente. Os participantes conhecem previamente o contexto em que estão inseridos, planejam as possibilidades discursivas para sua interação na situação dos atos de fala, definindo previamente onde, como, quando e com que objetivos vão interagir. De acordo com Van Dijk (2012, p. 37), “planejar e antecipar o conhecimento de contextos são duas coisas possíveis, porque a partir de esquemas e categorias gerais de contextos (compartilhados culturalmente)

constroem-se contextos específicos [...]”. Percebe-se a importância das análises dos contextos para a interpretação da interação comunicacional, uma vez que engloba a relação entre os atos de fala e sua produção:

Antes que os usuários da língua sejam capazes de relacionar as informações recebidas com o conhecimento linguístico mais geral e outros conhecimentos arquivados na memória, eles devem analisar o contexto em relação ao qual um determinado ato de fala é realizado (VAN DIJK, 1992, p. 80).

O autor alerta que “não é a situação social que influencia (ou é influenciada pelo) discurso, mas sim o modo como os participantes definem essa situação” (2006, p. 163), retirando do conceito a condição social objetiva ou de causa direta. O contexto é um construto cognitivo(inter)subjetivos, que os sujeitos criam e atualizam na interação, constitui-se como um modelo mental ou uma interpretação subjetiva dos interlocutores acerca das propriedades relevantes da situação social, interacional ou comunicativa da qual participam (VAN DIJK, 2006:163).

Esse princípio metodológico, como frisa o autor, vai envolver grupos de informações como “informações semânticas gerais (memória, frames); informações de estados finais, derivadas de eventos/atos imediatamente precedentes e (macro) informação global sobre todas as estruturas/processos interativos prévios” (VAN DIJK, 1992, p. 82).

o usuário da língua tenha apenas uma certa indicação em direção aos possíveis atos de fala que podem se seguir. A determinação definitiva de um ato de fala ocorre, naturalmente, após a compreensão do próprio enunciado e depois de serem relacionadas às informações derivadas da análise do contexto. Nesse sentido, a compreensão pragmática se dá paralelamente ao processo relativo de compreensão semântica, no qual os discursos e conhecimentos prévios (semânticos) do contexto são importantes para a interpretação de cada sentença. Paralelamente à noção de pressuposição, então, podemos introduzir a noção de pré-condição pragmática, definida como uma propriedade contextual (VAN DIJK, 1992, p. 81).

Esse ato de fala (um texto ou uma sequência de sentenças) tem seu sentido além das palavras que vão compor a oração da estrutura sequencial em que foi construído. E podem comunicar mais do que está posto ao ouvinte/leitor posto que essas estruturas mencionadas são, “abstratas e teóricas” (VAN DIJK, 1992a, p. 55), e podem ser intencionalmente desviadas das regras de coerência mesmo fundamentadas em categorias e regras gerais de conhecimento e uso ordinário por parte dos falantes, para que esses atos de fala fiquem em uma esfera específica de compreensão.

[...] assumimos que existem estruturas especiais de texto do tipo global, ou seja, macroestruturas, e que estas macroestruturas são de natureza semântica. A macroestrutura de um texto é, portanto, uma representação abstrata da estrutura global do significado do texto. Enquanto as sequências de orações devem satisfazer as condições de coerência linear, os textos devem não só atender a essas condições (porque se “apresentam” como sequências de orações), mas também as de coerência global (VAN DIJK, 1992a, p. 55).

Considerando os contextos como processos dinâmicos que “mudam de acordo com os princípios causais, convenções e demais restrições sobre as sequências de eventos e ações” (VAN DIJK, 1992, p. 89), a análise contextual deve ser permanente, uma vez que o falante/ouvinte estará “consciente não apenas das características globais do contexto social, do frame e seus componentes como também das ações de fato realizadas nesses contextos e frames” (VAN DIJK, 1992, p. 89). Serão constituídas as intenções e as pertinências ou não dos atos de fala, explicitando o sentido do texto (discurso) a partir do relacionamento no contexto de produção entre falante (texto) e ouvinte (leitor).

### 3.4 O JÁ-DITO, O NÃO-DITO E O POR DIZER

Nesta parte do estudo se faz necessário incluir uma categoria analítica que é o silêncio, Orlandi (1992) afirma que o silêncio é fundante, mas não é simples apreender sobre sua opacidade e importância no processo de significação, se fazendo necessário identificar o dizível e o indizível, o dito e o não-dito.

Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito’ (ORLANDI, 1992, p. 11-12).

Os discursos são margeados pelo silêncio intrínseco não à sonoridade, mas de significação, como Ducrot (1972) destaca “diferentes formas de não-dizer (implícita), o pressuposto e o subentendido”. Orlandi (1992) ressalta que o silêncio não pode ser categorizado como ausência, uma vez que a linguagem só tem espaço a partir do silêncio porque as palavras surgem do silêncio e o silêncio se faz necessário entre elas. A produção das condições do significar existe a partir do silêncio, que é real e múltiplo, mediador das relações entre a linguagem no discurso. Como afirma a autora, é no silêncio que as relações de poder podem ser significadas, sendo assim o silêncio é poder :

“o não-dito é subsidiário ao dito” e constitutivo do sentido. Na análise do discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é uma formação discursiva pressupõe uma outra. (ORLANDI, 1999 p. 82)

Para o objetivo desta pesquisa destacamos como o silêncio se torna relevante no movimento que estabelece na linguagem, como contínuo significante, como silenciamento (o que é posto em silêncio), um pré-requisito dos processos discursivos e da materialidade da linguagem na construção do real, parte do interdiscurso, onde se constrói a produção dos sentidos. É o silêncio fundador – que produz a condição do significar. Pode ser caracterizado de três maneiras distintas:

1. A política do silêncio: que se manifesta de duas formas, o silêncio constitutivo e o silêncio local.

O silêncio constitutivo pertence à ordem de produção do sentido, representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o antiimplícito, se



diz x para não dizer y, apagam-se os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva. O sentido local se manifesta através da censura, trata-se da produção do sentido como uma estratégia política de produção do interdito, do proibido, a interdição do dizer (ORLANDI, 1992, PP.75-77).

2. Através do silêncio, “podemos passar das palavras para as imagens e as metáforas” (op.cit., p.15);

3. “A materialidade do silêncio está especificada na relação do imaginário com o real” (idem, p.16).

Todas inseridas na prática discursiva de leitura da AD, que pontua como interdiscurso:

[...] todo conjunto de formulações já feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. É o dizível, histórica e linguisticamente definido; o enunciável, o já-dito, exterior à língua e ao sujeito, mas que está no domínio da memória discursiva (ORLANDI, 2005, p. 33).

Busca-se então o dito e o não-dito, incluindo na leitura do discurso o que não é palavra e comprovando o discurso não se formar como enunciação completa, o não-dito é fundador discurso, perpassando tudo que é dito: “[...] é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se”. (ORLANDI, 2005, p. 82), condicionando o que está expresso em um espaço múltiplo de devir (condição do vir-a-ser discursivo), revelando a possibilidade de movimento de sentidos da linguagem. O não-dizível se insere num jogo ideológico de recortes das formações discursivas operando saberes constituídos na memória do dizer, ou como esclarece Orlandi (1992, p. 20) como “[...] diferentes regiões que recortam o interdiscurso e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como às posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”.

[...] consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro modo, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] porque [...] só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras (ORLANDI, 2005, p. 34).

A perspectiva que se instaura na Análise Crítica do Discurso não se restringe a transmissão de informação linearmente – a disposição dos elementos da comunicação como resultado de um processo serializado, sequencial em que se enquadra em transmissão da informação em alguém fala algo, através de um código, e a mensagem é captada por um receptor. Assim se distingue emissor e receptor como se estivessem separados de forma estanque e não realizassem simultaneamente o processo de significação. ACD entende que o discurso expõe o funcionamento da linguagem em lugar do foco centrado na mensagem, assim,

não separação estanque entre emissor e receptor, uma vez que realizam simultaneamente o processo da significação, uma vez que a análise verifica relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pelo contexto histórico.

Orlandi (1999, p. 19-22) filia o discurso a uma rede de sentidos, onde os dizeres estão convergidos em dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Define-se assim ‘continuum’ ao estabelecer o relacionamento com discursos anteriores; e apontado para outros discursos futuros, sem a delimitação de fechar-se em si, mas estabelecendo um processo discursivo onde encontram-se estados e recortes diferentes, conduzidos pela ideologia e inconsciente. Como a autora destaca, é a nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica de mundo, através da ideologia.

As formações discursivas são essenciais para se demonstrar como os sentidos estão para além do que está explícito no texto. Assim é necessário expor, como afirma Pêcheux (1997), que as palavras ganham sentido de acordo com as posições em que são utilizadas, é o lugar onde são construídos os sentidos discursivos, definindo inclusive o que “deve” e o que “pode” ser expresso, dito. Os refúgios são as entrelinhas – o que está entre o dito e o não dito, os interdiscursos. Não há esconderijo porque não um significado fixo nos discursos, mas há o que se tem mais a dizer, inclusive quando não se diz. É o implícito, que também é analisado pela ACD, que se relaciona com o discurso explícito onde se busca o simbólico no texto – e não o “verdadeiro” sentido; mas explora-se o texto como objeto histórico e produtor de sentidos.

O discurso implícito, ou não-dito, remete a relação que o discurso tem de incompletude porque – como ressalta Orlandi (1992, p. 12) – toda expressão em linguagem é incompleta, tanto sobre seus sujeitos envolvidos quanto sobre os sentidos em um movimento de (re)construção constante do simbólico e do histórico. (...) “há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”.

A análise de documentos, como a realizada aqui, exige a interpretação e compreensão do discurso a partir do princípio de que cada sujeito, ao produzir um discurso, relaciona-o sempre com o interdiscurso ou memória discursiva:

A memória discursiva seria aquilo que, face à um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-

transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÉCHEUX, 1999, p. 52).

Orlandi (1999) define que, além da memória discursiva, contexto imediato, contexto sócio- histórico e ideológico; a produção discursiva inclui sujeitos e a situação. A memória é tratada como interdiscurso, o que fala antes e situa o discurso em vários lugares/tempos. A significação pelo ser humano se dá pela linguagem, ou seja, os processos de interação social ao longo do tempo histórico acabaram por constituir os diferentes campos de saber e Orlandi aponta que o silêncio fundante é o que preside este movimento, considerado não como falta, mas linguagem, considerada como excesso. A palavra é que se movimenta em torno do silêncio, permitindo assim refletir um funcionamento específico do não-dito sobre o dito, dissociando o verbal do silêncio. Como na AD o sentido se faz em todas as direções, sem a imposição da linearidade, é o silêncio dirige essa possibilidade e se impõe como um movimento repetitivo/absoluto, o real da significação, o real do discurso; uma vez que quanto mais faltas existem em um discurso, mais possibilidade de sentidos se colocam a ele.

Na tese da autora, o silêncio tem estatuto de fundador e de constitutivo do discurso e da linguagem: “A hipótese de que partimos é que o silêncio é a condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: lugar que permite à linguagem significar” (ORLANDI, 1995, p.70)

E reforça ainda:

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo negase a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 1999, p. 45-46).

É necessário, então, em uma análise discursiva onde o sujeito é tido como centro imaginário e ideológico; se impor a problematização de todas as tentativas de fixação da noção de silêncio, porque na compreensão de um panorama que insere sujeito e sentido, a linguagem é apropriada por ele de forma social, com os sentidos históricos possíveis, invalidando um movimento isolado e individual. O discurso reflete, desta forma, o modo como o sujeito o fez,

inevitavelmente, interpelando ideologicamente sua produção. O produtor da linguagem também está produzido nela, já que para a AD a palavra é um ato social, abarcando as relações de poder, constituições de identidades, conflitos, reconhecimentos, enfim, todas implicações advindas.

Como afirma Pêcheux:

[...] tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discurso prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que, quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto do discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 1997, p. 77).

Faz-se mister salientar o papel do sujeito, no processo discursivo, não como fonte absoluta da significação, do sentido. Não é a origem, mas a configuração de atos de fala de outros sujeitos é o resultado da interação de vozes e do complexo sócio-ideológico em que está inserido. O sujeito é como afirma Pêcheux (1997), afetado por duas formas de esquecimento: o da ordem do sintático e o ideológico. No primeiro, o sujeito apaga seu processo de constituição, que lhe é exterior e inconsciente. No segundo, Orlandi (1999) estabelece como o resultado de como somos afetados pela ideologia, enquanto sujeito-falante fazendo seleções para construir uma formação discursiva em detrimento a outra, escolhendo “um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformula-lo na formação discursiva considerada”. (PÊCHEUX, 1997 p.173). Referendando a produção ideológica do discurso e situando o homem numa relação imaginária com suas condições reais de existência (ORLANDI, 1999, p.46).

A AD “inclui – como não o faz a lingüística – o sujeito, ao mesmo tempo em que o descentra, isto é, não o considera fonte e responsável do sentido que produz, embora o considere como parte desse processo de produção” (ORLANDI, 1990, p.29). Sobre a construção social do discurso e a descentralização do sujeito, Baccega (1995, p.17) observa que “todo enunciador é, ao mesmo tempo, enunciatário de um conjunto de discursos que constituem o universo social do qual participa”.

Uma vez definido a existência de um “já-dito” basilar sob a possibilidade de todo o discurso (ORLANDI, 1999), Pêcheux (1997, p.162) explica a presença da memória discursiva – o interdiscurso, como “‘algo que fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”,

determinando os sentidos discursivos e apontando a supremacia do interdiscurso (eixo da constituição dos sentidos) sobre o intradiscurso (eixo da formulação dos sentidos). A memória social do interdiscurso é um processo histórico resultado das interpretações para acontecimentos recentes ou não, produzindo ou não os apagamentos. Não é apenas o que foi dito ou não, mas também a visibilidade em uma memória selecionada – de forma oficial ou não – do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido (ORLANDI, 1999). Assim, para que não haja ameaça ao status quo vigente, o interdiscurso produz, além do sentido silenciado, um novo sentido como memória definitiva (oficial).

A memória constitutiva do discurso se revela heterogênea, “um espaço móvel de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56), na qual os sujeitos estão inscritos e condição para o funcionamento dos enunciados de outras enunciações (memória institucional) trazidos pelo sujeito para produzir novos sentidos (memória constitutiva), que vão conduzir ao sentido que espera sobre o discurso produzido.

A enunciação reconstrói a memória social soma o antigo (já dito) e o novo (o que ainda será dito), ou por outra, torna-se objeto de repetição de saberes reconhecíveis (memória institucional) e um novo sentido que propõe alteração a cada enunciação porque a história vai afetar todo o dizer (memória constitutiva). O passado discursivo memorizado da Amazônia estará presente, analisado nesta pesquisa, repetidamente semelhante em diferentes cenários histórico-sociais.

A produção de um discurso carrega uma memória como acontecimento que refere-se também a discursos transversos, já que seu entendimento depende de sentidos pré-construídos, e que estão implícitos como condição legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52), assim qualquer enunciado é sempre resposta relacionada a enunciados passados e sua formulação tem que ser analisada considerando tanto a memória discursiva (interdiscurso) quanto a concretude discursiva (o intradiscurso, discurso produzido em determinada situação).

O esquecimento, de ordem ideológica ou enunciativa, é estruturante porque a memória discursiva não será linear, mas produzida por interpretações de sujeitos institucionais que enunciam de espaços institucionalizados: a fala protocolar da autoridade, o uso político desta fala, a reprodução a partir dela.

Os dizeres trazem antigos dizeres para configurar novos dizeres. O viés interdiscursivo sinaliza o caráter heterogêneo e nada original do discurso, o concebendo na gênese seu enredamento com uma série de outros discursos de outros sujeitos, de outras épocas. “Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito descentrado, dividido, clivado, barrado [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27). Esta ilusão referencial da relação que parece ser natural na ordem da enunciação, é desmitificada uma vez que:

Somente o Adão mítico, abordado com sua primeira fala um mundo ainda não posto em questão, estaria em condições de ser ele próprio o produtor de um discurso isento do já dito na fala de outro. Nenhuma palavra é “neutra”, mas inevitavelmente “carregada”, “ocupada”, “habitada”, “atravessada” pelos discursos nos quais “viveu sua existência social sustentada” (AUTHIERREVUZ, 1990, p.27).

No engendramento da ação social do sujeito com a produção discursiva, o esquecimento ilude quanto ao ineditismo:

Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito (...) para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que (...) retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles (...) sentidos e sujeitos estão em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 1999, p.36).

Mas Orlandi (1999) frisa que o discurso não é apenas um movimento de retorno ao já-dito, mas a tensão constante entre a reafirmação do sentido do discurso (paráfrase) e a multiplicidade de interpretações (polissemia).

Se (...) o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos. (...) Por isso, (...) a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo... (ORLANDI, 1999, p.36-37).

Portanto, a ação discursiva é uma produção a partir do jogo entre o mesmo e o diferente, o existente e o novo, a estabilização da memória institucionalizada e a memória constitutiva, que permite o deslocamento através do esquecimento e, por conseguinte, a ruptura e a elaboração de novos processos de significação.

### 3.5 A INTERTEXTUALIDADE E O INTERDISCURSO

As categorias intertextualidade e interdiscursividade fazem parte das análises propostas pela ACD porque relacionam um discurso/texto, a partir de outros que lhe são recorrentes. A sistematização desta categoria tem sido registrada há tempos no percurso histórico dos estudos sobre o discurso. Como afirma Bakhtin (2000) os textos “respondem” a textos anteriores e também antecipam textos posteriores, considerando o que ressalta o autor: “todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menos grau” (BAKHTIN, 2000, p.272).

O primeiro registro do termo “intertextualidade” é atribuído à filósofa e crítico-literária búlgaro-francesa, Júlia Kristeva (1974), ainda na década de 60, a partir de que: “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de intertextualidade” (KRISTEVA, 1974, p.68), estabelecendo assim uma relação intersubjetiva entre emissor/receptor, enunciador/enunciatário, que se atravessam como dois eixos perpendiculares: um vertical (intertextualidade) e um horizontal (intersubjetividade), pertinente a conexão que se estabelece entre um texto e os demais intertextos contemporâneos ou anteriores, como vozes da memória social que são depositadas na palavra.

As vozes que formam o discurso escrito/falado, assumem as relações sociais presentes em seu entorno, no movimento da interação social, a interação social, referendando que a construção discursiva é resultado de uma prática social onde “a palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica” (Bakhtin, 1981, p. 176). Esse processo contínuo das relações dialógicas da interação pelas palavras possibilita a elas novas significações no dizer, delimitam os papéis sociais dos sujeitos, o contexto histórico e social, as condições da produção discursiva que no final determinam os efeitos de sentido construídos no discurso.

Para Orlandi (1988, p. 111), são fatores que constituem os objetos do discurso, presentes na posição em que ocupa o sujeito da enunciação e que adquirem a estabilidade referencial no repetível (pré-construído). Ou como reforça (Bakhtin, 2003, p. 294-295), os discursos são formados por enunciações que não são próprias, únicas e neutras, mas formadas por construções discursivas de outros.

Como tudo que é dito por um enunciador não pertence só a ele num mesmo texto é necessário ressaltar esta polifonia para realização das análises nesta pesquisa. Ducrot (1987) conceitua polifonia como “as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados”, e enumera dois tipos: 1) quando, no mesmo enunciado, há mais de um locutor, uma intertextualidade explícita; 2) quando, no mesmo enunciado, há mais de um enunciador, recobrando a intertextualidade implícita e mais ampla. A presença dos índices de polifonia reforça a ideia de inexistência de um discurso puro.

Reforça-se também o que afirma Bakhtin de que todo enunciado é um elo na cadeia discursiva porque para que o discurso seja compreendido necessita deste funcionamento da linguagem em que há uma retomada ao que foi previamente dito, em busca de pistas, inclusive não linguísticas, impondo ao texto um papel de resultante de um processo ilusório de unidade, e que estão relacionadas aos contextos dos interlocutores e os conhecimentos partilhados. Como determina Foucault (1996): “dizer uma frase não é suficiente, nem mesmo dizê-la em relação de um determinando campo de objetos (...). Para que seja enunciado: é preciso relacioná-la com todo um campo adjacente” (FOUCAULT, 1996, p. 128).

Portanto a definição do enunciado só pode ser determinada por elementos que lhe antecedem, os indicadores interpretativos:

Só ganha vida em contato com outro texto com contexto somente. Neste ponto de contexto entre os textos é que uma luz brilha, iluminando tanto o posterior com o anterior, juntando dado texto a um dialogo. Enfatizando que esse contato é um contato dialógico entre textos. Por trás desse contato está um contato de personalidade e não de coisas (BAKHTIN,1986, p.160)

Considerar-se que a compreensão do discurso está condicionada a uma base de conceitos prévios, conhecimentos anteriores, envolvendo o sujeito num processo de interação leitor-texto-leitor, com constantes referências sendo acionadas, definidas como intertextualidade. “A palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o ‘eu’ em relação com o outro. Eu me dou forma verbal a partir do ponto de vista da comunidade a que pertenço. O Eu do Outro e por ele é constituído” (BAKHTIN, 1929, p.64)

Destaca-se ainda a noção de polifonia de Bakhtin (2006), a palavra é o produto em que o discurso é engendrado como a arena em que se entrecruzam vozes de diversas orientações (concordantes, contraditórias, satíricas) e se estabelece as relações de força e o questionamento da ideológico. “É a relação do sujeito com o texto, e deste com o discurso, e a inserção do



discurso em uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, a transparência” (ORLANDI & GUIMARÃES, 1988, p. 20).

Ainda para a análise do estudo dos elementos constitutivos do texto e sua estrutura macro, a ACD apresenta a noção de interdiscurso que Maingueneau (2008, p. 27) afirma ser “necessário afinar este termo muito vago para nosso propósito e substituí-lo por uma tríade: universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo”, definindo-a como a interação em uma determinada circunstância, num universo discursivo que representa um conjunto finito, mesmo que este não possa ser apreendido totalmente.

A categoria decorre do “caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo” (MAINGUENEAU, 2008, p.37), onde é detectada a imbricação do Mesmo e do Outro e circunscreve os domínios do discurso a serem analisados ou os “campos discursivos”, onde se processa um discurso por meio de operações regulares nas formações discursivas já existentes: “o que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com todos os discursos desse campo; e isso em razão de sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados, todos eles não se situam necessariamente no mesmo plano” (MAINGUENEAU, 2008, p.34).

O autor define o universo discursivo como um conjunto heterogêneo, finito, e irrepresentável de formações discursivas que interagem numa conjuntura; e que não pode ser apreendido em sua globalidade. Já o Campo Discursivo entende-se como o conjunto de formações discursivas em concorrência, delimitados numa região do universo discursivo. O discurso se forma em campos discursivos que foram nomeados pela tradição, como o campo político – aqui tratado nesta tese – o literário, o religioso. Neste caso, os campos delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo, em confronto aberto, aliança, na forma de neutralidade aparente na relação entre discursos que apresentam a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. E sobre os espaços discursivos, Maingueneau (2008) os define como subconjuntos do campo discursivo, que ligam no mínimo duas formações discursivas que se relacionam e são fundamentais para o entendimento dos discursos enunciados.

Pertinente para essa pesquisa, a categoria faz o recorte de “campos”, mas não os define como zonas isoladas, e sim em uma concepção vital que permite avaliação das redes de troca porque é no interior do campo que se dá o processo discursivo. A proposta de Maingueneau

(2008) é isolar espaços discursivos como subconjuntos de formações discursivas para que o interdiscurso demonstre a construção de um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu “outro”, que está na raiz do dialógico de todo enunciado do discurso, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. O sujeito que enuncia, o “mesmo”, fica descentrado em relação a si próprio, estabelecendo assim o caráter dialógico de todo enunciado discursivo, e torna impossível dissociar a interação discursiva do intradiscorso.

Neste processo Orlandi (2004, p.70) afirma: “o sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação no interdiscurso, ele historiciza seu dizer”. Relaciona o sentido, memória e história na conceituação de interdiscurso, que legitima o discurso pela interpretação. Para a autora, a historicidade vai acontecer na relação da estrutura com o acontecimento, porque um discurso será resultado do atravessamento que perpassa suas condições sócio-históricas de produção, que vão gerar a historicidade própria do discurso. Segundo Orlandi (2004), estas condições de produção vão delinear o conjunto dos discursos possíveis de serem pronunciados.

Os dizeres não são propriedades individuais do enunciador, mas recuperáveis considerando as formações discursivas a que está relacionado, o que explica porque alguns enunciados não compõem o repertório discursivo de determinados sujeitos.

Conclui-se que as condições da produção do discurso são determinantes para os processos interdiscursivos porque o sujeito, inserido na formação discursiva, se movimenta entre os possíveis caminhos apresentados pelo interdiscurso de acordo suas condições sócio-históricas de produção, assim se estabelecem os efeitos de sentido do discurso que enuncia. Portanto, o interdiscurso, como define Orlandi (2004), se pronuncia antes, surge de um local independente que ela qualifica como memória discursiva (o já-dito) e que incide a causa efeito no que está sendo enunciado, em todo o dizer há uma relação entre o já-dito e o que está por ser dito, uma relação entre a constituição do sentido (memória) e sua formulação (atualidade)

[...] O fato é que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua reação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, remeter o dizer da faixa a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos (ORLANDI, 2004, p. 32).

Não obstante, as formações discursivas representam/reforçam as formações ideológicas porque os sentidos são sempre definidos ideologicamente, tendo nesta acepção a ideologia como efeito da relação imprescindível entre o sujeito e o discurso, e entre ele e a história.

[...] O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. (ORLANDI, 2005, p.47).

Dessa forma, os discursos são delineados em relação a outros discursos, porque os enunciados estão relacionados com outros enunciados que são parte de discursos distintos, uma vez que para a autora, a articulação de formações discursivas são dominadas pelo interdiscurso e estão sempre se configurando e reconfigurando-se em suas relações.

### **3.6 O DISCURSO POLÍTICO**

Neste trabalho parte-se do princípio de que todo o discurso é um discurso de poder, já que não há discurso que não intencione impor verdades. Mas o discurso político se destaca por não precisar a da opacidade da presença e do desejo da luta pelo poder. A concepção de discurso político deste trabalho utiliza Charaudeau (2006), que o define como texto argumentativo e persuasivo; e que “a palavra política deve se debater entre uma verdade do dizer e uma verdade do fazer, uma verdade da ação que se manifesta por meio de uma palavra de decisão e uma verdade da discussão que se manifesta mediante uma palavra de persuasão (ordem da razão) e/ou de sedução (ordem da paixão)” (CHARAUDEAU, 2006, p. 23). De acordo com o autor, o discurso político se configura na troca social dos sujeitos numa relação de interdependência recíproca entre sujeitos (CHARAUDEAU, 2006), é um espaço de linguagem e ação. A regulação desta relação se dá pelos princípios de alteridade, influência e regulação, que caracterizam o ato de linguagem definido como um agir sobre o outro.

[...] a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço de ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço de persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opiniões em seu proveito (CHARAUDEAU, 2008, p. 21).

O autor frisa que o discurso político é construído como um jogo de máscaras porque tem uma intenção e o enunciador político busca um efeito em seu interlocutor, ao mesmo tempo em que a ação constitutiva da troca social, assegura uma legitimidade num processo de influência social. E para que esse efeito se realize é indispensável um reconhecimento por parte dos parceiros do ato de comunicação no processo de influência. Assim Charaudeau (2006, p.46) qualifica a política como um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção, onde o discurso político é construído na e pela encenação e os valores de *ethos*<sup>41</sup> e de *pathos*<sup>42</sup> assumem o lugar de valores de verdade, de maneira interrelacionada. Neste campo a construção do discurso das ideias se dá por intermédio do discurso do poder e ao dividir um e outro situa um como parte de uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o outro a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível).

Maingueneau (2008) aponta que o conceito de Aristóteles (2002) ressurgiu como *ethos* discursivo da teoria polifônica de Ducrot (pragmática semântica), onde sujeito falante real é menos relevante do que a instância discursiva do interlocutor, isto é, o impacto que causa com sua argumentação, com a ressalva que deixa de ser uma estratégia individual de argumentação retórica para se tornar a formação discursiva que causará o impacto.

A multiplicidade do atual emprego do termo *ethos* torna difícil uma estabilização dessa noção, mas, sem prejudicar a maneira como ela será explorada ainda é possível manter acordo sobre três pontos, a saber: 1º O *ethos* é uma noção discursiva, ele se constitui por meio do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior à fala; 2º O *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro; 3º É uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, ela própria integrada a uma conjuntura sócio-histórica determinada. (MAINGUENEAU, 2006, p.60).

O *pathos* é a presença da afetividade no discurso, é a emoção na formação discursiva, uma vez que aos valores e as crenças se associam às paixões da comunidade discursiva, como explica Charaudeau :

---

<sup>41</sup> A origem do conceito de *ethos* está na retórica clássica de Aristóteles, se refere a construída pelo orador diante da sua plateia, num processo de conquista da confiança dos interlocutores para alcançar o convencimento sobre o argumento apresentado. O orador deve se utilizar da “*phronesis*” - do grego para o português prudência -; *aretê* - do grego para o português virtude; e *eunóia* - do grego para o português benevolência (ARISTÓTELES, 2002). Para alcançar o objetivo o autor ainda descreve três pré-requisitos o orador necessita parecer credível: competência, boa intenção e empatia; destacando que “ser” é menos relevante do que “parecer”.

<sup>42</sup> A definição de *pathos* é de Aristóteles (1998): “Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimentos tristeza ou alegria, amor ou ódio.” (1998, p. 49)

A emoção pode ser percebida na representação de um objeto em direção ao qual o sujeito se dirige ou busca combater. É como estes conhecimentos são relativos ao sujeito, às informações que ele recebeu, às experiências que ele teve e aos valores que lhe são atribuídos, pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças. (CHARAUDEAU, 2007, p.245)

O autor propõe que o pathos seja tratado como uma categoria de efeito, relacionada às circunstâncias, situação social e cultural onde está inserida a troca comunicativa porque um mesmo enunciado pode produzir diferentes efeitos patêmicos e de acordo com o contexto cultural em que está inserida a formação discursiva.

O processo de encenação vai acontecer em um espaço com restrições, onde “as significações e os efeitos resultam de um jogo complexo de circulação e de entrecruzamentos dos saberes e das crenças que são construídos por uns e reconstruídos por outros” (CHARAUDEAU, 2006, p. 52). A enunciação terá sujeitos sob um contrato de comunicação, que ele define como “instâncias” porque tem uma “finalidade comunicacional” e em locais diferentes: um lugar de governança (onde está a instância política e seus adversários), um lugar de opinião (onde se situam os cidadãos) e um lugar de mediação (onde está a mídia).

O discurso no campo político, que tem como atividades constitutivas a persuasão e a sedução; terá duas dimensões ao se configurar: a que o legitima e a que o capacita para atuar na esfera política porque a ação política determina a ação social e, simultaneamente, permite decisões coletivas. Charaudeau (2006) reforça que a política depende do discurso uma vez para que se concretizem ações o sujeito deve estar em posição de decisão, mesmo que seja coletiva, e utiliza argumentos da razão e paixão para convencer sujeitos dos valores que defende neste espaço persuasivo.

Thompson (1984) explica que vem do discurso – como uma prática ideológica – a legitimação, naturalização e transformação em relações de poder e dominação, as representações, significados e identidades, passando a ser consideradas como senso comum ou verdades veladas. Já Foucault (1996) atribui a condição de objeto de desejo ao discurso político: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10). Destaca que toda a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que tem a função englobar seus poderes e perigos: “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996,

p.9). Para o melhor entendimento desta perspectiva, utilizamos o destaque de Orlandi (2001, p.9) de que a percepção deste movimento da formação discursiva nos “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”.

Diante disso, a ACD estabelece como objetivo metodológico a investigação dos traços para retirar a opacidade das relações entre linguagem e práticas sociais, propondo a desconstrução das agendas ocultas e desta forma expor elementos que indicam a reprodução da organização social privilegiando uns em detrimento a outros, através a ideologia e da hegemonia de grupos dominantes.

### **3.4 DISCURSO E PODER**

Utilizando a ACD como instrumento de instrumento de investigação, van Dijk (2008, p. 07) conclui que “as elites simbólicas, que têm acesso privilegiado aos discursos públicos, também controlam a reprodução discursiva da dominação na sociedade“. Esta abordagem metodológica interdisciplinar institui uma relação explícita entre discurso e sociedade estabelecendo a conexão entre modelos mentais e cognições sociais como conhecimentos e ideologia. A associação fundamenta o poder discursivo na manipulação da opinião pública porque os textos são perpassados por relações de ideologia e poder, a correspondência se torna um dos alvos da ACD na pretensão de apontar como o discurso é utilizado na manutenção ou defesa destas relações.

Para o senso comum, o poder (do latim, *potere*) é apresentado como a capacidade de deliberar arbitrariamente, agir e mandar e, ainda, dependendo do contexto, de exercer a autoridade, a soberania. Indica também usufruto de força física ou moral; influência; ou ainda a capacidade de imposição da vontade de um indivíduo sob outros (HOUAISS, 2001). Na tradição clássica do pensamento político, a noção de poder em Weber (1982) busca os ideais de Hobbes numa dimensão coercitiva em favor de um pacto social que visa a autopreservação e paz mútua, cedendo o controle ao Estado, soberano. Define que: “[...] poder significa a probabilidade de impor a própria vontade dentro de uma relação social, mesmo que contra toda a resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.” (WEBER, 1984, p. 43).

Na visão weberiana o poder se referencia como símbolo da forma mais típica do agir social se fazendo presente mesmo disperso e pulverizado entre os indivíduos, que além de sujeitos, são essencialmente objetos deste poder. Weber (1984) identifica, a partir do

comportamento humano social, que as ações entre indivíduos perduram a partir de estruturas onde o componente “dominação” aparece como centralizador da permanência de uma ordem e que estabelece, em outra medida, a própria sobrevivência de uma coletividade. Em todos os campos sociais, sem exceção, há o exercício de complexos de dominação sobre as relações humanas, garantindo em suas formas determinada organização social. Rigorosamente, as ações sociais derivam de relações de dominação.

Para van Dijk (2008), o modo de produção do discurso é controlado por "elites simbólicas" que irão sustentar o aparato ideológico, permitindo o exercício e a manutenção do poder. Ele demonstra como a análise social crítica está justaposta com a análise do discurso contextual na busca de apontar a influência de muitas formas de poder contemporâneas – definidas como poder simbólico<sup>43</sup> – sobre o discurso público, na assertiva de que: “o controle do discurso público é controle da mente do público, e, portanto, indiretamente, controle do que o público quer e faz. Não há necessidade de coerção se se pode persuadir, seduzir, doutrinar” (VAN DIJK, 2008, p.23). Para ele, o discurso não é analisado como um objeto “verbal” autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política (VAN DIJK, 2008. p. 12).

Sendo o discurso espaço de articulação e exercício do poder; e, delineando diferentes ideologias em disputa pelo controle social, van Dijk (2008) assinala que a ACD se caracteriza pela análise da intertextualidade e recontextualização de discursos que disputam esses espaços sociais, referendando o interesse da investigação sobre como as estruturas linguísticas são usadas para construir, de forma articulada e precisa, diferentes formas de poder na hierarquia social; e como são usadas na manipulação do poder, quais estratégias desempenham um papel nesses modos de reprodução, no que se mostra uma prática do poder e contra-poder.

O reforço das assertiva vem da afirmação de Orlandi:

o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. (...) O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (...) Por isso é inútil, do ponto de vista

---

<sup>43</sup> O conceito de poder simbólico segundo Bourdieu (2010, p.14) é um: “[...] poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização [...]” . É sustentado e reproduzido por sistemas simbólicos estruturados e irremediavelmente estruturantes, mas não podem ser resumidos a eles, sendo compreendidos, segundo o autor, como elementos de origem heterogênea que exercem um poder de persuasão para obter a homogeneidade de pensamentos (BOURDIEU, 2010)

discursivo, perguntar para o sujeito o que ele quis dizer quando disse ‘x’ (ilusão da entrevista em loco) (...) O que ele sabe não é suficiente para compreendermos que efeitos de sentidos estão ali presentificados (2002, p.32).

Assim, nos estudos da ACD, os indivíduos constroem, mantem ou transformam realidades sociais, conferindo ao discurso o poder constitutivo. A linguagem é um espaço de luta irregular de poder, incluindo um papel da cobiça constante por hegemonia, isto é, a “liderança tanto quanto dominação nos domínios econômicos, político, cultural e ideológico de uma sociedade” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). A busca na metodologia é entender como as práticas discursivas se moldam no exercício do poder hegemônico e reproduzem a dominação, seja por elites, grupos ou de forma institucional.

Numa simplificação sobre o controle do discurso e o poder social, é possível resumir como se dá esse controle:

**Quadro 2** - Gêneros de discurso e poder em van Dijk

TIPO DE DISCURSO	TIPO DE CONTROLE	TIPO DE PODER	ESTRATÉGIA DE APROVAÇÃO
Ilocucionário/ordenador (comandos, ameaças, leis, regulamentos, instruções ou indiretamente, recomendações e conselhos)	Controle direto sobre ação. Controle Estatal.	Poder institucional.	Lobbys, sanções legais e sanções institucionais.
Persuasivo (anúncios publicitários, propagandas)	Influência em ações futuras dos receptores.	Recursos econômicos e financeiros de acesso aos meios de comunicação.	Mecanismos retóricos (repetição ou argumentação).
Descritivo de ações ou situação futuras ou eventuais. (previsões, planos, cenários, programas, alertas)	Controle de conhecimento e tecnologia.	Expertise ou especialidade profissional.	Argumentação e descrição de ações.
Narrativo (reportagens jornalísticas)	Controle das ações e representação das opiniões das/sobre elites políticas, econômica, militar e social.	Criação da base consensual do poder. Explicita quem possui o poder e o que desejam os poderosos.	Retóricas dramáticas ou emocionais; originalidade estilística ou temática.

**Fonte:** Adaptação da Autora a partir de van Dijk (2008, p. 52)/ 2018

Verifica-se que o discurso classifica o poder e expressa poder. O autor afirma que a tipologia do exercício do poder através do discurso, por meio da interação social, se dá predominantemente, e não de forma única, pela persuasão:



Os grupos ou instituições de poder raramente precisam prescrever o que os menos poderosos devem fazer, apesar de, em última instância, haver a possibilidade de essas diretivas serem decisivas no controle de terceiros, como é o caso específico do controle estatal. Em vez disso, eles argumentam oferecendo justificativas econômicas, políticas, sociais e morais, e administrando o controle das informações relevantes. Dessa forma, o teor da comunicação pode ser distorcido por meio da divulgação seletiva de informações que favoreçam as elites do poder ou por meio da limitação do acesso às informações favoráveis a tais elites (VAN DIJK, 2008, p. 53).

Outra forma que o autor sugere de abordagem da análise deste poder são os níveis discursivos e as ações que podem, entre os participantes do discurso, manifestar, descrever, esconder, favorecer ou legitimar as relações de poder:

**Quadro 3** - Níveis de discurso e poder em van Dijk

NÍVEL DO DISCURSO	TIPO DE PODER
Pragmático	Acesso ilimitado aos atos institucionais de fala ou do controle dos atos. (comandos acusações formais, indiciamentos, absolvições)
Conversação Interacional	Domínio de um participante. (Fala espontânea ou diálogo formal ) (relações interpessoais, intersubjetivas que subordinam a um determinado evento conversacional)
Relações Formais	Participantes com posições de poder
Situação comunicativa	Estilo, retórica, temas, iniciação ou mudanças controladas pelo participante de maior poder.

**Fonte:** Adaptação da Autora a partir de van Dijk (2008, p. 54)/ 2018

As dimensões do poder são qualificadas de acordo com os níveis em que podem ser identificadas, categorias de análise que podem ter impacto sobre o discurso, sua legitimidade e formulação:

**Quadro 4** - Dimensões de poder no discurso em van Dijk

DIMENSÕES	
INSTITUCIONAL	Governos, Parlamento, órgãos públicos, Judiciário, militares, grandes empresas, partidos políticos, meios de comunicação, sindicatos, igrejas e instituições de ensino
ESTRUTURAL	Hierarquia tradicional (Posições de seus membros/ Status)
RELACIONAL	Combinadas ou Paralelas Interações Institucionais / Interações Cotidianas
LEGITIMIDADE	
IMPOSTO / MANTIDO A FORÇA	Ditaduras Autoritarismo
CONTROLE PARCIAL / SANCIONADO	Democracias Elites Consensos

**Fonte:** Adaptação da Autora a partir de van Dijk (2008, p. 54)/ 2018

Expondo essas categorias para análise que podem apontar as relações de dominação, torna-se indispensável abordar a ideologia, conceito que assume-se aqui a defendida por Van Dijk (1998, 2000) e Orlandi (1995), que aponta que o conceito de ideologia como sistemas abstratos de conhecimento que permitem aos falantes de uma comunidade linguística a comunicação nos mais variados contextos, envolve cognição, sociedade e discurso, somando aspectos da linguagem; das opiniões e da construção do conhecimento; e ainda aspectos históricos, sociais e políticos na reprodução ou resistência ao domínio. Da mesma maneira que um usuário de uma língua seria incapaz de falar e de entender essa língua sem uma gramática mais ou menos estável, os membros de um grupo seriam incapazes de realizar suas práticas diárias e seus julgamentos sociais sem representações sociais mais ou menos estáveis, como o conhecimento, as atitudes e as ideologias (DIJK, 1998, p. 56).

Assim, o conceito aqui utilizado para base das análises é o da perspectiva sociocognitiva, que situa a ideologia como fenômeno que não se produz fixamente em um local, em cada contexto social específico, por um único falante. Nessa perspectiva, van Dijk (1998, p. 21) define ideologia não apenas como um instrumento de dominação, mas pertencente ao “campo simbólico do pensamento” e das crenças e relacionam-se à ideia de cognição, são de caráter social e frequentemente estão associadas com interesses, conflitos e lutas de grupos e são práticas sociais discursivas, associadas à linguagem e ao discurso. A linguagem incide no

sujeito de forma diferente, de acordo com o contexto, como complementa Orlandi (1995, p. 09) “a ideologia não é ‘x’ mas o processo de produzir ‘x’”.

Há um efeito de evidência e de unidade no sujeito ancora a ideologia no que autora identifica como “já-dito” ou sentidos já instalados na sociedade que passam a ser percebidos como naturais e são apropriados no interdiscurso. Os sentidos são, então, interpretados a partir de uma direção e em uma determinação histórica e não em outra, “ocorre uma simulação (e não ocultação de conteúdos) em que são construídas transparências (como se a linguagem não tivesse sua materialidade, sua opacidade) para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem como evidências empíricas” Orlandi (1995, p. 10). Para a autora, a ideologia pode ser definida a partir daí:

ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique (ORLANDI, 1998, p.8).

A interpretação é indispensável para a produção do sentido e a ideologia materializa a linguagem e se manifesta por ela, sendo “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos (...) o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (...) assim considerada, a ideologia não é a ocultação mas função da relação necessária entre linguagem e mundo” (ORLANDI, 2001, p. 46 e 47).

Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido. Consequentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos (ORLANDI, 2001, p. 16 e 17)

Desta forma, o discurso é representado por um sujeito que tem um lugar, resultado das relações sociais. Há, portanto, um lugar de fala, onde o sujeito projeta-se, e esse discurso é redimensionado por este lugar, tornando inseparável a exteriorização discursiva, onde o sentido do que se diz – a enunciação – toma forma no acontecimento do discurso, na soma entre sujeito, língua, tempo e história.

### **3.4 ANÁLISE DOCUMENTAL**

A base dessa pesquisa está fundada na análise de documentos públicos, portanto é necessário destacar como se classifica esse tipo de pesquisa, como Ludke e André (1986, p.38) destacam, é uma metodologia “pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais”. Cellard, (2008) relaciona duas justificativas para o uso de documentos em pesquisas: é um registro, muitas vezes único, das atividades particulares de uma atividade recente, representando quase a totalidade dos vestígios em uma determinada época; permite acrescentar a dimensão tempo à compreensão do social.

Cervo e Bervian (1983, p.79), definem documento como “toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta ou estudo”, sendo considerada como tal toda fonte de informação que ensina ou serve de exemplo ou prova, podendo ser escrita ou não. O conceito de documento, segundo Cellard (2008) vai além da ideia de textos escritos e/ou impressos, e, como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres, tendo seu conteúdo como fonte de esclarecimento de hipóteses levantadas. A definição se aproxima da pesquisa bibliográfica, mas a diferença se estabelece na natureza das fontes, onde a pesquisa documental é realizada em fontes primárias, dados originais que podem fornecer uma relação direta com os fatos que estão sob análise (OLIVEIRA, 2007).

### **3.6 MENSAGENS PRESIDENCIAIS**

Para compreender o conteúdo dos documentos aqui analisados é necessário conceituá-los dentro das dimensões da comunicação pública, política e governamental. Estabelecendo assim uma hierarquia destes conceitos para a definição do que são as mensagens presidenciais dentro da comunicação do Executivo e como processo comunicativo.

Brandão (2009) estabelece como diferencial entre as três nomenclaturas: a comunicação pública se refere ao interesse da coletividade, é a informação cívica; a comunicação política está relacionada com os discursos de divulgação, convencimento e justificação das ações e ideias dos governos, partidos ou agentes políticos, quase sempre com estratégias publicitárias para atingir a opinião pública com respostas rápidas e efeitos imediatos; e a comunicação governamental que se refere à gestão transitória do Estado (governo) que favorecem

determinado grupo que ocupa o poder e prioriza o reconhecimento das ações promovidas nos campos econômico e social.

O ato de governar implica em trocar constantemente informações acerca de políticas públicas, ideias e decisões, entre membros do governo ou dos partidos políticos, governantes e os governados. Na comunicação política, esses processos de comunicação e interação entre políticos, meios de comunicação social e públicos, são esforços comunicacionais dos partidos e agentes políticos, para influenciar os resultados eleitorais. Abrange o marketing político e a comunicação governamental, uma vez que em tempos não eleitorais informa e presta conta de ações operacionalizando metas, seja através de informações públicas, formalizadas sobre atuação do mandato e o uso do dinheiro público; seja indiretamente aumentando a capacidade de resposta do governo sobre as críticas e de angariar apoio aos seus projetos. Brandão (2009, p. 10) aponta que a comunicação governamental no Brasil foi, historicamente, de natureza publicitária, isto é, de divulgação de suas ações e utilizou preferencialmente a propaganda com veiculação na grande mídia.

Brandão (2009) enfatiza que a história da comunicação governamental entre os três poderes tem sido persuasiva, independente dos veículos e linguagens, e o Executivo teve maior presença efetiva e visibilidade junto à população, dos programas de rádio de Getúlio Vargas às campanhas cívicas da ditadura militar, até o marketing dos governos eleitos recentemente. A persuasão é a escolha dos governantes de diferentes ideologias e partidos, o discurso é remodelado de acordo com as circunstâncias de momento.

A comunicação pública está posicionada, de acordo com Brandão (2009), no contexto da comunicação entre Estado e Sociedade, dividida em cinco áreas de conhecimento e atividade profissional: na comunicação organizacional; na comunicação científica; comunicação do Estado e/ou governamental; comunicação política; e comunicação estratégica com a sociedade civil organizada. Ao se situar um discurso – oral ou textual - como comunicação do Estado e/ou governamental é qualificado como uma forma de articulação de informações entre Estado e sociedade, com ações direcionadas a prática da cidadania e para Brandão (2009) só deve ser interpretado como comunicação pública quando se torna instrumento de construção da agenda pública que informa a prestação de contas como estímulo ao debate político.

Koçouski define:

A comunicação pública pode ser protagonizada por diversos atores: Estado, Terceiro Setor (associações, ONGs, etc.), partidos políticos, empresas

privadas, órgãos de imprensa privada ou pública, sociedade civil organizada, etc. Ela não é determinada exclusivamente pelos promotores/emissores da ação comunicativa, mas, sim, pelo objeto que a mobiliza – o interesse público – afastando-se, ainda, de uma finalidade de cunho mercadológico (...) comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender os direitos dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos (KOÇOUSKI, 2013, p. 52-54).

Mesmo com esse protagonismo que também pode ser desempenhado pelo Estado, a comunicação pública não é comunicação governamental, que está relacionada a fluxos comunicacionais e informacionais que envolvem a ação do Estado e seus gestores; e da sociedade. Que dizer, diz respeito à gestão transitória do Estado (o governo), que também é uma comunicação política como define Gonçalves (2005, p. 40) de acordo com a finalidade que é utilizada: “(...) o objetivo de todo o processo de comunicação política é influenciar os receptores da mensagem, independente da dimensão e da natureza do público a que se destinam”.

A partir destas explicações, as mensagens aqui analisadas se enquadram na definição de comunicação governamental, mesmo que para Saldanha (2006) seja um sistema aberto em que o governo estabelece sinergia com a sociedade e isso não seja percebido em determinados períodos políticos. Mas a definição pode ser entendida como as informações sobre as ações de governo para promover a aprovação de seus projetos - ainda que neste caso, seja através de atos do legislativo, não necessariamente um estímulo a participação, mas como forma de manter o status quo, podendo identificar os elementos políticos em diferentes contextos e de acordo com a finalidade do discurso

As mensagens devem ser enquadradas ainda no tipo de sistema de governo brasileiro. Cintra (2004) explica que o presidencialismo (sistema criado nos Estados Unidos) foi gradativamente incorporado na América Latina no século XIX. No Brasil o presidencialismo foi implementado pela Constituição Republicana de 1891, é um modelo em que a figura do chefe de Estado é a mesma de chefe de governo; há um mandato do presidente prefixado, não podendo ser demitido pelo Legislativo, a não ser em caso em impeachment, nem o Legislativo ser dissolvido pelo presidente; a equipe ministerial deve ser escolhida pelo presidente e responde a ele diretamente, sem interferência direta do Legislativo. A fala presidencial nos interessa na medida em que veicula ideologias e mensagens que partem de uma liderança, isto é

por quem ocupa a posição de maior expressão política de um Estado. O enunciado, a partir de uma perspectiva totalizante, vem de um orador que assume o papel da construção de um discurso de um período político.

Estes enunciados, além de uma comunicação política e governamental, são protocolares, termo que encontramos no grego (*protokollon*) e no latim (*protocollu*). Teve diferentes significados como de tradução do registro de arquivos, das audiências dos tribunais na Idade Média. Houaiss (2001) define como um conjunto de formalidades e preceitos que se devem observar em cerimônias oficiais ou atos solenes; cerimonial; etiqueta. Redigir um protocolo significa redigir um formulário que regula os atos públicos, um cerimonial, é adotar formalidades nas questões relativas a autoridades, chefes de Estado.

A definição como protocolar está diretamente ligada às atribuições do cargo de presidente do Brasil, especificadas na Constituição Federal, artigo 84 do Título IV que descreve a organização dos Poderes. No capítulo II, Seção II estão relacionadas 27 atribuições ao cargo de presidente da República, e no inciso XI lemos: “remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias”<sup>44</sup> (BRASIL, 1988);

As mensagens seguem um rito protocolar. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, são instrumentos de comunicação oficial entre os chefes dos poderes públicos, “enviadas pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo para informar sobre fato da Administração Pública; expor o plano de governo por ocasião da abertura de sessão legislativa; submeter ao Congresso Nacional matérias que dependem de deliberação de suas Casas; apresentar veto; enfim, fazer e agradecer comunicações de tudo quanto seja de interesse dos poderes públicos e da Nação comunicações oficiais” (BRASIL, 2002, p.22).

O documento relaciona a tipologia usual desta comunicação oficial de acordo com a finalidade do documento: encaminhamento de projeto de lei ordinária; complementar ou financeira; encaminhamento de medida provisória; indicação de autoridades, pedido de autorização para o Presidente ou o Vice-Presidente da República se ausentarem do País por mais de 15 dias; encaminhamento de atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e TV; comunicação de sanção (com restituição de autógrafos); comunicação de veto; convocação extraordinária do Congresso Nacional; encaminhamento de atos internacionais;

---

<sup>44</sup> Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2012/05/atribuicoes-presidenciais-1>. Acesso: junho /2017.

encaminhamento das contas referentes ao exercício anterior; mensagem de abertura da sessão legislativa, que são o corpus da análise desta tese.

Na especificação da natureza, a estrutura do tipo de documento aqui analisado, a mensagem presidencial “deve conter o plano de governo, exposição sobre a situação do País e solicitação de providências que julgar necessárias (Constituição, art. 84, XI)” (BRASIL, 2002, p. 23), o portador da mensagem é o Chefe da Casa Civil e, diferente dos outros documentos que a Presidência encaminha, é encadernada e distribuída a todos Congressistas no formato impresso de um livro. Sendo assim, o Presidente não é obrigado a participar pessoalmente do protocolo de leitura da mensagem, que pode ser feita por um ministro. Mas desde 2016 Está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2016, que torna obrigatório o comparecimento do presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa ordinária, que é o período de atividade normal do Congresso a cada ano, circunscrita aos períodos definidos de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

Mesmo sem a leitura pelo enunciador, as mensagens presidenciais têm força ilocucionária de um declarativo porque foi produzida de acordo com exigências circunstanciais, e que tem impacto direto nos apoios políticos que unem os poderes Executivo e Legislativo, podendo influenciar nos trâmites legais do projetos de lei.

Com base no exposto, a mensagem presidencial é, portanto, uma comunicação institucional, com caráter oficial e protocolar.

### **3.5 METODOLOGIA DA MINERAÇÃO DE TEXTO**

O carácter interdisciplinar já citado neste estudo é reforçado por van Dijk (2010) quando ressalta não existir na ACD apenas um método ou tipo de análise para proceder esse tipo de pesquisa. O autor cita como exemplo, de acordo com o objetivo do estudo, a escolha das formas de avaliar diferentes estruturas e estratégias discursivas:

Análise gramatical (fonológica, sintática, lexical, semântica); análise pragmática dos atos de fala e dos atos comunicativos; análise retórica; análise estilística; análise das estruturas específicas (gênero, etc.): narrativa, argumentação, notícias jornalísticas, livros didáticos, etc.; análise conversacional da fala em interação; análise semiótica de sons, imagens e outras propriedades multimodais do discurso e da interação, entre outras (VAN DIJK, 2010, p. 11) .



A construção de um mosaico analítico será definida a partir da definição dos propósitos desenhados no projeto de pesquisa. Além das múltiplas possibilidades, é possível a combinação de técnicas e métodos em relação ao discurso selecionado. Para van Dijk (2000) um modelo estratégico de análise deve incorporar a relação entre elementos micro e macro estruturais do texto, e as intencionalidades de interpretação: “Isso pode significar que o leitor de um texto tentará reconstituir não somente o significado intencionado no texto” (DIJK, 2000, p. 23). Os modelos mentais podem ser avaliados a partir das operações cognitivas que determinam a construção de sentidos e: “não só sugerem as principais noções e componentes teóricos do modelo, como também estabelecem as relações necessárias com outros modelos de discurso usados pela linguística e ciências sociais” (DIJK, 2000, p.14).

Nesse modelo cognitivo de compreensão estabelece-se, de acordo como autor, uma unidade complexa de entendimento das palavras, determinando uma unidade hierárquica no texto: “A compreensão de uma palavra em uma oração dependerá de sua estrutura funcional enquanto um todo, tanto no nível sintático quanto no nível semântico. Isso significa que, ao invés de operarmos com um modelo estrutural convencional de processamento, operamos com um modelo estratégico” (DIJK, 2000, p.22). Com base neste enfoque, foi incluída na metodologia a decomposição d em unidades elementares de análise pra posterior síntese, na busca pela hierarquia nas estruturas textuais do discurso aqui analisado. A linguagem como prática social, tal como destaca Fiorin (2007) aponta que os discursos não se processam em contextos assépticos, mas em espaços de interação social, onde ideologia se entrelaça com o ato da fala. Como destaca van Dijk (2010) os discursos estão imersos em relações de poder social sob um controle de produção discursiva de um grupo sobre outro.

Para interpretação do potencial ideológico dos discursos aqui analisados, é necessário desenredar a relação entre os sentidos mobilizados no processo discursivo e as relações de dominação que mantém. A gramática da língua, de acordo com van Dijk (2010), é igual para todos independente do posicionamento ideológico, seja de “direita” ou de “esquerda”, liberal, extremista, uma vez que o abuso do poder e as relações de dominação através dos discursos se manifestam em contextos, onde os enunciadores escolhem termos para compor verbalmente o discurso.

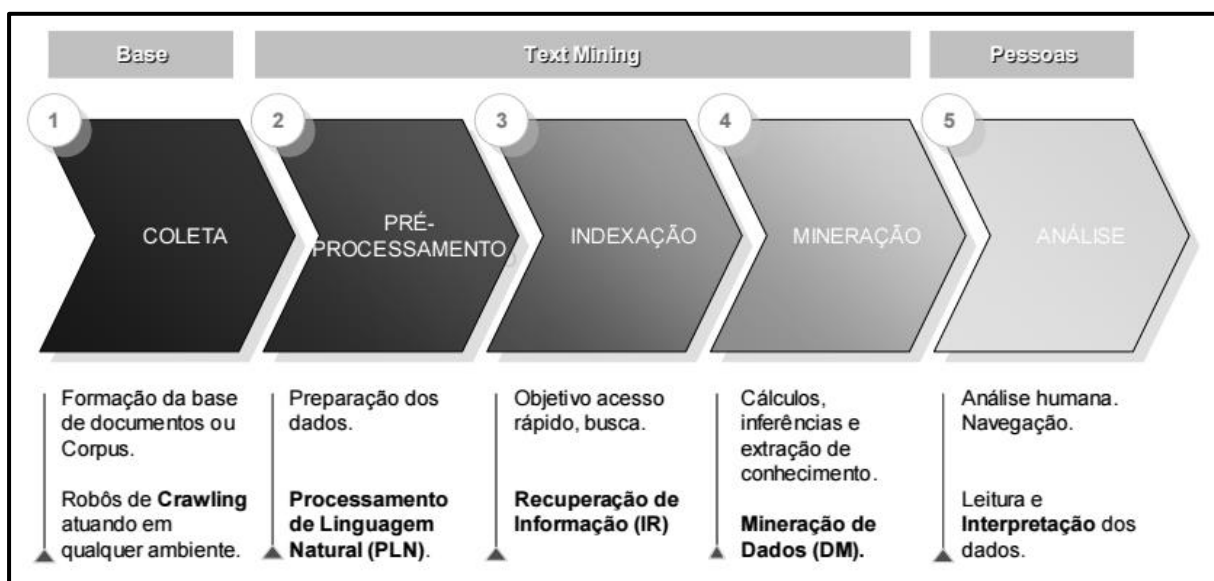
Então, para um marco analítico plural nesta pesquisa, foi utilizada, além da análise qualitativa dos dados, a mineração de textos para a análise quantitativa por ser um conjunto de técnicas e processos que descobrem conhecimento inovador em textos (REZENDE, 2005),

posicionada em uma área multidisciplinar que envolve áreas como linguística computacional, estatística, recuperação e extração de informação, aprendizado de máquina e especialmente Mineração de Dados, denominado de KDT (*Knowledge Discovery from Text*), busca extrair padrões ou conhecimentos, interessantes e não triviais a partir de documentos textuais não estruturados (KOSTOFF, 2003).

Foram definidos para a análise dos documentos três filtros nessa etapa quantitativa da pesquisa. No primeiro, buscaram-se as expressões mais utilizadas nas mensagens presidenciais, no segundo filtro as expressões que se relacionam com as palavras mais frequentes nos textos; e no terceiro filtro buscam-se as palavras pré-selecionadas na pesquisa.

A técnica da KDD inclui métodos inteligentes e ferramentas automáticas para facilitar a análise de grandes volumes de textos em busca de conhecimento útil, e, com esse objetivo, de maneira análoga à mineração de dados (MD), é o processo usado para exploração de padrões interessantes nesses documentos. Mineração de Textos é uma área multidisciplinar que incorpora técnicas de diversas áreas como Recuperação de Informação, Aprendizado de Máquina, Estatística, Linguística Computacional, Extração de Informação, Visualização e especialmente Mineração de Dados. O processo se divide em quatro etapas: coleta de documentos, preparação dos dados, extração de padrões e avaliação dos resultados (pós processamento).

**Figura 3** - Etapas de um processamento de mineração de texto



Fonte: Aranha (2007)

Na primeira parte, na busca de documentos relevantes ao domínio de aplicação do conhecimento a ser extraído. Neste trabalho foram utilizados textos das mensagens presidenciais, totalizando 8201 páginas. Nesta primeira etapa foram separados os documentos por ano de mandato, selecionadas as palavras-chave e previstos os cruzamentos e os filtros. A seleção aprimora o corpus que melhor expressa o conteúdo buscado nos textos e promove uma redução dimensional, é a etapa que busca identificar similaridades em função da morfologia ou do significado dos termos, de modo a aglomerar suas contribuições.

Em seguida, os documentos foram formatados. No caso das mensagens aqui tratadas, foram scaneadas ou capturadas em formato PDF<sup>45</sup> para submissão aos algoritmos de extração automática de conhecimento. Nesta fase de planejamento e processamento, pois durante a transformação dos textos em formato estruturado existe a possibilidade de que informação intrínseca ao conteúdo dos textos seja perdida. Um desafio, nesse caso, é obter uma boa representação minimizando a perda de informação. A dados que constituirão a base de textos de interesse e o trabalho inicial para tentar selecionar o núcleo que melhor expressa o conteúdo dos textos, ou seja, toda a informação que não refletir nenhuma ideia considerada importante poderá ser desprezada. Além de promover uma redução dimensional, esta etapa tenta identificar

<sup>45</sup> A sigla inglesa PDF significa *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento), um formato de arquivo criado pela empresa Adobe Systems para que qualquer documento seja visualizado, independente de qual tenha sido o programa que o originou.

similaridades em função da morfologia ou do significado dos termos, de modo a aglomerar suas contribuições. (Rezende, 2005)

Para obtenção dos resultados pretendidos, foram retiradas as palavras desnecessárias, os stopwords, para limitar a quantidade de termos-índices e assim manter apenas os termos que representam realmente o contexto de cada documento; estão incluídas as preposições, conjunções, pronomes, como: de, assim, afim, agora, onde, outro, outros, ainda, a, o, que, vários, e, do, da, uns, em, um, para, é, etc.; palavras que possuem a finalidade de conectividade entre termos (no auxílio à formulação de frases), descartando a necessidade de relaciona-las na estrutura de índices.

A técnica de categorização foi a etapa seguinte, identificando os tópicos principais em um documento e associar este documento a uma ou mais categorias pré-definidas. O principal objetivo da categorização de textos é a organização automática. Foi feito o agrupamento gerando um conjunto de acordo com a similaridade ou dissimilaridade de seu conteúdo. A função de similaridade entre os exemplos é definida através dos termos que aparecem nos documentos. E na última etapa do processo de mineração de textos, a avaliação e interpretação dos padrões extraídos, foram verificados os padrões descobertos para validar o conhecimento obtido.

### **3.7 SOFTWARES DE MINERAÇÃO DE TEXTO: TEXT MINING E SOBEK**

Para essa pesquisa foram utilizados dois softwares abertos - *Sobek* e TMS, o primeiro que aplicado para a análise de nuvem de palavras, organizando as palavras segundo a frequência; e o segundo para a análise de similitude, isto é, para o processamento de indicadores estatísticos que estabeleçam relações entre os termos pré-relacionados, formando uma árvore de palavras com ramificações, de acordo com as relações que estabelecem. Os dois softwares são baseados na teoria dos grafos (MARCHAND & RATINAUD, 2012), para identificar “como concorrências entre os elementos e seu resultado traçam indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual.” (JUSTO & CAMARGO, 2014. p, 13).

Nos dois processos, as ferramentas apontaram os termos em destaque que tinham a maior centralidade e importância para a ligação estabelecida entre os elementos, para

averiguação da “quantidade de laços ou conexões que um dado elemento mantém com outros elementos da representação” (PONTES ET AL, 2014).

O software SOBEK<sup>46</sup> foi o primeiro aplicado sobre os arquivos para a análise quantitativa, uma ferramenta para extração de termos relevantes e demonstração de relacionamentos entre esses no processo de mineração de texto, executável em Java e on line, sem necessidade instalação. Foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul para apoiar aplicações educacionais, auxiliando professores na avaliação de atividades de produção textual, de leitura e escrita. Ao analisar as palavras recorrentes em um texto, este programa é capaz de identificar termos relevantes e representá-los graficamente, como um thesaurus<sup>47</sup> para identificar conceitos que são referidos usando palavras diferentes, para que possam ser representados em um único nodo.

O Software *Intex Text Mining* utilizado como ferramenta na busca para responder outras questões desta pesquisa de forma quantitativa e qualitativa, foi desenvolvido pela empresa Intext<sup>48</sup>, situada no Rio Grande do Sul, para busca de conhecimento em texto. A principal técnica do software é a análise de conceitos (ou contextos ou temas) que estão presentes nos textos. Conceitos representam objetos, eventos, situações ou idéias do mundo real. Eles são representados por palavras. Conceitos são característicos e dependentes da aplicação (ou área de domínio).

O programa identifica os conceitos existentes, gerando uma relação estatística da frequência com que eles se repetem, dentro de cada documento, além de permitir a inserção de vários textos, mesmo separados dentro de um mesmo arquivo. Assim, é possível as comparações discursivas, agrupamento de resultados por ano em comparação no mesmo mandato presidencial.

---

<sup>46</sup> O Sobek foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa GTech.Edu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por favor, envie-nos dúvidas ou comentários para: [info@sobek.ufrgs.br](mailto:info@sobek.ufrgs.br) Informações e download gratuito disponível em <http://sobek.ufrgs.br/>. Acesso: junho/2017.

<sup>47</sup> Termo thesaurus é usado para designar listas ou dicionários cujas palavras são agrupadas por temas. (Ferreira, 1988)

<sup>48</sup> A InText é uma empresa de Porto Alegre (RS), que oferece serviços na área de processamento e análise de textos quantitativa e qualitativa.

## **4 AS VOZES INSTITUCIONAIS E A AMAZÔNIA**

Os referenciais teóricos considerados nos capítulos anteriores embasam as análises. Estão descritas as análises qualitativas e quantitativas das mensagens presidenciais, conforme enquadramento metodológico relatado anteriormente, dividido por presidente. Os resultados descritos neste capítulo foram publicados parcialmente em artigo científico em 2017, na revista *Famecos*<sup>49</sup>. Para cada presidente analisado nesta tese, foi apresentada a biografia síntese do mesmo, seguida do contexto do mandato, posteriormente verticalizando para a questão Amazônica a descrição dos atos políticos do mesmo, enquadramento das mensagens texto nos modelos de análise, percepção geral quantitativa de léxicos no discurso, destaque de palavras-chave selecionadas, posterior verificação qualitativa dos enunciados e dimensionamento segundo van Dijk (2008). Em seguida está a apresentação e análise das mensagens por período.

### **4.1 EMILIO GARRASTAZU MEDICI (1970 – 1974)**

A ditadura militar, implantada em 1964, atinge o apogeu durante a primeira metade do decênio, e na década de 1970, três generais se sucedem no governo do Brasil. O AI-5 vigora por quase todo este período, e o sistema bipartidário, com a Aliança Renovadora Nacional (Arena) apoiando o governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) fazendo oposição.

Emílio Garrastazu Médici foi o 28º Presidente do Brasil o terceiro do período da ditadura militar, cumprindo mandato entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, que assumiu aos 66 anos por eleição indireta (239 votos a favor e 76 abstenções). Filho de mãe uruguaia, de ascendência basca, e de pai de origem italiana, nasceu em 1905, em Bajé, no Rio Grande do Sul. Aos 12 anos foi matriculado no Colégio Militar e aos 19 iniciou carreira no Exército, no Curso na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro. Em 1960 foi nomeado subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e logo após, promovido a general-de-brigada. Com a renúncia de Jânio Quadros, apoiou a posse de João Goulart e, dois anos depois foi nomeado comandante da AMAN, e ocupava esse posto em 31 de março de 1964, quando eclodiu o golpe que instalou a ditadura militar que perdurou por 21 anos.

Em seguida, Médici foi nomeado adido militar em Washington, cargo que ocupou por dois anos, cumulativamente à função de delegado brasileiro da Junta Interamericana de Defesa e da Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. Em 1965 foi promovido a general-de-

---

<sup>49</sup> Artigo disponível em versão on line, v.24, n.2 (2017). *Famecos*, é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação de Comunicação Social da Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, conceito A2 da CAPES.

divisão, e logo após a posse de Costa e Silva na presidência da República (1967) foi nomeado chefe do SNI<sup>50</sup>, substituindo o general Golberi do Couto e Silva, cargo que era equiparado ao de ministro neste período, e garantia vaga no Conselho de Segurança Nacional (CSN). Porém, a direção do Serviço só teve a mesma referência do “status” de ministro seria legitimado apenas em 1974<sup>51</sup>.

O afastamento definitivo do presidente Costa e Silva por causa de um derrame cerebral provocou a subida ao poder de uma junta militar provisória na presidência da república, por 60 dias. Foi feita uma consulta a todos os oficiais gerais das Forças Armadas, para escolha do sucessor entre Médici e o general Albuquerque Lima. Assim, Médici foi indicado pelo Alto Comando das Forças Armadas para assumir a presidência. Antes da posse essa Junta ainda outorgou uma nova Constituição.

O governo iniciou prometendo democratização, mas decepcionou os que esperavam a revogação dos atos institucionais e se direcionou para o “desenvolvimentismo” e o estilo centralizador de governar. A nova Constituição promulgada na época manteve a vigência do AI-5<sup>52</sup> Artigo 182. Na primeira mensagem que enviou ao Congresso Nacional, Médici definiu o conceito de democracia, destacando que o direito social deve prevalecer sobre o individual em uma sociedade sob a égide da mudança.

A guerra contra os movimentos de resistência à ditadura marcou a conduta política do período Médici. O comando das operações repressivas ficou a cargo da Operação Bandeirantes (Oban), criada em 1969 e institucionalizada através de uma circular secreta intitulada “Instruções sobre segurança interna”, onde foi intitulada de Centro de Operações para a Defesa

---

<sup>50</sup> O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela lei nº 4.341 em 13 de junho de 1964 para supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações no Brasil e exterior, administrativamente absorveu o Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI-1958) e a Junta Coordenadora de Informações (JCI-1959). Foi extinto no governo do presidente Fernando Collor de Mello, sendo substituído pelo Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (DI/SAE) da Presidência da República. No governo de Itamar Franco, o Departamento foi elevado à condição de Subsecretaria de Inteligência (SSI). A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) só foi criada em 1999 pelo Fernando Henrique Cardoso, assumindo operações que eram responsabilidade do SNI. Disponível em : [www.sni.org.br](http://www.sni.org.br) . Acesso em janeiro de 2016.

<sup>51</sup> Informações disponíveis em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso: janeiro/2016.

<sup>52</sup> O Ato Institucional Número Cinco (AI-5) foi o quinto de dezessete grandes decretos emitidos pela ditadura militar nos anos que se seguiram ao golpe militar de 1964 no País. Os atos institucionais foram a maior forma de legislação durante o regime militar, derrubaram a Constituição de 1967 e foram aplicados sem a possibilidade de revisão judicial. O AI-5 foi o mais severo de todos os Atos Institucionais, emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, resultou na perda de mandatos de parlamentares contrários aos militares, intervenções ordenadas pelo presidente nos municípios e estados e também na suspensão de quaisquer garantias constitucionais que eventualmente resultaram na institucionalização da tortura, usada pelo Estado. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso: outubro/2016.

Interna (CODI). Outros CODIs foram também criados no I, III, e IV exércitos. Esses CODIs deveriam coordenar as atividades dos diversos órgãos encarregados da repressão à subversão e ao terrorismo. As duas siglas (DOI-CODI) se tornaram sinônimo de violência e tortura indiscriminadas. Ao CODI cabia a parte burocrática-administrativa com informações sobre subversão e ainda o planejamento estratégico contra ações terroristas. O DOI era o responsável pela operacionalização dos três centros de informação das forças armadas: o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Centro de Informações do Exército (Ciex) e o CISA, dessa forma mantinha vínculos ou outros organismos policiais e militares.

Esse aparelho de repressão se espelhava na estrutura das Forças Armadas, empregava policiais civis, militares e até soldados do Corpo de Bombeiros, se tornou conhecido como a central de tortura e assassinato dos adversários do regime militar. Segundo Comissão Nacional da Verdade<sup>53</sup>, no DOI-CODI do 2º Exército com sede em São Paulo, estiveram mais de 6.700 presos. As ações repressivas do Estado desarticularam com prisões, torturas e assassinatos as organizações: Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Ala Vermelha.

Apontado como a gestão mais repressiva ditadura militar, o governo Médici integrou o período intitulado de “Anos de Chumbo”, com o total de 98 dos 180 assassinatos por motivação política nas duas décadas de ditadura, enumerados nos relatórios finais da CNV. A maioria das mortes ocorreu, segundo a Comissão, após sessões de tortura com submissão dos presos políticos a métodos violentos de coerção. Importante ressaltar que em 1970 a audiência da televisão somava mais de um quarto da população brasileira<sup>54</sup>, de acordo com o censo do IBGE neste ano, o número de aparelhos de televisão chegou a 4 milhões de lares, atingindo, aproximadamente, a 25 milhões de telespectadores. Buscando construir uma imagem positiva do governo, Médici faz intenso uso da propaganda, tornando populares os slogans: "Brasil, ame-o ou deixe-o"; "País que vai pra frente" e "Ninguém segura este país", como celebração do ufanismo para infundir o clima de euforia ao "Brasil Grande" apregoado pelos militares.

---

<sup>53</sup> A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar violações de Direitos Humanos ocorridas no período de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Em dezembro de 2013, o mandato da CNV foi prorrogado até dezembro de 2014 pela medida provisória nº 632, ano em que foram entregues os 3 volumes com resultados finais do trabalho apurado pela Comissão. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>. Acesso em outubro de 2016.

<sup>54</sup> Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>. Acesso: outubro/ 2016



O período transcorreu ao que paralelamente foi definido como “Milagre Econômico”, delimitado entre os anos de 1968 e 1974, quando a economia brasileira indicou uma notável expansão, retratada na aceleração do Produto Interno Bruto, com crescimento de até dois dígitos, caracterizando o governo Médici pela estabilidade econômica, taxas de crescimento elevadas, inflação, “controlada e institucionalizada”, declinando e se mantendo estável em torno de 20 a 25% ao ano. As bases da economia foram iniciadas no governo Castelo Branco<sup>55</sup> e a menção a palavra “milagre” faz relação à economia alemã e japonesa das décadas de 50 e 60.

**Tabela 3** - Resultados macroeconômicos do período do Milagre Econômico<sup>56</sup>

Ano	PIB	Indústria	Dívida Externa	Inflação
1968	9,8		3.7	20,14
1969	9,5		4.4	19,44
1970	10,4		5.2	20,32
1971	11,34	11,81	8.2	17,31
1972	11,94	14,18	11.4	14,91
1973	13,96	17,03	14.8	8,69

Fonte: Ipea (2002)

Os dois períodos foram simultâneos, mas coexistiram negando-se. Um instalou o pensamento ufanista e o outro reprimiu quem questionasse o clima eufórico instituído pela publicidade do “Brasil Potência” reforçada pela conquista da Copa do Mundo de 1970, e que incluíam slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o” e canções como “Pra Frente Brasil”. A censura consolidada contribuiu para uma publicidade que difundia relações de identidade e consentimento que ratificavam a aprovação da ditadura, lhe garantindo o caráter de permanência, além de preparar o consenso em torno do projeto econômico que propunha:

Os tópicos do otimismo – a exuberância natural, a democracia racial, o conagraçamento social, a harmônica integração nacional, o passado incruento, a alegria, a cordialidade e a festividade do brasileiro entre outros – foram ressignificados pela propaganda militar tendo em vista a nova configuração socioeconômica que se pretendia inaugurar. (FICO, 1997:147)

De acordo com Herman (2005), a taxa de crescimento do PIB passou de 9,8% em 1968 para 14%. Em 1973, na inflação o índice saiu de 19,46% em 1968 para 34,55% em 1974, com

<sup>55</sup> Humberto de Alencar Castelo Branco militar e político, o primeiro do período do Regime militar e um dos articuladores do Golpe Militar de 1964. Informações disponíveis em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso: outubro / 2016.

<sup>56</sup> A coluna PIB expressa os valores da taxa crescente; os números da indústria são relativos à taxa de crescimento; a coluna dívida externa expressa valores em US\$ (milhões); e a taxa de inflação é a variação IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP). Foi instituído em 1944 com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia brasileira, medido mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registra a inflação de preços desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais.

aumento da concentração de renda e desigualdade social. A economia comprovava a centralização das decisões do Poder Executivo na implantação do projeto de modernização, que foi planejado pelo regime militar para que o Brasil integrasse o grupo de países desenvolvidos. Para isso, explica Simonsen (1974), foram implantadas reformas institucionais que incluíram criação de um Banco Central e o “povoamento” e “integração” da Amazônia para torná-la produtiva e parte desse projeto.

O plano de governo adotado por Médici foi o Metas e Bases para a Ação do Governo (MBAG), anunciado em outubro de 1970 no auge do milagre econômico, teve como objetivo principal a inserção do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, e incluía os seguintes objetivos: crescimento econômico com elevação da taxa de crescimento do produto real para no mínimo 7 a 9% a.a., expansão do emprego para 3,3% a.a.; controle da inflação; expansão das receitas de exportação; progresso social e melhoria na distribuição de renda; correção gradual de desequilíbrios regionais e setoriais; estabilidade política e segurança nacional.

MBGA foi complementado com outros dois documentos: o Orçamento Plurianual de Investimentos (1971 a 1973) e o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972 a 1974). As prioridades nacionais estabelecidas pelo MBAG foram: investimentos em educação, saúde, saneamento, agricultura e abastecimento e o avanço no desenvolvimento científico e tecnológico. O PIN (Programa de Integração Nacional) teve como slogan “integrar para não entregar” reservando áreas das planejadas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém para colonização e reforma agrária, na ação que o governo militar definia em seu apelo propagandista como “terras sem homem a homens sem terra”, mas camuflava a pretensão do governo de soberania nacional, como destacou Ianni (2000), com uma preocupação geopolítica direcionada ao excesso de população pobre no Nordeste que poderia povoar os “vazios demográficos” amazônicos deslocando cem mil famílias do Nordeste para as chamadas agrovilas ao longo da rodovia.

A Transamazônica (BR 230) é a terceira maior rodovia do Brasil com 4.223 km, foi iniciada oficialmente em 1972, em uma clareira a oito quilômetros da cidade de Altamira no Pará, com a presença do presidente Médici e todos os ministros, obra que somava um investimento inicial de US\$ 1 bilhão na época. A estrada foi projetada para ter oito mil quilômetros, ligando as regiões Norte e Nordeste do Brasil com Peru e Equador. Mas, está inacabada até hoje. Foram construídos apenas 4.223 km, ligando a cidade de Cabedelo, Paraíba,

à Lábrea, no Amazonas, passando por sete estados brasileiros: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas (Brasil, 1971).

A região Amazônica foi oficialmente inserida no Programa de Integração Nacional (PIN) instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, para implementar obras de infraestrutura econômica e social no Norte e no Nordeste do país. O Ministro do Planejamento Reis Velloso em exposição enviada ao Congresso Nacional sintetizou em seis pontos o significado do PIN, que definia a Amazônia como apoio ao Nordeste:

1) O Brasil empurra a fronteira econômica para as margens do Rio Amazonas, crescendo para dentro, realizando, em grande escala e numa área com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém— Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequena escala, assistematicamente e em áreas menos férteis. 2) Integram-se a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo um quadro de soluções limitadas para ambas as regiões (BRASIL, 1970, p. 27).

É neste período que o Estado inicia o planejamento da usina hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, para atender as empresas que estavam se instalando na Zona Franca de Manaus motivou a construção da hidrelétrica de Balbina, a cerca de 100 km de distância de Manaus. As obras só começaram em 1973 e a usina foi concluída apenas em 1989.

Emílio Garrastazu Médici morreu no Rio de Janeiro, em 1985, em decorrência de um derrame cerebral.

#### 4.1.1 Mensagens Presidenciais de 1970-1974

O presidente Médici enviou ao Congresso Nacional cinco mensagens na sua gestão, de 1970 a 1974. Os documentos são os mais resumidos entre os analisados, em média tem 100 páginas cada (Brasil, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974). Apresentação foi organizada seguindo uma divisão em três áreas: política econômica e financeira; política social; política externa; e política interna e segurança.

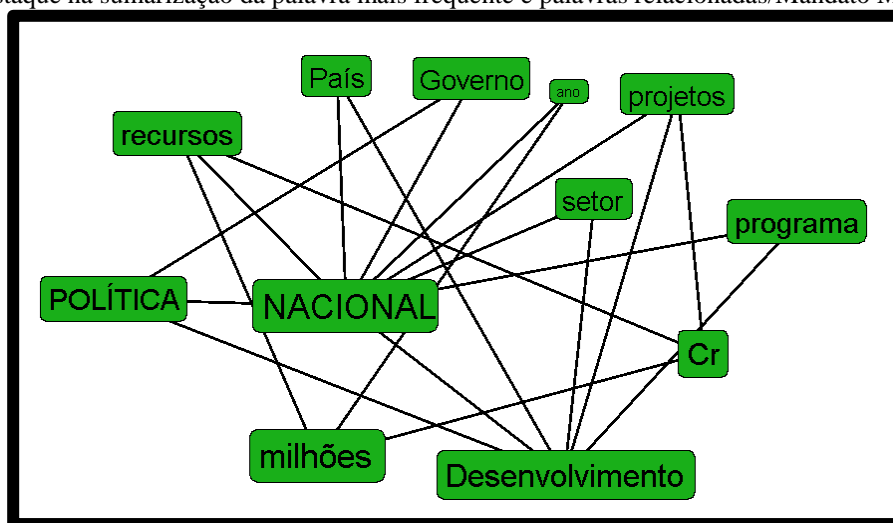
**Tabela 4** - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Médici

ANO/MANDATO	PÁGINAS POR MENSAGEM
1970	84
1971	132
1972	104
1973	100
1974	262

Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2016

A quantidade de página por documento é a menor dos períodos analisados, e os textos em várias áreas são apenas repetidos. Apenas no último ano, para um balanço geral do mandato, há um aumento expressivo no volume do documento analisado (Tabela 4).

Utilizando a sumarização por extração, buscou-se a frequência de palavras por mandato. Estabeleceram-se inicialmente 50 termos mais frequentes, excluindo os stopwords<sup>57</sup> definidos previamente e considerando os radicais das palavras. Depois em um novo filtro, por frequência foram selecionados os mais constantes, nesta relação estão por ordem: Nacional, Desenvolvimento, Política, Programa, Recursos, Governo, Projeto e Setor. Mesmo não tendo significado isoladamente foram consideradas a expressão Milhões porque adquire no contexto discursivo a simbologia da escolha e do convencimento de interesse de investimento, reveste o discurso do poder político em poder econômico. Foi desconsiderada a sigla CR por acompanhar valores somente.

**Figura 4** - Destaque na sumarização da palavra mais frequente e palavras relacionadas/Mandato Médici

Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2017

<sup>57</sup>Lista de palavras a serem excluídas.

A palavra *Nacional* é a mais mencionada nas mensagens do mandato de Médici, como se vê na Figura 04, com 583 menções, comprovando que o discurso considerava a dimensão macro na menção constante da política e do governo, sem observar as especificidades regionais. Demarcando um comportamento político do período ditatorial, o discurso do poder determina o planejamento a um mercado nacional, incluindo a expansão das atividades e a produção.

Na Tabela 5, a lista das palavras extraídas a partir da métrica da frequência.

**Tabela 5** - Palavras mais citadas por Presidente/ MEDICI

<b>PALAVRA</b>	<b>CITAÇÃO</b>	<b>TERMOS RELACIONADOS</b>
Nacional	583	Política, País, Desenvolvimento, Governo, Ministério, Recursos, Atividades, Plano, Bem, Maior, Sistema, Produção, Expansão, Mercado
Milhões	567	Produção, Ano, Período, Produtos
Desenvolvimento	450	Nacional, Social, País, Programa, Atividades, Plano, Bem
Política	374	Nacional, Governo, Social, Brasileira
Programa	369	Desenvolvimento, Nacional,
Recursos	329	Milhões de cruzeiros, Bem, Nacional
Governo	306	Nacional, Política, Ação, Setor e Federal
Projeto	277	Cruzeiro e implantação
Setor	269	Privado, agrícola, externo, industrial

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017.

As relações entre os termos desenvolvimento, política, governo, implantação com valores expressos em milhões de cruzeiros (moeda da época) demonstram o foco do discurso militar em um projeto político desenvolvimentista e unificador para o país, em que se pretende ressaltar e publicizar os investimentos aplicados nos estados regionais, mesmo que desconsiderando diferenças locais.

Esse destaque para recursos investidos – palavras mais citadas se referem ao montante em cruzeiros disponível para programas – mesmo tendo caráter descritivo, como van Dijk (2008) classifica, vem acompanhado invariavelmente de frases persuasivas buscando amearhar uma imagem positiva às atividades selecionadas para investimento no mandato. Assim, o

discurso militar prioriza o desenvolvimento da nação (como quase sempre o termo nacional é utilizado), descreve programas e projetos, destaca o quantitativo de recursos aplicados para demonstrar as prioridades na seleção de obras que orientam o planejamento do governo, sempre procurando um efeito discursivo positivo com menção de cifras: “(...) este enorme objetivo, que implica o investimento, a preços: atuais, de cerca de trinta e um bilhões de cruzeiros, somente em obras de construção civil, equivale, aproximadamente a um terço do esforço que, durante a década, se terá de fazer para atender à procura de moradias” (Brasil, 1974, p 16).

Quanto ao filtro por termos específicos, ainda na análise quantitativa, seis expressões demarcam o critério de busca: Amazônia, Hidrelétrica, Grandes Projetos, Balbina, Belo Monte e Tucuruí, conforme Tabela abaixo:

**Tabela 6** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - MÉDICI

<b>PALAVRAS</b>	<b>1970</b>	<b>1971</b>	<b>1972</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>
Amazônia	06	18	12	12	43
Hidrelétrica	-	-	-	-	03
Grandes Projetos	-	01	01	-	-
Belo Monte	-	-	01	-	-
Tucuruí	-	-	-	-	-
Balbina	-	-	-	-	-

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Entre os termos definidos metodologicamente como categorias de busca, somente Amazônia recebe citações nos documentos. A expressão “Grandes Projetos” aparece apenas duas vezes, relacionado ao anúncio do PIN, igualmente nos dois anos. Belo Monte recebeu uma única citação na relação de vias navegáveis em estudo para construção de portos fluviais na Amazônia, junto com Imperatriz, Santarém, Itaituba e Porto Velho. O anúncio é parte do projeto de modernização dos portos brasileiros no Ano Portuário Nacional, comemorado em 1971. Não há menções nem a Balbina nem a Tucuruí.

O discurso demonstra que a política energética nacional se concentra no investimento na energia nuclear.

A necessidade do desenvolvimento da tecnologia nuclear no País e da implantação progressiva do ciclo do combustível nuclear, a partir de jazidas já descobertas, determinaram a constituição, em 1972, da Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear, com vistas a atuar como instrumento eficaz na execução da Política Nacional de Energia Nuclear (BRASIL, 1973, p. 42).

E revela o interesse no potencial hídrico da Amazônia:

Os dados coletados no ano findo para o inventário dos recursos hídricos passíveis de aproveitamento econômico (potência superior a 4 MW) elevaram potencial hidráulico conhecido do Brasil de 74.626 MW para 79.359 MW. O término e a publicação do inventário da Região Sul revelou a existência de

fontes de aproveitamento no total de 4.733 MW de potência firme. Destas destacam-se: Segredo (530 MW), Salto Santiago (460 MW) e Salto Osório (405 MW), no rio Iguaçu; Pinheiro (315 MW) e o desvio do rio Canoas (884 MW), no rio Uruguai; Taquaraçu (932 MW) e Tibagi (914 MW), no rio Paranapanema. **Deve-se assinalar, contudo, que os estudos realizados se restringiram aos trechos de rios onde se verificam as possibilidades de aproveitamento integral dos recursos hídricos** (trechos localizados no território nacional), não se levando em conta os trechos que marcam as fronteiras do País (BRASIL, 1971, p. 63) (Grifo da Autora).

Neste momento político, os rios passam a ser mapeados e avaliados para o aproveitamento energético, pois as hidrelétricas são vistas na matriz energética em vigor, como a única saída para a crise de energia. Constrói-se assim um discurso positivo da instalação de hidrelétricas como possibilidade de aceleração do crescimento e do progresso econômico. As Mensagens de Médici confirmam isso com o discurso justificando a opção de pesquisar a matriz energética hidrelétrica para o futuro, como forma de subsidiar a industrialização e urbanização, com consumo crescente e sendo mais viável que a energia nuclear.

Procurou-se, no quadriênio, sistematizar e aprofundar os estudos para inventariar o potencial hidráulico do País, sem descuidar das possibilidades de utilização de outras fontes de energia para a produção de eletricidade. Na Amazônia, o Comitê de Estudos Energéticos da área concluiu os trabalhos a que se propôs em fins de 1971. Presentemente o esforço de avaliação se concentra em alguns rios da margem direita do Amazonas, especialmente nas bacias do Tocantins e Xingu, cujo potencial conjunto é estimado em 40 milhões de Km (BRASIL, 1974, p.99).

A Amazônia recebe de 6 a 18 citações nas primeiras Mensagens Oficiais, e somente no último documento, que faz um balanço final do governo, a região é mencionada 43 vezes por Médici. Em todas as menções região é referenciada como território isolado a ser desbravado, num projeto pioneiro de desenvolvimento maior de “integração nacional”: “O desenvolvimento brasileiro vem-se operando com base, principalmente, numa economia moderna e na arrancada para o desbravamento da Amazônia e o fortalecimento do polo econômico do Nordeste” (Brasil, 1973, p.14). O planejamento regional está baseado em uma visão administrativa periférica, em que a Amazônia é considerada isolada tal qual o Nordeste, economicamente inviável:

Em Desenvolvimento Regional, investimentos governamentais no Nordeste e na Amazônia da ordem de Cr\$ 5.290 milhões e Cr\$ 1.081 milhões, respectivamente. Paralelamente, lançaram-se as bases de três programas de proporções e interesse excepcionais para o País: o Programa de Integração Nacional, o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. O primeiro busca acrescer duas dimensões ao processo do desenvolvimento brasileiro: **a ocupação econômica de cerca de 2 milhões de km<sup>2</sup> da Amazônia** e a incorporação à economia de mercado de aproximadamente 13 milhões de habitantes da região semi-árida do Nordeste. Os dois últimos constituem importantes instrumentos para a formação, no

Brasil, de uma sociedade economicamente aberta, com maior participação dos trabalhadores e servidores públicos no produto nacional (Brasil, 1971, p.17) (Grifo da Autora).

A citação demonstra dos léxicos destacados o início da tríade verbal como base do discurso militar no planejamento da Amazônia: Conquistar – Ocupar – Explorar, inserida no projeto de planejamento regional, através do Ministério do Interior<sup>58</sup>, como resume as funções do órgão no último documento da gestão de Médici:

Parte ponderável dos trabalhos consiste no melhor conhecimento da potencialidade regional e da tecnologia necessária para o seu aproveitamento (...). Na área da Amazônia brasileira, realizaram-se, no período de 1969 a 1973, estudos de caráter global, setorial e espacial, visando a implantar o Plano de Desenvolvimento Regional (...) estudos setoriais, voltados para a pesquisa do mercado interno e internacional, produção e comercialização, análise dos recursos, capacidade e uso de solos, recursos hídricos e transportes, permitiram definir, com base em dados econômico-financeiros, a política a ser adotada (BRASIL, 1974, p. 103).

O discurso da ocupação é redentor e reforça a imagem de vazio demográfico publicizado<sup>59</sup> pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI)<sup>60</sup> do governo Vargas, na década de 40:

Com esse fim, estará concluído, até 1974, um sistema rodoviário básico de apoio ao sistema fluvial existente, visando a estimular a penetração e a fixação do homem naquele imenso território pátrio. Para tanto, além da concretização do Plano de Navegação da Amazônia, será levado a efeito o asfaltamento da Belém—Brasília em etapas sucessivas; a conclusão da ligação Cuiabá—Porto Velho—Rio Branco—fronteira com o Peru; a integração da capital do

<sup>58</sup> O Ministério do Interior (MINTER) foi criado em 1967, no governo do presidente Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 200, depois convertido na Lei 8.029, de 12 de abril de 1990. Oriundo do desmembramento do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Entre suas competências estavam o desenvolvimento regional, radicação de populações, ocupação do território, migrações internas, territórios federais, saneamento básico, beneficiamento de áreas e obras de proteção contra inundações e secas, irrigação, assistência às populações atingidas pelas calamidades públicas, assistência ao índio, assistência aos municípios e programa nacional de habitação.

Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/base-legal-de-governo/orgaos-extintos/ministerio-do-interior>. Acesso: junho/2016

<sup>59</sup> O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) de Getúlio Vargas foi o encarregado da produção e difusão desse discurso, nos anos 40, difundindo a imagem de consenso em torno da ideia de conquista do espaço interior do País, criando uma unidade nacional pela integração territorial. O programa originalmente propunha a “sedentarização” dos habitantes da região e posteriormente, tornou-se o modelo de exploração extrativa tradicional e o “nomadismo”. A propaganda sobre essa “Marcha para o Oeste”, recrutando soldados da borracha para a Amazônia, reforçou o discurso do isolamento regional solucionado por um programa de colonização de “espaços vazios”, com a garantia de proteção do governo Vargas, e não de disponibilização de mão-de-obra barata para a elite agrária amazônica (Guillen, 2002: 69-2).

<sup>60</sup> Órgão oficial do Estado Novo, criado em 1938, substituindo o Departamento Nacional de Povoamento, encarregado de recrutar, encaminhar e localizar trabalhadores nacionais dos seringais, ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.



Amazonas ao centro-sul através da ligação Porto Velho—Manaus; a conclusão da via que ligará Manaus—Caracará—Boa Vista, atingindo as fronteiras com a Venezuela e a Guiana; a abertura de duas novas frentes, assim caracterizadas: a primeira é a rodovia que ligará Cuiabá a Santarém, como novo elo para o deslocamento Sul—Norte; e a outra é a estrada pioneira que conectará o Nordeste à Amazônia, atravessando os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do Amazonas, e abrindo, assim, uma vereda ao nordestino para a ocupação de imensos espaços vazios e para a exploração de potenciais ainda inacessíveis (BRASIL, 1970, p. 33).

A conquista é ambicionada através da ocupação territorial e a exploração estimulada no discurso dos documentos revelando quem tem o poder e é autorizado a fazê-la:

Toda a atuação do Governo, a esse respeito, se desenvolve dentro de um sistema, que se propõe a cumprir, em prazos previstos, metas prioritárias eleitas e já aprovadas, nos seguintes setores básicos da produção; [...] **colonização — com a imediata ocupação, como parte integrante do programa de reforma agrária que tanto preocupa o Governo, dos espaços vazios existentes, mediante o deslocamento, tecnicamente ordenado, dos excedentes populacionais de áreas de escassa produtividade** (BRASIL, 1970, p.14). (Grifo da Autora).

Este projeto de exploração da Amazônia intenciona atender o mercado nacional, mas não o homem da região, apagado do processo discursivo. Em nenhum momento, a voz institucional menciona as pessoas que no território vivem. A justificativa desta intencionalidade é a densidade demográfica da região, considerada vazia e uma fronteira para pioneiros garantirem produção e riqueza :

Para diminuir desequilíbrios regionais, concentraram-se esforços na execução de múltiplos e amplos programas, que estão destinados a mudar a face do Brasil. A ocupação de imensos **espaços vazios** (grifo da autora) implica a abertura de ilimitadas fronteiras econômicas, essenciais à consolidação do desenvolvimento nacional, pelo que significam em termos de criação de riqueza, alargamento do mercado interno de produção e consumo, criação de novas frentes de trabalho e novas oportunidades de emprego, que minimizam os problemas da expansão demográfica e favorecem a geração de grandes excedentes de carne, de cereais, de frutas, de madeiras e de minerais, cuja colocação pode dizer-se assegurada no mercado externo, sequioso de alimentos e de matérias-primas essenciais (BRASIL, 1974, p. 71). (Grifo da Autora).

A maioria das referências à Amazônia são relacionadas à possibilidade da região ser solução de problemas para uma região historicamente problemática: o Nordeste, que recebe 150 menções – e o Norte sempre que mencionado está relacionado a ele – é um problema a ser superado: seca, pobreza, falta de trabalho para a população. A Amazônia é então apresentada como solução, conforme o planejamento estatal.

Na primeira mensagem, Médici deixa claro isso ao se referir à Transamazônica, enaltecendo a rodovia ainda em obras:

a estrada pioneira que conectarão [sic] Nordeste à Amazônia, atravessando os pontos terminais dos trechos navegáveis dos afluentes meridionais do Amazonas, e abrindo, assim, uma vereda ao nordestino para a ocupação de imensos espaços vazios e para a exploração de potenciais ainda inacessíveis (BRASIL, 1970, p.14).

As mensagens silenciam sobre o homem que nela vive no planejamento da região, pensada no mandato apenas como espaço físico onde devem ser executados projetos nos âmbitos do transporte, energia e comunicações, sem ser mencionado o social. Só assim a Amazônia, de acordo com o governo Médici, pode se desenvolver:

**Consolidar a ocupação da Amazônia, como foi assinalado anteriormente, representa outro objetivo fundamental do Governo, possibilitando, destarte, a crescente integração daquela vasta área às demais regiões do País.** Além da execução seletiva e orientada de importantes projetos nos setores de energia, transportes e comunicações, atribui-se especial relevo aos programas de pesquisas, tanto de recursos naturais como científicos e tecnológicos, nos setores mineral e vegetal, objetivando o crescimento global e a melhoria da produtividade da indústria extrativa. Com essas medidas assegurar-se-á taxa progressiva de desenvolvimento econômico na região, paralelamente ao ritmo de expansão mais gradual dos setores da agropecuária e da indústria de transformação. Dois aspectos estratégicos no programa de consolidação da ocupação da Amazônia merecem destaque especial: a instalação de "Campus Avançados" de universidades em várias cidades da região, como consequência dos trabalhos do Projeto Rondon, e o contínuo aperfeiçoamento de métodos e sistemas, desde o planejamento até a execução, na administração dos Territórios Federais (BRASIL, 1970, p.19) (Grifo da Autora).

Os documentos revelam que o planejamento do governo Médici é baseado na percepção de desenvolvimento a partir do discurso do domínio: "(...) O desenvolvimento brasileiro vem-se operando com base, principalmente, numa economia moderna e na arrancada para o desbravamento da Amazônia e o fortalecimento do polo econômico do Nordeste". (BRASIL, 1973, p.14).

Em todos os documentos do período, a Amazônia está associada às expressões: "desbravamento", "ocupação de imensos espaços vazios" e "abertura de ilimitadas fronteiras econômicas" e o espaço destinado à região foi relatado no setor de transporte e da política econômica. Quando é denominada de Norte, invariavelmente, é citado em ações em que os textos mencionam simultaneamente o Nordeste do País, o que explica a simplificação do espaço geográfico, anulando diferenças existentes entre as regiões. Isso implica na Amazônia ser tratada como um território vazio que precisa ser ocupado, ocupação de cima para baixo, isto

é, sendo fornecedora de insumos para o restante do Brasil e criando um novo mercado consumidor.

O primeiro busca acrescer duas dimensões ao processo do desenvolvimento brasileiro: **a ocupação econômica de cerca de 2 milhões de km<sup>2</sup> da Amazônia e a incorporação à economia de mercado de aproximadamente 13 milhões de habitantes da região semi-árida do Nordeste** (BRASIL, 1971, p 17). (Grifo da Autora).

A Amazônia é tratada apenas como território físico e geográfico. Ou como afirma o jornalista Lúcio Flávio Pinto, “das sentenças refratárias à elucidação, do triunfalismo salvífico dos profetas do vazio” (2012, p. 12). Neste período, a maioria dos enunciados relativos à região está relacionada ao programa de integração nacional e aos incentivos fiscais distribuídos.

Comanda também intenso trabalho, que tem como finalidade a redução do desequilíbrio entre macrorregiões, objetivando, em especial, acelerar o esforço de soerguimento do Norte e do Nordeste e garantir o desenvolvimento harmônico, tanto setorial como geográfico, de cada uma das grandes regiões em que se divide o País. Redobrado empenho merece, nesse sentido, a aplicação adequada e eficiente, dentro do sistema em vigor, do mecanismo de incentivos fiscais nas Regiões Norte e Nordeste. **Consolidar a ocupação da Amazônia, como foi assinalado anteriormente, representa outro objetivo fundamental do Governo, possibilitando, destarte, a crescente integração daquela vasta área às demais regiões do País** (BRASIL, 1970, p. 47) (Grifo da Autora).

Somente em 1973 o governo passa a mencionar os estudos para instalação de usinas hidrelétricas na Amazônia, destacando a necessidade de maior conhecimento sobre a região para futuros projetos.

**Concluíram-se os estudos que definem as possibilidades de aproveitamento hidrelétrico e equacionam o problema de suprimento de energia para os principais pólos de desenvolvimento da Amazônia;** e providenciou-se a instalação de modernas e eficientes usinas térmicas nos pólos de Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco, a fim de garantir o suprimento adequado de energia, até que se tornem economicamente aconselháveis alguns dos projetos hidrelétricos que são objeto de estudos mais aprofundados. (BRASIL, 1973, p. 44) (Grifo da Autora).

Porém, em nenhum momento os documentos citam a Usina Hidrelétrica de Balbina<sup>61</sup>, que teve as obras iniciadas em 1973, no rui Uatumã, próximo ao município de Presidente

---

<sup>61</sup>A UHE foi construída com o objetivo inicial de reforçar o parque energético amazonense. O fornecimento de energia de baixo custo atenderia à população e capilarizando o interesse de empresas que pretendiam se instalar na Zona Franca de Manaus na década de 70, gerando empregos e resultando no desenvolvimento econômico proposto para a região. Mas a geração média anual de energia atingiu apenas 112MW, e o diferencial necessário passou a ser fornecido por queima de combustíveis fósseis – nas termelétricas movidas

Figueiredo (AM), mesmo com vários manifestos de ambientalistas conta o empreendimento e seus impactos ambientais. O mesmo silêncio se percebe em relação à Tucuruí<sup>62</sup>, localizada no sudeste do Pará, a 310 quilômetros de Belém, obra que começou a ser planejada em 1973, no primeiro choque do petróleo<sup>63</sup>.

Na Amazônia, o Comitê de Estudos Energéticos da área concluiu os trabalhos a que se propôs em fins de 1971. Presentemente o esforço de avaliação se concentra em alguns rios da margem direita do Amazonas, especialmente nas bacias do Tocantins e Xingu, cujo potencial conjunto é estimado em 40 milhões de kw. (BRASIL, 1974, p. 75).

O documento final faz um balanço do governo, concluindo com os interesses geográficos específicos para projetos de geração de energia hidrelétrica. É a única menção que demonstra o planejamento de aproveitamento dos rios para esse tipo de geração de energia.

---

a diesel ou gás natural. A usina supre somente 10,5% da energia que é consumida no estado, que atinge 1.100 MW, aproximadamente. (FEARNSIDE, 1988)

<sup>62</sup> O jornalista Lúcio Flávio Pinto (2012, p778) ressalta: “A hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, a quarta maior do mundo, ultrapassou, em setembro de 2011, um quarto de século de funcionamento. Desde 1984, ela transforma em energia as águas do 25º rio mais extenso do planeta, o Tocantins, cuja área de drenagem ocupa 8% do território brasileiro, entre o Planalto Central e o litoral norte”.

<sup>63</sup> Nesse período os produtores de petróleo dos países do Oriente Médio diminuíram a produção a partir da constatação de que a substância é um bem não-renovável. Com isso, em um trimestre foi elevado o preço do barril de US\$ 2,90 para US\$ 11,65. Informação disponível em:

<[http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo\\_choque1.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque1.shtml)> Acesso: agosto /2016.

**Quadro 5** - Análise de Expressões selecionadas nas Mensagens Presidenciais (1970 – 1974)/Van Dijk

ANOS	UNIDADE	TIPO DE DISCURSO	EQUADRAMENTO TEMÁTICO
DE 1970 A 1974	AMAZÔNIA	Persuasivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Espaço vazio a ser ocupado.</li> <li>- Programas políticos para participação no progresso econômico nacional</li> <li>- Integrar para desenvolver.</li> <li>- Redenção da Amazônia.</li> <li>- O desenvolvimento brasileiro com uma economia moderna [...] e para o desbravamento da Amazônia</li> <li>- Amazônia área prioritária para operações sociais, atuação que marca a diferença entre os programas tradicionais de desenvolvimento regional em outros países, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e o programa brasileiro de integração nacional.</li> <li>- Reconhecida vocação agrícola da região.</li> <li>- Arrancada para integração da Amazônia e a fim de evitar choques entre índios e civilizados ...</li> <li>- Assegurar a infra-estrutura necessária à consolidação do Programa de Integração Nacional</li> <li>- Atendimento a populações rarefeitas ao longo das rodovias.</li> </ul>
		Descritivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de asfaltamento da região.</li> <li>- Projetos de navegabilidade na região.</li> <li>- Criação do Programas de Assistência Financeira no Setor da Borracha Vegetal e Especial de Crédito Rural</li> <li>- Criação de faixa de terras devolutas de 100km no eixo das rodovias federais.</li> <li>- Criação do Cepam (Centro de Planejamento Rodoviário da Amazônia).</li> <li>- Plano Nacional de Radiodifusão</li> <li>- Avaliação do Comitê de Estudos Energéticos da área dos rios da margem direita do Amazonas, especialmente nas bacias do Tocantins e Xingu.</li> </ul>
	GRANDES PROJETOS	Persuasivo	- Industrialização regional para integrar economicamente ao País.
		Descritivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investimento nos projetos: Pin, Pró terra, Prodoeste, Provale, Pis-Pasep, Programa siderúrgico, Programa de construção naval, Programa de tecnologia, Central de Medicamentos, Centrais de Abastecimento, Fundos de modernização do BNDE, pro-rural.</li> <li>- Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da região.</li> </ul>
	BELO MONTE	Descritivo	- Construção de portos na região.
	HIDRELÉTRICA	Descritivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conclusão as usinas hidrelétricas de Curuá-Una, em Santarém, com capacidade inicial de 20.000 kffi e a Usina Coaracy Nunes, no Território Federal do Amapá.</li> <li>- Referências a Itaipu.</li> </ul>

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017 (A partir de van Dijk, 2008)

Observando o enquadramento a classificação de van Dijk (2008), as mensagens são mais descritivas (Ver Quadro 05), e o discurso persuasivo é mais incidente somente quando o

tema é a Amazônia. A ausência do discurso no formato ilocucionário é mínimo, isso se justifica pelo poder implícito no discurso, que não dá margens à resistência e por isso as mensagens descritivas são mais comuns, ao lado do discurso persuasivo para justificar ações exploratórias no território, como exemplifica o quadro anterior.

No discurso, a natureza é fonte de matéria-prima, representada por uma Amazônia que precisa ser conquistada, assim, o governo exalta a ação de marcha para o oeste, em busca dos estoques disponíveis em uma área vazia, que necessita de projetos de levantamento de informações sobre seu potencial para que possa ser inserida nos grandes projetos de exploração. O enunciado “vazio” apresenta uma natureza disponível, que não se materializa como um campo de disputa, não há relações de propriedade nem processos produtivos, não há agentes sociais e nem conflitos. Há apenas um lugar disponível que deve ser capturado.

Esse discurso mantém a exploração como a forma de empreender o desenvolvimento na Amazônia, uma região em que o processo discursivo impõe uma imagem de local sem uma lógica da apropriação espacial e social, uma terra sem história.

As mensagens mantêm o discurso da Amazônia desocupada, e esse “espaço vazio” não é um enunciativo neutro, mas uma justificativa para ações; é o palco do isolamento que necessita de um enredo e de atores, por isso os enunciados de ocupação efetiva estão relacionados a uma reformulação simultânea e progressiva da produção local para se obter o desenvolvimento pretendido. O Estado, como demonstram os documentos, é a resposta que até então não existia para uma região apresentada sem uma dinâmica social. É sob esse discurso que se fundamenta a implantação dos grandes projetos na região.

## 4.2 ERNESTO GEISEL (1974-1979)

O general Ernesto Beckmann Geisel foi presidente no 29º presidente do Brasil; e 4º presidente da Ditadura Militar. Eleito em 1973, de forma indireta com 400 votos do Congresso Nacional, ocupou o cargo de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979<sup>64</sup>. Nascido em Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Era filho dos luteranos alemães Wilhelm August Geisel e de Lydia Beckmann. Assim como o seu antecessor na presidência, general Médici, também apoiou o movimento político de 1930 e participou do combate ao movimento constitucionalista paulista de 1932.

Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, nomeado logo em seguida chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco (1964-1967). Entre os cargos que ocupou anteriormente listam-se: secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947), adido militar na embaixada do Brasil no Uruguai (1947-1950), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952), membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (1952-1954), comandante do Regimento Escola de Artilharia (1955), subchefe do Gabinete Militar no governo Café Filho (1955).

Exerceu ainda a chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (1957-1961). Acumulou neste período o comando militar de Brasília e da 11ª Região Militar (1961), e interinamente da 5ª Região Militar (1962-1963). Quando foi promovido a general-de-exército em 1966, se tornou ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e presidente da Petrobrás (1969-1973).

Ao assumir o mandato enfrenta o fim do chamado milagre econômico, a crise do petróleo, com a redução do crescimento e a alta da inflação. Houve um agravamento do cenário com a eleição do Congresso em 74, e Geisel anuncia um projeto de abertura política “lenta, gradual e segura”, mas seguiu a formulação política da Escola Superior de Guerra<sup>65</sup> de um binômio de desenvolvimento e segurança. Em seu mandato houve a convivência de uma

---

<sup>64</sup> Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/biografia>. Acesso: maio /2016.

<sup>65</sup> A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada pela Lei nº 785/49, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integra a estrutura do Ministério da Defesa. Em seu site estabelece como objetivo “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento”. Em sua apresentação é destacado que “funciona como centro de estudos e pesquisas, a ela competindo planejar, coordenar e desenvolver os cursos que forem instituídos pelo Ministro de Estado da Defesa”, com o destaque de que não desempenha função de formulação ou execução da Política do País. Disponível em <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao> . Acesso : junho/ 2016.

política com tendência liberalizante com a expiração de algumas prerrogativas dos Atos Institucionais, como o caso da cassação aos direitos políticos de algumas personalidades pelo AI-1, e outras foram suplantadas, como a proibição à propaganda política pelo AI-5.

Cancian (2005) destaca que quando Geisel assumiu a ditadura militar já havia derrotado as organizações guerrilheiras armadas e não percebia ameaça subversiva da esquerda armada ao regime, e o aparato repressivo se manteve mesmo com o sucesso do projeto de liberalização política dependendo da contenção das atividades dos órgãos de repressão policial-militar. O governo vive uma crise interna porque os órgãos de repressão queriam a manutenção de suas prerrogativas e continuaram a praticar ações violentas que geraram graves crises políticas. Geisel fez concessões ao aparato repressivo, impedindo as pressões da oposição política, imprensa e igreja católica, na cobrança de informações sobre presos políticos torturados, mortos e desaparecidos.

O episódio mais grave de violação dos direitos humanos no mandato de Geisel foi a morte sob tortura do jornalista Vladimir Herzog<sup>66</sup>, em 1975, no DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna) do 2º Exército em São Paulo. O Governo não se manifestou. Mas no ano seguinte, outra morte em condições idênticas às de Herzog, a do operário Manoel Fiel Filho, fez com que Geisel destituisse do comando do 2º Exército, general Ednardo D'Avilla Melo. A demissão representou a primeira ofensiva governamental contra os militares radicais.

Geisel manteve as eleições indiretas e uma das medidas autoritárias que marcou seu mandato foi a Lei Falcão<sup>67</sup>, proibindo debates políticos em rádio e TV. Em 1977, decretou o

---

<sup>66</sup> Herzog foi jornalista, professor da Universidade de São Paulo (USP) e teatrólogo. Nasceu em Osijek, Iugoslávia, imigrou com os pais para o Brasil em 1942, fugindo do nazismo. Na noite do dia 24 de outubro de 1975, apresentou-se na sede do Destacamento de Operações de Informações/ Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre suas ligações com o PCB (Partido Comunista Brasileiro). No dia seguinte, foi morto aos 38 anos. Pela versão oficial teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário. Mas, de acordo com os testemunhos de Jorge Benigno Jathay Duque Estrada e Rodolfo Konder, jornalistas presos na mesma época no DOI/CODI, Herzog foi assassinado sob torturas. No dia 31 de outubro de 1975, foi realizado um culto ecumênico em memória de Herzog na Catedral da Sé, em que participaram 8 mil pessoas, num protesto silencioso contra o regime. Em 1978, a Justiça responsabilizou a União por prisão ilegal, tortura e morte do jornalista. Em 1996, a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconheceu que Herzog foi assassinado e decidiu conceder uma indenização para sua família. Disponível em: <http://vladimirherzog.org/biografia/>. Acesso em maio/2016:

<sup>67</sup> A Lei nº 6339/76 chamada de Lei Falcão deu nova redação ao artigo 250 do Código Eleitoral, determinando que, na propaganda eleitoral, os partidos estavam limitados a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral. Pela televisão também era permitido divulgar a fotografia do candidato e mencionar local e horário dos comícios. A lei passou a ser chamada de Lei Falcão por ter sido criada pelo então ministro da Justiça, Armando Falcão, com a intenção de evitar o debate político, garantir a vitória dos parlamentares do partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), que apoiava a



“pacote de abril”, um conjunto de medidas que alterava o mandato presidencial de cinco para seis anos. Antes de finalizar o mandato decretou o fim do Ato Institucional nº5.

Na economia, Geisel instituiu II Plano Nacional de Desenvolvimento, tendo a frente os ministros da Fazenda, Mario Henrique Simonsen e do Planejamento, Reis Velloso. Os preços do petróleo quadruplicaram e a inflação subiu de 15,5% para 34,5% entre os anos de 1973 e 1974. A meta básica do mandato foi o ajustamento da economia nacional a escassez de petróleo. O governo priorizou as indústrias básicas, principalmente setores de bens de capital e eletrônica pesada, com objetivo de substituir as importações e abrir novas frentes de exportação (Castro e Souza, 1985).

A região Centro-Sul foi núcleo básico do II PND e recebeu investimentos de setecentos bilhões de cruzeiros nas áreas de indústria de base, ciência e tecnologia. Com intuito de consolidar até 1980 uma sociedade industrial moderna. A política de energia seria também decisiva na estratégia de desenvolvimento, sendo a preocupação básica reduzir a dependência do país em relação às fontes externas. O ajuste externo adotado por Geisel foi o modelo de ajuste estrutural que objetivava “cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (Castro e Souza, 1985, p. 30). A prioridade de investimentos no mandato considerou pontos de “estrangulamento” das restrições estrutural e externa: infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação. Assim, prioriza os investimentos no setor energético e em transportes, comunicações, além da indústria de base, lançando o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), mas a crise do petróleo, a queda na taxa de crescimento econômico, o aumento da dívida externa e o crescente desequilíbrio no balanço de pagamentos e na balança comercial tornaram as metas do II PND inatingíveis.

A inflação em alta contínua (alimentado pelos seguidos aumentos dos preços dos combustíveis no mercado interno) e da dívida externa, que encerram o mandato acima dos 50% e dos US\$50 bilhões (ver Tabela 7).

---

ditadura militar e deter o crescimento da oposição aglutinada no partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que elegeu 16 senadores para as 21 vagas disponíveis e um grande número de vereadores nas eleições municipais de 1974. A Lei Falcão só foi revogada em 1984, quando foi liberada a propaganda eleitoral na televisão. A partir de 1985, as disposições sobre propaganda gratuita no rádio e na televisão passaram a ser reguladas por legislação própria a cada eleição.

Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123539>  
Acesso: maio/2016.

**Tabela 7 - Resultados macroeconômicos do período Geisel**

Ano	PIB	Indústria	Dívida Externa	Inflação
1974	8,2%	8,4	17,1	27,8%
1975	5,1%	4,9	21,1	41,2%
1976	10,2%	11,7	32,1	42,6%
1977	4,9%	3,1	37,9	38,7%
1978	4,9%	6,4	52,1	53,9%

**Fonte:** Ipea (2002)

O desenvolvimento regional permaneceu planejado sob o conceito da Amazônia como uma fronteira de povoamento, articulada com a visão de fronteira de recursos (Mahar, 1978). A expressão “integração nacional” permaneceu no discurso, mas o governo abandona a ideia de colonização da região, elege atividades chave e investe no estímulo a implantação dessas cadeias de ligações, na lógica política de modernização regional Amazônia sob a égide de grandes investimentos empresariais, agropecuários, extrativistas e industriais capazes de gerar divisas que seriam usados no pagamento da dívida externa brasileira (Monteiro e Coelho, 2004).

Então, para a ocupação produtiva da Amazônia, cria o Programa de Pólos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia, o Poloamazônia<sup>68</sup>, na lógica do II PND e do PIN, para explorar as potencialidades naturais da região, baseado na teoria dos pólos centrais de François Perroux<sup>69</sup>, implementado pela SUDAM, SUDECO, BASA e Ministério do Interior, para atuação em 15 pólos de exploração, a partir de pesquisas do projeto RADAM<sup>70</sup>,

<sup>68</sup> Polamazônia, criado pelo Decreto 74.607, de 25 de setembro de 1974.

<sup>69</sup> François Perroux, economista francês (1903/ 1987) foi professor do Collège de France, Universidade de Lyon, e Universidade de Paris, seus principais trabalhos estão reunidos numa coletânea denominada L'Économie du XXème siècle (1960). Elaborou a Teoria da Unidade Econômica Dominante que, após anos de refinamentos e mudanças passou a ser conhecida como Teoria dos Pólos de Crescimento (1955) a partir da concentração industrial em Paris, França; e ao longo do Vale Ruhr, Alemanha. Esse pólos industriais de crescimento podem surgir em torno de uma aglomeração urbana importante (Paris) ou ao longo das grandes fontes de matérias-primas (Vale da Ruhr), assim como nos locais de passagem e fluxos comerciais significativos ou ainda em torno de uma grande área agrícola dependente. O polo de crescimento tem uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto e forma um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes. A principal função da indústria motriz é gerar ou produzir economias externas, quer sejam tecnológicas, quer sejam pecuniárias. (TOLOSA, 1992)

<sup>70</sup> Projeto RADAM (Radar na Amazônia) foi criado em outubro de 1970 para coleta de dados sobre recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da Amazônia e áreas adjacentes da região Nordeste, dirigido pelo Ministério das Minas e energia. Em junho de 1971 iniciou-se o aerolevante. Em 1975 foi expandido para o restante do território nacional, para o mapeamento integrado dos recursos naturais modificando o nome para Projeto RADAMBRASIL. Ao final, 1985, foram definidas 35.200.000 ha de unidades de conservação de proteção integral e mais 71.500.000 ha de uso sustentável na Amazônia. Produziu uma coletânea de mapas temáticos e relatórios, com base em imagens de radar, que conjugada ao documento Termo de Referência para uma Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil, produzido pelo IBGE (que incorporou o acervo técnico do Projeto) em 1986, podem ser considerados pioneiros em dados consistentes para ZEE mais consistentes no País. Disponível em <http://www.cprm.gov.br/>. Acesso:junho / 2016.

materializando o interesse do Estado em apoiar grandes empreendimentos a serem implantados em área consideradas preferenciais:

**Art. 2º.** São as seguintes as áreas prioritárias preliminarmente selecionadas com vistas à execução do Programa: I - Xingu-Araguaia; II - Carajás; III - Araguaia-Tocantins; IV - Trombetas; V - Altamira; VI - Pré-Amazônia Maranhense; VII - Rondônia; VIII - Acre; IX - Juruá Solimões; X - Roraima; XI - Tapajós; XII - Amapá; XIII - Juruena; XIV - Aripuanã; e XV - Marajó (BRASIL, 1974, p. 44).

Com o Polamazônia, o espaço amazônico passa a viver transformações com a presença do médio e grande capital nacional e estrangeiro, que foram atraídos por subsídios fiscais, estimulando a formação de fazendas de gado e a extração de recursos naturais, principalmente no norte de Mato Grosso e sudeste e leste do Pará. Monteiro e Coelho (2004) explicam que o interesse era aumentar as exportações de recursos naturais com ampliação de vantagens comparativas e, simultaneamente, criando na região infraestrutura nos setores elétrico, da comunicação e transportes.

Desta maneira, o governo Geisel incentiva a exploração de ferro em Carajás (PA) e de bauxita em Trombetas (PA) com redirecionamento da política de incentivos fiscais para as áreas dos polos, aspirando investimentos massivos em um espaço concentrado, sob uma visão política da Amazônia como “uma fronteira de recursos, de planejamento e de normalização do desenvolvimento regional que tinha por fundamento estratégico a concentração espacial de capitais nos polos indicados pelo Governo” (MONTEIRO E COELHO, 2004, p.109).

O grande capital foi escolhido pelo Estado como força social para dinamizar a economia regional e Geisel convoca o empresário para essa nova cruzada ocupar economicamente a Amazônia e corrigir as deficiências da colonização dirigida (BITTENCOURT, 1974). Para atrair os investimentos, o governo federal necessitou de recursos do fundo público e direcionou o que seria utilizado na colonização dirigida. O objetivo era impulsionar o desenvolvimento regional com o grande capital, mas a maioria dos polos fracassaram (MONTEIRO E COELHO, 2004).

Geisel morreu no Rio de Janeiro, dia 12 de setembro de 1996, aos 89 anos, vítima de câncer.

#### 4.2.1 Mensagens Presidenciais de 1974-1979

No mandato de Geisel foram enviadas ao Congresso Nacional cinco mensagens presidenciais, totalizando 1.253 páginas (ver Tabela 8). A divisão temática no sumário segue os quatro eixos utilizados por Médici: política econômica financeira (fazenda, transporte, agricultura, indústria e comércio, minas e energia, interior, comunicação), política social (educação e cultura, saúde, trabalho, previdência social, pessoal civil), política externa, justiça (política interna, ordem jurídica, segurança interna), forças armadas (estado-maior das forças armadas, marinha, exército, aeronáutica). (Brasil, 1975, 1976, 1977, 1978, 1979)

**Tabela 8** - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Geisel

ANO/MANDATO	PÁGINAS POR MENSAGEM
1975	190
1976	219
1977	282
1978	318
1979	244

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

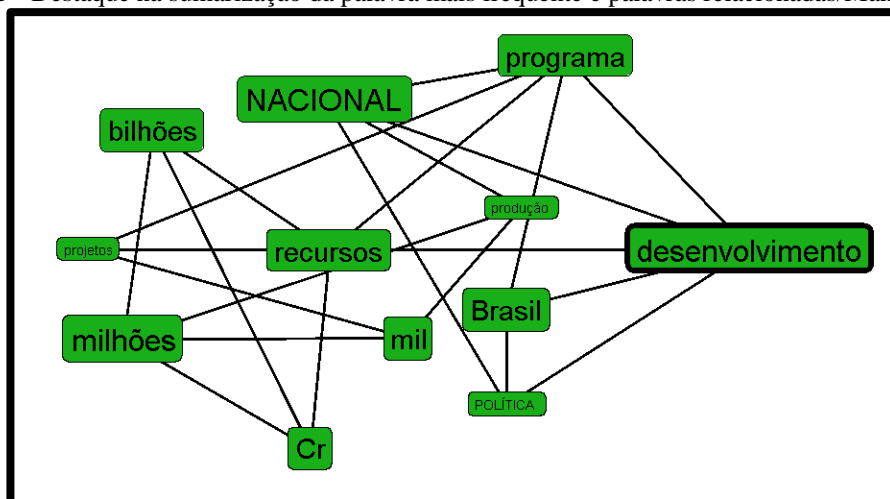
Na introdução das comunicações protocolares com o Legislativo, Geisel utiliza trechos de discursos, escreve na primeira pessoa, e justifica que a mensagem é um estímulo como relato do trabalho do Executivo no início do mandato do quarto presidente do período ditatorial:

Mais que simples relatório, acima de uma árida prestação de contas e transcendendo a devida obediência a mandamento constitucional, é meu desejo fazer, desta mensagem, motivação para um exame, ao cabo do qual estejamos todos, governantes e governados, habilitados a concluir se executamos bem as tarefas que nos foram delegadas, se fizemos aquilo que a Nação, legitimamente, tinha o direito de esperar de nós neste primeiro ano de governo (BRASIL, 1975, p.6).

As palavras mais citadas nos documentos do mandato indicam a linha principal do processo discursivo de Geisel: a prioridade é o relato descritivo, destacando um cenário nacional, com programas, projetos e investimentos que agora tem o objetivo de ajudar o país a superar a crise internacional do petróleo. O discurso nas mensagens isenta a responsabilidade do governo sobre os índices inflacionários e atribui os números negativos da economia brasileira à crise internacional.

A citação do volume de recursos investidos é o discurso persuasivo para aceitação pública das ações do mandato. As palavras praticamente são as mesmas do mandato anterior (Ver Figura).

**Figura 5** - Destaque na sumarização da palavra mais frequente e palavras relacionadas/Mandato Geisel



Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2017

As citações têm maior frequência porque as Mensagens são maiores e trazem mais detalhes dos investimentos. Duas palavras entre as mais frequentes determinam a preocupação com a crise no cenário internacional: bilhões e dólares; que aparecem entre os termos relacionados.

**Tabela 9** - Palavras mais citadas por Presidente/ Geisel

<b>PALAVRA</b>	<b>CITAÇÃO</b>	<b>TERMOS RELACIONADOS</b>
Milhões	2.497	Produção, cruzeiros, lucros, despesas, toneladas, trabalhadores, empregados.
Nacional	2.426	Programa, política, Desenvolvimento, Governo, Produção, Congresso, Capital.
Desenvolvimento	2.393	Nacional, recursos, programa, Brasil, projetos, atividades, setor, apoio, projeto, política, social.
Brasil	1.966	Relações, política externa, visita, colaboração.
Programa	1.918	Integrado, gradual, de cooperação, de pólos, energético.
Bilhões	1.869	Dólares, cruzeiros, estimados, originários
Recursos	1696	Bilhões, cruzeiros, dólares.
Política	1.393	Nacional, desenvolvimento, econômica, social, financeira,, externa, interna , mercado.
Projetos	1389	Prioritários, de grande alcance, aprovados, incentivados, de reflorestamento, colonização, industriais.
Produção	1.382	Milhões, produtos, nacional, interna, insumos, exploração.

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

No filtro pré-estabelecido com termos-chave (Ver Tabela 09) aumentam as citações sobre Amazônia neste período, as hidrelétricas receberam 54 menções demonstrando o maior interesse nesta matriz energética e os grandes projetos citados sob esta expressão são os de siderurgia e do polo petroquímico, no sudeste do País.

**Tabela 10** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - Geisel

<b>PALAVRAS</b>	<b>1975</b>	<b>1976</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>
Amazônia	17	26	42	55	54
Hidrelétrica	04	03	11	18	18
Grandes Projetos	01	-	04	04	-
Belo Monte	-	-	-	-	-
Tucuruí	01	-	05	02	05
Balbina	-	-	-	-	-

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Nas cinco mensagens enviadas houve 194 menções à região amazônica, número superior aos 42 da referência à região Norte. A escolha da denominação para o discurso tem explicação: o POLAMAZÔNIA, programa que direciona os investimentos para a região, mas que também tem os relatos sinalizados sempre com o POLONORDESTE, programa como mesmas características para a região nordeste do País:

Com respeito à desconcentração industrial, no seu aspecto regional, cabe destacar, além da utilização da política de incentivos fiscais, que busca atrair os investimentos industriais para regiões menos favorecidas, o lançamento em 1974 de grandes programas de desenvolvimento regional, tais como o POLAMAZÔNIA e POLONORDESTE, além da estratégia de industrialização do Nordeste (BRASIL, 1975, p. 66).

Como a citação acima, as mensagens demonstram a continuidade do discurso da ditadura militar, sob a tríade dos verbos Conquistar – Ocupar – Explorar em relação à Amazônia, que terão sérias consequências para o futuro da região. Mas a região ocupa neste mandato uma página e meia em todos os anos, sob o título de “Desenvolvimento da Amazônia”, mesmo que invariavelmente esteja sempre relacionada nos relatos de investimentos e descrições de programas e projetos, ao lado do Nordeste.

O modelo de desenvolvimento considera a região periférica e fora do eixo desenvolvimentista, inserida na administração executiva no Ministério do Interior. A Amazônia tem recursos naturais a serem explorados, mas não é prioridade e é considerada fronteira agrícola a ser colonizada (em oposição ao urbano):

A política de desenvolvimento regional, de cuja execução se incumbe o Ministério do Interior, foi orientada para dois objetivos básicos e complementares: **incorporação de novas áreas na Amazônia e Centro-Oeste, através do aproveitamento de sua ampla disponibilidade de recursos naturais**, e valorização econômica das regiões com menor desenvolvimento relativo — a exemplo do Nordeste — mediante fortalecimento e ampliação de suas atividades produtivas. Sua viabilização assegurou-se pelo aperfeiçoamento do mecanismo dos incentivos fiscais e pela implantação de programas especiais, em áreas selecionadas (BRASIL, 1976, p.94)

O centro da exploração se divide entre a ocupação territorial com estradas e projetos de incentivo à colonização com deslocamentos de contingentes populacionais; e incentivo a exploração do território por empresas (parques industriais e projetos agropecuários e minerais), situando a riqueza natural da região como solução para arrecadação nacional e superação da crise energética mundial:

A economia da Amazônia apresentou bom desempenho em 1976, tanto, pela efetivação das medidas preconizadas no II PND e no Plano de

Desenvolvimento da Amazônia, como pela aplicação dos recursos provenientes dos incentivos fiscais, que têm permitido a expansão do parque industrial da região, assegurando, ao mesmo tempo, a implantação de grande número de projetos agropecuários (BRASIL, 1977, p. 121)

Para tanto, o destaque, ao se falar da Amazônia, segue linhas definidas e o objetivo é translúcido de exploração econômica da região através do Polamazônia:

No que concerne ainda às atividades de planejamento, a SUDAM deu seqüência aos trabalhos de formulação do Plano Básico de Desenvolvimento Integrado dos vales dos rios Xingu e Tapajós e do Programa de Desenvolvimento Integrado do Nordeste Paraense, além de abrir licitação pública para elaboração de programas de desenvolvimento nos vales dos rios Branco e Tocantins, e de projetos de aproveitamento econômico das várzeas dos rios amazônicos (Madeira, Alto Solimões, Purus, Médio e Baixo Amazonas (BRASIL, 1976 , p. 98).

Os documentos do período Geisel também apresentam a necessidade e pesquisas para exploração dos recursos hídricos na região. Os rios da Amazônia são vistos como jazidas de megawats:

O setor de energia elétrica teve excelente desempenho, dando-se pleno atendimento às exigências do consumo e aumentando-se a capacidade instalada de 15.506 MW, em 1973, para 17.378 M w, em 1974 e a extensão das linhas de transmissão. Foi concluída a elaboração do programa de obras a serem realizadas até 1990 e **prossegiram os estudos para o aproveitamento do potencial dos rios da Amazônia**. Desenvolveram-se pesquisas para a transmissão de grandes blocos de energia a grandes distâncias (BRASIL, 1975, p. 22) (Grifo da Autora).

O discurso descritivo sobre o modelo energético é tecnocrata e superficial, sem revelar detalhes sobre os investimentos: “Os investimentos em energia elétrica totalizaram Cr\$ 34,7 bilhões, dos quais Cr\$ 19,7 bilhões se destinaram à geração, Cr\$ 5,2 bilhões à transmissão, Cr\$ 3,5 bilhões a subestações, Cr\$ 4,4 bilhões a distribuição e eletrificação rural e Cr\$ 1,7 bilhão a instalações gerais” (BRASIL, 1977, p. 109).

Os documentos do período registram o indicativo de viabilidade da UHE de Tucuruí mas não enuncia impactos sociais ou reação da população a ser atingida:

Foram, ainda, concluídos os estudos para a instalação da hidrelétrica do Tucuruí, localizada cerca de 400 km de Belém-Pará, que deverá ter sua construção iniciada em meados de 1975, com uma potência instalada prevista, em uma primeira etapa, da ordem de 3.000 Mw ( BRASIL, 1975, p. 77 ).

Ainda sobre Tucuruí, as 13 menções nos documentos são descritivas, sempre com discurso exaltando o sucesso do planejamento/execução entre os projetos de exploração:

Quatro importantes projetos de aproveitamento de recursos minerais deverão elevar substancialmente a receita da Região. Trata-se do aproveitamento



vertical das grandes jazidas de bauxita, da exploração do minério de ferro existente nos depósitos do distrito ferrífero da Serra dos Carajás, no Pará, do complexo industrial para a produção intermediária de alumina e produção final de alumínio metálico, no Município paraense de Barcarena (com início previsto para os primeiros anos da próxima década) e da implantação da usina hidrelétrica de Tucuruí, no curso médio do Tocantins, ao sul do Pará (com potencial de geração da ordem de 4 mil MW, na primeira fase do projeto) (BRASIL, 1979, p. 107).

Em todos os anos, UHE Curuá-Una<sup>71</sup>, oficialmente UHE Sílvio Braga, faz parte dos relatos descritivos do Polamazônia. A Usina começou a ser planejada nos anos 50 e foi inaugurada em 1977, na bacia hidrográfica do Xingu, com área de inundação de 121 km<sup>2</sup>. As menções se referem ao investimento no setor elétrico como parte da infra-estrutura para estimular e viabilizar a exploração de recursos minerais da região, outro foco em destaque nos relatos discursivos de Geisel:

(...) obteve-se aumento na capacidade regional de geração de energia de 46 MW, beneficiando núcleos urbanos do processo de ocupação da importância de Santarém (Curuá-Una), Imperatriz, Rio Branco, Porto Velho, Conceição do Araguaia, São Félix do Xingu, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul; realizaram-se ainda pesquisas de carvão (no vale do rio Fresco (PA), com reservas estimadas de 4 milhões de toneladas de carvão não-metalúrgico) e de calcário (em Itaituba (PA), com 1,4 milhão de toneladas de reservas de calcário industrial) (BRASIL, 1979, p. 98).

A população da área do oeste paraense, atingida pela barragem da UHE de Curuá-Una é apagada dos discursos. O projeto foi implementado sem discussão com moradores e não foram realizados estudos de impacto ambiental (EIA-RIMA) para avaliar seus méritos sociais ou ambientais porque esse instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e das resoluções do Conselho nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que definem procedimentos para os licenciamentos de empreendimentos de grande porte, só foi implantado a partir da década de 80. Também não foram contempladas medidas compensatórias para as populações atingidas: “vivem no rio Curuá-Una cerca de 1.900 pessoas, com 70% alfabetizados até a 4ª série, com média de idade de 46 anos, para homens e mulheres e 17 para os jovens. Utilizam recursos

---

<sup>71</sup> Hidrelétrica Curuá-Uma - localizada no rio Curuá-Uma (afluente da margem direita do rio Amazonas), na cachoeira do Palhã, a 70km a sudeste do município de Santarém (PA) e cerca de 850 km de Belém (PA) em linha reta a oeste,. A palavra Curuá-Una tem sua origem no Tupi-Guarani e significa “Rio Escuro” (Curuá: rio e Una: escuro). De acordo com a Eletronorte, que a mantém e opera, tem potência de 30,3 MW para o abastecimento do oeste paraense, especialmente as cidades de Santarém, Aveiro e Moju dos Campos. As pesquisas para construção começaram em 1952. Foi inaugurada em 1977 com duas turbinas de 10MW cada. A usina integra o SIN (Sistema Interligado Nacional, um sistema hidrotérmico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e proprietários múltiplos, estatais e privados, criado em 1998 pela Resolução 351/98 do Ministério das Minas e Energia, em conformidade com a Lei 9.648/98 e o Decreto 2.655/98) pelo Tramoeste Tucuruí.

naturais, e exercem atividades de agricultura, caça e pesca” (OLIVEIRA; REBELO; RODRIGUES; BARROS; MAGALHÃES; GAVINA; e FORLINE 2003, p. 1)

O desenvolvimento local é conceituado apenas como planejado para integração:

Na área do desenvolvimento urbano-local, foram elaborados vários planos estruturais e de desenvolvimento integrado para Municípios da Região, implantados sistemas viários, drenagem pluvial etc. (BRASIL, 1976, p. 36).

Além da presença nos discursos sobre a matriz energética, a Amazônia é foco na área mineral. Em todas as mensagens de Geisel o discurso descritivo inclui a importância da região para exploração a partir de pesquisas utilizando aerolevanteamento com radar de visada lateral SLAR (Side-Looking Airborne Radar)<sup>72</sup> um sensor ativo por microondas para obtenção de imagem em qualquer hora do dia e em condições de nebulosidade, revelando com precisão informações sobre geologia, solos, vegetação, relevo, uso/ocupação da terra e cartografia. Os discursos informam a expansão do projeto em 1975 para coleta de informações em todo o território brasileiro<sup>73</sup>:

O Projeto RADAM, hoje Projeto RADAMBRASIL, que evoluiu do reconhecimento das potencialidades naturais da Amazônia para o estágio atual, abrangendo todo o território nacional, vem utilizando técnicas altamente avançadas, tendo sido ampliadas as áreas promissoras para os já conhecidos depósitos de ferro, bauxita, cassiterita e manganês, além de terem sido selecionadas cerca de duzentas localidades para trabalhos de detalhes, visando à descoberta de cobre, cromo, diamante, estanho, nióbio, níquel, ouro, petróleo, platina, tório, urânio e zinco, entre outros minerais (BRASIL, 1976, p. 92).

O interesse pelo potencial também madeiro na região está referenciado em todos os documentos do período, num discursivo persuasivo do que está disponível no território para a exploração, e o destaque que não é bem utilizado até que o Estado passe a explorar:

Na Amazônia, em consequência do projeto, no que diz respeito ao uso potencial da terra, é digno destacar a aferição do valor madeireiro que, consideradas, as restrições existentes, sejam ecológicas ou de comercialização, alcançou cifra de US\$ 500 bilhões. Além disso, há considerar a caracterização

<sup>72</sup> Disponível em <http://www.cprm.gov.br/publique/Geologia/Sensoriamento-Remoto-e-Geofisica/RADAM-D-628.html>

<sup>73</sup> Quando foi finalizado, em 1985, o RADAMBRASIL processou 550 mosaicos semi controlados na escala de 1:250.000, cobrindo todo o território nacional, editados em papel comum e fotográfico na edição do Mapa Índice de Referência. Em 2015 o IBGE anunciou a digitalização e o ajustamento das imagens, disponibilizadas em um arquivo digital no formato shape, georreferenciado, com banco de dados associado, permitindo que sejam trabalhadas em um ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG). Estes dados foram ajustados à Base Cartográfica Contínua do Brasil (BCIM) escala 1:1.000.000 (1 cm = 10 km) e com a legenda devidamente compatibilizada em função da evolução do mapeamento fitogeográfico (distribuição geográfica da vegetação) ao longo das décadas de 1970 e 1980. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=217129> . Acesso junho/2016.

de uma área de mais de 130 mil km<sup>2</sup> (maior que os Estados de Pernambuco e Alagoas juntos), no Acre e Amazonas, com solos de alta fertilidade, apresentando-se sugestões para seu melhor uso (BRASIL, 1977 p. 102/103).

Os discursos são técnicos sobre o interesse da exploração mineral a partir da prospecção geoquímica, determinando a localização de jazidas minerais de alto valor financeiro.

Foram realizados levantamentos básicos e pesquisas de recursos naturais, a exemplo dos trabalhos de mapeamento geológico e prospecção geoquímica nas bacias dos rios Tapajós e Maués e da foto-interpretação das bacias dos rios Xingu e Araguaia (BRASIL, 1976, p. 98).

Assim, o propósito da exploração da Amazônia é comemorado no mandato com o planejamento, através do Polamazônia, dos projetos Carajás, Trombetas e Albrás:

No campo da mineração, destacam-se o Projeto Carajás, que deverá produzir 45 milhões de toneladas/ano de minério de ferro, o Projeto Trombetas, com uma produção inicial de bauxita prevista para 5 milhões de toneladas/ano e o Projeto Albrás, que deverá produzir 320 mil toneladas/ano de alumínio metálico (BRASIL, 1977, p. 113).

No jogo de poder e domínio sobre os recursos minerais e hídricos da região, o discurso militar nas mensagens do executivo sobre as hidrelétricas é técnico, resumido, descritivo e exclui o entorno social. A única aparição dos moradores da Amazônia em cinco anos de relato documental do mandato de Geisel se dá em dois momentos que demonstram a contradição do projeto de ocupação da região. Em um, destaca a possibilidade de mercado de emprego com os projetos de exploração dos vales dos Rios Xingu e Tapajós:

A estratégia formulada para o desenvolvimento da Amazônia está voltada para o aproveitamento das vantagens comparativas de certos setores e de produtos capazes de gerar maior renda e emprego para os residentes na área, tais como minérios, madeira, pecuária, pesca empresarial, indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas e lavouras selecionadas. Iniciou a SUDAM, ademais, estudos que deverão ser concluídos em 1975, **objetivando a elaboração do Plano Básico para os Vales dos Rios Xingu e Tapajós, abrangendo uma área de cerca de 543 mil km<sup>2</sup>** (BRASIL, 1975, p. 88) (Grifo da Autora).

O segundo relato que inclui a população é para justificar os altos índices de malária no sudeste paraense, fruto dos fluxos migratórios para região, incentivados pelo próprio governo e parte do programa de desenvolvimento para a região:

A concentração da incidência na Amazônia explica-se pelo maior número de casos registrados no Pará (mais 12 mil que no ano anterior), sobretudo nas regiões de Paragominas — onde o grande número de projetos agropecuários em implantação resultou na atração de numerosos migrantes — e de Tucuruí, local da construção de hidrelétrica de grande porte, com a conseqüente intensificação dos fluxos migratórios, representados pela mão-de-obra que busca trabalho nas obras da usina (BRASIL 1978, p. 209).

Na última mensagem, o discurso do governo Geisel descreve o interesse em estabelecer relações com os países da fronteira amazônica, planejando diálogo multilateral em busca de acordo de cooperação e intercâmbio, buscando desenvolvimento e paz na região, mas o discurso maior sempre é da exploração de recursos naturais: “unir-se a seus vizinhos amazônicos, na negociação e assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à exploração e defesa do patrimônio daquela vasta região” (BRASIL, 1979, p.16). E ainda nesta perspectiva reforça o discurso de domínio colonial.

**Quadro 6** - Análise de Expressões selecionadas nas Mensagens Presidenciais (1975 – 1979)/Van Dijk

ANOS	UNIDADE	TIPO DE DISCURSO	EQUADRAMENTO TEMÁTICO
DE 1975 A 1979	AMAZÔNIA	Persuasivo	<p>... novas experiências foram tentadas com relação, principalmente, ao desenvolvimento do Nordeste, à ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste.</p> <p>... A estratégia formulada para o desenvolvimento da Amazônia está voltada para o aproveitamento das vantagens comparativas de certos setores e de produtos capazes de gerar maior renda e emprego para os residentes na área, tais como minérios, madeira, pecuária, pesca empresarial, indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas e lavouras selecionadas.</p> <p>- A estratégia de ocupação seletiva da Amazônia baseou-se na concepção do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia — POLAMAZÔNIA e no esforço de promoção do desenvolvimento realizado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA, com resultados satisfatórios.</p>
		Descritivo	<p>... Foi concluída a elaboração do programa de obras a serem realizadas até 1990 e prosseguiram os estudos para o aproveitamento do potencial dos rios da Amazônia. Desenvolveram-se pesquisas para a transmissão de grandes blocos de energia a grandes distâncias</p> <p>- Novos Projetos Integrados de Colonização foram desenvolvidos na Amazônia e no Nordeste, resultando no assentamento de mais de 17 mil famílias, no período 1974-1978</p>
	HIDRELETRICA	Persuasivo	A concentração da incidência na Amazônia explica-se pelo maior número de casos registrados no Pará (mais 12 mil que no ano anterior), sobretudo nas regiões de Paragominas — onde o grande número de projetos agropecuários em implantação resultou na atração de numerosos migrantes — e de Tucuruí, local da construção de hidrelétrica de grande porte, com a conseqüente intensificação dos fluxos migratórios, representados pela mão-de-obra que busca trabalho nas obras da usina
		Descritivo	<p>... Foram, ainda, concluídos os estudos para a instalação da hidrelétrica do Tucuruí.</p> <p>A geração bruta de energia elétrica, em 1975, alcançou 78.262 GW h, dos quais 71.991 GW h de origem hidrelétrica e 6.277 GW h de origem termelétrica</p>
	TUCURUÍ	Descritivo	... Tiveram início, ainda, as providências relativas à construção dos sistemas de transmissão associados às Usinas Hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, bem como, estudos para interligação dos sistemas CHESF-ELETRONORTE

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017 (A partir de van Dijk, 2008)

Conforme o quadro, as mensagens enviadas ao Congresso por Geisel dão sequência ao discurso pragmático na forma descritiva de ações de seu mandato. A persuasão reforça imagens que justificam a intervenção autoritária na região. A forma discursiva

ilocucionária/ordenadora é dispensada como no mandato de Médici porque o poder discursivo impositivo-militar não necessita dessa expressão.

Nas mensagens deste período o homem da região continua apagado dos discursos num espaço em que só se enumeram as potencialidades exploratórias. Todas as estratégias são para obter vantagens econômicas sobre os recursos naturais disponíveis. No caos dos grandes projetos hidrelétricos, o homem, apagado na maioria dos enunciados, surge somente na indicação de proliferação de doenças, provocadas pelo fluxo migratório provocado pela construção de hidrelétrica. Mas não há voz para os conflitos, o homem da região é enunciado como: mão-de-obra, famílias, casos (de doença), é abstrato, sem voz e história.

### 4.3 JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO

O 30º presidente do Brasil e último do período da ditadura militar foi o general João Batista de Oliveira Figueiredo. Nascido no Rio de Janeiro<sup>74</sup>, então Distrito Federal, em 15 de janeiro de 1918, formou-se na Escola Militar do Realengo, participou do combate à Revolta Comunista, deflagrada no 3º Regimento de Infantaria e na Escola de Aviação Militar e depois do golpe que implantou o Estado Novo, foi declarado aspirante da arma de cavalaria, período em que teve o pai militar preso e exilado.

Serviu no Regimento Andrade Neves (Regimento-Escola de Cavalaria), foi instrutor de cavalaria na Escola Militar do Realengo, fez curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e, nos dois anos seguintes, tornou-se instrutor da cadeira de fortificações da Escola Militar de Resende, mais tarde Academia Militar das Agulhas Negras. Posteriormente, retornou à EsAO como instrutor de cavalaria. Em 1961, durante o curto governo de Jânio Quadros, trabalhou sob as ordens do coronel Golberri do Couto e Silva no Conselho de Segurança Nacional. No governo de João Goulart em 1961, assumiu as funções de instrutor da ECEME, um dos principais pontos de apoio à conspiração contra o novo governo. Na ECEME<sup>75</sup>, no EME e na ESG desenvolveu-se a doutrina e formaram-se os principais quadros do movimento político-militar que derrubou João Goulart em 31 de março de 1964.

Após o golpe de 1964, Figueiredo foi promovido a coronel e encarregado de chefiar a agência do Serviço Nacional de Informação, que tinha função de “controlar informações sobre adversários internos e externos do regime, acompanhar o funcionamento da máquina burocrática do Estado, recolher informes sobre a atuação de entidades públicas e privadas, analisar acontecimentos políticos e prever seus desdobramentos possíveis, de modo a evitar que o governo pudesse ser surpreendido por episódios e situações capazes de influir no comportamento geral da sociedade”

Em 1966 Figueiredo foi nomeado por Castelo para Secretaria de Segurança do governo de São Paulo, logo após a cassação do mandato de Ademar de Barros, que foi substituído pelo vice Laudo Natel, sob a condição de que a ditadura indicasse secretários para a nova gestão,

---

<sup>74</sup> Informações disponíveis em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes>. Acesso: janeiro/2016.

<sup>75</sup> Escola do Comando e Estado-Maior do Exército: Escola Marechal Castello Branco, com sede no Rio de Janeiro, prepara oficiais superiores para funções de Estado-Maior, comando, chefia, direção e assessoramento, coopera com órgãos de direção geral e setorial “no desenvolvimento da doutrina para o preparo e emprego da força terrestre”. Disponível em [www.eceme.eb.mil.br](http://www.eceme.eb.mil.br). Acesso: janeiro/2016.

para combater o ademarismo. No ano seguinte, com o recrudescimento do regime militar, e a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que, entre outras medidas, determinou o fechamento do Congresso, o retorno das cassações de mandatos e direitos políticos, censura à imprensa, maior repressão aos adversários do regime e a supressão das garantias individuais; Figueiredo é indicado à chefia do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência), em Brasília, encarregado da segurança dos palácios presidenciais.

A experiência com o trabalho em informações foi justificativa para que em 1969 Médici – então no SNI – promovesse Figueiredo a general-de-brigada e o nomeasse para chefia do Estado-Maior. No ano seguinte, no governo de Médici, assumiu a chefia do Gabinete Militar e depois, no governo Geisel foi empossado na chefia do SNI, passando a integrar o núcleo das decisões governamentais no processo de distensão política qualificada por Geisel como “lenta, gradual e segura”. A chegada à presidência foi através de eleição indireta, por indicação do seu antecessor, após enfrentar resistência de grupos que lutavam pelo cargo dentro do próprio exército e da Arena<sup>76</sup>, sendo eleito pelo Congresso Nacional, com 355 votos contra 226 dados ao candidato opositorista, general Euler Bentes Monteiro.

O mandato foi marcado pela recomposição política do Congresso Nacional<sup>77</sup> e a onda opositorista dentro do regime militar – a chamada “linha dura” – com ataques à bomba a redações de redações, livrarias e bancas de jornal que vendiam periódicos de orientação esquerdista, chamados de “imprensa alternativa”. Dando continuidade à política de Geisel, estabeleceu o controle das ações dos órgãos de segurança do aparato repressivo, mas não desmontou nenhum deles e nem dispensou a Lei de Segurança Nacional<sup>78</sup>, apontada como

---

<sup>76</sup> Logo após o golpe de 1964 foram mantidos os 13 partidos legalmente registrados, mas com a derrota do regime militar na eleição de 1965 em cinco estados brasileiros – inclusive Guanabara (Rio de Janeiro) e Minas Gerais. foi instituído o Ato Institucional nº 2 (AI-2), extinguindo todos os partidos. e permitindo a criação de outros partidos com o pré-requisito de que deveria ter no Congresso 20 senadores e 120 deputados federais. Na prática, impossível. Então, entre 1966 e 1979, o Brasil viveu o bipartidarismo, com apenas dois partidos legais, a Aliança Renovadora Nacional, mais conhecida como Arena, de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida. Isso fortaleceu o Poder Executivo, e enfraqueceu o Legislativo, ajudando a criar uma legenda de apoio ao governo suficientemente forte que proporcionou ao regime militar, tanto interna quanto externamente, uma imagem de relativa legalidade à ditadura brasileira. Ela acabou sendo reforçada pela alternância de presidentes - cinco, ao todo - e pela manutenção do Congresso Nacional - ainda que ele tenha sido fechado em algumas ocasiões e, no geral, suas funções tenham permanecido significativamente limitadas. As diversas correntes políticas, antes divididas nas diferentes legendas, foram obrigadas a se filiar a um dos dois partidos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/150573-ANOS-60-E-70-DITADURA-E-BIPARTIDARISMO.html> e <http://memoriasdaditadura.org.br/partidos-politicos/index.html> . Acesso: junho/ 2016.

<sup>77</sup> Disponível <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/biografia>

<sup>78</sup> Lei que define os crimes contra a segurança nacional e estabelece regras para o seu processo e julgamento. A lei vigente é a nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, que revogou a Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, substituindo o Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969, que, por sua vez, havia revogado o Decreto-Lei nº



"salvaguarda necessária a uma "democracia forte", em oposição a tradicional democracia liberal" (STEPAN, 1986, p. 64).

O governo Figueiredo protagonizou acontecimentos que sinalizaram o esgotamento do sistema político e do modelo de desenvolvimento econômico do regime militar, entre eles o atentado no Riocentro<sup>79</sup> e as greves<sup>80</sup>, que tinham como eixo básico de reivindicações, de acordo com Antunes (1992), melhores salários frente ao arrocho salarial, luta contra o intervencionismo estatal, liberdade e autonomia sindical, contratação coletiva de trabalho, organização do espaço fabril, negociações diretas. As paralisações da indústria automobilística brasileira com os protestos e reivindicações foram o berçário “novo sindicalismo” que com Luiz Inácio Lula da Silva, como líder sindical (SKIDMORE, 1988).

Em 1979, a Lei da Anistia<sup>81</sup> foi resposta aos sinais de que os militares buscavam uma "fórmula política pós-autoritária não democrática" (O DONNELL E SCHMITTER, 1988, p.

314, de 13 de março de 1967, primeira Lei de Segurança Nacional do regime militar. A expressão “segurança nacional” adotada da Constituição Federal de 1934 que, no seu título VI, criou o Conselho Superior de Segurança Nacional (art. 159), com atribuições que se relacionavam com a defesa e a segurança do país. A partir daí, todas as constituições se referem ao Conselho de Segurança Nacional. Com a Constituição de 1967 introduziu-se a regra segundo a qual “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei” (art. 89), regra essa mantida pela Constituição vigente (art. 86). Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo> e <http://www6.senado.gov.br/sicon/ListaReferencias.action?codigoBase=2&codigoDocumento=102389> . Acesso junho de 2016

<sup>79</sup> Na noite de 30 de abril de 1981, duas bombas explodiram no Riocentro (RJ), onde o Centro Brasil Democrático (Cebrade - organização diretamente vinculada ao PCB - Partido Comunista Brasileiro) promovia um show de música popular em comemoração ao Dia do Trabalho, com a presença de cerca de 20 mil pessoas. Uma das explosões ocorreu num carro particular que manobrava no estacionamento, matando um dos ocupantes, o sargento Guilherme Pereira do Rosário, e ferindo gravemente o motorista, capitão Wilson Luís Chaves Machado, ambos do CODI do I Exército. O planejamento dos militares era explodir três bombas na parte interna do pavilhão, parecendo que havia sido planejado por militantes de esquerda. Mesmo com os indícios de que as explosões foram acidentes de trabalho, o general Gentil Marcondes, comandante do I Exército, divulgou a versão de que ambos cumpriam “missão de rotina” e determinou que o sepultamento do sargento fosse com honras militares. O Jornal O Globo publicou uma série de reportagens sobre o caso em 1999, com entrevistas e fatos que desmentiam aversão oficial, e a procuradora da República Gilda Berger pediu a reabertura do caso. Um novo Inquérito Policial-Militar indicia o coronel Wilson Machado, que antes tinha sido apontado como vítima, e o general da reserva Newton Cruz. Em maio de 1999, o caso é arquivado pelo Superior Tribunal Militar, por enquadrá-lo na Lei da Anistia. (Bierrenbach, 1996)

<sup>80</sup> O movimento grevista teve início em 1978, com uma série de paralisações na região do ABC (região dos municípios paulistas de Santo André, São Bernardo e São Caetano), em especial na metalurgia, até ano de 1980, que incorporaram outras categorias ao redor do Brasil, como professores, petroleiros e bancários. Foi a ascensão do movimento trabalhista com surgimento de novas lideranças, estreitamento de laços à rede de organizações como Comunidades Eclesiais de Base; e associações comunitárias. Culminou, com a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e de instituições intersindicais de cúpula, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), (Antunes, 1992).

<sup>81</sup> O artigo 1º da Lei assim estabelecia: “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes

52), que sociedade civil defendia que fosse ampla, geral e irrestrita. O Projeto Brasil: Nunca<sup>82</sup> Mais aponta que até 1979, o regime militar acusou judicialmente 7.367 pessoas, 10.034 chegaram a fase de inquérito, 6.592 militares foram punidos, 245 estudantes foram expulsos das universidades, dez mil brasileiros foram para o exílio e cerca de 130 foram banidos. Gaspari (2003) indica que em 14 anos, o regime militar cassou/suspendeu mandatos/suspendido direitos políticos de 1.088 cidadãos; demitiu 3.215 civis do serviço público e expulsou 1.387 militares (inclusive 55 oficiais-generais).

Castro e Souza (1995) destacam entre os aspectos econômicos do governo Figueiredo que, apesar do crescimento econômico nos governos militares anteriores, a situação no período 1979-1985 foi altamente deteriorada. As taxas inflacionárias alcançaram níveis maiores que 200%, crescimento negativo do PIB, uma dívida externa elevada, além do aumento do desemprego e da desigualdade de renda. O mandato perpassou a combinação de duas crises internacionais do petróleo, redução do financiamento externo e, conseqüentemente, o fim do “milagre” econômico brasileiro, com aumento de importações, déficit na Balança de Pagamentos e elevados índices do déficit público. Com essa fragilidade, o governo redige sucessivas cartas de intenções ao FMI para empréstimos o que deteriora a imagem internacional do País.

Figueiredo utilizou como base de seu governo o III PND – Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>83</sup>, elaborado em 1979, no meio da crise, projetando ações até 1985, mas não conseguiu mantê-lo depois do segundo semestre de 1980 porque, como lembra Giacomini (1996), não havia mais a euforia do desenvolvimentismo que marcou os planos de desenvolvimento aplicados nos mandatos anteriores do regime militar, por isso não chega a ser considerado um plano efetivo, apenas as intenções que o governo apresentou .

---

Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”.

<sup>82</sup> Projeto de Pesquisa realizado pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, que analisou sigilosamente 850 mil páginas de processos do Superior Tribunal Militar, durante cinco anos. Em 1985 foi publicado pela editora Vozes um livro com resultados que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela ditadura militar. Disponível em <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/> . Acesso em junho 2016.

<sup>83</sup> Plano assinado pelo economista Antonio Delfim Netto ministro da Agricultura do governo Figueiredo (1979-1984), gestão durante a qual também foi secretário do Planejamento, controlando o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central (foi ainda ministro da Fazenda dos governos militares de Costa e Silva – 1967 a 1969; e Médici de 1969 a 1973). O III PND definiu como setores prioritários da economia brasileira a agricultura e o desenvolvimento de novas fontes de energia.

Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/figueiredo/projeto-iii-pnd/view> . Acesso junho/2016.

No cenário da crise, a política econômica de Figueiredo elegeu a inflação como foco principal. Carneiro (2002) demonstra que a queda nos financiamentos causou grandes impactos nos principais índices macroeconômicos do país. As taxas de crescimento do PIB neste mandato contrastaram com a perda do controle sobre a inflação, que saltou índice acima de 200%, até chegar a um crescimento negativo do PIB, e a estagflação<sup>84</sup>.

**Tabela 11** - Resultados macroeconômicos do período Figueiredo

Ano	PIB	Déficit Público	Dívida Externa	Inflação
1979	6,7%	713,	55,9	100,21%
1980	9,3%	55,1	64,0	100,87%
1981	-4,2%	103,6	73,0	95,44%
1982	0,83%	80,1	85,0	154,4%
1983	-2,9%	50,3	93,0	270,67%
1984	5,4%	85,4	102,4	225,52%
1985	7,8%	121,6	105,9	142,12%

Fonte: Ipea (2002)<sup>85</sup>

Os índices preocupantes fizeram Figueiredo intensificar a busca por investimentos em fontes energéticas com programas de pesquisa como o Proálcool e de prospecção de petróleo. A Amazônia é novamente parte do planejamento para a crise, e o governo acelerou a instalação de projetos de exploração para exportação de matérias-primas e produtos primários. Assim, foram ampliados incentivos para multinacionais explorarem enormes reservas de ferro, manganês e bauxita na serra de Carajás, no sul do Pará. Projeto Jari também entra nesse pacote de soluções em 1982 com a intervenção (CARNEIRO, 2002).

O quadro econômico atestou o desgaste do regime militar que articulou, em meio a uma crise político-institucional, a sucessão de Figueiredo. Em 1985, no Colégio Eleitoral do Congresso Nacional elegeu com 480 votos Tancredo Neves Estava selado o fim do regime militar. Figueiredo, que havia indicado Maluf para concorrer à sucessão, deixou o poder

<sup>84</sup> Estagflação, expressão do inglês stagflation, resultado da união de dois vocábulos: stagnation e inflation. Significa uma condição econômica caracterizada pela presença de estagnação da economia associada à inflação alta. O economista britânico vencedor de prêmio Nobel, James Edward Meade, conta que palavra foi inventada para descrever situação onde a economia é simultaneamente estagnada e inflacionária (MEADE, 1979, p. 1).

<sup>85</sup> Os dados reúnem informações sobre a taxa do crescimento do Produto Interno Bruto; A variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) na coluna da Inflação; a dívida externa está expressa em milhões de US\$; e o déficit público, composto pela dívida interna em títulos (milhões de CR\$). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso:junho/2016.

amargurado e revelou isso em entrevista a Tv Manchete<sup>86</sup> quando se despediu pedindo para ser esquecido pelo povo quando foi solicitado mandar uma despedida aos brasileiros:

“Bom, o povo, o povão que poderá me escutar será talvez os 70% dos brasileiros que estão apoiando o Tancredo. Então desejo que eles tenham razão, que o doutor Tancredo consiga fazer um bom governo para eles. E que eles tenham consigo o doutor Tancredo, e que ele dê a eles o que não consegui. E desejo felicidades a eles. E que me esqueçam. Aliás, pedi isso desde o começo, se lembra?” (YOUTUBE, 1986, Janeiro, 25)

Depois, Figueiredo declarou que a entrevista havia sido mal interpretada e pediu que a imprensa também o esquecesse. Morreu por parada cardíaca, no Rio de Janeiro no dia 24 de dezembro de 1999.

#### 4.3.1 Mensagens Presidenciais de 1979-1985

Figueiredo enviou seis mensagens ao Congresso Nacional (1980-1985) somando 1.776 páginas. No primeiro ano, o documento segue a estrutura utilizada por Médici. No ano seguinte, 1981, a exposição aos congressistas segue cinco eixos temáticos: Desempenho dos Setores Prioritários, Política Macroeconômica, Desempenho das Políticas Sociais, Desempenho Setorial e Regional, Tópicos Especiais. A partir do ano de 1982 a estrutura é mais detalhada, dividida em seis eixos temáticos e 95 subitens e um apêndice com quadros estatísticos. Os eixos são: Política econômico/financeira, Política social, Política externa, Política interna e segurança. (BRASIL, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985)

**Tabela 12** - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Figueiredo

ANO/MANDATO	PÁGINAS POR MENSAGEM
1980	177
1981	236
1982	314
1983	311
1984	349
1985	398

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

O relato das ações governista na Amazônia é posicionado de forma diferente a cada nova estrutura documental. No primeiro, se concentra nas descrições da política

<sup>86</sup> Entrevista concedida ao jornalista Alexandre Garcia, exibida pela Tv Manchete no dia 25 de janeiro de 1985. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dfBam\\_6mGNA](https://www.youtube.com/watch?v=dfBam_6mGNA) . Acesso junho/2016.

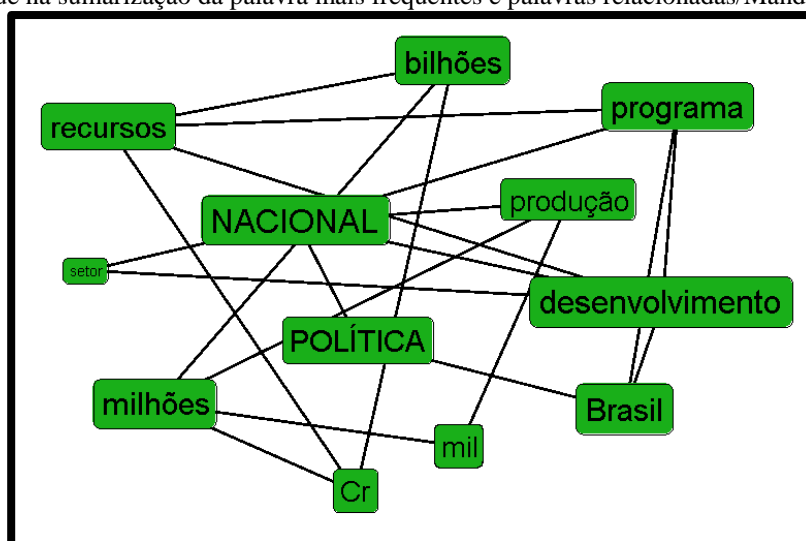
econômico/financeira, há duas menções no capítulo de política social e no capítulo Estado Maior das Forças Armadas. Na segunda estrutura textual as citações da região se concentram no capítulo sobre Política Macroeconômica, mas pela primeira vez é dedicada uma página e meia sob o título Desenvolvimento da Amazônia, um sub item inserido na parte chamada Desenvolvimento Regional, que está no capítulo Desempenho Setorial e Regional. A página e o título são mantidos na estrutura textual seguinte mas retorna ao capítulo intitulado Política Econômico/Financeiro, no subitem Interior e Coordenação Regional.

Mesmo com essa divisão temática, os assuntos pertinentes a Amazônia se espalham em todas as versões estruturais por outros capítulos porque o discurso utiliza a definição de Norte em várias ocasiões. Nos documentos deste mandato somam-se 45 citações da palavra Norte referindo-se à Amazônia, e destas, 39 (o que corresponde a 86% do total) estão acompanhadas da palavra Nordeste, não reconhecendo as peculiaridades de cada região.

Através dos diversos programas habitacionais desenvolvidos pelo BNH e pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos foram concluídas, no período de 1979/1983, cerca de 1,6 milhão de unidades habitacionais, sendo que desse total, 23% o foram no ano de 1983 (365 mil unidades). Vale destacar a participação das regiões Norte e Nordeste com 30% do total das unidades concluídas (BRASIL, 1984, p. 119).

Na busca por expressões mais frequentes nos documentos, as palavras Nacional e Desenvolvimento são as mais mencionadas, reforçando que o processo discursivo de Figueiredo segue o modelo das mensagens anteriores do regime militar, priorizando a fala pragmática e descritiva de ações (Ver Figura 06 ):

**Figura 6** - Destaque na sumarização da palavra mais frequentes e palavras relacionadas/Mandato Figueiredo



Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Os valores são destaques nos textos e se relaciona com as palavras mais mencionadas. Programas, projetos, são os vetores do desenvolvimento nacional, e o volume de recursos aplicado é ressaltado. Neste mandato a palavra dólares passa a integrar o quadro de maiores menções e a crise econômica com o desequilíbrio da balança comercial e o aumento do endividamento externo do Brasil explicam isso.

Ainda com relação à necessidade de equilibrar, no período de tempo mais curto possível, a balança comercial, foi aprovado rígido orçamento de importações do setor público (exclusive petróleo, Siderbrás e Eletrobrás) que, em 1980, não poderão ser superiores a 80% do valor nominal em dólares dos gastos realizados em 1979 (BRASIL, 1980, p. 14).

O discurso exalta a aplicação de dinheiro como forma de ressaltar, forma de convencimento sobre a qualidade da atuação do governo, para obter a aprovação pública:

**Tabela 13:** Palavras mais citadas por Presidente/ FIGUEIREDO

<b>PALAVRA</b>	<b>CITAÇÃO</b>	<b>TERMOS RELACIONADOS</b>
Nacional	1.322	Política, Programa, Desenvolvimento, Governo, Ministério, Recursos, Atividades, Plano, Setor, Congresso, Economia,
Desenvolvimento	1.451	Nacional, Recursos, Indústria, Regional, Regiões, Agrícola, Tecnológico
Brasil	1.212	Política, desenvolvimento, programa,
Programa	1.219	Recursos, integrado, nacional, desenvolvimento,
Milhões	1.180	Cruzeiros, recursos orçamentários
Bilhões	1.071	Dólares, cruzeiros,
Política	924	Produção, Ano, Período, Produtos, Cerca, Total
Produção	850	Nacional, Governo, Social, Brasileira
Recursos	993	Bilhões de cruzeiros, milhões, orçamentários, gerados, fundiários, naturais, externos, florestais, minerais,
Setor	742	Econômico, público, agrícola, primário,

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

A escolha em localizar a Amazônia como o assunto a ser explanado no subitem Interior esclarece que o discurso do poder político posiciona a região como periférica, fora do eixo urbano. Qualificada como rural, isolada e com recursos disponíveis a serem explorados. Assim, o discurso sobre a região reafirma o que o as vozes do regime militar já emitiam em mandatos

anteriores. O governo Figueiredo dá continuidade ao discurso sobre a região pautado sob a tríade verbal Conquistar – Ocupar – Explorar dominando o discurso sobre o planejamento do desenvolvimento da região nos documentos analisados:

A principal preocupação com referência ao desenvolvimento da Amazônia concentrou-se na gradativa ocupação e integração da área, permitindo a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral e florestal e, ao mesmo tempo, na execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural (BRASIL, 1983, p. 91).

O discurso do isolamento da região continua constante no governo Figueiredo para justificar ações intervencionistas e é usado de forma persuasiva para construção pública de uma Amazônia vazia, apagando o homem que a habita:

Durante o exercício de 1979, a RADIOBRÁS esteve empenhada em aparelhar-se para o pleno exercício de suas atribuições reformuladas, que incluem a cobertura radiofônica de regiões de baixa densidade demográfica e reduzido interesse comercial, e de áreas estrategicamente importantes para a integração nacional, como a Amazônia(...) (BRASIL, 1980, p. 123).

O regime militar estava no poder político do Brasil quando no mundo passou a discutir em grandes encontros as crises ecológicas provocadas pelo crescimento econômico e a divulgar as consequências globais desta exploração. O despertar da consciência ambiental foi amplamente exposto na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972), mas não há menção deste movimento em nenhuma mensagem presidencial até 1985, quando Figueiredo, pela primeira vez no discurso sobre os recursos naturais da Amazônia a palavra “exploração” é relacionada com a palavra qualificadora “racional”:

A ação federal na Amazônia concentrou-se na gradativa ocupação e integração da área, visando permitir a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral, florestal e, ao mesmo tempo, a execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural (BRASIL, 1985, p. 124).

Por quase duas décadas o regime autoritário militar empregou o discurso da aceleração do crescimento econômico sem alusão ao custo social e ecológico. Mas justifica-se essa postura de Figueiredo nas mensagens ao posicionarmos no cenário internacional. A motivação está no plano econômico desenhado pelo governo federal, direcionado em resolver a crise interna com empréstimos internacionais e atração de multinacionais para investimentos no País. Assim, o programa de planejamento da região amazônica – Polamazônia- passa a externalizar a preocupação do governo com garantias das reservas biológicas:

Complementando o quadro dessas principais realizações, deve-se ressaltar a importância que o POLAMAZÔNIA vem conferindo aos aspectos ecológicos, a fim de garantir a conservação e preservação de determinadas subáreas

através da implantação de reservas biológicas, estações ecológicas, florestas nacionais e parques zoobotânicos. (BRASIL, 1985, p. 125)

O enunciado que relata a matriz energética definida para o governo Figueiredo, relaciona as hidrelétricas entre as fontes alternativas de energia e capitaliza a imagem positiva desta decisão:

Outras fontes alternativas de energia estão em vias de aproveitamento, como a madeira e o carvão vegetal. Os programas de produção de energia hidrelétrica e energia nuclear se desenvolvem sem quebra de compasso. Em 1981, os investimentos na produção de energia elétrica, mediante a construção de Itaipu e Tucuruí, cresceram mais de 40% em termos reais, passando de setenta e dois bilhões e um milhão de cruzeiros, em 1980, para duzentos e quatorze bilhões e nove milhões de cruzeiros em 1981. A atuação do governo, relativamente à política energética, está assim referida por Lester R. Brown, no livro de sua autoria *Building a Sustainable Society*: «Entre os países que se orientam rapidamente para uma economia energética auto-sustentável, o Brasil desponta como líder. Seus programas para reduzir a maior parte da sua importação de petróleo até 1990 se desenvolvem em torno de seu potencial hidrelétrico, o uso da madeira como combustível, um rápido e avançado programa agrícola de produção de álcool. **O Brasil está construindo uma economia industrial baseada quase inteiramente em energia renovável** (BRASIL, 1982, p.17) (Grifo da Autora).

As mensagens neste período demonstram interesse com o posicionamento da Amazônia no cenário mundial, destacando sua potencialidade a ser explorada comercialmente no mercado internacional:

O Projeto Tucuruí, cuja titular é a Capemi e que visa à exploração da madeira existente na região onde se formará o lago da UHE de Tucuruí, já está oferecendo seus produtos, tanto internamente como no mercado internacional (BRASIL, 1983, p. 44).

A região é estratégica na crise econômica e o discurso destaca que está aberta à exploração do mercado internacional para ajudar no equilíbrio da balança comercial:

Dessa forma, e tendo em vista a disponibilidade de insumos — particularmente em Carajás e Tucuruí — e a posição estratégica para o atendimento do mercado internacional, justifica-se um grande esforço na área de não-ferrosos, especialmente no alumínio e no cobre, itens ponderáveis na pauta de importação do País (1981, p. 129).

As menções às palavras definidas no filtro da pesquisa estão demonstradas na Tabela a seguir:



**Tabela 14** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - Figueiredo

<b>PALAVRAS</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>
Amazônia	24	25	18	19	15	41
Hidrelétrica	06	05	11	06	03	07
Grandes Projetos	02	01	02	-	-	02
Belo Monte				-	-	-
Tucuruí	03	03	14	06	03	03
Balbina	-	-	-	-	-	01

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

A palavra “Amazônia” recebe 142 menções ao longo dos documentos do mandato de Figueiredo analisados. O Poder Executivo reforça o discurso o domínio na região, inclusive de ser o detentor sobre o saber local. Na citação sobre a atuação das Forças Armadas na região, destaque para a coordenação da colonização com intenção de “vivificar” a agricultura, assentando agricultores experientes. Isso é o saber chega com quem vem de fora. O homem da região, silenciado e apagado nos discursos, também tem seu conhecimento ignorado, sendo necessário levar para a região quem possa incentivar a técnicas de agricultura:

Ao norte do País, o Exército faz grande esforço no Projeto de Assentamento Dirigido de Colonos. Este projeto, além de vivificar a fronteira com agricultores experientes, concorrerá para a introdução de novas técnicas de cultivo da terra na área. (BRASIL, 1985, p. 284)

Entre as 07 menções aos Grandes Projetos somente uma se refere aos implantados/planejados na Amazônia, descrevendo ações de apoio aos ciclos migratórios que se dirigiram à região sob o estímulo da instauração dos projetos .Mas a região não chega a ser mencionada, é apenas referida como “áreas de colonização”:

As ações relacionadas com a execução da política de migrações internas, a cargo do Ministério do Interior, voltaram-se para os objetivos de proporcionar apoio é orientação imediata aos **migrantes carentes** recém-chegados a centros urbanos, áreas de colonização, áreas de programas especiais de desenvolvimento regional e de implantação de grandes projetos hidrelétricos, siderúrgicos, petroquímicos e outros (BRASIL, 1980, p. 88) (grifo da autora).

O relato, como visto na menção acima, explicita consequências sociais que os grandes projetos provocam, mas silencia como problema e indica apenas, de forma descritiva, sem aprofundamento, as ações direcionadas à colonização. Os problemas sociais são apagados do discurso, como é evidente na única menção à Balbina, com sua construção iniciada, mas se indicação dos problemas sociais do entorno.

Na Região Norte, iniciou-se, em 1981, a construção da hidrelétrica de Balbina (5 x 50 MW), que substituirá a geração termelétrica de Manaus. Nessa mesma região, em 1982, começaram as obras de construção da hidrelétrica de Samuel (5 x 43 M W), que abastecerá Porto Velho e parte do Estado de Rondônia (BRASIL, 1985, p.65).

O mesmo acontece com Tucuruí:

Na Região Norte, iniciou-se, em 1981, a construção da hidrelétrica de Balbina (5 x 50 MW), que substituirá a geração termelétrica de Manaus. Nessa mesma região, em 1982, começaram as obras de construção da hidrelétrica de Samuel (5 x 43 M W), que abastecerá Porto Velho e parte do Estado de Rondônia (BRASIL, 1985, p.65).

O silêncio sobre o homem da região é a principal característica desse discurso. A ação política é direcionada à estrutura que será usada pelo poder econômico e não para melhoria da qualidade de vida local, como no destaque abaixo:

Os projetos Albrás e Alunorte, cujo objetivo é a produção de alumina e alumínio, tiveram seqüência durante o ano de 1982, tendo como fatos marcantes a continuação das negociações com os parceiros do exterior para definir pontos básicos dos projetos, enquanto que do lado brasileiro o governo deu prosseguimento às **obras de infra-estrutura necessária à produção e comercialização dos bens a serem produzidos** (BRASIL, 1983, p.43) (grifo da autora).

O discurso acima não se dirige ao homem, mas à produção que o mercado espera da região amazônica. Mesmo não constando no filtro de termos pesquisados, a busca pela palavra “índio” comprovou o silenciamento, foram identificadas 10 menções em todas as mensagens do mandato de Figueiredo, mas o termo é utilizado somente como referência da sigla FUNAI<sup>87</sup>, conforme o trecho abaixo:

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante o ano de 1960, deu continuidade a seus programas de assistência à população indígena, ao mesmo tempo que procurou reestruturar-se e ampliar sua articulação com outros órgãos federais, de modo a melhorar ainda mais seu desempenho. No âmbito da demarcação e regularização de terras, foram desenvolvidas ações em 25 áreas, com 6,5 milhões de ha, principalmente na Região Norte. Foram demarcadas 19 áreas, com 1 milhão de ha, e regularizados 234 mil ha, principalmente na Região Centro Oeste. Estabeleceu-se o uso de sensoriamento remoto, através de satélites, para acompanhar a exploração e ocupação de áreas indígenas, visando a evitar invasões e usos indevidos (BRASIL, 1981, p.121).

O silenciamento sobre o sujeito da Amazônia vem transversalizado pela ideologia: o discurso não fala em índios, mas em áreas indígenas; não se fala em agricultor, mas em fronteira agrícola a ser explorada; não se fala em ribeirinho, mas na potencialidade dos rios; não há moradores locais, mas um espaço vazio que deve ser ocupado.

---

<sup>87</sup> A Fundação Nacional do Índio – FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criada através da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Está vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal, que define como missão a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas no Brasil. A FUNAI realiza estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas; coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/>. Acesso: junho /2016.

Os conflitos provocados pelos Grandes Projetos também são excluídos do debate. A única menção em todos os textos do período da ditadura militar é feita por Figueiredo (Brasil, 1985), mas se refere ao conflito como problema que não permite a expansão da exploração agrícola, e não como consequência da política desenvolvimentista.

**A falta de títulos de propriedade da terra em grandes extensões do território nacional constituiu-se em grave limitação à expansão da fronteira agrícola e fonte permanente de conflitos dominiais e outras formas de tensão social no meio rural.** Em consequência, durante o período 1979/1984, foram executadas políticas de atuação caracterizada marcadamente no sentido de agilizar as atividades de discriminação e distribuição de terras e de elevar o nível de titulação como também de intensificar os projetos de assentamento e de colonização (BRASIL, 1985, p.41) (Grifo da Autora).

Como consequência da inexistência de sujeitos, a Amazônia não tem políticas para homem, somente para as empresas que exploram o território:

Os projetos Albrás e Alunorte, cujo objetivo é a produção de alumina e alumínio, tiveram seqüência durante o ano de 1982, tendo como fatos marcantes a continuação das negociações com os parceiros do exterior para definir pontos básicos dos projetos, **enquanto que do lado brasileiro o governo deu prosseguimento às obras de infraestrutura necessária à produção e comercialização dos bens a serem produzidos** (BRASIL, 1983, p. 43) (Grifo da Autora).

O discurso demonstra que as políticas estão orientadas para aspectos puramente setoriais, com ênfase à infraestrutura, as falas estão orientadas para aspectos econômicos e setoriais. A Amazônia é exposta como um território disponível e que deve ser ocupado, ter um dono, torna-se assim um campo de reprodução do capital. A região não tem identidade própria, tornou-se mercadoria. O planejamento regional, ou “pseudo-planejamento”, como definiu Ab’Saber (1989) ignora os grandes projetos e as consequências que já causam à região, tomada nos discursos em análise como um espaço periférico em que se desconsidera as características locais e as necessidades socio-econômicas do homem que nela vive, como é possível verificar no quadro a seguir.

**Quadro 7** - Análise de Expressões selecionadas nas Mensagens Presidenciais (1980 – 1985)/Van Dijk

ANOS	UNIDADE	TIPO DE DISCURSO	EQUADRAMENTO TEMÁTICO
DE 1980 A 1985	AMAZÔNIA	Persuasivo	<p>- A principal preocupação com referência ao desenvolvimento da Amazônia concentrou-se na gradativa ocupação e integração da área, permitindo a exploração racional de seus recursos naturais, principalmente nos setores agrícola, mineral e florestal e, ao mesmo tempo, na execução de políticas voltadas para a preservação de seu patrimônio natural.</p> <p>- O mais importante destes programas é o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Os seus objetivos estão voltados para a integração física, econômica e cultural da Amazônia na comunidade brasileira, mediante atuação governamental concentrada na construção e complementação de infraestrutura econômico-social em 16 pólos de desenvolvimento espacialmente descontínuos, selecionados em função de suas potencialidades econômicas.</p> <p>- A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) centralizou esforços na consolidação industrial de Manaus e no apoio ao desenvolvimento de outras áreas da Amazônia Ocidental.</p>
		Descritivo	No que tange ao desenvolvimento regional, isenções de imposto de renda e de importações foram concedidas a projetos localizados na Amazônia Ocidental, na Região do Grande Carajás, bem como efetuou-se a prorrogação daqueles incentivos para projetos da Região Norte, Nordeste, e o Estado do Espírito Santo.
	GRANDES PROJETOS	Descritivo	Quanto à cooperação técnica a nível bilateral, mantiveram-se as perspectivas de negociação do programa integrado de cooperação com o Japão, orientado para grandes projetos.
	HIDRELÉTRICA	Descritivo	No que se refere à infra-estrutura básica, merece destaque, no setor de energia, a expansão da Hidrelétrica Coaracy Nunes
	TUCURUÍ	Descritivo	A energia elétrica teve um incremento apreciável na sua capacidade geradora, destacando-se as inaugurações das Usinas de Tucuruí e de Itaipu, em fins de 1984.
			Cabe destacar a entrada em operação das duas primeiras unidades geradoras de Itaipu (2 x 700 MW) e Tucuruí (2 x 330 MW), ambas em 1984
	BALBINA	Descritivo	Na Região Norte, iniciou-se, em 1981, a construção da hidrelétrica de Balbina (5 x 50 MW), que substituirá a geração termelétrica de Manaus.

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017 (A partir de van Dijk, 2008)

O quadro demonstra o uso do discurso descritivo e pragmático predominante sobre a região nas Mensagens Presidenciais do período. É possível aferir que o discurso hegemônico constrói uma Amazônia onde não há agricultores, há terras e uma fronteira agrícola a ser dominada; não há índios, há áreas ocupadas; não há moradores, há um vazio.

O processo discursivo constrói uma Amazônia homogênea, isolada e com recursos infinitos. Assim, a ocupação estimulada não parecerá predatória, mas uma solução de uma “área problema”. Ocupa-se para que outros não tomem posse do que é brasileiro. Os instrumentos do discurso da intervenção estatal são a soberania e o nacionalismo que objetivam a segurança nacional.

O desenvolvimento planejado em pólos como uma estratégia seletiva de produção foi instituído através da atração tributária e de benefícios para despertar o interesse de investidores nacionais e internacionais. As consequências foi a migração desordenada, grilagem e conflitos de terra e o consequente desequilíbrio ambiental.

#### 4.4 JOSÉ SARNEY (1985-1990)

A eleição indireta de Tancredo Neves, em 1985, foi comemorada por ser do primeiro presidente civil da República depois de vinte e um anos de regime militar. Mas na semana da posse foi diagnosticado com apendicite, após um quadro inflamatório com dores abdominais, que exigiu uma cirurgia de urgência. A doença inicia o cenário de um mandato peculiar neste período com a “transformação de um suplente quase decorativo titular do cargo maior” (MACARINI, 2007, p. 2).

Na contingência da internação de Tancredo Neves, os bastidores políticos apontavam duas opções para se chegar ao substituto do cargo: assumiria o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados e líder da campanha pelas diretas ou o vice-presidente da chapa eleita pelo Colégio Eleitoral, ou Sarney, recém-integrado às fileiras do PMDB e líder da campanha contra as eleições diretas (Guimarães e Amaral, 1988). José Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney tomou posse como vice-presidente, assumindo a Presidência da República interinamente em 15 de março de 1985. No dia 21 de abril, Sarney assumiu oficialmente o cargo com a morte de Tancredo.

Para a Aliança Democrática, o processo de redemocratização que estava planejado para acontecer sem trauma, havia esbarrado numa sucessão à sombra de uma morte que movimentou o País com um cortejo fúnebre que teve transmissão ao vivo<sup>88</sup>, desde o traslado do corpo de São Paulo para Brasília até o enterro em São João Del Rey, Minas Gerais. As câmeras ressaltavam imagens com demonstrações de tristeza nas ruas, que só na capital paulista, no trajeto do corpo entre o Instituto do Coração e o aeroporto de Congonhas, reuniu mais de 2 milhões de pessoas, embalados por trilha sonora de Wagner Tiso<sup>89</sup>.

<sup>88</sup> Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/coberturas/tancredo-eleicao-e-morte/o-cortejo-funebre-e-o-enterro.htm> . Acesso:julho/2016.

<sup>89</sup> A música, executada incansavelmente por todas as emissoras de TV nos momentos que acompanharam a comoção nacional com a agonia e morte do presidente, foi composta em 1983, por Wagner Tiso e Milton Nascimento, havia sido chamada originalmente como "Tema de Jango" por ter sido feita para a trilha sonora do filme sobre o ex-presidente João Goulart , de Silvio Tendler. Wagner Tiso contou que mudou totalmente após ganhar letra e ser gravada ao vivo por Milton Nascimento. Com a morte de Tancredo a canção foi usada como tema de fundo das reportagens de TV, na versão instrumental, com uma flauta andina sugerida pelo cartunista Henfil. Assim, a música acabou ganhando status cívico e conotação política. Após a estreia de "Jango", Milton Nascimento compôs a letra da canção, baseado na lembrança do enterro do estudante Edson Luís, morto pela polícia em 1968. O título da música é o nome de uma flor mineira chamada Coração de Estudante. Disponível em <http://www.memorialtancredoneves.com.br/> . Acesso: junho de 2016.

Nascido em Pinheiro, Maranhão em 1930, Sarney é o brasileiro com mais longa carreira política— 59 anos, atuou sob quatro constituições (1946, 1967, 1969 e 1988), e 15 governos: quatro sob a constituição de 1946, seis no regime militar, cinco sob a constituição de 1988. Iniciou a carreira política no PSD (Partido Social Democrático) em 1954 e como parlamentar integrou 13 legislaturas, quatro como deputado federal e seis como senador. Foi oposição ao governo até 1964 e compôs frente de apoio ao regime militar. Mesmo assim, na posse como 31º presidente da República, o general João Figueiredo não passou o cargo e nem a faixa a presidencial, sinalizando que seu mandato era a ruptura institucional com a ditadura militar.

Macarini (2007) ressalta que, ao assumir, Sarney teve que manter as esperanças construídas sob a imagem de Tancredo se posicionando como herdeiro político dele e tentando legitimar-se. Para comprovar isso, nomeou os mesmos ministros anunciados por Tancredo e manteve-os no cargo por 11 meses de governo<sup>90</sup>, fortaleceu a imagem de que as Forças Armadas conquistaram a volta aos quartéis, os partidos políticos clandestinos foram reconhecidos, foi aprovado o voto dos analfabetos<sup>91</sup> e convocou eleições e a Assembleia Nacional Constituinte e o período recebeu a denominação de Nova República.

A posse abrupta no Executivo expôs a fragilidade da posição política, a que o autor atribuiu consequências posteriores econômicas e políticas ao mandato de Sarney:

A debilidade da posição política de Sarney no exercício inesperado do cargo criou possibilidades talvez inexistentes com Tancredo Neves (terá sido o caso da reorientação dada à política econômica conduzindo ao Plano Cruzado). Entretanto, essa mesma debilidade, agudizada com a crise do Plano Cruzado (coincidindo com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte), tornaria a questão da duração do seu mandato um fator determinante da ação governamental, revestindo-se de um peso por vezes desproporcional – dificultando a condução da política econômica (MACARINI, 2007, p. 2).

Herdou a inflação e a recessão econômica, consequências do esgotamento das políticas econômicas da ditadura militar e das crises mundiais dos anos 70, e mesmo com o superávit comercial o governo Sarney incorreu pela segunda vez na moratória aos juros da dívida externa. A linha do choque heterodoxo experimentada por três vezes chegou ao patamar que expressava o fracasso da política econômica, criticada pela incapacidade de diagnosticar a realidade

---

<sup>90</sup> Única exceção foi no Ministério da Fazenda, em que Francisco Dornelles foi substituído por Dilson Funaro ainda no segundo semestre de 1985.

<sup>91</sup> O voto dos analfabetos foi garantido pela Emenda Constitucional nº 25 à Constituição de 1967, de 15 de maio de 1985 Este voto foi abolido em 1981. Segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais atingia 13.933.173 pessoas. Deste total, 39,2% dos analfabetos eram idosos. O IBGE identificou que a maior proporção de pessoas analfabetas encontrava-se nos municípios com até 50 mil habitantes na região Nordeste do país.

brasileira e por projetar a hiperinflação. A denominação posterior de “década perdida” ao se referir à economia dos anos 80 é em decorrência do crescimento inexpressivo do período. O país viveu quatro planos econômicos: Plano Cruzado, Cruzado Novo, Plano Bresser e Plano Verão, mas a inflação não cedeu, como demonstram os dados da Tabela abaixo:

**Tabela 15** - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1985-1989 (médias anuais por período)

	1985-1989
Crescimento do PIB (% a.a.)	4,3
Inflação (IGP dez/dez, % a.a.)	471,7
FBCF (% PIB a preços correntes)	22,5
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,9
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	5,6
Balança comercial (US\$ milhões)	13.453
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-359
Dívida externa líquida/Exportação de bens	3,8

**Fonte:** Elaborado por BARROS DE CASTRO, L. (2011, p. 100).

O Plano Cruzado marcou o governo deste período por ter aplicado medidas econômicas como a ampla reforma monetária com implantação de uma nova moeda, e o congelamento de preços por 12 meses e a adoção de um gatilho salarial: um abono de 8% que era pago a todos os trabalhadores quando a inflação ultrapassava 20%. Sarney teve o apoio da mídia, houve uma explosão de consumo e a criação dos “Fiscais do Sarney”, uma campanha de fiscalização para denunciar remarcações de preços. Mas não deu certo porque a inflação voltou por conta das margens de lucro distorcidas, queda de produção, desinvestimento, crise de abastecimento e disseminação da cobrança de ágio (CARNEIRO, 2002).

Nenhum dos outros planos surtiu resultados esperados na economia e na política a transição não excluiu o poder dos militares. O’Donnell e Schmitter (1988) explicam que apesar do sistema ter passado por transformações de cunho liberal-democrático, as Forças Armadas não foram obrigadas assumir uma postura diferente da que tinha na fase autoritária e a vontade militar interventora permaneceu. Tanto SNI – Serviço Nacional de Informações quanto o CNS – Conselho Nacional de Segurança preservaram suas estruturas após o processo da Constituinte de 1988, e mantiveram-se as estruturas repressivas sob o controle dos militares, fazendo com que o governo da Nova República fosse reconhecido como um período de democracia tutelada.

Outro destaque do mandato foi a distribuição, sem licitação, de concessões públicas de rádio e tv conduzida pelo então ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. No mandato de Sarney foram distribuídas 1.028 concessões de rádio (AM e FM) e TV e outras 65 foram aprovadas no Congresso Nacional, o correspondente a 30,9% dos canais existentes na



época, e concentrando em apenas um mandato quase toda a soma as permissões autorizadas por todos os presidentes brasileiros entre os anos de 1934 e 1979. O Estado do Maranhão recebeu 30 concessões e 16 foram permissões para pessoas ligadas diretamente à família Sarney<sup>92</sup>.

Em 2015, aos 83 anos, anunciou que deixava a vida pública depois de 60 anos de atuação, lembrando o último discurso feito em 2014 como congressista em que se disse arrependido de ter voltado ao Congresso depois do mandato no Palácio do Planalto. Em fevereiro de 2018<sup>93</sup> anunciou através da mídia que tem interesse em voltar à vida pública para fazer frente à tentativa de reeleição no Maranhão de Flávio Dino (PCdoB) se candidatando ou apoiando familiares que se lancem candidatos.

#### 4.4.1 Mensagens Presidenciais de 1986-1990

As Mensagens do Presidente José Sarney se organizaram tematicamente em 5 eixos: o modelo de desenvolvimento, perspectivas e prioridades para o ano em curso; apêndices estatísticos com levantamento da área econômica, e atividade setorial, que relatava as ações ministeriais (BRASIL, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990). No total, são 1.133 páginas divididas conforme Tabela abaixo:

**Tabela 16** - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente SARNEY

ANO/MANDATO	PÁGINAS POR MENSAGEM
1986	148
1987	211
1988	222
1989	191
1990	361

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

O filtro para definir as palavras mais mencionadas nas Mensagens revela um quadro semelhante ao dos discursos dos presidentes anteriores avaliados, diferenciando somente a quantidade de menções recebidas por léxico. O discurso político de Sarney mantém a mesma linha retórica e dá continuidade ao discurso nacionalista e ênfase a quantidade de investimentos

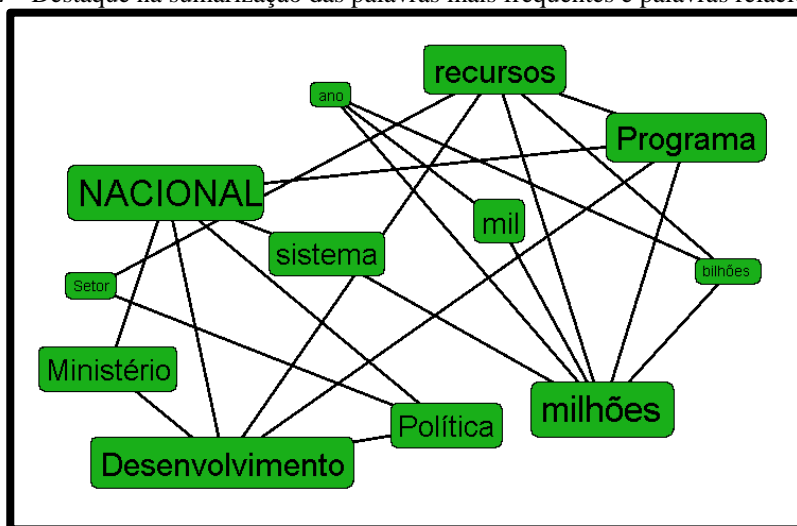
<sup>92</sup>Denúncias publicada em 1995 pelo jornal Folha de São Paulo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/04/brasil/26.html> . Acesso: julho/ 2016.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/de-volta-ao-maranhao-sarney-tenta-organizar-oposicao-a-flavio-dino> . Acesso: março/2018.

em programas. Nem mesmo as crises econômicas e os planos que vieram na tentativa de resolvê-las modificou o formato do discurso. O quadro abaixo que sumariza e quantifica as maiores menções só se diferencia dos presidentes do regime militar pelo destaque dado à palavra “ministério” que se destaca porque os relatórios ministeriais estão descritos em subitens específicos.

Na figura abaixo é possível perceber o destaque para as palavras “Nacional” e “Programa” que salientam as ações planejadas e realizadas que estão acompanhadas do volume de “Recursos” investidos, o que corresponde a outras maiores citações dos discursos de Sarney. A palavra “Desenvolvimento”, pela primeira vez nos 4 mandatos até agora analisados, não está entre os três léxicos mais mencionados nos discursos.

**Figura 7** - Destaque na sumarização das palavras mais frequentes e palavras relacionadas/Mandato Sarney



**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

A crise econômica transparece no processo discursivo quando as palavras “abastecimento” e “consumidores” estão relacionados com os léxicos mais mencionados, inseridos no discurso sobre os planos econômicos criados para combater a crise inflacionária. O discurso utiliza ainda com frequência a palavra mudança, sendo o governo de transição para a democracia, era necessário expressar um novo momento, vide a autodenominação de governo da Nova República, para indicar o recomeço pós-ditadura militar.

**Tabela 17** - Palavras mais citadas por Presidente/ SARNEY

<b>PALAVRA</b>	<b>CITAÇÃO</b>	<b>TERMOS RELACIONADOS</b>
Nacional	1.302	Congresso, Conselho, Abastecimento, Programa, política, plano
Milhões	1.242	De consumidores, hectares
Programa	1.018	De mudanças, Nacional, de abastecimento, de gastos
Recursos	927	Destinados, financeiros, da ordem de públicos, naturais,
Desenvolvimento	914	Econômico, social, urbano, rural, industrial,
Sistema	695	Anterior, integrado, previdência social, nacional, financeiro
Ministério	675	Desenvolvimento, nacional programas, exército, marinha,
Política	667	Abastecimento, brasileira, desenvolvimento, nacional, de abertura, industrialização.

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Na tabela acima as citações revelam o discurso enraizado na integração da economia ao processo de expansão do capitalismo monopolista em escala nacional, é o reforço discursivo à ideologia do nacional-desenvolvimentismo.

Sobre os destaques dos enunciados selecionados nesta pesquisa, é necessário antes ressaltar que, mesmo tendo criado no primeiro ano de governo um Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente<sup>94</sup> específico para as questões ambientais, e no mesmo ano o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD)<sup>95</sup>, o discurso apagou os conflitos fundiários e as necessidade ambientais da região amazônica. Não são

<sup>94</sup> Decreto nº 91.145, de 15 de Março de 1985 que cria o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e dispõe sobre sua estrutura.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91145-15-marco-1985-441412-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso: julho / 2016.

<sup>95</sup> Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), regulamentado pelo Decreto nº 91.214/85, com as seguintes áreas de competência: reforma agrária, discriminação e arrecadação de terras públicas, regularização fundiária, legitimação de posses, colonização em terras públicas e disciplinamento da colonização privada, lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural e da Contribuição de Melhoria referente a imóveis rurais e aquisição de imóveis rurais estrangeiros. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/hist%C3%B3rico> . Acesso: julho /2016.

citadas e nem são apresentadas soluções do Estado para essas temáticas. Altera-se a estrutura institucional, mas o discurso e ações/planeamento para a região dão continuidade à práxis do regime militar.

As mensagens só vão mencionar a importância do discurso ambiental dois anos (1987) depois e sem se referir à Amazônia de forma específica. O discurso é apenas a estrutura dos órgãos relacionados ao Ministério do Meio Ambiente e suas atuações, destacando resoluções sobre qualidade hídrica e poluição atmosférica causada por veículos:

O Governo, através da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), procurou dar uma nova dimensão política ao controle e preservação do meio ambiente. No exercício de 1986, foi revigorado o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e reestruturada a SEMA. Destaca-se, entre as ações institucionais, a aprovação, pelo CONAMA, de resoluções estabelecendo padrões de qualidade da água dos rios, lagos e estuários, e limites de emissão de poluentes atmosféricos para veículos automotores (BRASIL, 1987, p.176).

O processo discursivo permanece se sustentando, quando a análise é sobre os grandes projetos na Amazônia, sobre a tríade Conquistar – Ocupar – Explorar. Mas desta vez a palavra exploração – quando se refere à região – vem acompanhada do adjetivo “racional”. A temática continua sendo abordada de forma descritiva e persuasiva, no formato conceitual do por van Dijk (2008). O único discurso em que a expressão “preservação ecológica” é utilizada para referenciar a Amazônia está na penúltima Mensagem de Sarney ao Congresso, e ainda reforça a necessidade da exploração da região, mas desta vez com a voz persuasiva de que esta dominação do território tem a preocupação da proteção ambiental:

No campo do planejamento regional, a Superintendência preparou estudos e elaborou diagnósticos, com a cooperação técnica da OEA, envolvendo os vales dos rios Trombetas (PA), Madeira (AM), Araguaia (AP) e Branco (RR). **Foram desenvolvidos também outros estudos para a organização do espaço físico regional, incluindo a conclusão de mapeamentos de recursos geológicos, hídricos, agrícolas e florestais, a identificação das potencialidades amazônicas e a compatibilização da exploração econômica com a preservação ecológica** (BRASIL, 1989, p.131) (Grifo da Autora).

A questão ambiental também direciona no discurso de Sarney o planejamento sobre a matriz energética, que prioriza a hidroeletricidade, ressalta os aspectos ambientais e silencia sobre os conflitos e impactos que gera:

O fato mais marcante na área de planejamento do setor foi a realização do Plano Nacional de Energia Elétrica — 1987/2010, o chamado Plano 2010, que estabeleceu a estratégia para o atendimento do mercado para o longo prazo, contemplando revisões anuais de objetivos e um processo decisório relativamente à inclusão das obras de expansão. As principais estratégias

estabelecidas se referem à atuação sobre o mercado com políticas de conservação, a manutenção de hidreletricidade como principal fonte de suprimento, ao estabelecimento de um programa de expansão mínimo termelétrico, visando aquisição de tecnologia e capacitação industrial, e ao tratamento a ser dado aos aspectos sócio-ambientais dos empreendimentos (BRASIL, 1990, 236) (Grifo da Autora).

Destaque ainda neste período é a citação pela primeira vez do planejamento do setor energético utilizando as pequenas centrais hidrelétricas<sup>96</sup>: Mas mantém-se o silêncio sobre impactos e conflitos gerados a partir delas:

Ainda no período em análise, foi elaborado pelo Ministério das Minas e Energia um **Programa Nacional de Pequenas Centrais Hidrelétricas** (PCH's), com uma perspectiva de instalação de 1.500MW, o que, ao fim da implantação, reduzirá o consumo de derivados de petróleo para geração de energia. Dentre as principais ações que deverão ser realizadas até o final de 1989, cabe destacar: — Início da construção da UHE Manso (MT) (4x53MW), início de operação da UHE Balbina (AM) (5x50MW), da UHE Samuel (RO) (5x44MW), das unidades 9 e 10 da UHE Tucuruí (PA), a cargo da ELETRONORTE (BRASIL, 1990, p. 239) (Grifo da Autora).

A Amazônia recebe 91 menções no total, nas seis menções na primeira Mensagem ao Congresso e, em todas, as palavras é apenas parte de siglas de instituições que atuam na região.

**Tabela 18** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - Sarney

<b>PALAVRAS</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>
Amazônia	06	11	22	16	36
Hidrelétrica	-	01	08	-	04
Grandes Projetos	-	-	01	02	-
Belo Monte	-	-	-	-	-
Tucuruí	-	02	05	04	07
Balbina	-	01	03	01	02

Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2017

É destacado o interesse pela região através de estudos sobre a potencialidade, mas adjetivado pela racionalidade da exploração regional:

Com o uso de técnicas de sensoriamento remoto, os trabalhos a serem desenvolvidos pela SUDAM, com o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e de outros órgãos federais, **visam orientar e acompanhar o aproveitamento racional dos recursos naturais e a adequada gestão do espaço amazônico** (BRASIL, 1987, p. 150) (Grifo da Autora).

A região, mesmo dispondo de recursos que despertam interesse econômico, é periférica. A estrutura dos discursos mantém, dos presidentes da ditadura militar, com a descrição das

<sup>96</sup> De acordo com a Resolução nº 394 - 04-12-1998 da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), PCH (Pequena Central Hidrelétrica) é toda usina hidrelétrica de pequeno porte com capacidade instalada superior a 1 MW e inferior a 30 MW. Além disso, a área do reservatório deve ser inferior a 3 km². Os tipos de PCH, quanto à capacidade de regularização do reservatório, são Fio d'Água; de Acumulação, com Regularização Diária do Reservatório; de Acumulação, com Regularização Mensal do Reservatório. Disponível em: [eletronorte.com/](http://eletronorte.com/) Acesso: julho /2016.

ações/planejamento sobre a Amazônia como subitem do Ministério do Interior. Nos anos de 1987 e 1988, os textos estão repetidos no subitem Amazônia, incluído no texto sobre as ações do Ministério do Interior, sem acréscimos de informações. O que demonstra a pouca importância com os relatos sobre a região.

A definição de políticas que visam à ocupação ordenada e racional da Amazônia Legal, conjugada à preocupação permanente com a preservação do equilíbrio ecológico, foram as diretrizes que orientaram as ações dos organismos que atuam na área: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM; a Superintendência da Zona Franca de Manaus — SUFRAMA; o Banco da Amazônia S. A. — BASA; a Cia. Siderúrgica da Amazônia — SIDERAMA, e a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena — CODEBAR (BRASIL, 1988, p. 151).

É neste período que a palavra “ecológica” é referenciada pela primeira vez em mensagens oficiais dos governos federais aos congressistas: “As ações de planejamento ambiental, especialmente os programas de zoneamento ecológico-econômico, permitirão o uso mais equilibrado dos recursos naturais, preservando o lastro mais importante para a vida futura” (BRASIL, 1987, p. 43)

Os documentos mantêm e reforçam os discursos da década de 70 sobre a ocupação da Amazônia, mesmo narrando uma preocupação ambiental simultaneamente:

**A política de desenvolvimento da Amazônia visa promover a ocupação ordenada da região, preservando o equilíbrio ecológico e valorizando a população.** Essas diretrizes pautaram, em 1986, as ações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), do Banco da Amazônia S.A. (BASA) e da Cia. Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA). A SUDAM expandiu suas atividades de planejamento regional, com a conclusão do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia da Nova República (I PDA-NR), que contém as principais diretrizes para o desenvolvimento econômico e social da região (Brasil, 1987, p. 150) (Grifo da Autora).

Das três citações da expressão “grandes projetos” recebidas no período, duas são sobre projeto nacional de informatização e de irrigação no Nordeste. Apenas uma se refere aos grandes projetos de exploração de minérios e recursos hídricos na região com destaque para os incentivos fiscais concedidos ao que denominam de “grandes projetos de base”:

Assim, somados aos significativos recursos aplicados através de incentivos fiscais, **prosseguirão os grandes projetos de base que beneficiam as regiões Norte e Nordeste, como o Grande Carajás, as hidrelétricas de Xingo, Balbina e Tucuruí**, a interligação desta última com o sistema elétrico do Nordeste e outros. (BRASIL, 1988, p. 48) (Grifo da Autora)

A região não recebe nenhum aprofundamento informativo no texto, ainda que em todos os pronunciamentos estejam presentes enunciados narrando preocupação com a ameaça de internacionalização da região:

Outro tema que surge e que será sem dúvida o grande debate do futuro é o problema ecológico. O Brasil tem um imenso patrimônio natural a preservar. Temos a maior floresta úmida do globo. Temos grandes recursos naturais. Não podemos cometer os erros de muitos países desenvolvidos, que progrediram destruindo o meio ambiente, degradando o Planeta, de modo a ameaçar a própria vida. Por outro lado, o arsenal nuclear das grandes potências é a maior ameaça ecológica que existe, porque pode destruir a Terra. Queremos a ajuda internacional nesse setor. Aceitaremos a cooperação científica, tecnológica, em recursos monetários e recursos humanos. Mas o dever principal é nosso. **Uma coisa, contudo, jamais admitiremos: a internacionalização da Amazônia, a troca de nossa terra, da nossa soberania pela dívida ou por qualquer outra compensação** (BRASIL, 1989, p. XV) (Grifo da Autora).

Há 28 citações do léxico “Norte” e em 23 a palavra está acompanhada pelo léxico “Nordeste”. Nos discursos de Sarney, as duas regiões complexas, diversificadas, distintas, são sinônimos uma da outra, e ainda de problemas que necessitam da intervenção estatal, reforçando a incapacidade local:

**A prioridade conferida às regiões mais pobres pelo Governo, sobretudo ao Norte e Nordeste, foi reforçada no exercício de 1988 ao ser inserida em um contexto mais amplo da redução das disparidades inter-regionais do País.** Esta ênfase encontra-se retratada nos programas regionais explícitos a cargo do Ministério do Interior (MINTER), estendendo sua atuação de forma mais ampla no agregado das políticas macroeconômicas e setoriais (BRASIL, 1989, p.143) (Grifo da Autora).

O apagamento do homem no discurso tem continuidade neste período político. Foi pesquisado o léxico, “índio”, que não consta na lista do filtro desta pesquisa mas foi buscado nos discursos através da mineração de texto. A palavra recebeu em todas as mensagens de Sarney aos congressistas 8 menções, e somente 3 não fazem parte da sigla FUNAI – Fundação Nacional do Índio e se referem somente ao trabalho de assistência a áreas indígenas.

A implantação, funcionamento ou planejamento de construção de Usinas Hidrelétricas não são evidenciados em textos mais explicativos, usa-se o discurso descritivo apenas. As referências às usinas estão em parágrafos curtos e quase codificados com siglas, sem detalhes, ou pelo menos de maneira mais clara sobre cada projeto, nas projeções para o ano de 1989:

[...] início da construção da UHE Tucuruí E (7 x 330 MW) e da UHE Manso (4 x 53 MW), além do início de operação da UHE Balbina (5 x 50 MW), da UHE Samuel (5 x 44 MW) e das unidades 11 e 12 da UHE Tucuruí I, a cargo da ELETRONORTE; [...] (BRASIL, 1989, p 91).

A auto-identificação de um governo responsável pela transição democrática, com preocupações ambientais não é percebida com o discurso em relação à Amazônica, permanece o discurso tutelar do modelo empresarial sobre região em que os riscos para o capital têm que ser minimizados, e ao capital devem ser ofertados os recursos naturais disponíveis e ainda

intactos, desconsiderando o meio ambiente e as peculiaridades locais, mas reforçando discurso impositivo do poder:

Para 1988, destacamos as seguintes previsões para as ações de controle ambiental: — implementação de medidas de defesa do meio ambiente relacionadas com o Plano 2010 do setor elétrico; — realização de cursos sobre impacto ambiental de represas e mineração na Amazônia (BRASIL, 1988, p. 148).

Os efeitos ambientais só passam a ser citados de forma persuasiva, uma vez que vão compor a imagem internacional do País, e só são considerados na medida em que podem interferir na reprodução do próprio capital, quer dizer, quando podem insurgir sobre o volume esperado da produção regional. Permanecendo, assim, o estímulo ao avanço sobre a “fronteira” Amazônica.

**Quadro 8** - Análise de Tipos de discursos Frequentes nas Mensagens Presidenciais (1986 – 1990)/Van Dijk

ANOS	UNIDADE	TIPO DE DISCURSO	EQUADRAMENTO TEMÁTICO
DE 1986 A 1990	AMAZÔNIA	Descritivo	- Na área da Amazônia, foram aprovados ou reformulados 142 projetos de investimentos, utilizando os incentivos fiscais administrados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.
		Persuasivo	- A política de desenvolvimento da Amazônia visa promover a ocupação ordenada da região, preservando o equilíbrio ecológico e valorizando a população - realização de cursos sobre impacto ambiental de represas e mineração na Amazônia - A definição de políticas que visam à ocupação ordenada e racional da Amazônia Legal, conjugada à preocupação permanente com a preservação do equilíbrio ecológico, foram as diretrizes que orientaram as ações dos organismos que atuam na área
	HIDRELÉTRICA	Descritivo	LT em 230kV de Balbina a Manaus, com 190km
		Persuasivo	Assim, somados aos significativos recursos aplicados através de incentivos fiscais, prosseguirão os grandes projetos de base que beneficiam as regiões Norte e Nordeste, como o Grande Carajás, as hidrelétricas de Xingo, Balbina e Tucuruí, a interligação desta última com o sistema elétrico do Nordeste e outros. (GRANDES PROJETOS)
	TUCURUÍ	Descritivo	- Início da construção da UHE Manso (MT) (4x53MW), início de operação da UHE Balbina (AM) (5x50MW), da UHE Samuel (RO) (5x44MW), das unidades 9 e 10 da UHE Tucuruí (PA), a cargo da ELETRONORTE
	BALBINA	Descritivo	- No programa de geração, foram aplicados CzS 29 bilhões, concentrando-se os recursos em projetos hidrelétricos em fase avançada de construção, como as usinas de Itaipu, Itaparica, Balbina, Samuel, Porto Primavera e Rosana. (BRASIL, 1987, p. 144)

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017 (A partir de van Dijk, 2008)

O perfil dos discursos neste período, descritos no quadro acima, resulta de um contexto a partir do final da década de 80, em que se tornaram mais visíveis as mudanças porque passava



a Amazônia brasileira em relação às questões ambientais, promovidas pelo debate nacional e internacional sobre o modelo de desenvolvimento que se deveria preferir para a região. O surgimento de uma legislação específica e os reflexos negativos do modelo predador de desenvolvimento das décadas anteriores se somaram na pressão por ações políticas que revissem a consolidação da ocupação humana, o desmatamento e a concentração em grades centros urbanos.

O uso de enunciados que ressaltam a valorização de ações racionais dos recursos naturais, preocupação com o impacto ambiental para a região demonstram a construção de um discurso ambiental norteador das políticas de reestruturação do Estado pós-ditadura, respondendo a um cenário nacional e internacional que cobravam um modelo de desenvolvimento econômico para região alinhado aos parâmetros de conservação ambiental que considere a exploração e o desgastes dos recursos naturais disponíveis na Amazônia, intensificando estratégias que pudessem superar a assimetria entre o modo de produção e aos impactos que promovem sobre o meio ambiente, gerando uma resposta a uma preocupação global crescente, que iniciava uma mobilização social.

#### 4.5 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso assumiu a Presidência da República no período de 1995 a 1998, depois de uma eleição direta, tendo recebido: 31.253.166 votos<sup>97</sup>. No segundo mandato subsequente, de 1999 a 2003, recebeu 35.936.916 votos, tendo sido o primeiro presidente por dois mandatos consecutivos, depois da emenda<sup>98</sup> que permitia a reeleição. Nascido<sup>99</sup> em uma família de militares, foi exilado no Chile e na França, a partir de 1964, retornando ao Brasil quatro anos depois, tendo seus direitos políticos cassados e sendo aposentado involuntariamente de seu cargo de professor na Universidade de São Paulo pelo Ato Institucional nº 05.

Formou-se em sociologia e fez seu doutorado em ciências políticas pela USP, e quando foi impedido de lecionar criou com outros políticos e professores cassados o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento<sup>100</sup> (Cebrap). Coordenou em 1974, a elaboração da plataforma eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e quatro anos depois concorreu ao Senado pelo mesmo partido, elegendo-se assim suplente de Franco Montoro. Em 1983, com a ida de Montoro para o cargo de governante do estado de São Paulo, FHC assumiu sua vaga no Senado. Participou da articulação da candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República e em 1985 foi candidato à prefeitura de São Paulo, e foi derrotado pelo ex-presidente Jânio Quadros, do PTB, por uma diferença de 30 mil votos. Em 1988, foi um dos fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

---

<sup>97</sup> Informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/brasil/resultados-das-eleicoes-1994-brasil> . Acesso: dezembro / 2017.

<sup>98</sup>A Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997, deu nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal, passando a autorizar que Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal, Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos, a reeleição para um único período subsequente.

<sup>99</sup> Informações disponíveis em <http://fundacaoofhc.org.br/> . Acesso: dezembro/2017.

<sup>100</sup> O Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP – foi criado em 1969, por um grupo de professores de diferentes áreas afastados das universidades pela ditadura militar, para ser um espaço de produção de conhecimento crítico e independente no Brasil. Funciona há 48 anos, com pesquisas, publicações e seminários, já realizou mais de 500 projetos de pesquisa, trabalhou com cerca de 200 parceiros nacionais e internacionais . Reconhecido como o 37º melhor think tank do mundo na área de políticas públicas, segundo ranking da Universidade da Pensilvânia (2016), realiza pesquisas subsidiando a formulação de novas políticas o monitoramento e na produção de indicadores para avaliação de ações públicas. Atualmente, tem 41 pesquisadores permanentes, cerca de 140 pesquisadores associados, sendo 60 doutores. Pesquisa temas como desenvolvimento, inovação, sustentabilidade, cidades, mobilidade urbana, desigualdade, população, saúde, educação, movimentos sociais, democracia, violência, direitos humanos, raça, gênero, religião e política de drogas. Informações disponíveis em <http://cebrap.org.br/institucional/> . Acesso: dezembro /2017.

Após o impeachment de Fernando Collor<sup>101</sup>, Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério das Relações Exteriores, passando a integrar o governo do Itamar Franco, assumiu posteriormente a pasta da Fazenda, em um momento hiperinflação. Junto com um grupo de economistas, participou do desenvolvimento do Plano Real, anunciado em 1994 como a extensão macroeconômica das reformas implementadas na década de 90, por exercer mais impacto sobre o crescimento da economia e gerar as condições políticas para levá-las adiante, como explica Pinheiro e Giambiagi (2000). As consequências foram a permanência do déficit fiscal e em conta corrente, e assim mesmo, a imediata queda da inflação, com elevação de níveis de eficiência e estímulo a competitividade, atraindo capital estrangeiro para investimento (OLIVEIRA E TUROLLA, 2003).

O sucesso do novo plano econômico vem calcado, de acordo com Oliveira e Turolla (2003) na implantação de um mecanismo de neutralização da inércia inflacionária, que tranquilizou agentes econômicos quanto a longevidade e solidez de contratos em vigor, ancorando preços domésticos nos preços internacionais, levando, por conseguinte a apreciação da taxa de câmbio. Assim, Fernando Henrique Cardoso enfatiza em seu primeiro mandato na política econômica a consolidação do ambiente de estabilidade de preços.

No período seguinte ao Plano Real, como ressaltam Pinheiro e Giambiagi (2000), o cenário foi de eficiência no combate à inflação que atingia a taxa acumulada de 5.154%, conforme medições do Índice Geral de Preços<sup>102</sup>. O novo plano econômico situou a inflação em uma curva descendente praticamente contínua durante quatro anos e meio, chegando a marca de 1,7% ao final de 1998, determinando assim, uma taxa de inflação anual em 1998 no mesmo nível da taxa de inflação diária antes do Plano Real, conforme descreve a Tabela 19.

---

<sup>101</sup> Collor renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992, assumindo o vice Itamar Franco. Mesmo assim, continuou o processo de impeachment, o primeiro no Brasil e na América Latina, tendo sido instaurado a partir de um relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que atestou que US\$ 6,5 milhões haviam sido transferidos irregularmente para financiar gastos do presidente Collor. O impeachment foi aprovado por 441 dos 509 deputados, resultando no afastamento definitivo de Collor de Melo do cargo de presidente da República, que ficou inelegível por 8 anos, acusado de corrupção. (Sallum Jr, 2015)

<sup>102</sup> IGP nos 12 meses anteriores ao Plano Real. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> . Acesso: julho/2016.

**Tabela 19** - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 1995-2002 (médias anuais por período)

	1995-98	1999-2002	1995-2002
Crescimento do PIB (% a.a.)	2,5	2,1	2,3
Inflação (IGP dez/dez, % a.a.)	9,4	8,8	9,1
FBCF (% PIB a preços correntes)	17,4	16,5	17,0
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	4,1	4,2	4,1
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	14,9	-4,9	4,5
Balança comercial (US\$ milhões)	-5,6	3,5	-1,1
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	-26,4	-20,1	-23,3
Dívida externa líquida/Exportação de bens	2,9	3,3	3,1

Fonte: Elaborado por BARROS DE CASTRO, L. (2011, p. 100).

Os mandatos de FHC foram marcados ainda pela ampliação do programa de privatização, que se tornou um dos pilares do Plano Real, decisão administrativa que evitou a explosão da dívida pública acentuada pelo crescimento do déficit fiscal e atraiu fluxo de investimento externo direto, ajudando a financiar o déficit em conta corrente no País, que chegou a 25% em média no período. O programa atingiu o ápice no primeiro mandato quando 80 empresas foram vendidas acumulando um resultado de US\$73,3 bilhões (PINHEIRO E GIAMBIAGI, 2000).

Na política energética, o governo de Fernando Henrique foi diretamente relacionada à política de privatização, com dois grandes setores controlados pelo Estado: eletricidade e petróleo, em situações diferentes. Goldemberg e Prado (2003) apontam que a situação do setor elétrico contrastava com o equilíbrio das contas do setor petrolífero, determinante para o início das reformas sob as justificativas de saneamento do desequilíbrio fiscal, premência de um impulso na direção da modernização e do processo de globalização da economia. Os autores apontam vários desencontros na condução da política energética nos mandatos de FHC: a inexistência de um ambiente regulatório adequado e de um mercado livre confiável de energia; a multiplicação de regras e legislações incompletas, insuficientes e conflitantes; e a falta de um interlocutor único e experiente a partir da criação de novos escalões de decisão como a Aneel e a Agência Nacional de Águas (ANA).

O acúmulo destes problemas, somado aos sinais de esgotamento da capacidade de regular as vazões necessárias das represas para gerar energia elétrica nos períodos mais secos do ano, desencadeou uma crise energética no governo FHC, estabelecendo entre os meses de junho de 2001 a março de 2002, o racionamento de energia, com a meta de economizar 20% de energia elétrica. De acordo com Goldemberg e Prado (2003), a explicação da Comissão nomeada pelo governo apontou que o racionamento poderia ser evitado se os planos decenais

da Eletrobrás fossem executados e as obras programadas não atrasassem. O relatório também comprovou que não havia necessidade de novas usinas Hidrelétricas, apenas o cumprimento das diretrizes planejadas garantiriam o armazenamento de 73% da necessidade do sistema Sudeste-Nordeste em 2001.

Em relação da Amazônia, os Governos mantem a racionalidade imposta pelo modelo da economia planejada para o progresso e o desenvolvimento nacional. Como afirma Leff (2000), a região é inserida de forma impositiva neste cenário em que a articulação de propostas tem que assegurar o discurso da sustentabilidade ambiental e do crescimento econômico, simultaneamente endossando a reacomodação estratégica do capital.

As principais ações do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia têm sido executadas no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Sufi-ama. Dentre as de maior relevância, destacam-se a modernização do Pólo Industrial de Manaus - PIM e a instalação do Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA. parte cio projeto de desenvolvimento desta vocação da região (ver capítulo sobre meio ambiente). A estrutura e a dinâmica operativa do PIM passaram por alterações significativas decorrentes das transformações profundas observadas na economia brasileira, principalmente em consequência da nova política industrial e de comércio exterior. O processo de ajustamento industrial do PIM a esse novo cenário desenvolveu-se ao longo da década e traduziu-se em mudanças positivas do ponto de vista da eficiência produtiva. Nesse sentido, destacam-se as ações que têm por objetivo uma melhor inserção internacional dos produtos cio PIM (BRASIL, 2002, p, 327).

Fernando Henrique Cardoso, como demonstra o trecho acima, reforça o planejamento de que a economia agrário-exportadora seja enquadrada em uma economia industrial, de forma acelerada, reafirmando o discurso dominante em que os fatores económicos são a resposta aos problemas sociais (IANNI, 2001). A modernização do Estado impõe à região um processo de racionalização com da eficácia do sistema produtivo através de suas instituições que nela atuam, a re-contextualização da política desenvolvimentista implementada desde os anos 30 (IANNI, 2001). Mas com a instituição de uma política nacional do meio ambiente a partir do final dos anos 80, impõe-se um contexto em que a sociedade brasileira percebe que: as perspectivas de desenvolvimento económico podem relacionar-se com os modelos de gestão dos recursos naturais, impondo a necessidade de um discurso ambiental norteando as políticas públicas (Leff, 2000).

Ao final do segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso obteve 34% de reprovação e 35% de aprovação do eleitorado, de acordo com pesquisa do DATAFOLHA<sup>103</sup>. Depois de deixar a presidência não assumiu mais cargos públicos, mas continua influenciando o cenário político nacional.

#### 4.5.1 Mensagens Presidenciais de 1995-2002

As mensagens neste período (Brasil, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002) somam 2.117 páginas (Ver Tabela 20). No primeiro ano do primeiro mandato, os documentos se dividem em três eixos intitulados: Situação do País, Diretrizes de Ação do Governo, e Apêndice Estatístico, o discurso enfatiza a estabilização econômica a partir de três agendas macro: constitucional, social e econômica. Nos anos seguintes o discurso é organizado de forma mais específica com 09 títulos e 34 subitens temáticos (Estratégias para o Desenvolvimento; Evolução da Política Econômica; Desenvolvimento Social; Infraestrutura; Setor Produtivo; Ações Integradas; Gestão Pública; Defesa Nacional; Política Externa.).

No segundo mandato os títulos dos capítulos a cada ano expressam categorias com a função de construir um sentido para o leitor, mensagens indicativas e, principalmente direcionadas, construindo uma percepção sobre os dados e informações que serão apresentadas, tal qual a construção de manchetes jornalísticas como aponta van Dijk (1993), que guiam a leitura de um texto-expandido, dando ao leitor uma ideia acabada do conteúdo a que está relacionado e direcionando sua opinião sobre o que apresenta a notícia. A escolha dos termos em detrimento a outros, como destaca van Dijk (1993), tem atribuições ideológicas: “Gestão empreendedora para o Desenvolvimento”; “A Evolução da Política Econômica”; “PIB, O fim da recessão e o início da retomada”; “Oito anos de Estabilidade, Desenvolvimento e Conquistas Sociais”; “Do Estado Burocrático ao Estado Gerencial”: “Ética e Transparência: Respeito à Cidadania”; “Mudanças com Participação, Estabilidade e Segurança Jurídica”.

---

<sup>103</sup> Disponível em: [http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval\\_pres\\_15122002.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_15122002.pdf) . Acesso:julho/2017.

**Tabela 20** - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente Fernando Henrique

ANO/MANDATO	PÁGINAS POR MENSAGEM
1995	133
1996	137
1997	217
1998	236
1999	298
2000	242
2001	266
2002	588

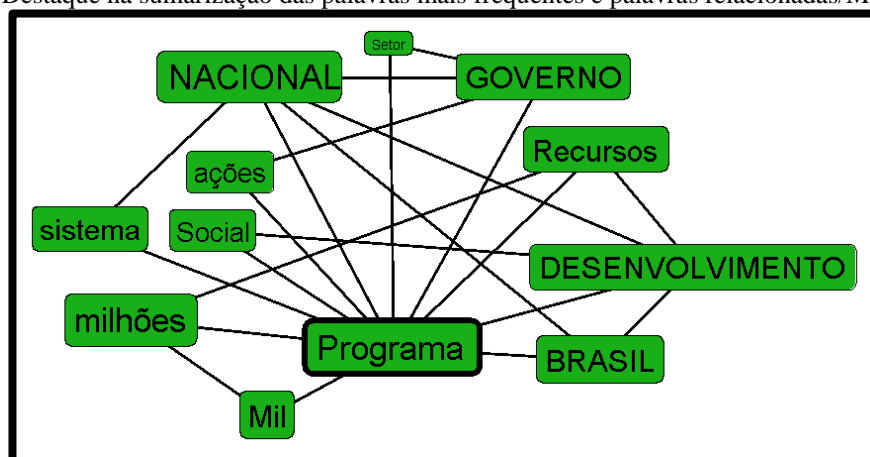
**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

O aumento no volume de páginas das mensagens, como demonstrado na Tabela 20, confirma um discurso mais detalhado a cada ano no documento para os congressistas. O eixo discursivo é a modernização. Este enunciado, mesmo não estando entre os mais citados está presente em todos os documentos de forma incisiva:

A modernização do País e a competitividade da nossa economia dependem de substancial aumento dos investimentos em infra-estrutura, para a restauração, manutenção e ampliação do sistema viário nacional, a atualização tecnológica das comunicações, o reaparelhamento dos portos e a oferta satisfatória de energia elétrica no médio e longo prazos, além daqueles voltados para a exploração e produção de petróleo e gás natural. (BRASIL, 1996, p.33)

O modelo de Estado nacional e desenvolvimentista é reforçado em todos os documentos dos dois mandatos de Fernando Henrique. A dos enunciados que se destacam quantitativamente nos discursos apontam a ênfase a léxicos que são relevantes desde o período ditatorial: Programa, Nacional, Milhões e Desenvolvimento. Muda-se o contexto, permanece o arranjo discursivo.

**Figura 8** - Destaque na sumarização das palavras mais frequentes e palavras relacionadas/Mandatos FHC



Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2017

O discurso, no geral, é guiado pela lógica do modelo de economia planejada (programas) para o desenvolvimento, destacando investimentos e uma palavra que é evidenciada pela primeira vez nestes discursos oficiais: social, demonstrando a ênfase do discurso sobre reformas da política social no período FHC das instituições do sistema de proteção social, como na citação a seguir:

Os Senhores Congressistas sabem como é difícil praticar a verdadeira justiça na distribuição do gasto público. Nossa capacidade de enfrentar cotidianamente esse desafio, com a paciência e a persistência necessárias dentro das regras do jogo democrático, vai determinar em que medida o período de crescimento econômico que está começando para o Brasil será também um período de progressos decisivos no sentido da inclusão social (BRASIL, 2000, p. 14).

As hidrelétricas passam a ser prioridade, segundo o discurso inicial, dentro de um projeto maior de privatização:

Graças ao avanço acelerado das privatizações e dos empreendimentos relacionados no programa Brasil em Ação, 26 dos quais referentes à infraestrutura, assiste-se à retomada vigorosa de investimentos nos segmentos de telecomunicações, energia e transportes. Os sinais dessa retomada já são perceptíveis se examinada a carteira de projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, cada vez mais presente no financiamento de infra-estrutura. O valor global dos projetos daquela carteira aumentou de R\$ 11 bilhões, em maio de 1996, para R\$ 28,5 bilhões, em novembro de 1997. Ou seja, praticamente triplicou nesse período, com destaque para os projetos de investimento em energia elétrica, viabilizados tanto pela venda de empresas, notadamente distribuidoras, **como também pela concessão à iniciativa privada de mais de trinta usinas hidrelétricas até então paralisadas por falta de investimento público** (BRASIL, 1998, p. 39) (Grifo da Autora).



Na Tabela a seguir estão relacionados os enunciados mais utilizados e suas relações com outros léxicos:

**Tabela 21** - Palavras mais citadas por Presidente/ FHC – 2 Mandatos

<b>PALAVRA</b>	<b>CITAÇÃO</b>	<b>TERMOS RELACIONADOS</b>
Programa	2.511	Manutenção, Social, Financiamento, Integração, Nacional, Concessão.
Nacional	2.446	Congresso, Plano, Moeda, Modernização, Conselho, Produção, Social
Milhões	2.401	Consumidores, Produzidos, Quilômetros, Dólares, Reais,
Desenvolvimento	1.763	Econômico, industrial, acelerado, sustentável, social.
Recursos	1.760	Captação, Gerados, Financiamento, Governamentais, Orçamentários.
Brasil	1.752	Atuação, Financiamento, Governo, Avança
Governo	1.697	Empenho, Investimentos, Papel, Federal, Esfera
Sistema	1.362	Nacional, econômico, financeiro, agrícola, educacional.
Ações	1.243	Apoio, Integradas, Públicas, Multisetoriais
Social	1.181	Dimensão, Política, Previdência, Desenvolvimento, Área, Programa
Setor	1.098	Produtivo, Participação, Público, Exportador, Confiança, Programa, Contribuição.

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Entre os termos mais presentes é possível ressaltar a relação presente nos documentos da expressão “desenvolvimento sustentável”, em que externaliza a preocupação ambiental, mas mantém em primeiro plano que a sustentabilidade é instrumento de um projeto econômico:

A discussão das prioridades em Ciência, Tecnologia e Inovação CT&I para a próxima década, no âmbito da elaboração do Livro Verde, levaram à identificação de três grandes desafios estratégicos para o sistema de C&T no

Brasil: mapear e conhecer a realidade nacional quer no tocante aos seus recursos naturais quer quanto aos seus recursos humanos e patrimônio intangível; identificar as vulnerabilidades importantes da sociedade e da economia e entende-las como oportunidades de alavancar o desenvolvimento científico e tecnológico. social e econômico; mapear iniciativas de amplo alcance, que elevem o patamar de capacitação em algumas áreas chave para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2002, p. 374).

A sustentabilidade dá a tônica a um discurso desenvolvimentista que exclui a palavra “Explorar”, mas revela a exaltação de programas de desenvolvimento que valorizam os recursos naturais como garantia a eficiência dos resultados econômicos, retirando do discurso as consequências socioambientais indispensáveis no modo de vida das comunidades locais:

A valorização das florestas enquanto produtoras de bens e serviços ambientais constitui uma forma apropriada de promoção do desenvolvimento sustentável. A incontestável vocação do País nesse setor e as vantagens comparativas de que dispõe, haja vista as extensas áreas de matas nativas e o domínio da tecnologia da formação e manejo de florestas de rápido crescimento, asseguram competitividade e podem garantir a liderança da indústria brasileira no mercado internacional (BRASIL, 2002, p. 429).

Na busca dos termos selecionados neste estudo, os mandatos apresentam uma utilização maior do enunciado Amazônia, indo de 5 a 55 menções do início ao final do período pesquisado, mas o léxico é substituído por “Norte” 143 vezes, destas, 109 vezes acompanhada de “Nordeste”, discurso que homogeniza o distinto. Essa uniformização das regiões, utilizada desde a ditadura militar, recebe uma justificativa no período de FHC:

As ações do Governo, em 1995, foram guiadas pelo princípio de que o desenvolvimento das regiões deve ser tratado sob uma ótica nacional. **Neste sentido, não existe uma questão nordestina, ou uma questão amazônica; mas as necessidades do desenvolvimento nacional, regionalmente localizadas.** Esta nova concepção está consolidada na proposta do Plano Plurianual 1996-1999, que o Governo elaborou e enviou ao Congresso Nacional. Neste documento, a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais aparece como uma das três estratégias básicas para a ação do governo nos próximos quatro anos (BRASIL, 1995, p. 86) (Grifo da Autora).

O discurso relativo à Amazônia aparece com frequência em dois itens dos documentos: Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, sempre com o Nordeste. E o entendimento de planificação integradora permanece mesmo em meio à discussão ambiental. Amazônia está “isolada” e a ocupação e infraestrutura são redentoras e vias de desenvolvimento:

O Programa Especial **Calha Norte prosseguirá sua atuação de apoio ao desenvolvimento de áreas isoladas da Região Norte**, com medidas em setores de abastecimento de água, geração e distribuição de energia elétrica, implantação e conservação de infra-estrutura viária., extensão de serviços de telecomunicações e ampliação dos recursos sociais básicos nas áreas de saúde, saneamento e educação (BRASIL, 1997, p. 213) (Grifo da Autora)

O discurso da ocupação, neste período, é acompanhado da ideia de sustentabilidade da região. Enquanto no discurso da ditadura militar ocupava-se para “integrar e não entregar”<sup>104</sup>, no governo FHC ocupa-se para garantir a implantação da economia sustentável na região:

O Programa Agropecuário e Florestal de Rondônia—PLANAFLORO e o Projeto de Desenvolvimento Agroambiental de Mato Grosso — PRODEAGRO beneficiaram diretamente 84.000 famílias de produtores rurais, 2.400 famílias de seringueiros, 900 famílias de pescadores artesanais e 16.000 índios, tendo sido aplicados 46 milhões de reais com recursos do Banco Mundial e 9 milhões da União. Em 1997 **será dada continuidade à ocupação econômica auto-sustentada** dos Estados de Rondônia e Mato Grosso, incluindo a execução da 2ª aproximação do Zoneamento Ecológico-Econômico, com a aplicação de 62 milhões de reais (BRASIL, 1997, p. 152) (Grifo da Autora).

Das quatro menções nos dois mandatos a “Grandes Projetos”, somente uma faz referência à Amazônia (Carajás), as outras são enunciados sobre projetos de infraestrutura no Rio de Janeiro e sobre a relevância de projetos nacionais de ciência e tecnologia.

**Tabela 22** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - FHC 1 Mandato

<b>PALAVRAS</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>
Amazônia	05	12	23	34
Hidrelétrica	01	-	03	07
Grandes Projetos	-	01	-	-
Belo Monte	-	-	-	-
Tucuruí	-	-	01	01
Balbina	-	-	-	-

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

No primeiro mandato, o discurso sobre a proteção da floresta amazônica se sobrepõe a outros temas locais. Mas a Amazônia está num discurso em que o enunciado que possa identificar a intenção de “Explorar” foi substituído por: “ordenamento”, “conhecimento”, “investimento”. E a enunciação sobre garantir a proteção florestal é imediatamente justificada por interesses em investimentos internacionais:

O desenvolvimento do Programa de Uso Sustentável das Florestas Nativas da Amazônia será acelerado em 1997 para permitir o **ordenamento** do setor face ao ingresso recente de vultosos investimentos estrangeiros na região, procedentes do sudeste asiático — Malásia e China. (BRASIL, 1997, p. 167). (Grifo da Autora).

<sup>104</sup> Slogan nacionalista utilizado pelo governo Médici para o Plano de Integração Nacional (PIN), no lançamento oficial das obras da rodovia Transamazônica, BR-230. A intenção era transformar estradas em corredores para o desenvolvimento amazônico, transformando-as também em roteiro da migração e colonização regional, estabelecendo uma nova concepção de desenvolvimento inter-regional, ligando a região às principais regiões produtivas do país. (Kohlhepp, 2002)

O discurso pela exploração da Amazônia não é explícito mas há um incentivo por um discurso indireto, conhecer o potencial da região para que possa ser explorado:

Esses levantamentos geológicos básicos vêm sendo desenvolvidos em todo o País, com ênfase na região amazônica, área de grande potencial mineral, mediante o Projeto Especial Província Mineral do Tapajós, **que beneficiará uma comunidade de mais de 90.000 garimpeiros e uma dezena de empresas de mineração, com informações básicas sobre os depósitos minerais, especialmente ouro**, em área com cerca de 100.000 km . (BRASIL, 1997, p. 196). (Grifo da Autora).

O discurso oficial de FHC justifica investimentos regionais para que possam viabilizar a exploração dos recursos naturais da região, se tornando assim vetor de desenvolvimento a partir, novamente, da industrialização que pode atrair:

Outro importante empreendimento em desenvolvimento é o projeto de escoamento do Gás Natural de Urucu, na região amazônica, que consiste em transferir o gás produzido nas áreas de Urucu e de Juruá até a localidade de Coari (AM), no Rio Solimões, transportá-lo em barcaças e distribuí-lo entre as localidades selecionadas na Amazônia brasileira, com o objetivo principal de atender a expansão e a modernização da geração de energia elétrica nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre e Amapá. **O projeto possibilitará a redução dos custos de geração elétrica e constituir-se-á em vetor de desenvolvimento para a região ao induzir e viabilizar novos empreendimentos industriais, bem como proporcionar benefícios sociais e ambientais.** (BRASIL, 1997, p. 124) (Grifo da Autora).

No segundo mandato a Amazônia recebe a quantidade recorde de menções nas mensagens analisadas. O mesmo acontece com Hidrelétrica, mesmo assim quando citada não se refere à usinas da região. Balbina não recebeu nenhuma menção, uma vez que os impactos ambientais e sociais causados pela usina sempre referenciaram o baixo custo beneficia da construção, e assim sai da pauta de assuntos do governo.

**Tabela 23** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - FHC 2 Mandato

<b>PALAVRAS</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Amazônia	44	34	40	55
Hidrelétrica	05	05	05	20
Grandes Projetos	-	-	-	03
Belo Monte	-	-	01	-
Tucuruí	04	03	06	03
Balbina	-	-	-	-

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Neste período, o discurso que valoriza objetivamente a exploração dos recursos naturais e substituído por enunciados sobre a busca pelo conhecimento da potencialidade dos recursos

naturais que possam atrair investimentos. E a Amazônia permanece sendo uma fronteira a ser explorada:

Visando desenvolver o conhecimento do grande potencial geológico da Amazônia brasileira, reconhecidamente a mais promissora nova fronteira para importantes descobertas minerais e de petróleo de todo o mundo, e a atrair os investimentos privados necessários, o Governo está promovendo amplo projeto de levantamentos aerogeofísicos nas suas províncias minerais. (BRASIL, 2001, p. 211)

O discurso da Amazônia sustentável tem um objetivo claro: convencimento da comunidade internacional que neste contexto, já cobrava ações coordenadas para enfrentamento do desflorestamento, poluição e qualidade de vida das populações locais. O discurso comprova a já alertada mercantilização do bioma da região. A nova dinâmica do mercado internacional cobra o discurso do Executivo responde:

A reestruturação do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ) e a elaboração e aprovação da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal, em julho de 1995, representaram marcos fundamentais para a estratégia de desenvolvimento sustentável da região. **Pela primeira vez, o Governo sinalizou claramente para o País e para a comunidade internacional que a proteção e o uso sustentável dos recursos amazônicos é prioridade nacional, que as ações ali constantes devem ser convergentes em torno dessa política** e que o assunto requer o envolvimento do Governo e da sociedade em todos os setores de ação. (BRASIL 1998, p.245)

O processo de mercantilização da natureza é a tônica dos discursos do segundo mandato, viabilizando o agenciamento do capital natural.

O programa Amazônia Sustentável, que objetiva o desenvolvimento da Amazônia com o uso sustentável de seus recursos naturais, pretende quintuplicar a taxa de participação dos produtos oriundos do uso sustentável de recursos naturais no PIB regional, elevando-a de 0,1% para 0,5% até 2003. (BRASIL 2000, p. 214)

Na voz institucional, a natureza amazônica deve ser explorada, dando retorno à economia nacional:

Os resultados desse projeto não apenas aumentarão significativamente a atratividade do Brasil **para os capitais de risco voltados para a pesquisa mineral e de petróleo, como também constituirão marco histórico no conhecimento das potencialidades da Amazônia, com expressivos efeitos no crescimento da economia regional.** (BRASIL, 2002, p. 195) (Grifo da Autora)

Mas o discurso do poder, através da persuasão, investe na construção da imagem positiva de proteção e respeito aos recursos naturais da região:

O programa, dado o seu caráter reformulador, já está presente em escolas que formam desde profissionais especializados na produção de instrumentos

musicais com madeira nativa, **extraída de forma sustentada na Amazônia**, até as que formam técnicos em eletrificação solar no Recife (BRASIL, 2001, p. 58) (Grifo da Autora).

E assuntos que despertam discussões polêmicas na sociedade, como as hidrelétricas e seus impactos na Amazônica, são silenciados, recebendo poucas ou nenhuma menção; aparecem cifrados ou os enunciados são curtos e sem profundidade ou menção aos conflitos, como é o caso de Belo Monte :

No programa Eixo de Energia Madeira Amazonas deu-se continuidade aos estudos para implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, de 11.000 MW, no rio Xingu, no Estado do PARÀ, com vistas à licitação da concessão em 2001 (BRASIL, 2001, p. 166).

Ou ainda do verbete Tucuruí, que no mandato de FHC é o único grande projeto hidrelétrico citado, mas sem mencionar os problemas a ela relacionados. A Usina é destaque na aplicação de capacidade de geração de energia:

No programa Integração Elétrica Norte-Sul, destaca-se o início da construção da segunda casa de força da UHK Tucuruí, com 4.125 MW, que elevará a sua potência final para 8.125 MW (BRASIL, 2001, p. 166).

Como o contexto exige um discurso de valorização do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais, as mensagens de FHC justificam a exploração de recursos hídricos reelaborando o discurso da Amazônia dos “espaços vazios”:

O Brasil tem situação privilegiada em relação à disponibilidade de recursos hídricos. Estima-se que o País possua 14% dos recursos hídricos do planeta. Esses recursos, entretanto, estão distribuídos de forma bastante diferenciada por bacia e por região demandante, o que torna estratégica a gestão dos recursos hídricos, seja do ponto de vista ambiental, seja das atividades econômicas e sociais. **Apesar da abundância de águas, a Região Norte é habitada por menos de 12% da população brasileira** (BRASIL, 2002, p. 441) (Grifo da Autora).

Nas mensagens deste período pela primeira vez o agronegócio, objeto de debate e controvérsia na Amazônia, é apresentado como importante fator da economia nacional, contrapondo o discurso de preservação apresentado ao longo do período:

Contido o impacto inflacionário da desvalorização cambial, a nova relação entre preços internos e externos deve, em curto prazo, freiar as importações e abrir espaço para a aceleração das nossas exportações, com repercussão positiva sobre o nível de emprego doméstico. Vamos ocupar esse espaço, contando com os patamares de qualidade e produtividade já alcançados pela indústria nacional — incluindo o agronegócio — e com uma articulação mais eficaz do Governo com o setor privado (BRASIL, 2002, p.19).

O discurso é inconciliável com a imagem de exploração racional e ambientalmente equilibrada da Amazônia uma vez que a viabilização da produção da soja na região tem sido

alvo de críticas nacionais e internacionais por sua expansão na Amazônia vir acompanhada de graves problemas socioambientais por ser uma monocultura mecanizada, com uso de fertilizantes e sementes transgênicas, que não estimula a fixação do homem ao campo, não agregar valor à produção e favorece a concentração de terras. Além disso, o cultivo visa o mercado internacional com o beneficiamento dos grãos sob controle de empresas transnacionais (BRANDÃO, 2005). E no mesmo documento, há o discursivo persuasivo sobre a preservação da floresta com programa especial de combate ao desmatamento na fronteira de avanço do cultivo da soja:

O Florescer incorpora o Programa de Controle e Prevenção de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento Proarco. Esse programa, que conta com recursos de empréstimo do Banco Mundial, tem como finalidade prevenir e combater a ocorrência de incêndios florestais em larga escala na Amazônia Legal, nas áreas onde maior é a incidência do problema. Sua meta principal é reduzir em pelo menos 30% os acidentes com o uso de fogo. Para tanto, ele financia a capacitação de pessoal das organizações especializadas, a distribuição de equipamentos de combate a incêndios e a produção de material educativo nos municípios participantes. O Proarco é operado com o apoio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - PrevFogo (BRASIL, 2002, p. 431).

Mas a controvérsia sobre a região permanece no escopo discursivo neste período com a exaltação à agricultura familiar:

O programa Fortalecimento da Agricultura Familiar PRONAF fixou para a safra 1999/2000 a meta de atender 1.200.000 contratantes com financiamento rural, destinando-lhes R\$ 3,4 bilhões de recursos oriundos do FAT e dos fundos constitucionais, além de valores da exigibilidade bancária. Em relação à safra 1998/1999, haverá incremento de 70% no número de operações contratadas. Esses números demonstram a potencialidade desse programa que, a despeito do pouco tempo de sua instituição ocorrida em 1996, já apresenta resultados que atestam sua sintonia com as necessidades dos agricultores familiares (BRASIL, 2000, p. 186).

A incoerência em relação discursiva permanece porque ao mesmo tempo que exalta o agronegócio, o governo de FHC utiliza o discurso de convencimento sobre a proteção às florestas:

O conjunto das ações de Governo que respondem pela preservação da Amazônia foi consolidado, para o período 2000-2003, no Programa Amazônia Sustentável. Um montante da ordem de R\$ 120 milhões foi previsto para a execução de atividades de fomento a projetos de gestão de recursos naturais, capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento sustentável, proteção das florestas, consolidação de áreas protegidas e apoio às comunidades extrativistas, entre outros (BRASIL, 2002, p. 56).

Sobre o silenciamento dos conflitos na região dos grandes projetos, as mensagens de FHC aos congressistas, o discurso apresenta o homem da região. Mas sempre que ele é mencionado – seja como índio, quilombola ou ribeirinho – é como personagem de uma ação protetiva do Estado:

Na Amazônia,, os navios da Marinha, conhecidos pelos ribeirinhos como "Navios (Ia Esperança". e **as organizações militares cia área cio Comando do 1 Distrito Naval, realizaram palestras sobre higiene, tratamento cia água, vacinações e distribuição de medicamentos.** Os navios de assistência-hospitalar "Carlos Chagas". "Oswaldo Cruz" e "Doutor Montenegro" realizaram 21 missões de atendimento médico-hospitalar. alcançando 491 localidades (BRASIL, 2002, p. 559) (Grifo da Autora).

De reconhecimento de desassistência e necessidade de proteção:

Esforços devem ser empreendidos, também, para melhorar as condições de saúde, educação, saneamento, infra-estrutura e habitação da Região Amazônica. **As comunidades que vivem do extrativismo e os povos indígenas serão protegidos de ações nocivas e ilegais, buscando-se soluções próprias ao atendimento de suas necessidades básicas** (BRASIL, 1995, p. 88) (Grifo da Autora).

Ou ainda, reconhecendo o homem amazônico e seus direitos:

**Atendendo principio constitucional, que reconheceu aos habitantes das comunidades de quilombos a propriedade das terras que ocupam tradicionalmente,** a primeira comunidade beneficiada com o título de propriedade foi a Boa Vista, no Município paraense de Oriximiná, em 1995. Nesses quatro anos, 22 comunidades receberam seus títulos, sendo 21 no Pará e uma na Bahia. A área total dessas comunidades quilombolas atinge 171 mil hectares (BRASIL, 2002, p. 141). (Grifo da Autora).

Outrossim, o discurso sobre os índios a exploração de suas áreas visando o mercado econômico, utilizando como enunciado a gestão dos recursos naturais:

Em face da superação gradativa dos processos de demarcação das terras indígenas, surge um novo desafio: a gestão territorial da enorme diversidade biológica nelas existentes. Nesse sentido, o Governo tem incentivado e apoiado iniciativas promissoras, que promovam a gestão territorial pelas próprias comunidades, por meio de práticas sustentáveis que garantam o retorno econômico para atendimento de suas necessidades aliado à manutenção do equilíbrio ecológico de suas terras. Uma dessas iniciativas é o Plano de Manejo Florestal desenvolvido pelos índios Xikrin do Cateté, **cujas terras estão localizadas no Estado do Pará. visando a exploração e comercialização de recursos madeireiros e não-madeireiros de forma sustentável.** O projeto conta com o apoio do Ministério da Justiça e do Ministério do Meio Ambiente, sendo financiado com recursos da Companhia Vale cio Rio Doce e do Pró-Manejo - PPG7. Os Xikrin. que no passado foram aliados por madeireiros em práticas ilegais e predatórias, constituem hoje um paradigma para a exploração florestal em terras indígenas. O projeto conta com ampla participação cia comunidade. No final de 2000 foi realizada a primeira colheita de madeira (BRASIL, 2002, p. 123) (Grifo da Autora).



O período em questão discursa sobre a Amazônia como um objeto de preocupação geopolítica estratégica. A enunciação carrega o silenciamento sobre conflitos e as contradições entre uma realidade regional existente e outra preterida. Fala-se da Amazônia e não com o homem amazônida.

**Quadro 9** - Análise de Tipos de discursos Frequentes nas Mensagens Presidenciais (1995 – 2002)/Van Dijk

ANOS	UNIDADE	TIPO DE DISCURSO	EQUADRAMENTO TEMÁTICO
DE 1995 A 2002	AMAZÔNIA	Descritivo	Os incentivos fiscais de caráter regional, especialmente o FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste) e o FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia), canalizaram para estas duas regiões, em 1995, 717 milhões de reais, sendo que 361 milhões foram liberados para o Nordeste e 355 milhões para a Amazônia.
		Persuasivo	Nesse novo arranjo institucional, compete ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal coordenar as ações planejadas em favor do desenvolvimento sustentável, qual seja "aquele que atende às necessidades das atuais gerações sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem a suas próprias necessidades". A atuação do Governo na Amazônia Legal será orientada por diretrizes de preservação do meio ambiente; melhoria das condições de vida da população; conservação e uso adequado dos recursos naturais; promoção do desenvolvimento sócio-econômico; apoio às ações de segurança na região; e aperfeiçoamento da cooperação internacional.
	HIDRELÉTRICA	Descritivo	Dentre os empreendimentos com obras retomadas e em franco andamento, totalizando 3.880 MW de potência, destacam-se as Usinas hidrelétricas de Corumbá (GO) (383 MW, com operação programada para abril de 1997)
		Persuasivo	O programa de investimentos do Governo tem como objetivo atrair investidores brasileiros e estrangeiros, como parceiros de projetos de construção de estradas, ferrovias, gasodutos, centrais termelétricas e hidrelétricas, e de expansão e modernização dos sistemas de telecomunicações.
	TUCURUÍ	Descritivo	Já foram iniciadas as providências para a expansão do sistema regional de transmissão, que levará ao oeste do Pará a energia de Tucuruí.
	BELO MONTE	Descritivo	No programa Eixo de Energia Madeira Amazonas deu-se continuidade aos estudos para implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, de 11.000 MW, no rio Xingu, no Estado do PARÁ, com vistas à licitação da concessão em 2001. (BRASIL, 2001, p. 166)

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017 (A partir de van Dijk, 2008)

O lugar da Amazônia nesse período é o da geopolítica estratégica, em que o Estado necessita se posicionar internacionalmente como agente protetor e promotor de um desenvolvimento com crescimento econômico, valorizando os fatores ambientais. Mas que

contraditoriamente, estimula sua exploração. A Amazônia produz o discurso do contraditório. É uma moeda de imagem positiva para atrair investidores a partir da abundância de seus recursos, e simultaneamente (e forma divergente) é usada para valorizar a imagem no País no exterior em um contexto de cobranças globalizadas sobre as questões ambientais e, principalmente, sobre a proteção da região.

#### 4.6 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Luiz Inácio Lula da Silva foi o 35º Presidente do Brasil, eleito para dois mandatos, entre 01 de janeiro de 2003 e 01 de janeiro de 2011. A primeira vitória veio na quarta candidatura para este cargo, com 61,27% dos votos válidos (52,8 milhões de votos)<sup>105</sup>. No segundo mandato recebeu 58,3 milhões de votos, equivalente a 60,8% dos votos válidos. Nascido em 1945 no sertão pernambucano<sup>106</sup>, município de Garanhuns, migrou com a família aos 13 anos para São Paulo em um caminhão pau de arara, repetindo o trajeto executado por milhares de nordestinos. Torneiro mecânico formado pelo Senai, Lula se filiou ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, onde foi eleito presidente na década de 70.

Em 1980 liderou as greves do ABC paulista<sup>107</sup>, e no mesmo ano participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), por onde se candidatou ao Governo de São Paulo em 1982. Foi um dos fundadores da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 e, no ano seguinte, foi uma das lideranças da campanha das “Diretas Já”. Foi Deputado Federal mais votado nas eleições de 1986<sup>108</sup>, atuou como Líder do PT na Câmara e na Assembléia Nacional Constituinte entre 1987 e 1988.

Aos assumir a presidência do País, Lula promete implantar uma política de governo baseada no documento “Carta ao Povo Brasileiro”<sup>109</sup>, onde se expunha a moderação diretriz principal de um governo que pretendia manter política macroeconômica do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. O anúncio como explica Barbosa (2013), desagradou militantes, mas as deliberações descritas na Carta foram mantidas para aferir credibilidade ao governo petista.

<sup>105</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso: maio/2017.

<sup>106</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/LUIZ%20INACIO%20LULA%20DA%20SILVA%20biografia.pdf>. Acesso: maio/2017.

<sup>107</sup> A “Greve dos 41 dias” começou 1º de abril de 1980, decretada por mais de 60 mil metalúrgicos em assembleia no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. As reivindicações incluíam aumento real de 15%, reajuste trimestral, semana de 40 horas, direito ao representante sindical de poder entrar nas fábricas e a garantia de estabilidade no emprego por 12 meses, para evitar a alta rotatividade. A greve marcou o mais longo enfrentamento entre os trabalhadores e a ditadura desde o golpe de 1964. Lula presidia o sindicato e foi preso, indiciado na Lei de Segurança Nacional, com outros dez dirigentes sindicais do ABC paulista (RESENDE, 1986).

<sup>108</sup> Lula recebeu 651 mil votos. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2002>. Acesso: maio/2017.

<sup>109</sup> Documento assinado pelo então candidato à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, divulgada no dia 22/06/2002, como resposta ao clima de inquietação entre o empresariado, investidores brasileiros e principalmente estrangeiros, que declaravam um temor apocalíptico com a perspectiva de um eventual governo petista. A preocupação era de um calote da dívida externa. A equipe próxima ao candidato apontava que três fatores foram determinantes para a publicação da Carta: tranquilizar os mercados, a contração da liquidez e a insegurança quanto à agenda do novo governo (BARBOSA, 2013).

Lula assume sem a temida ruptura, mantendo a versão brasileira do modelo neoliberal, como descrito por Filgueiras e Gonçalves (2007), o “modelo liberal-periférico” com a permanência de políticas macroeconômicas do segundo mandato de FHC como metas de inflação, câmbio flutuante e o superávit primário. Para Barbosa (2013), este governo pode ser entendido a partir de três períodos: o primeiro de 2003 a 2005, quando a opção de Lula foi por uma política de controle da inflação e diminuição do endividamento público; com equilíbrio do mercado, já que o ambiente era de fuga de capitais. A segunda fase foi chamada pelo autor de expansionista, se concentrou entre 2006 e 2008, o período de estabilização até a crise internacional.

A ruptura com as políticas neoliberais ficou evidente quando o Banco Central adotou a postura de redução de juros para 11,5% até 2007, como consequência da chamada âncora verde (expansão na produção agrícola com preços internacionais favoráveis dos alimentos durante o ano); da manutenção da meta inflacionária nos anos subseqüentes em 4,5%, a subida dos preços das commodities a partir de 2007 provocando maior apreciação da taxa de câmbio brasileira. A última fase foi a pós-crise internacional (2009 e 2010), com a reversão dos impactos da crise mundial e da queda na demanda externa (BARBOSA, 2013).

Esse período político gerou ainda um marco na história econômica brasileira, transformando o país de devedor à credor do Fundo Monetário Internacional (FMI) em plena crise econômica mundial, com o governo pagando a dívida com o FMI e o empréstimo feito de US\$14 bilhões. E alcançou índices inéditos como destaca a Tabela abaixo:

**Tabela 24** - Síntese de Indicadores Macroeconômicos – 2003-2010 (médias anuais por período)

	2003-06	2007-10	2003-2010
Crescimento do PIB (% a.a.)	3,5	4,5	4,0
Inflação (IGP dez/dez, % a.a.)	6,4	5,1	5,7
Taxa de Desemprego IBGE (5)	10,9	8,0	9,5
FBCF (% PIB a preços correntes)	15,9	18,0	17,0
Tx. de cresc. das exportações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	22,9	10,0	16,3
Tx. de cresc. das importações de bens (US\$ correntes, % a.a.)	17,9	18,8	18,3
Balança comercial (US\$ milhões)	37,4	27,6	32,5
Saldo em conta corrente (US\$ milhões)	10,9	-24,1	-6,9
Dívida externa líquida/Exportação de bens	1,4	-0,1	0,7

Fonte: GIAMBIAGI, F. (2011, p. 218).

Como aponta o autor, no governo Lula:

além de na década ter havido uma recuperação do crescimento e do investimento, com um impacto muito favorável sobre o emprego, a dívida líquida do setor público diminuiu em 1/3; o país tornou-se credor líquido do exterior, uma vez que a dívida externa líquida tornou-se negativa; e as reservas atingiram quase US\$290 bilhões em 2010. Em compensação, as reformas

estruturais limitaram-se a uma reforma da Previdência restrita ao âmbito do funcionalismo e de importância modesta (GIAMBIAGI, 211, p.229).

Castro (2012) aponta as políticas de transferência de renda como marca do governo Lula, onde estão relacionados o Programa Bolsa Família, a democratização do crédito e a diminuição da desigualdade social. O Programa atendeu nos dois mandatos 12 milhões de famílias, com custo de 0,4% do PIB.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o maior projeto do segundo mandato, foi lançado por Lula em 2007, composto por cinco blocos: medidas de investimento em infraestrutura social, como (habitação, saneamento básico e transporte de massa, programas de água e eletricidade); medidas de estímulo ao crédito e ao financiamento; medidas de desenvolvimento institucional; medidas de desoneração e administração tributária; e medidas fiscais de longo prazo<sup>110</sup>. O anúncio desta agenda veio acompanhado da promessa de que seria ampliado e segmentado em novas etapas, para resgatar a presença do Estado em ações estratégicas e de investimentos, com um conjunto de medidas estruturantes. Três grandes eixos organizaram a divisão das obras do Programa: infraestrutura logística, infraestrutura energética, e infraestrutura social e urbana. O Programa planejou a favorecer a participação iniciativa privada poderia participar dos investimentos setoriais de três formas: concessão simples, concessão patrocinada (PPP) e concessão administrativa, mediante novas linhas de financiamento adequadas.

Inicialmente, o PAC fez previsão de investir na Amazônia<sup>111</sup>, R\$ 6,2 bilhões, listando obras de integração da Ferrovia Norte-Sul com a Estrada de Ferro de Carajás e com a Hidrovia do Tocantins. No planejamento do desenvolvimento regional, o objetivo centrou-se na reformulação do marco regulatório da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e estimulando o investimento privado com desoneração fiscal. No setor energético, o planejamento infraestrutural do PAC definiu condições especiais de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para estimular investimentos em geração e transmissão de energia elétrica. A intenção era estimular as Parcerias Público Privadas (PPP) para o segmento de energia (FILGUEIRAS E GONÇALVES, 2007).

---

<sup>110</sup> Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> . Acesso: maio / 2017

<sup>111</sup> Disponível em <http://planejamento.gov.br> . Acesso: maio de 2017 .

Os investimentos aplicados no PAC demonstram a importância que concentrou no sistema energético. Nesta área, o Programa recebeu investimentos de R\$ 65,9 bilhões para o período de 2007 a 2010 e de R\$ 20,7 bilhões após 2010, em infraestrutura energética<sup>112</sup> para geração de energia elétrica, sendo que para 2007 a previsão foi de R\$ 11,5 bilhões e de R\$ 54,4 bilhões para o período 2008-2010. Para o segmento de transmissão, as previsões são de investimentos de R\$ 4,3 bilhões, R\$ 8,2 bilhões e R\$ 3,4 bilhões, respectivamente, para os períodos já enunciados. Na área de petróleo e de gás natural os investimentos do PAC deverão perfazer o total de R\$ 179,0 bilhões, sendo R\$ 35,9 bilhões em 2007, R\$ 143,1 bilhões durante o período compreendido entre 2008 e 2010 e outros R\$ 138,1 bilhões para depois de 2010. No segmento de combustíveis renováveis, o total de investimentos previstos é de R\$ 17,4 bilhões, com R\$ 3,3 bilhões em 2007, R\$ 14,1 bilhões previstos para serem investidos entre 2008 e 2010 e R\$ 27,0 bilhões para depois de 2010. Na geração a Região Norte recebeu do PAC R\$ 24,4 bilhões até 2010 e R\$ 10,5 bilhões após 2010, recursos para geração de um potencial de 1.664 Mw até 2010 e 15.685 Mw depois de 2010. O investimento tinha três linhas de investimento: a construção das usinas de Jirau, Belo Monte e Santo Antonio, licitadas e enfrentando problemas jurídicos e resistências ambientais; e para a interligação da linha de transmissão Tucuruí, Macapá e Manaus; e a integração das usinas do Madeira com Araraquara, em São Paulo.

Em 2008, o governo publica o Plano Amazônia Sustentável (PAS)<sup>113</sup>, anunciado três anos antes, um documento assinado pelo presidente Lula e todos os governadores da Amazônia detalhando diretrizes para alcançar 16 compromissos relacionados “a partir do Termo de Cooperação firmado em 2003 entre o presidente e os governadores dos estados da região, de um diagnóstico abrangente, e de consultas públicas com mais de cinco mil representantes” (BRASIL, 2008).

No PAS a proposta do governo é de implementar um novo modelo de desenvolvimento para a região:

A superação do atual modelo de exploração predatória dos recursos naturais por um novo modelo de desenvolvimento assentado nas atividades econômicas dinâmicas e sustentáveis pode garantir a preservação da imensa riqueza representada pela floresta amazônica, resultando, em tempos de forte ameaça de aquecimento do planeta, em enorme benefício para toda a humanidade. Deve ser ressaltado, ainda, que este excepcional ativo, a floresta

---

<sup>112</sup> Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac> . Acesso: maio / 2017.

<sup>113</sup> Disponível em [http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/\\_arquivos/plano\\_amazonia\\_sustentavel.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf) . Acesso: maio/ 2017.

em pé, deveria ser remunerado por aqueles que dele mais se beneficiam, ou seja, os países ricos do hemisfério norte, sem prejuízo da soberania nacional.(BRASIL, 2008, p. 06)

Como salienta Giambiagi (2011), o período Lula foi definido pela consolidação do processo de estabilização e por avanços sociais relevantes. Mas ao final do mandato, 15 anos após o Plano Real, havia problemas semelhantes aos de 1995: taxa de investimento insuficiente, poupança doméstica baixa e competitividade deficiente economia,. Um cenário que propiciou o ressurgimento dos déficits elevados em conta-corrente e onde não arriscou seu capital político para implementação das reformas política e da previdência.

O Governo Lula terminou com aprovação recorde da população, com número superior a 80% de avaliação positiva<sup>114</sup>. O roteiro positivo deste final de mandato foi alterado a partir da condenação por corrupção. Lula foi o primeiro presidente da República condenado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, recebendo a pena de nove anos e seis meses de prisão.

No dia 24 de janeiro de 2018, por 3 votos a 0, o Tribunal Regional Federal confirmou a condenação e ainda aumentou a pena para doze anos de prisão de Lula. Na madrugada do dia 5 de abril de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), por 6 votos a 5, rejeitou o habeas-corpus preventivo que garantiria sua liberdade começou a cumprir pena em 7 de abril de 2018.

---

<sup>114</sup> Disponível em: [http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/110930\\_CNI\\_IBOPE\\_setembro\\_apresentacao.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/110930_CNI_IBOPE_setembro_apresentacao.pdf) . Acesso: maio/2017.

#### 4.6.1 Mensagens Presidenciais de 2003-2010

Nos dois mandatos, os documentos do Governo Lula apresentam uma divisão temática mais detalhada e persuasiva, cujas mensagens são maiores (média de 320 páginas por ano) e divididas em títulos que demarcam ideologicamente a proposta política de um governo que pretende ser identificado como o que governa para as minorias, destacando a preocupação em ressaltar a importância com as questões ambientais. Os relatos estão expostos em capítulos nomeados de: Confiança no Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável com Inclusão Social; Desenvolvimento Sustentável com Aceleração do Crescimento e Redução de Desigualdades; Cidadania e Inclusão Social; Infraestrutura; Política Exterior e Soberania; Democracia e Diálogo; e Gestão do Estado e Combate à Corrupção. (BRASIL, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010b).

**Tabela 25** - Quantidade de páginas por Mensagem/Presidente LULA

ANO/MANDATO	PÁGINAS POR MENSAGEM
2003	268
2004	262
2005	302
2006	238
2007	238
2008	255
2009	310
2010	424

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

Mesmo considerando o recorte histórico e ideológico distinto, e sendo um presidente eleito por um partido com viés socialista democrático (Partido dos Trabalhadores), as mensagens enviadas aos congressistas por Lula apresentam ênfase discursiva que se aproxima a dos presidentes do período da ditadura militar. Na pesquisa sobre os termos mais incidentes nos documentos, encontram-se em evidência os mesmos enunciados do período militar: “Nacional”, “Bilhões”, “governo”, “desenvolvimento”, “Brasil”, “Programa”. O diferencial é que o discurso neste momento político é muito menos descritivo e investe na linguagem persuasiva.

A relação de termos evidenciados (Ver Tabela 26) também inclui um enunciado que até então não havia recebido destaque nos documentos: “Meio”, relacionado com ambiente. O enunciado “Social”, tal qual o período político anterior, tem destaque no discurso, uma vez que



o governo Lula realça nos documentos a preocupação institucional de investir em políticas de inclusão.

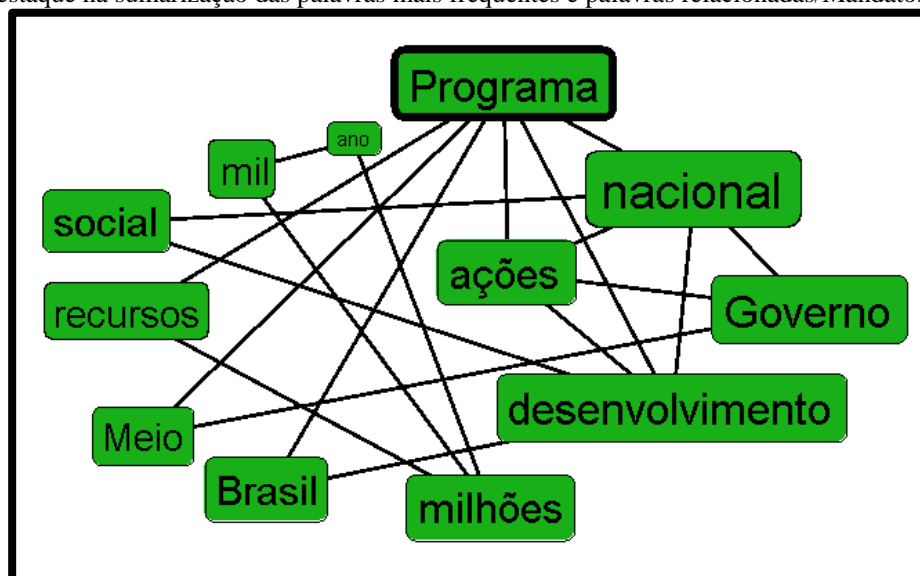
**Tabela 26** - Palavras mais citadas por Presidente/ Lula – 2 Mandatos

<b>PALAVRA</b>	<b>CITAÇÃO</b>	<b>TERMOS RELACIONADOS</b>
Nacional	4.203	Congresso, Conselho, Programa, Plano, Política, Sistema
Milhões	2.615	Reais, Trabalhadores, pessoas, toneladas, investidos
Brasil	2.282	Mudar, Transparência, Desenvolvimento, Programa
Programa	2.847	Nacional, Fome Zero, Bolsa Família,
Governo	2.779	Nosso, Federal, Ações; setores, compromisso
Recursos	1.849	Financeiros, alocação, aplicados, arrecadados, volumes
Desenvolvimento	2.815	Brasil, Nacional, Alternativo, Integrado, País, Econômico. Social.
Meio	1.684	Estímulo, implantação, ambiente, Governo, Programa, Processo, ação
Ações	2.587	Setoriais, governo, desenvolvimento, potencializar.
Social	2.357	Promoção, política, previdência, inclusão, exclusão.

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

É possível através do grafo (Ver Figura) a centralização do discurso está em torno dos programas instituídos. Mesmo em um recorte temporal-ideológico distinto, é mantido o discurso central de exaltação a quantidade de recursos investido em programas nacionais, tendo a proposta de desenvolvimento integrado mantida como objetivo central do processo discursivo. Mesmo não ressaltadas quantitativamente o discurso no mandato Lula dá ênfase à três termos no processo discursivo expresso nos documentos: participação, diversidade e diálogo. A intenção é demonstrar o caráter popular do governo em exercício.

**Figura 9** - Destaque na sumarização das palavras mais frequentes e palavras relacionadas/Mandatos LULA



Fonte: Pesquisa Documental/ Autora, 2017

A abordagem do desenvolvimento neste momento discursivo ressalta a participação popular, o governo afirma que vai construir a agenda de prioridades mediante o debate que vai apontar o direcionamento do interesse público:

O Governo fixará macroprioridades nacionais para revitalizar a Federação, integrando União, estados e municípios, e dando origem a um novo modelo de descentralização coordenada. **Será possível planejar e ao mesmo tempo descentralizar a partir da recuperação do papel indutor do Governo Federal, aliado a um maior controle e participação social nas ações de desenvolvimento regional e local.** O Governo será marcado pela construção de mecanismos apropriados para o debate, a elaboração e a implementação de propostas relevantes para o interesse público (BRASIL, 2003, p. 28) (Grifo da Autora).

Na referência aos termos selecionados nesta pesquisa, o léxico “Hidrelétrica” neste período normalmente está associado aos projetos de instalação de pequenas usinas hidrelétricas em várias regiões do País. As 09 menções ao longo do mandato sobre Tucuruí estão sempre relacionadas a expansão das linhas de transmissão. E a expressão “grandes Projetos” na única vez mencionada se refere à projetos científicos nacionais. O primeiro mandato apresenta o maior número de citações à Amazônia, mas há nestes quatro anos um apagamento no discurso aos congressistas sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e todos os conflitos que protagonizava com seu processo de instalação.

**Tabela 27** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - LULA 1 Mandato

<b>PALAVRAS</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>
Amazônia	35	23	30	21
Hidrelétrica	02	06	03	03
Grandes Projetos	01	-	-	-
Belo Monte	-	-	-	-
Tucuruí	-	04	02	03
Balbina	-	-	-	-

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

No segundo mandato de Lula, a Amazônia recebeu o maior número de menções do recorte temporal definido no escopo deste estudo: 99 em apenas um ano. Neste período as hidrelétricas recebem maior número de menções por conta do anúncio e implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Não há menções sobre “Grandes Projetos”. O discurso do último mandato também é o que mais cita Belo Monte e novamente a justificativa vem a partir das obras promovidas pelo PAC, o mesmo acontecendo com Tucuruí, recebendo menções porque as obras previstas para ela estavam relacionadas no Programa (Ver Tabela 28). A Usina Hidrelétrica de Balbina não é mencionada nos documentos.

**Tabela 28** - Relação Palavras buscadas por ano/mandato - LULA 2 Mandato

<b>PALAVRAS</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Amazônia	23	30	21	99
Hidrelétrica	08	05	06	14
Grandes Projetos	-	-	-	-
Belo Monte	-	02	02	06
Tucuruí	01	03	04	09
Balbina	-	-	-	-

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017

A estratégia discursiva deste mandato é a exaltação de contemplar a região Amazônica com atenção, diálogo e programas que até então não havia recebido. O discurso das Mensagens de Lula ao Congresso enaltece a novidade das ações do governo para a região. O motivo é a implantação do PAC, utilizado nas mensagens como forma de equacionar antigas e importantes questões estruturais nos planos político, social e econômico. Assim, as mensagens de Lula intencionam reforçar a imagem de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.

O planejamento para a região está inserido no capítulo “Desenvolvimento Regional”, reforçando – como em momentos políticos anteriores– o lugar periférico da Amazônia. Mas o título onde se situa a Amazônia traz o tom persuasivo: “Amazônia é uma prioridade ambiental”. Substitui-se o discurso dos “espaços vazios” pelo de reconhecimento das particularidades que a

região apresenta, utilizando o tom de exaltação quanto a postura política implementada pelo governo em relação à região:

Em termos sociais, **o traço marcante da realidade amazônica é a diversidade de situações encontradas em seu vasto território**. Associada ao processo de ocupação territorial e à concentração da atividade econômica, uma característica recente da Amazônia é o aprofundamento da heterogeneidade social, revelando os principais indicadores um mosaico de situações que requer atenção própria na formulação de uma estratégia voltada para a redução das desigualdades e da pobreza. (BRASIL, 2003, p. 186) (Grifo da Autora).

É possível identificar nas mensagens deste período o reconhecimento do sujeito amazônico, uma realidade local em que há ribeirinhos, colonos, pequenos agricultores, quilombolas, mas são citados apenas como agentes de programas sociais ou como possíveis beneficiários da exploração regional. Uma resposta à comunidade internacional e nacional sob a nova ótica de desenvolvimento com sustentabilidade. Há exploração mas para benefício local:

Portanto, **a nova inserção da Amazônia no desenvolvimento nacional e no contexto internacional** requer a formulação de política que tenha como referencia básica uma nova visão espacial do território amazônico, constituída a partir do entendimento das mudanças que estão sendo processadas e da diferenciação regional dela resultante. Requer, também, a convergência de objetivos e a coordenação na formulação e na implementação das políticas nacional e regional de desenvolvimento, de modo que propicie a exploração da riqueza de sua biosociodiversidade **em benefício não só do Brasil, mas, também, de seus habitantes** (BRASIL, 2003, P. 188) (Grifo da Autora).

Os problemas com as instituições de financiamento são minimizados nas Mensagens de Lula, ainda que admita combate à fraude institucional, há apenas o anúncio de que haverá mudança na atuação:

**Com a mesma intenção, de reduzir as desigualdades inter-regionais e intra-regionais e combater a fraude, a proposta da nova Sudam** tem o desafio de reconciliar o progresso e a natureza num cenário monumental: 1/3 da floresta tropical do planeta; 61% do território nacional; 21 milhões de brasileiros e brasileiras; quase 30% das formas possíveis de vida na Terra; e 6,5% da água disponível no planeta. Um elenco de riquezas minerais e imensa fonte de princípios ativos, de inestimável interesse para o presente e para o futuro da humanidade (BRASIL, 2003, p. 91) (Grifo da Autora).

Mesmo que a abordagem regional se apresente discursivamente diferenciada, ainda há o tom desenvolvimentista para um ‘objeto’ com potencial para exploração:

[...] a implementação do Plano Amazônia Sustentável (PAS), plano inovador de desenvolvimento regional construído de forma democrática com ampla participação dos Estados, dos Municípios e da sociedade civil, que interrompe uma longa história de planejamento autoritário para a Amazônia e propõe um tratamento diferenciado para **uma região complexa e heterogênea com grande potencial econômico, diversidade social, biológica e riquezas naturais** (BRASIL, 2005, p. 81) (Grifo da Autora).

A “Amazônia” neste período ganha uma dimensão de grandiosidade no discurso, mas é tratada como única, sem pluralizar sua diversidade. É perceptível que a denominação de “região Norte” foi substituída definitivamente por “Amazônia”, que passa a constar nas mensagens com um item único para descrição de projetos do Governo para a região, inicialmente dentro do capítulo da “Integração Nacional” e posteriormente inserido em “Desenvolvimento Regional”. Reconhece relatando neste espaço os problemas peculiares que afetam a região, não há menção às consequências dos grandes projetos:

Ao longo das três últimas décadas, a Amazônia experimentou profundas mudanças estruturais na economia (industrialização), no povoamento (urbanização), na sociedade, com a emergência de novos atores locais e internacionais, e na apropriação do território, mediante a demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação ambientais e de projetos de coletividade, fruto das políticas implementadas para a região (BRASIL, 2003, p. 173).

E mesmo com um número bem maior de citações da palavra “Amazônia”, não há registro das discussões ambientais que cercam os projetos governamentais para a região. Quando a região se relaciona na mensagem à palavra “hidrelétrica” é somente para elencar o licenciamento ambiental do ano em curso:

Foram concedidas 20 licenças para Usinas Hidrelétricas de grande porte, ressaltando duas licenças prévias, três de prorrogação ou concessão de licença de instalação, 10 de renovação ou autorização para supressão da vegetação, e cinco de renovação, regularização ou retificação de licenças de operação (BRASIL, 2008 p. 85).

A expressão “grandes projetos” é evitada nas mensagens de Lula. A imagem que relaciona a Amazônia à obras faraônicas, como faziam os militares, é apagada. Por várias vezes a menção à “Hidrelétricas” é acompanhada por referência de que são de “pequeno porte”. Mesmo quando cita a ocupação desordenada, não menciona os grandes projetos hidrelétricos que incentivaram ciclos migratórios. Assim o tema solto, sem estabelecer relação de causa-efeito, não será sujeito de críticas ou reflexão:

O crescimento urbano fez-se de forma acelerada, passando a população urbana de uma proporção de 35,7%, em 1970, para 68,2%, em 2000, constituindo a urbanização, ao lado da mobilidade populacional, **um dos aspectos mais dolorosos do processo de ocupação regional, uma vez que as cidades não tiveram tempo nem recursos para absorver os migrantes.** Resulta, assim, que a Amazônia é uma floresta urbanizada, representando, porém, os núcleos urbanos um de seus maiores problemas ambientais (BRASIL, 2003, p. 173).

O discurso no período Lula reconhece, reafirmando o que já constava no discurso do governo de FHC, o papel estratégico da Amazônia na geopolítica contemporânea, tanto da

perspectiva do capital natural e como da possibilidade de conquista de cooperação internacional.

A região ainda é tratada como uma moeda valiosa de troca:

Apesar do intenso e acelerado processo de ocupação, transformação, integração e crescimento econômico da Amazônia, ela ainda se constitui na maior riqueza natural e densidade florestal do mundo, o que lhe confere importância estratégica no contexto do desenho de uma nova geografia socioeconômica brasileira. A região apresenta condições e potencialidades que permitem situá-la como um caso especial de desenvolvimento em termos mundiais, de modo que promova, mediante um planejamento inovador, a utilização sustentável de sua base de recursos, que poderá abrir novos caminhos à cristalização das oportunidades de progresso para si própria e para o Brasil. Nesse contexto, destacam-se como fundamentos principais da valorização estratégica da Amazônia os seguintes: sua extensão territorial e sua autodefesa, representadas, no caso, pelo "fator amazônico"; disponibilidade de uma bacia hidrográfica de mais de 6 milhões de km; posição geográfica como entroncamento dos blocos de poder norte-americano, europeu e asiático, favorecendo a política multilateralista perseguida pelo Brasil; potencial e oportunidade que representa para o mundo de promover uma utilização alternativa de recursos naturais; sua identidade cultural e ampliação das comunicações e da própria circulação de informação, dinheiro e negócios (BRASIL, 2003, p. 186).

Esse discurso do papel estratégico é exaltado, mas silencia sua finalidade, apenas informando que a região precisa contribuir com empreendimentos estratégicos de infraestrutura econômica:

Articulam-se a essa iniciativa os fundos constitucionais de financiamento, que tem por objetivos contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante financiamento aos setores produtivos, atendendo aos respectivos planos regionais de desenvolvimento. **Articulam-se, também, os novos fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, que precisam ser reformulados para mais bem contribuir aos empreendimentos estratégicos de infraestrutura econômica** (BRASIL, 2003, p. 94) (Grifo da Autora).

Nas Mensagens de Lula, a política energética ressalta a universalização de acesso à energia e a viabilização deste objetivo através das parcerias público privadas:

Essa política, a ser desenvolvida em parceria entre o setor público e o capital privado, será viabilizada pela definição de metas crescentes de universalização do acesso à energia no mercado das concessionárias. Dessa forma, pretende-se levar a uma parcela significativa dessa população, ainda este ano, a energia tão necessária. Para isso, é importante também ressaltar a necessidade de desenvolvimento tecnológico de alternativas mais apropriadas à realidade do mundo rural que se adaptem às condições específicas de cada localidade. A política da universalização, para ser eficaz, deverá reconhecer que parcela representativa da população, tanto rural quanto na periferia dos grandes centros, não dispõe de recursos financeiros para usufruir os benefícios da eletrificação. Por isso, deve-se prever a universalização do uso e não somente do acesso, com a revisão dos critérios das tarifas sociais e residencial de baixa renda, levando em conta a capacidade de pagamento da população atendida (BRASIL, 2003, p. 145).

Sobre as hidrelétricas na Amazônia, o discurso nas mensagens expõe a contradição da postura do Estado. O governo Lula propõe um novo modelo energético em que serão redefinidos os empreendimentos hidrelétricos na região, sem referência sobre essas mudanças:

A decisão do governo de discutir uma nova abordagem para infraestrutura, envolvendo os ministérios que têm interlace com essa matéria, também deve ser destacada como uma inovação importante em 2003. Envolveu o Ministério de Minas e Energia, no âmbito do novo modelo energético, debruçando-se sobre aspectos que vão da definição de áreas para a exploração de petróleo em regiões sensíveis - como o arquipélago de Abrolhos - **até o desenvolvimento de energias renováveis e a redefinição dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia** (BRASIL 2003, p. 95) (Grifo da Autora).

As hidrelétricas são mencionadas nos dois mandatos como um problema que deve ser resolvido. E a polêmica dos impactos ambientais se faz presente no discurso como um “entreve” que obstrui o planejamento pretendido para o desenvolvimento local: “Para 2004, o MME deverá centrar esforços no equacionamento, sobretudo, de questões socioambientais que estão obstruindo o início da construção de 18 hidrelétricas já licitadas e a continuidade de outras 17”. (BRASIL, 2003, p. 104)

As citações sobre as hidrelétricas destacam soluções para os impedimentos das obras como uma solução de problema impeditivo e que se estabeleça o desenvolvimento regional planejado, sem esclarecer os motivos que levaram a essa postura judicial.

Como fruto desse trabalho, conseguiu-se, por exemplo, a suspensão da decisão liminar que impedia a continuidade das obras da Usina Hidrelétrica de Estreito/MA; viabilizou-se a realização do Leilão de concessão de uso de sete rodovias federais, promovido pela ANTT, e a concretização da 9ª Rodada de Licitações de Gás e Petróleo da ANP. Ainda em relação ao PAC, destacam-se os resultados obtidos no Judiciário, que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte, do Aeroporto de Goiânia e da infraestrutura de áudio e vídeo para os Jogos Pan-americanos, bem como a cassação de liminares que suspendiam o início das obras de integração de Bacias - Projeto São Francisco (BRASIL, 2008, p. 231).

Ainda sobre as hidrelétricas na região, o discurso enfatiza que o governo abrirá canais de discussão com a sociedade, numa revisão do que até aqui tem acontecido, destacando o tom de novidade, e que o planejamento regional será participativo e irá incorporar os impactos socioambientais, mas referencia que todos os esforços em relação à elaboração de inventários hidrelétricos são para “aproveitamento” do potencial hidrelétrico, expressão que substitui “exploração”:

Será desenvolvido um planejamento energético global, com ênfase na gestão da demanda, envolvendo o setor elétrico, o setor de petróleo e gás natural, a área nuclear, o carvão e as fontes alternativas. Os estudos dos inventários

hidrelétricos serão retomados, recuperando o nível de estoque de novos sítios para o aproveitamento do nosso imenso potencial hidrelétrico. Haverá revisão importante na forma de envolvimento da sociedade com o planejamento, internalizando os impactos socioambientais e desenvolvendo o planejamento integrado e participativo das bacias hidrográficas, que deverá contemplar o uso múltiplo dos recursos hídricos: o consumo humano, o saneamento, a navegação, a geração hidrelétrica e a irrigação, com respeito às populações ribeirinhas e ao meio ambiente (BRASIL, 2003, p. 156).

A codificação quando o assunto são as hidrelétricas permanece dificultando o entendimento do que é pretendido para o setor, utilizando a linguagem técnica:

Foram outorgados 77 empreendimentos de geração de energia elétrica em 2010, referentes aos Leilões A-5/2008; A-3/2009 Energia de Reserva/2009; A-5/2010 e o Leilão da UHE Belo Monte, que acrescentarão 6.250 MW médios ao SIN, a partir de 2012. Merece destaque o Leilão da UHE Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010. Essa usina, localizada no Rio Xingu, terá 11.233 MW de potência instalada, com entrada em operação prevista para 2015 e investimentos da ordem de R\$ 19 bilhões (Brasil, 2010b, p 234-235).

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte mencionada 10 vezes nas Mensagens oficiais enviadas ao Congresso, está normalmente distanciada de polêmicas. As menções tratam de energia de reserva, leilão e obtenção da licença prévia do aproveitamento hidrelétrico, listados entre várias usinas de outras regiões, sem nenhum tipo de detalhamento:

Ainda em termos de planejamento, devem ser ressaltados os grandes empreendimentos hidrelétricos no Rio Madeira (UHEs Santo Antônio, licitada em 2007; e Jirau, licitada em 2008) e o avanço em direção à licitação da UHE de Belo Monte/ PA, a qual agregará mais de 11 mil MW de capacidade instalada ao sistema (Brasil, 2010b, p. 241).

Quando há menção aos conflitos na Amazônia o enunciado é descritivo, sem explicações:

Constitui-se, assim, num complexo mosaico em que se sobrepõem títulos legítimos, títulos falsos, documentos precários concedidos administrativamente e ocupações sem documentação. Esse quadro gera conflitos fundiários marcados, muitas vezes, pela violência (BRASIL, 2010, p. 92).

As menções às obras de Belo Monte e outras usinas hidrelétricas da região é perceptível que o verbo “explorar” foi substituído por “aproveitar”:

Em prosseguimento do processo de retomada do planejamento do setor elétrico, o Governo, por intermédio do Grupo Eletrobrás e seus parceiros privados e do MM E, por meio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), realiza estudos de inventário hidrelétrico das bacias hidrográficas Branco, Aripuanã Jarí, Araguaia, Tapajós, Itacaiaunas, Sucunduri, Trombetas e Juruema.com potencial estimado a inventariar cerca de 32.000 M W, até 2010, Até o primeiro trimestre de 2019, está previsto ser concluída a maior parte desse potencial - cerca de 31.850 MW. Além dos inventários, estão sendo desenvolvidos estudos de viabilidade dos **aproveitamentos Hidrelétricos de**



**Belo Monte, Marabá, Tabajara, Teles Pires e Apiacás, que totalizam cerca de 17.300 MW.** Esses aproveitamentos estão inseridos no PAC, sendo 17.785 MW, com conclusão prevista até o segundo semestre de 2009 (BRASIL, 2003, p. 167) (Grifo da Autora).

A regulação do setor elétrico enuncia a imagem de um Estado conciliador e ético, que diante de conflitos não esclarecidos no discurso das Mensagens, promove ações para equacioná-los. O enunciado “conflito” não recebe destaque e não vem acompanhado de descrição que possam contextualizar a decisão do Executivo sobre o setor. O destaque é para a proposta do diálogo com a sociedade:

O Governo tem atuado na busca da estabilidade do marco regulatório, por meio da definição das regras técnicas e econômicas para os serviços de energia elétrica, da fiscalização de seu cumprimento, sob a ética técnica, comercial e econômico-financeira **da mediação de conflitos e da operacionalização das decisões da União relativas a concessões para os serviços de energia elétrica.** Para o biênio 2007-2008, foi elaborado o Plano de Metas Bienais, enfatizando os compromissos com a coerência dos regulamentos do setor, a modicidade tarifária, o aprimoramento metodológico para revisão tarifária, **a transparência e o fortalecimento dos instrumentos de diálogo com a sociedade** (BRASIL, 2008, p. 168) (Grifo da Autora).

Os impactos socioambientais das barragens das hidrelétricas são mencionados nas Mensagens de Lula apenas como uma possibilidade. Simplifica-se a inibição de uma contingência, desconsiderando o que apontam os EIA- RIMA. O discurso simplifica o conflito, quase apagado em sua importância. Não se prevê problemas na instalação do empreendimento, apenas apresenta-se um plano com o governo estadual para resolver, caso aconteça. A contingência ameniza o cenário conflituoso:

Elaboração, em parceria com o Estado do Pará, do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, **visando principalmente inibir possíveis impactos socioambientais negativos decorrentes do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte** e gerar em toda a região de influência do empreendimento condições propícias para o desenvolvimento econômico sustentável (BRASIL, 2009, p. 118) (Grifo da Autora).

O léxico “índio” não é mencionado no primeiro mandato. No segundo mandato, uma das menções se relaciona a inventariar a bacia hidrográfica em áreas indígenas para relacionar o potencial de futuros projetos, apagando os conflitos que envolvem essa relação com a comunidade indígena:

a.5) Licenciamento Ambiental dos Projetos do Setor Elétrico -No âmbito do PAC, em 2008, na área de geração e transmissão de energia elétrica,

considerando o processo de licenciamento ambiental e as autorizações de entrada em terras indígenas para a realização de estudos, foram obtidas licenças ambientais para 7 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 8 UHEs, 21 LTs, 79 UTEs e 7 autorizações de acesso à terra indígena para estudo de inventário de bacia hidrográfica. Dentre os empreendimentos licenciados, destacam-se o início da construção das mencionadas UHE de Santo Antônio e a Licença de Instalação (LI) parcial para a ensecadeira da UHE Jirau, antecipando em 6 meses a previsão de geração de energia. (BRASIL 2009, p. 91).

Em 2009, a Mensagem ao Congresso Nacional apresenta contradições discursivas do modelo de desenvolvimento da Amazônia. O documento tem capítulos distintos para o Agronegócio e a Agricultura Familiar, exalta igualmente os dois modelos, sem reconhecer o caráter conflituoso da monocultura, desflorestamento, uso de insumos químicos, agrotóxicos e transgênicos na região. Os modelos de agricultura estão desconectados discursivamente e são exaltados e planejados em conjunto como se não tivessem nenhuma relação de enfrentamento:

Dentre o conjunto de medidas que contribuirão decisivamente **para estimular o desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio brasileiro**, destacam-se: i) redução dos encargos por inadimplências incidentes sobre prestações vencidas e não pagas; ii) diluição do saldo devedor vencido entre as parcelas vincendas; iii) concessão de prazo adicional para pagamento; iv) redução das taxas de juros nas operações com encargos mais elevados; e v) descontos para liquidação das operações antigas com risco da União (BRASIL, 2009, p. 43) (Grifo da Autora).

O favorecimento ao diálogo e reconhecimento das peculiaridades regionais, propondo o zoneamento ecológico, ampliando a base de discussão sobre a o planejamento da região em uma parte do documento:

Em relação à Amazônia, o Governo estabeleceu como prioridade, para 2009, a conclusão do Macrozoneamento da Amazônia Legal. O ZEE dessa região conta com a participação dos Estados, merecendo destaque as manifestações do Fórum dos Governadores da Amazônia, referendando o quão estratégico é o tema. Ademais, a participação do Congresso Nacional, da sociedade e da Comissão Coordenadora do ZEE, uma instância composta por 14 Ministérios, demonstra o amplo debate que está instalado, cumprindo importante papel promotor da negociação e pactuação social, criando as bases de sustentação política do novo modelo de desenvolvimento da Amazônia (BRASIL, 2009, p. 141).

A descrição do enquadramento discursivo dos enunciados demonstra que há sobre Amazônia um discurso persuasivo enquanto as hidrelétricas da região se enquadram no tipo descritivo. O apagamento dos grandes projetos e dos conflitos socioambientais também é

percebido no período Lula, as hidrelétricas são “grandes empreendimentos que favorecem a economia do período”.

**Quadro 10** - Análise de Tipos de discursos Frequentes nas Mensagens Presidenciais (2003 – 2010)/Van Dijk

ANOS	UNIDADE	TIPO DE DISCURSO	EQUADRAMENTO TEMÁTICO
DE 2003 A 2010	AMAZÔNIA	Persuasivo	<p>Para incentivar a exploração econômica da biodiversidade da Amazônia brasileira, o Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) desenvolve produtos e processos na área de biotecnologia, permite o gerenciamento de redes nacionais de laboratórios de pesquisa e assegura a prestação de serviços altamente especializados a empresas e institutos de pesquisa da região.</p> <p>(...) A criação da Rede de Grupos de Pesquisa da Amazônia, entre as universidades federais, é um dos instrumentos para desconcentrar conhecimentos e dinamizar a tecnologia na região. Um dos objetivos é a criação de cursos de mestrado e doutorado, em parceria com instituições de excelência em pesquisa, como a USP.</p> <p>(...) A proteção da Amazônia brasileira tem se constituído em tarefa de importância estratégica, acentuada pelas possibilidades de ações armadas na região. Nesse caso, a postura a ser adotada deverá ser a da persuasão e do convencimento a fim de impedir a formação de cenários contrários aos interesses nacionais.</p>
	HIDRELÉTRICA	Descritivo	<p>(...) construção de hidrelétricas de porte reduzido em Pari-Cachoeira (AM), beneficiando as comunidades indígenas Jandu, Cachoeira e Bela Vista; a construção de pontes, escolas, creches e infraestrutura urbana em pequenas e médias cidades do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá.</p> <p>(...) Registra-se ainda a instalação de 730MW de fontes alternativas de geração como pequenas centrais hidrelétricas.</p>
	TUCURUÍ	Descritivo	<p>(...) conclusão Já expansão da interligação Norte-Nordeste, 924km entre Tucuruí I PA I, Marabá (PA ), Imperatriz (MA) e Presidente Dutra (MA).</p>
	BELO MONTE	Descritivo	<p>Ainda em relação ao PAC, destacam-se os resultados obtidos no Judiciário, que viabilizaram a realização e continuidade da Hidrovia Paraná-Paraguai, da Hidrelétrica de Belo Monte(...).</p> <p>Além dos inventários, estão sendo desenvolvidos estudos de viabilidade dos aproveitamentos Hidrelétricos de Belo Monte, Marabá, Tabajara, Teles Pires e Apiacás, que Totalizam cerca de 17.300 MW. Esses aproveitamentos estão inseridos no PAC, sendo 17.785 MW, com conclusão prevista ate o segundo semestre de 2009.</p>

**Fonte:** Pesquisa Documental/ Autora, 2017 (A partir de van Dijk, 2008)

O Quadro 10 reforça o tom persuasivo do discurso do Poder político sobre a Amazônia apresentando a região ainda como uma província periférica que tem potencial energético a ser

explorado. Os discursos sobre as políticas públicas apresentados nas Mensagens do governo Lula readquirem as características dos que apresentavam grandes projetos instalados na região nos 70, mas incorporam enunciados que reduzem a exposição do conflito. O homem da região é mencionado, a diversidade local também, mas as dimensões ambientais e sociais são apagadas ou tratadas como obstáculos a serem transpostos judicialmente.

Vozes dissonantes são excluídas porque a Amazônia, neste período, faz parte de um discurso estratégico em dois níveis: é uma resposta às cobranças da comunidade internacional na voz de um governo preocupado em manter a imagem da importância da Floresta e da diversidade preservadas; e um nacional, como as hidrelétricas da região integrantes de um projeto ambiental de energia limpa, calando conflitos e impactos que são gerados a partir das delas.

## 5 CONCLUSÃO

Uma das inquietações que mobilizaram o interesse por essa pesquisa foi dar visibilidade à Amazônia e apontar as marcas do opressor no discurso das vozes hegemônicas que determinam a vida e o futuro dos sujeitos da região, invisibilizados em sua existência social. E essa perspectiva de Análise Crítica do Discurso revela um olhar distinto das pesquisas acadêmicas na área até o momento, considerando a primeira que toma como corpus de pesquisa as mensagens institucionais do Executivo para o Legislativo, que demarcam interesses políticos e econômicos específicos em cada mandato. A Amazônia é tratada como instrumento estratégico de poder, subjugada a decisões exógenas a sua realidade e isso vem enunciado nos discursos com sentidos ora expressos claramente ora silenciados ou apagados.

A pesquisa percorreu quatro (04) décadas da construção de um processo discursivo sobre a Amazônia. O objetivo estabelecido nesta pesquisa propôs uma “análise da natureza de discursos oficiais sobre os grandes projetos hidrelétricos na região, a partir das mensagens anuais do Executivo enviadas para a Sessão Legislativa Ordinária de abertura de cada ano do Congresso Nacional”. O corpus de análise totalizou 37 mensagens oficiais de seis (06) presidentes num período de oito (08) mandatos presidenciais, de 1969 a 2010, totalizando a pesquisa em mais de 8 (oito) mil páginas dos documentos.

A análise materializa as vozes institucionais sobre a região em 40 anos de governo. As mensagens presidenciais aos parlamentares nos períodos estudados são reducionistas quando situam a região como um vazio que precisa ser ocupado e desbravado em nome de um projeto integrador e desenvolvimentista. Ou ainda, quando acompanhado de uma roupagem de sustentabilidade, o discurso silencia para não suscitar questionamentos.

Atingidos os objetivos listados, parte-se para as respostas dos problemas de pesquisa que nortearam o estudo. Sobre a primeira pergunta de pesquisa desta tese, nos discursos analisados, há uma uniformidade no tratamento dos grandes projetos hidrelétricos da Amazônia pelas vozes institucionais nos diferentes recortes temporais/ideológicos. O silenciamento sobre os grandes projetos energéticos é uníssono em todos os períodos políticos, acompanhado da negação dos danos resultantes, simultâneo ao apagamento do homem amazônida atingido pelas obras.

Mas os contextos singulares se diferenciam a forma deste silenciamento. Nos mandatos analisados da ditadura militar, os discursos sobre as hidrelétricas consolidam uma visão

tecnocrata do setor elétrico e há na definição da matriz energética, um discurso mais enfático sobre a energia nuclear. As hidrelétricas locais são relacionadas nas Mensagens como assunto irrelevante, apresentado de forma pulverizada na estrutura textual, em meio a outros projetos hidrelétricos espalhados pelo país e muitas vezes sob a cortina das siglas. Relativiza-se para o registro político histórico.

O recorte temático e ideológico que se faz a partir desse discurso oficial também mostra que os governos que sucedem os militares permanecem sem dar visibilidade aos danos socioambientais e aos conflitos que as hidrelétricas causaram e causarão – mesmo tendo a região como parte de um discurso que pretende assinalar uma preocupação socioambiental.

Como resposta ao segundo problema de pesquisa que originou esta tese, nas avaliações ou projeções apresentadas ao Legislativo, o discurso presidencial enuncia representações sobre o poder da soberania nacional, determinando o futuro da região, também silencia sobre o sujeito amazônico. Esse silêncio é o mesmo em três momentos políticos tão distintos. A região permanece em todos os recortes temporal/ideológicos, objeto de um discurso tecnocrático, em que os governos constroem representações de eficiência e competência, produzidas para sua própria legitimação, desconsiderando as peculiaridades locais e os problemas vividos na região.

Durante os governos da ditadura militar, a retórica do vazio social e de técnica, em que o Estado nacional ancorou seu processo discursivo sobre a Amazônia, estimulou um processo de ocupação econômica, desconsiderando a diversidade social regional. A região é enunciada nos documentos como território ocioso e que deve ser ocupado, sem identidade própria, à espera do desbravamento. O discurso pragmático enumera as potencialidades exploratórias e relaciona estratégias para lograr vantagens econômicas sobre os recursos naturais. As vozes institucionais sobre a Amazônia neste período se direcionam à infraestrutura num território que deve ser preparado para reprodução do capital.

No governo transitório de Sarney, a voz hegemônica do Estado torna visível a mudança do discurso sobre a Amazônia, enfatizando as questões ambientais como resposta às pressões internacionais. A entrada em vigor de uma legislação específica e a reverberação negativa sobre as consequências devastadoras do modelo desenvolvimentista de décadas anteriores estão expressas num discurso de revisão da exploração dos recursos naturais e ocupação humana da região. Alinha-se o discurso institucional sobre a Amazônia com a mobilização mundial sobre a preservação ambiental, mas permanece a enunciação da necessidade de explorar o potencial dos recursos naturais, mas num discurso menos óbvio. Os verbos conquistar, explorar e ocupar,

enunciados usuais no discurso dos governos militares, são agora acompanhados pela adjetivação “racional”.

Nas mensagens de FHC o modelo do Estado liberal é contraditório na forma como posiciona a Amazônia: a preservação da região é estratégica no modelo desenvolvimento proposto, mas a imagem positiva de abundância de recursos naturais é usada também nos discursos como atrativo para investimentos, ainda centrando o planejamento para a região, na política dos incentivos fiscais. Permanece nos documentos deste período o discurso de modernização e crescimento econômico da região através do planejamento estatal. Há claramente respostas à pauta exigida internacionalmente sobre a Amazônia, que não tem voz no documento, demonstrado no discurso sem aprofundamento, na ausência do amazônida e sua perspectiva social. E há um apagamento dos conflitos, impactos e necessidades geradas a partir da implantação das Hidrelétricas. Perdura nos documentos um discurso “sobre” e não “com” ou “para” o homem da região (visão exógena).

Nas Mensagens do período Lula os discursos ressaltam a importância do meio ambiente e do social, destaca-se a proposta de diálogo sobre a Amazônia para encaminhar projetos de políticas públicas para a região. Mas a enunciação readquire características dos discursos dos anos 70 quando a temática são os grandes projetos hidrelétricos. As Mensagens reduzem a exposição do conflito, reforçam o tom persuasivo do discurso hegemônico sobre a Amazônia, que permanece como uma província periférica com potencial energético a ser explorado. O homem da região ganha visibilidade, sendo citado em sua diversidade (ribeirinho, quilombola, pequeno agricultor, pescador), mas há o silenciamento das dimensões ambientais e sociais, que surgem no discurso como obstáculos a serem transpostos judicialmente para a viabilização dos projetos hidrelétricos. A persuasão discursiva se impõe para responder a comunidade internacional e construir imagem positiva de um governo comprometido com a preservação da floresta amazônica, um patrimônio nacional. As hidrelétricas são parte de um discurso sobre energia limpa, calando vozes dissonantes, conflitos e impactos que os grandes projetos possam provocar.

Os resultados aqui apresentados ratificam as hipóteses apresentadas. Portanto, independente do recorte temporal/ideológico há uma permanência da forma discursiva oficial na implantação de grandes projetos hidrelétricos na região, se materializando uníssona e apresentando a ausência do conflito, enunciando decisões políticas e administrativas, destacando ações do Estado que permitem a execução da obra nos prazos e custos previstos,



silenciando sobre as vozes dissonantes. Valida-se ainda que esta forma discursiva análoga demonstra, em períodos políticos distintos, estratégias semelhantes para reduzir a intensidade dos conflitos e danos à imagem institucional, buscando um grau de consenso nas disputas entre os atores do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Assim, a percepção das distorções – que poderiam estar restritas ao período ditatorial brasileiro – se estende pelos outros três períodos políticos estudados. A região, fronteira desafiadora de um projeto militar, também tem anulada sua singularidade, sendo sempre citada simultaneamente ao Nordeste, como se os desafios acima do plano piloto de Brasília fossem iguais para realidades tão peculiares.

## REFERÊNCIAS

- AB SABER, A.N. **Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia: Questões de Escala e Método** ESTUDOS AVANÇADOS (USP), vol. 3, n° 5: 4-20, São Paulo, 1989.
- AB SABER, Aziz Nacib. **A Amazônia: do discurso à práxis**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **The divided Leviathan: state and economic policy formation in authoritarian Brazil**. Ann Arbor, Univ. Microfilms, Tese. Cornell University, 1978.
- ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ALMEIDA, Ana Luiza Osório de; e DAVI, Maria Beatriz de A. . **Tipos de fronteira e Modelos de Colonização na Amazônia: Revisão da Literatura e especificação de uma pesquisa de campo**. Ipea, Pará, 1981.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Identidades, territórios e movimentos sociais na Panamazônia**. In: \_\_\_\_\_. **O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1989)**. In: LENA, Phillippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). **Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: MPEG / ORSTOM, p. 259-290, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, p. 60-70, 2006.
- ALONSO, S.; CASTRO, E. Processo de transformação e representações do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.). **O Rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. Belém: EDUFPA, 2006.
- ANDRADE, L (eds.): **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**, p. 103-110. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo.
- ARAGÓN, Luis E. **Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate**. São Paulo, Hucitec, 2013.
- \_\_\_\_\_. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Revista NERA, ano 21, n. 42, pp. 14-33. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente, SP, Dossiê, 2018.
- ARISTÓTELES. **Arte Retórica e Arte Poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. 15ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Retórica**. Tradução de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- ARAÚJO, Frederico G. **Implantação de Grandes barragens: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas**. Travessia, Revista do Migrante, p. 8-24. 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Heterogeneidade(s) enunciativa(s)**. In: Cadernos de estudos linguísticos. Campinas, SP: UNICAMP, 1990. p.25-42
- BAINES, S. G. A usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos Waimiri-Atroari. In: MAGALHÃES, S.; BRITTO, R.; CASTRO, E. (Org.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará; Associação das Universidades Amazônicas, 1996. v. 2.
- BACCEGA, Maria A. **Palavra e discurso: História e Literatura**. São Paulo, Ática, 1995. p. 66

- BAKHTIN, Mikail. O Discurso de Outrem. In: **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. 7ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.
- BAKHTIN/VOLOSHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 1929/2006.
- \_\_\_\_\_. **Os gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1952-53/2010, p. 261-306.
- BARAÚNA, G. M. Q. & MARIN, Rosa E. A. O ‘fator participativo’ nas audiências públicas das hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa (ed.): **As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**, pp. 93-125. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- BARBOSA, Nelson —**Dez anos de política econômica**. In SADER E. —10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETT, Michéle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- BAUER, M. W. & Gaskell, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes . 2000
- BRAGA, José Luiz . **Constituição do Campo da Comunicação**. Verso e Reverso (Unisinos. Online), v. 25, p. 62-77, 2011.
- BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (organizador). **Comunicação Pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BECKER, B. K. et al. **Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB/UFRJ, 1990.
- \_\_\_\_\_. A (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al. (Org.) **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p.47-64.
- \_\_\_\_\_. **Porque não perderemos a soberania sobre a Amazônia?** In: ALBUQUERQUE, S (org). **Que país é esse? Pensando o contemporâneo**. Globo, São Paulo, 2005.
- BIERRENBACH, Júlio de Sá. **Riocentro: quais os responsáveis pela impunidade?** Rio de Janeiro: Domínio Público, 1996.
- BITTENCOURT, Luis Carlos. **Polamazonia. Empresários e não colonos**. Revista comércio e mercados. Ano VIII, n. 87, novembro de 1974.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13 ed. Volumes 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BRANDÃO, A. S. P. et al. **Crescimento agrícola no Brasil no período 1999-2004: explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente**. Texto para Discussão N° 1103. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. [On line] <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td\\_1103.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2005/td_1103.pdf)>.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Exposição Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso, 1970**. (Documentos Parlamentares).

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Plano Nacional de Energia 2030**. EPE. 2007.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Matriz Energética Nacional 2030**. Brasília: MME : EPE, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Metas e Bases para a Ação do Governo**. Brasília, 1970.

BRASIL. Presidência da República. **I Plano Nacional de Desenvolvimento, 1972-74**. Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira** / Presidência da República. – Brasília: MMA, 2008b.

BRASIL. **Biografia Ex-presidentes**. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/biografia> . Acesso julho/2016.

\_\_\_\_\_. **Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, após lançamento do Programa Nacional de Estímulo à Produção de Óleo de Palma e entrega de títulos provisórios de terras e licenciamento ambiental para 3,7 mil agricultores familiares da região de Tomé-Açu-PA**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa, 2010a.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República** / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. – 2. ed. rev. e atual. – Brasília : Presidência da República, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1970 (Presidente Emilio Garrastazu Médici)**. Brasília: Presidência da República, 1970.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1971 (Presidente Emilio Garrastazu Médici)**. Brasília: Presidência da República, 1971.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1972 (Presidente Emilio Garrastazu Médici)**. Brasília: Presidência da República, 1972.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1973 (Presidente Emilio Garrastazu Médici)**. Brasília: Presidência da República, 1973.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1974 (Presidente Emilio Garrastazu Médici)**. Brasília: Presidência da República, 1974.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1975 (Presidente Ernesto Geisel)**. Brasília: Presidência da República, 1975.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1976 (Presidente Ernesto Geisel)**. Brasília: Presidência da República, 1976.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1975 (Presidente Ernesto Geisel)**. Brasília: Presidência da República, 1976.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1977 (Presidente Ernesto Geisel)**. Brasília: Presidência da República, 1977.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1978 (Presidente Ernesto Geisel)**. Brasília: Presidência da República, 1978.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1979 (Presidente Ernesto Geisel)**. Brasília: Presidência da República, 1979.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1980 (Presidente João Batista Figueiredo)**. Brasília: Presidência da República, 1980.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1981 (Presidente João Batista Figueiredo)**. Brasília: Presidência da República, 1981.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1982 (Presidente João Batista Figueiredo)**. Brasília: Presidência da República, 1982.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1983 (Presidente João Batista Figueiredo)**. Brasília: Presidência da República, 1983.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1984 (Presidente João Batista Figueiredo)**. Brasília: Presidência da República, 1984.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1985 (Presidente João Batista Figueiredo)**. Brasília: Presidência da República, 1985

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1986 (Presidente José Sarney)**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1986.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1987 (Presidente José Sarney)**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1987

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1988 (Presidente José Sarney)**: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1988

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1989 (Presidente José Sarney)**: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1990 (Presidente José Sarney)**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 48ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1990.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1995 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1996 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1997 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1998 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1999 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2000 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2000.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2001 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2002 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 1995 (Presidente Fernando Henrique Cardoso)**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª legislatura. Brasília: Presidência da República, 1995.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2003 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2003.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2004 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2004.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2005 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2005.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2006 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2007 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2008 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2008.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2009 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Nacional, 2010 (Presidente L. I. Lula da Silva)**: abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Brasília: Presidência da República, Secretaria Geral da Presidência da República, 2010b.

\_\_\_\_\_. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 2003a.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 1998.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. 5ª edição. São Paulo: Editora 34, 2003.

BRITO, Daniel Chaves de. **A modernização da superfície: Estado e Desenvolvimento na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiros sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos e da mídia impressa**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana-USP, São Paulo, 2002. 187 p. Disponível em [http://www.Dissertação\\_Magali\\_Saber\\_USP.pdf](http://www.Dissertação_Magali_Saber_USP.pdf). Acesso: maio/2017.

BURITY, Joanildo. Teoria do Discurso e Análise do Discurso: sobre política e método. In: WEBER, Silke; LEITHAUSER, Thomas (Org.). **Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social**. Recife: Editora da UFPE, 2007.

CANCIAN, Renato. Comissão Justiça e Paz de São Paulo – **Gênese e atuação política**. São Paulo: Edusfar, 2005.

CANO, Wilson. **América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo**. In: FIORI, J.L. (org.). Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações. Petrópolis: Vozes. 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique., **Os Regimes Autoritários na América Latina**, in D. Collier (ed.) O Novo Autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo, Ed. UNESP, IE Unicamp. 2002

CASTRO, Antonio B.; SOUZA, Francisco E. Pires. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

- CARTILHA detalha temas sobre a UHE Belo Monte. **Blog Belo Monte**. 2011. Disponível em: <<http://blogbelomonte.com.br/2011/05/04/cartilha-detalha-temas-sobre-a-uhe-belo-monte>>. Acesso em 2015.
- CARVALHO, Georgia. Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia. In: BARROS, Ana Cristina. (Org.). **Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Fase/Ipam, 2001.
- CASTRO, E, MONTEIRO, M & CASTRO, C. P, **Paper Naea: Atores Sociais na Fronteira mais Avançada do Pará São Félix do Xingu e a Terra do Meio**, nº180. Belém. 2014.
- CASTRO, Edna M.R. . **Resistencia dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidade**. Cad. NAEA 10: 41-70. UFPA, Belém, 1989.
- CASTRO, E. M. R. de, & HÉBETTE, Jean, orgs. **Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e Confronto na Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 1989.
- CASTRO Jorge. Abrahão de. **Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2012.
- CASTRO, Antonio B.; SOUZA, Francisco E. Pires. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo, Contexto, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações** . Trad Maria Manoela Galhardo. Editora Difusão. 1998.
- CHAUÍ, Marilena. A vida política. In **Convite à Filosofia**. Editora Ática S.A, São Paulo/SP 5ª edição, Capítulo 7, p.367-377. 1995.
- CINTRA, Antônio Octávio. **O Sistema de Governo no Brasil**. In: CINTRA, Antônio Octávio e AVELAR, Lúcia (org). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Konrad/UNESP, 2004.
- COELHO, Maria C. N.; MIRANDA, Elis; WANDERLEY, Luis J. ; GARCIA, Tomás C.. **Questão energética na Amazônia: disputa em torno de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social**. In: Novos Cadernos NAEA v. 13, n. 2, p. 83-102. NAEA, Pará, 2010.
- Comissão Mundial de Barragens. **Barragens e Desenvolvimento: novo modelo para tomadas de decisões – Um sumário**. Novembro de 2000. Disponível em <[https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb\\_sumario.pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf)> Acesso setembro 2016.
- COSTA, Alda; OLIVEIRA, Ivana; RAVENA, Nirvia. **Vozes institucionais e os discursos de dominação: análise dos grandes projetos hidrelétricos na Amazônia**. Revista FAMECOS, v. 24, n. 2. PUC-RS, 2017.
- COSTA, Francisco de A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: Sepeq/Naea, 1992.
- COSTA, Sylvio; BRENER, Jayme. **Dossiê das concessões de TV**. Observatório da Imprensa . 2010.
- COSTA, Vânia Maria Torres. A Amazônia narrada: entre passado e presente quase nada mudou. In: 6º Encontro Nacional da Rede Alcar, 2008, Niterói. **Anais do 6º Encontro Nacional da Rede Alcar**. Porto Alegre: Alcar, 2008.
- CONNERTON, P. Introduction. In CONNERTON, P. (Coord.). **Critical sociology: selected readings**. Harmondsworth, NY: Penguin Books, 1976.

COURTINE, Jean-Jacques. **Définition d'orientations théoriques et méthodologiques en Analyse de Discours**. Philosophiques, Paris, v.9, n.2, p.239-264, 1982.

\_\_\_\_\_, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Tradutores Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou**. Tradução Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DIJK, T. A van. **Texto y contexto**. Madrid: Catedra, 1980.

\_\_\_\_\_. Semântica do discurso. In: PEDRO, E. R. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.

\_\_\_\_\_. «Parliamentary Debates». Dins Wodak, R.; van Dijk, T. A. (eds.) **Racism at the Top. Parliamentary Discourses on Ethnic Issues in Six European States**. Klagenfurt, Austria: Drava Verlag, p. 45-78, 2000.

\_\_\_\_\_. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, J. . Instrumentos de Comunicação Pública. In: Duarte, J. (org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo, Atlas. : 59-71, 2009.

DUTRA, Manuel Sena. **A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. Martins Fontes. São Paulo. 2006.

ELETROBRÁS. **Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Disponível em: <  
<http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS46763BB8PTBRIE.htm>>. Acesso em julho/2016.

ELETROBRAS. **Revisão dos estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Xingu**. Brasília, 2007. Disponível em: <

<http://www.eletronbras.com/elb/data/Pages/LUMIS46763BB8ITEMIDE2EF79C255994721B37DDE2105C8E90CPTBRIE.htm>>. Acesso em julho/2016.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. 2012. **Plano Decenal de Expansão de Energia 2021**. Brasília: EPE.

FAINGUELERNT, Maíra B. . **A trajetória histórica do processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte**. In: Dossiê: Impactos Socioambientais de Grandes Projetos de Infraestrutura Ambient. soc. vol.19 no.2 São Paulo, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse representation in media discourse**. *Socio-Linguistics*, n. 17, p. 125-139, 1988.

\_\_\_\_\_. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Peripheral Vision: Discourse Analysis in Organizational Studies: The Case for Critical Realism**. *Organizational Studies*, p.915-939, 2005.

FAIRCLOUGH, N. WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, T.A. (ed) **Discourse as Social Interaction**, London: Sage, p.258-284, 1997.

\_\_\_\_\_. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona, Gedisa, p. 179-203, 2003.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Brazil's Balbina dam: environment versus the legacy of the pharaohs in Amazônia**. *Environmental Management*, New York, v. 13, n. 4, p. 401-423, 1988.

\_\_\_\_\_. A Hidrelétrica de Balbina: O faraonismo irreversível versus o meio ambiente na Amazônia. pp. 97-125. In: **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras**. Vol. 1. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil. 2015.



\_\_\_\_\_. **Brazil's Belo Monte Dam: Lessons of an Amazonian resource struggle.** *Die Erde* 148 (2-3), p. 167-184. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.12854/erde-148-26>. <http://www.die-erde.org/index.php/die-erde/article/view/265>. 2017.

FENZL, N. et al. A Evolução do Setor Energético e o Desenvolvimento Sócio-econômico nos Estados da Amazônia. In COELHO, M.C.N. et al. (org), **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**. Belém, Cejup: UFPA-NAEA, p. 245-286.2000.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: Reflexões introdutórias**. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FERREIRA, J. & DELGADO, L.N. (org). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (O Brasil Republicano, v.4), 2003.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILGUEIRAS, Luiz.; GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988a.

\_\_\_\_\_. **O regime de 1964: discurso e ideologia**. São Paulo: Atual, 1988b. 100 Bakhtiniana, São Paulo, 10 (3): 80-100, Set./Dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Elementos de análise do discurso**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

\_\_\_\_\_. **Figuras de retórica**. São Paulo: Contexto, 2014.

\_\_\_\_\_. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FLEURY, Lorena Cândido & ALMEIDA, Jalcione. 2013. **A construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: conflito ambiental e o dilema do desenvolvimento**. *Ambiente & Sociedade*, 16(4): p. 141-156. HARPER, Richard. 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O Primeiro Choque do Petróleo em 1973**. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo\\_choque1.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/petroleo_choque1.shtml)>. Acesso em: 04/08/2016.

FONTES: CHAGAS, C.113; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.;COUTO, R. **História indiscreta**; Encic. Mirador; Estado de S. Paulo (22/8/87, 15 e 20/1/88, 13/9/92, 23/12/96); Folha de S. Paulo (13/3, 18/9 e 23/12/87, 22/1, 17 e 19/7/88, 18/9/96); Globo (2/1/83, 14/3/85, 17/7 e 1/10/88, 28/4/91, 2/7/92, 30/3, 17/7 e 6/9/97).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas**, trad. S. T. Muchail, São Paulo: Martins fontes, 2000.

FUNAI. **UHE Belo Monte - Componente Indígena**. Parecer técnico nº 21/CMAM/CGPIMA. 2009.

GALLO, Solange. Autoria: função do sujeito e efeito do discurso. In: SOUZA, Ismara Eliane Vidal de (Org.). **Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua(gens), identidade e memória**. São Carlos: Claraluz, 2008. p.205-214.

GASPARI, Helio. (2003), **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras.

GIAMBIAGI, Fabio; VILLELA, André ;BARROS DE CASTRO, Lavínia. ; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010]**. Rio de Janeiro: Elsevier, (2ª ed.) 2011.

- GIACOMONI, J. **Orçamento público**. São Paulo: Atlas, 1996.
- GOFFMAN, Erving. "**A situação negligenciada**", In: RIBEIRO, Bianca T.; GARCEZ, Pedro M. (Orgs.) *Sociolinguística Interacional*. 2ed. São Paulo: Loyola, p. 13-20, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Frame analysis**. New York: Harper, 1974.
- GOLDEMBERG, Jose; PRADO, Luiz Tadeu Siqueira. **Reforma e crise do setor elétrico no período FHC. Tempo Social**, vol.15, n°2. Tempo Social: São Paulo, 2003.
- GONÇALVES, Carlos. **Amazônia Amazônias**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- GONÇALVES, Vitor. **Nos bastidores do jogo político**. Coimbra, Minerva Coimbra, 2005.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos**. Editora Claraluz. São Carlos, 2004.
- GUILLEM, Isabel Cristina Martins. **Cidadania e exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão**. São Paulo, Trajetos, n. 2, vol. 1. 2002
- GUILHAUMOU, Jacques. **Le corpus en analyse de discours: perspective historique**. Corpus, Número 1. Corpus et recherche linguistiques – novembro 2002.
- GUIMARÃES, Cesar; AMARAL, Roberto. Brazilian Television: a rapid conversion to the new order. In: FOX, Elizabeth (org.). **Media and politics in Latin America**. London: Sage. p.125-137, 1988.
- HÉBETTE, Jean (Org.). **O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia**. Petrópolis: Ed. Vozes / NAEA / Fase, 1991.
- HERNÁNDEZ, Francisco del Moral; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; **Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 14, n. 1, p. 79-96, jun. 2011.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade**. ED. UFMG, Belo Horizonte. 2002.
- HOLANDA, N. Planejamento e projetos. Fortaleza: Edições UFC, 1983.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- HOWARTH, D. . **Discourse**. Buckingham: Open University Press. 2000.
- IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IBAMA. Termo de Referência para elaboração de estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto ambiental – EIA/RIMA. **Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte (PA)**. Brasília: IBAMA, 2007.
- INTEXT MINING DESCOBERTA DE CONHECIMENTO EM TEXTOS. **Manual do Software Text Mining Suite** . Porto Alegre: Disponível em:  
<<http://www.intext.com.br/resources/multimedia/files/textmining/manual-tms.pdf>> . Acesso em: out. 2017.
- JAKOBSON, Roman. **A lingüística em suas relações com outras ciências**. In: \_\_\_\_\_. *Lingüística, poética, cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- \_\_\_\_\_. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. . Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais. Em: Novikoff, C.; Santos, S.R. M. & Mithidieri, O. B. (Orgs.) **Caderno de artigos: X SIAT & II Serpro**. Duque de Caxias, RJ.2014.

- KELMAN, Jelson (coord.). **Relatório da Comissão de Análise do Sistema Hidrotérmico de Energia Elétrica**. Brasília, Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. 2001.
- KRISTEVA, J. **Introdução à análise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- KOCH, I. V.G **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.
- KOÇOUSKI, M. (2013). Comunicação pública: construindo um conceito. In: Matos, H. (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. p. 41-57. São Paulo: ECA/USP:
- KOHLHEPP, Gerd. **Impactos Regionais de ‘Grandes Projetos’ e as Possibilidades de Reorganização do Espaço na Periferia Amazônica” em Aragon, L.E. (ed.) A desordem ecológica na Amazônia**. Série Cooperação Amazônica 7. Belém: UNAMAZ, UFPAM, pp. 253-269, 1991a.
- KOLBE, R. H., & Burnett, M. S. **Content-analysis research: an examination of applications with directives for improving research reliability and objectivity**. Journal of Consumer Research, 18(2), 1991.
- KOSTOFF R. N. Text mining for global technology watch. In: DRAKE, M. **Encyclopedia of Library and Information Science**. 2. ed. New York: Marcel Dekker, 2003.
- LACLAU, Ernesto. **Emancipação e diferença**. Coordenação e revisão técnica geral: Alice Casimiro e Elizabeth Macedo. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: Estado, Homem , Natureza**. 3 ed. Belém, PA. Cultural, Brasil, 2014.
- LOURENÇO, José Seixas. Amazônia: trajetória e perspectivas. IN: **Brasil: um século de transformações/** organização Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MACARINI, José Pedro. **A política econômica do Governo Sarney: o colapso do Plano Cruzado (1986-1987)**. São Paulo: IE/UNICAMP nº 128, 2007.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Unicamp, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.
- MAGALHÃES, Célia. **Reflexões sobre a análise crítica do discurso**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- MAGALHÃES, S.B.; ACEVEDO MARIN, R.; CASTRO, E. Análise de situações e dados sociais, econômicos e culturais. In: SANTOS, S. M. S. B. M.; HERNANDEZ, F. M. (Org.). **Painel de especialistas: Análise crítica do estudo de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte**. Painel de Especialistas, 2009. Disponível em: <[http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA\\_online%20%283%29.pdf](http://www.internationalrivers.org/files/Belo%20Monte%20pareceres%20IBAMA_online%20%283%29.pdf)>. Acesso: Maio/2016.
- MARGULIS, S. **Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. Banco Mundial. Brasília, 2003.
- MARCHAND, P.; P. RATINAUD. (2012). L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuelles: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. Em: **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles**. p. 687–699. JADT, Belgica, 2012.
- MARCUSCHI, L. A. **Cognição, linguagem e práticas interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Linguística textual: o que é e como se faz**. Recife: UFPE, (Série Debates), 1983.
- \_\_\_\_\_. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

- MAHAR, Dennis. J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES. (Relatório de Pesquisa, 39), 1978.
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Edunicamp, 1998.
- MARTINS, José Souza. **A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na “Nova República”**. Editora Hucitec. São Paulo. 1986
- MAURER, J. L. Gêneros textuais na análise crítica de Fairclough. In: MAURER, J. L.; BONINI, A.; MTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gênero. Teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, p. 81-106, 2005.
- MEADE, James E. **Stagflation in the United Kingdom. Seventh International Atlantic Economic Conference**; May 10-18, Vienna, Austria, 1979.
- MENDES, Armando D.[1974] **A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro**. 3ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Amazônia: modos de (o) usar**. Manaus, editora Valer, 2001.
- MMEa (s.d.) - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Energia. **Reestruturação do setor elétrico brasileiro: encaminhamentos e resultados**. www.mme.gov.br/ s.d., 11 p.
- MONTEIRO, Maurílio de Abreu; COELHO, Maria Célia Nunes. **Novos Cadernos NAEA** v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004. Disponível em [http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3162/1/Artigo\\_PoliticafederaisReconfiguracoes.pdf](http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3162/1/Artigo_PoliticafederaisReconfiguracoes.pdf)
- MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.95- 135.
- MORETTO, Evandro Mateus et al. **Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica**. *Ambient. soc.*, 15(3), p. 141-164. 2012.
- MOZDZENSKI, L. **A intertextualidade no videoclipe: uma abordagem discursiva e imagético-cognitiva**. *Contemporânea*. Vol.7, nº 2, 2009. Disponível em <http://tinyurl.com/28qd7o8> .
- MTTA-ROTH, D. (Orgs.) **Gênero. Teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola, p. 81-106, 2005.
- NUNES, Benedito. *Universidade e Regionalismo*. In: **Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura no Pará**. Belém: Secult: Ed.UFPA, p. 61-74, 2012.
- O'DONNELL, G. e SCHMITTER, P. . **Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões**. São Paulo, Vértice. 1988.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus/AM. Ed. Valer. 2000.
- OLIVEIRA, Nilo Dias de. **Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra**. *História*, Franca, v. 29, n. 2, dez. 2010.
- OLIVEIRA, R. D. L; MARTINS, R.D.F. **A construção dos territórios e os movimentos de atingidos por barragens**. IN: III Simpósio de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Presidente Prudente. Anais, 2005.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007
- OLIVEIRA, R; Almeida, R.H.C ; Rebelo, G.H.; Rodrigues, M.; Barros, B; Magalhães, J; Gavina, J.L; Forline, L.. **Avaliação Socioambiental da População Humana do Entorno da UHE Curuá-Una-Santarém/PA**. II Congresso de Inovação Tecnológica em energia elétrica. Fidesa, 2003.
- OLIVEIRA. G. & TUROLLA, F. . **Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas**. *Tempo Social*, 15(2): 195-217. 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento de sentidos**. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 6ª ed. Campinas: Cortez; Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes; Unicamp, 1987.

\_\_\_\_\_. (1996) Interpretação: **Autoria, leitura e efeitos dos trabalhos simbólicos**. 5ª edição. Campinas – São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. **Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito**. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E.; COURTINE, J-J; HAROUCHE, C. (Orgs.). **Sujeito & texto**. Série Cadernos PUC. São Paulo: EDUC, p. 17-36. 1988.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 1988

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3ª ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, p. 61-105, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. **Discourse analysis**. London: Sage Publications, 2002.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINHEIRO, Armando Castelar, GIAMBIAGI, Fabio. **Brazilian privatization in the 1990s**. *World Development*, v. 22, n. 5, p. 737-753, 1994.

\_\_\_\_\_. **The macroeconomic background and institutional framework of Brazilian privatization**. In: PINHEIRO, Armando Castelar, FUKASAKU, Kiichiro (eds.). **Privatization in Brazil: the case of public utilities**. Rio de Janeiro: OECD/BNDES, 2000.

PINTO, Lúcio F. . **Amazônia: a fronteira do caos**. Belem, Falangola, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas**. São Paulo: B4 Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo? In: **Debate: Hidrelétricas na Amazônia: Desenvolvimento para quem?** Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciênc. hum. vol.7, nº 3. Belém, 2012.

PORTAL G1. **Lula defende construção da hidroelétrica de Belo Monte**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/06/lula-defende-construcao-da-hidroeletrica-de-belo-monte.html>>. Acesso em: julho/2016.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. Manaus: Editora Valer/Prefeitura de Manaus, 2006.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012 .

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas**. *Linguagem em (Dis)curso- LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul/dez. 2004.

- RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica. O texto como material de pesquisa.** Campinas/SP: Pontes, 2011.
- RAVENA, Nirvia; CANETE, Voyner R.; SOUZA, Cleide L. **Lições não Aprendidas: Hidrelétricas, Atores Sociais, Impactos Socioambientais e a Política Nacional de Recursos Hídricos na Amazônia.** IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília, 2008.
- REZENDE, Solange Oliveira. **Sistemas Inteligentes – Fundamentos e Aplicações.** Barueri, SP. Manole. 2005.
- REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil.** São Paulo: Ática (Coleção Princípios), 1986.
- RODRIGUES JÚNIOR, A. S. **Linguística de corpus e os estudos da tradução: o estado-da-arte.** Polissema, v. 5, n.5, p.7-21, 2005.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque; OLIVEIRA, José Aldemir. **Impactos sociais da desterritorialização na Amazônia brasileira: o caso da hidrelétrica de Balbina.** Emancipação, Ponta Grossa, v. 12, n.1, p. 35-53, 2012.
- RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas Despedaçadas: impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central.** Manaus: UFAM, 2013.
- RODRIGUES, R.A. & P.M. Fearnside. **Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central.** Novos Cadernos NAEA 17(1): 47-73. UFPA, Belém, PA, 2014.
- ROSA, Luiz Pinguelli e Outros. **Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares.** Marco Zero. Campinas, SP, 1988.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** Os Pensadores. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SÁ, Samuel. **Interdisciplinaridade: sim e não a vasos comunicantes em educação pós-graduada.** In: Cad. Saúde Pública [online]. 1987, vol.3, n.3. pp. 272-279.
- SÁ, Samuel M. de A. **O Imaginário Social Sobre a Amazônia: Antropologia dos Conhecedores.** História, Ciências, Saúde. Manguinhos. Vol. (suplemento). p. 889 – 900. 2000.
- SALDANHA, Clezio, **Introdução à gestão pública.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- SALLUM Jr, Brasílio. **O Impeachment de Fernando Collor: a sociologia de uma crise.** Editora 34, São Paulo. 2015
- SANTOS JÚNIOR, Edson Gil. **A importância da comunicação na gestão pública e sua influência e relações com os interesses públicos, políticos e transparência governamental: o caso da prefeitura de Castro – Paraná.** UEPG Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, 20 (2): 193-202, jul/dez. 2012.
- SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral.** Trad. De Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995
- SILVA, Fábio Carlos da. **Raízes Amazônicas,** Universidade e Desenvolvimento Regional. **Papers do NAEA,** Belém, v. 250, p. 1-15, 2009.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António . **O local face ao global: por uma reavaliação crítica dos modelos de desenvolvimento,** in M. C. Silva et al., Desenvolvimento e assimetrias sócioespaciais: Perspectivas teóricas e estudos de caso: 28-80. Braga, Núcleo de Estudos em Sociologia/ Universidade do Minho e Inovação à Leitura, 2005.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: **De Castelo a Tancredo, 1964-1985.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SNOW, David. A. **"Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields",** In: SNOW, D. A.; SOULE, S.A. & KRIESI, Hanspeter (Ed.).The Blackwell Companion to Social Movements.Oxford: Blackwell. p. 380-411, 2004.

- STEINBRENNER, Rosane A. **Amazônia” na Fronteira entre a Ciência e a Mídia: Submissão ou Superação do Mito?**. Trabalhos apresentados no II Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Comunicação Científica - XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2007.
- STEPAN, Alfred. **Os Militares: Da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- TOLOSA, Hamilton C. **Pólos de crescimento: teoria e política econômica**. In: HADDAD, Paulo Roberto (Ed.). Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, 1972. p. 189-243.
- THOMPSON, J. B. **Studies in the theory of ideology**. Cambridge: Polity Press, 1984; THOMPSON, J. B. Ideology and modern culture. Cambridge: Polity Press, 1990
- VAINER, Carlos B., ARAÚJO, Frederico. **Grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Cedi/Ippur, 1992.
- VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. In. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol.54, nº2. 2011. Acesso em agosto/ 2017
- VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. “A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971 – 1991. In: Hogan e Vieira (org.) **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Ed. UNICAMP, p. 73-102.: Campinas, 1992.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: R. Wodak & M. Meyer (orgs.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Bracelona: Gedisa, 2003.
- ZHOURI, Andréa (org.). **As Tensões do Lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.